

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ADRIANA ELIANE CASAGRANDE**

**MOBILIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO COSTA OESTE DO  
PARANÁ:  
DO CAMPO PARA A CIDADE**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.  
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ADRIANA ELIANE CASAGRANDE**

**MOBILIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ:  
DO CAMPO PARA A CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração “Espaço de Fronteira: território e ambiente”, linha de pesquisa “Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira”.

**Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza.**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR**  
**2014**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)**

C334m Casagrande, Adriana Eliane  
Mobilidade populacional na Região Costa Oeste do Paraná: do campo para a cidade / Adriana Eliane Casagrande. - Marechal Cândido Rondon, 2014.  
223 p.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Edson Belo Clemente de Souza

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2013.

1. Oeste Paranaense (PR : Mesorregião) - Migração. 2. Oeste Paranaense (PR : Mesorregião) - População I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 304.8098162

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



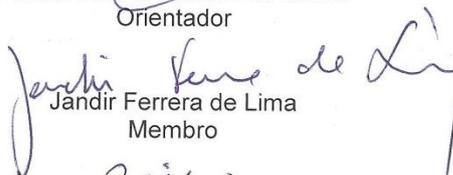
**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

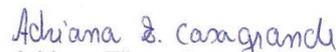
Aos vinte e sete dias do mês de março de 2014, às 09h00min, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. Edson Belo Clemente de Souza (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE) e Dra. Maria Laura Silveira (CONICET / UBA), para avaliarem o trabalho "*Mobilidade Populacional na Região Costa Oeste do Paraná: do campo para a cidade*", apresentado pela pós-graduanda **Adriana Eliane Casagrande** para a obtenção do título de "Mestra em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Edson Belo Clemente de Souza, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 27 de março de 2014.

  
Edson Belo Clemente de Souza  
Orientador

  
Jandir Ferrera de Lima  
Membro

  
Maria Laura Silveira  
Membro

  
Adriana Eliane Casagrande  
Pós-Graduanda

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por permitir que eu chegasse aqui, dando-me força e sabedoria para a realização deste projeto.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de ingressar no Curso de Mestrado.

Ao professor Dr. Edson Belo Clemente de Souza, um agradecimento especial pela orientação desta pesquisa, pelas conversas e por “iluminar” o caminho traçado nesta dissertação de mestrado.

A minha família, em especial a meus pais, Paulo Antônio Casagrande e Leani Geraci Becker Casagrande, pelo incentivo, apoio moral e financeiro.

Ao meu namorado, Maicol Rafael Bade, pelo apoio, pela compreensão e pelo carinho. Agradeço também por toda a sua ajuda na elaboração de mapas e nas pesquisas de campo, o que foi essencial para a realização deste trabalho.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, pelas disciplinas ofertadas, pela contribuição no amadurecimento intelectual e pessoal ao longo do curso.

Aos professores Maria Laura Silveira, Jandir Ferrera de Lima e Édson dos Santos Dias, pelas contribuições a este trabalho nas bancas de defesa e de qualificação.

Ao coordenador do Curso, Édson dos Santos Dias, e à Anilise, secretária do Programa de Pós-Graduação, pelos auxílios e busca de soluções aos problemas encontrados.

Aos colegas de mestrado, pela amizade e pelo apoio.

Ao Célio Escher pela revisão e correção do texto.

Agradeço também àqueles outros que contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial a todas as pessoas que aceitaram participar das entrevistas realizadas neste trabalho, pois cederam o seu tempo e nos fizeram a gentileza de nos receber.

*A mente que se abre a uma nova ideia  
jamais voltará ao seu tamanho original.*

*Albert Einstein*

## RESUMO

A pesquisa “Mobilidade Populacional na Região Costa Oeste do Paraná: do campo para a cidade” tem o objetivo de analisar a dinâmica populacional na região Costa Oeste do Paraná, tendo como enfoque a relação campo-cidade. Nela cabe destacar a importância da Geografia da População e do estudo dos censos demográficos, pois, por meio deles se tornou possível avaliar os movimentos populacionais estabelecidos, assim como obter um panorama geral da população, suas potencialidades e as suas demandas em escala regional e local. Para isso, realizou-se uma caracterização da região, seus processos como a distribuição da população no território, sua estrutura por sexo e por faixas etárias, níveis de instrução, migração campo-cidade etc., tomando como base a análise e a comparação de indicadores socioeconômicos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Também se procura, por meio dos Censos Agropecuários e de pesquisas de campo, compreender a relação campo-cidade, assim como a influência que o campo exerce na cidade e a cidade no campo, na região em estudo. Constatou-se, em conclusão, que campo e cidade estão intrinsecamente ligados na região Costa Oeste do Paraná, principalmente nos pequenos municípios analisados.

**Palavras-chave:** Região Costa Oeste do Paraná; Indicadores socioeconômicos; relação campo-cidade.

## POPULATION MOBILITY IN THE WEST COAST REGION OF PARANÁ: FROM THE COUNTRYSIDE TO THE CITY

### ABSTRACT

The research "Population Mobility in the West Coast Region of Paraná: from the countryside to the city" has the objective of analyzing the population dynamics in the West Coast region of Paraná, with approach to rural-urban relationship. It is possible to emphasize the importance of Population Geography and the study of demographic censuses, because through them it became possible to evaluate the established population movements, as well as get an overview of the population, its potential and its demands on regional and local scale. For this, one performed a characterization of the region, its processes as the distribution of the population in the territory, its structure by sex and age groups, education levels, rural-urban migration etc., based on the analysis and comparison of socioeconomic indicators provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Paraná Institute of Economic and Social Development (IparDES). It also seeks, through the Agricultural Censuses and field research, to understand the rural-urban relationship, as well as the influence that the countryside exerts on city and the city on the countryside, in the study area. It was noted, in conclusion, that city and country are inextricably linked in the West Coast region of Paraná, especially in the small municipalities analyzed.

**Keywords:** West Coast Region of Paraná; Socioeconomic indicators; rural-urban relationship.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Localização da Região Costa Oeste do Paraná .....	15
<b>FIGURA 2</b> – Municípios atingidos pela formação do Lago de Itaipu – 1982 .....	26
<b>FIGURA 3</b> – Região Costa Oeste do Paraná. População total 2010 .....	60
<b>FIGURA 4</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Índice de Gini 1991-2000- 2010 .....	85
<b>FIGURA 5</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 1991, 2000 e 2010.....	89
<b>FIGURA 6</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) 2010.....	91
<b>FIGURA 7 e 8</b> – Paraná – Deslocamentos pendulares para trabalho e estudo – 2010 .....	112
<b>FIGURA 9</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Hierarquia de centros urbanos – 2007 .....	113
<b>FIGURA 10</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Grau de urbanização – 2010....	121
<b>FIGURA 11</b> – Distribuição dos municípios com população até 20 mil habitantes e densidade até 80 hab./km <sup>2</sup> – Paraná 2007.....	124
<b>FIGURA 12</b> – Entrega de milho na Cooperativa Agroindustrial Copagrill – Marechal C. Rondon .....	140
<b>FIGURA 13</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Valor Bruto da Produção Agropecuária – 2011 .....	146
<b>FIGURA 14</b> – Tecnologias presentes no campo – 2013 .....	168
<b>FIGURA 15</b> – Feira do Produtor Rural de Marechal Cândido Rondon – 2013.....	180
<b>FIGURA 16</b> – Feira do Produtor Rural em Guaíra – 2013 .....	181
<b>FIGURA 17</b> – Feira do Produtor Rural em Santa Helena – 2014.....	181

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – População residente nos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu– 1970.....	27
<b>TABELA 2</b> – Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu – Brasil.....	31
<b>TABELA 3</b> – População dos municípios atingidos e população total da área em conflito – 1975.....	32
<b>TABELA 4</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Área alagada (km <sup>2</sup> ) e Repasse dos <i>Royalties</i> – 2013.....	34
<b>TABELA 5</b> – Região Costa Oeste do Paraná. População total –1991, 2000 e 2010.....	58
<b>TABELA 6</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Densidade demográfica – 2000 – 2010 .....	61
<b>TABELA 7</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População por sexo – 1991, 2000 e 2010 .....	63
<b>TABELA 8</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Valor do rendimento nominal médio do trabalho por sexo – 2010.....	64
<b>TABELA 9</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População por faixas etárias (2010).....	70
<b>TABELA 10</b> – Região Costa Oeste do Paraná – PEA 2010 .....	79
<b>TABELA 11</b> – Fundo de Participação dos Municípios – 2013 .....	80
<b>TABELA 12</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Produto Interno Bruto (PIB) 2010 .....	82
<b>TABELA 13</b> – Região Costa Oeste do Paraná - Índice de Gini 1991, 2000 e 2010 .....	85
<b>TABELA 14</b> – Região Costa Oeste – Rendimento nominal mensal – 2010 .....	87
<b>TABELA 15</b> – Região Costa Oeste – Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010 .....	96
<b>TABELA 16</b> – Região Costa Oeste – Taxas de rendimento educacionais nos ensinos fundamental e médio – 2011.....	97
<b>TABELA 17</b> – Região Costa Oeste – Estabelecimentos de ensino – 2010.....	98
<b>TABELA 18</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População por cor ou raça, 2010 .....	101

<b>TABELA 19</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Níveis de instrução por cor ou raça, 2010 .....	102
<b>TABELA 20</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Classes de salário por cor ou raça, 2010.....	103
<b>TABELA 21</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Destino dos emigrantes internacionais – 2010 .....	108
<b>TABELA 22</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Emigrantes internacionais – 2010. ....	109
<b>TABELA 23</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População residente por região de nascimento – 2010 .....	110
<b>TABELA 24</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População residente por situação de domicílio – 1991, 2000 e 2010 .....	117
<b>TABELA 25</b> – Região Costa Oeste – Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar – 2006.....	130
<b>TABELA 26</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar – 2006.....	134
<b>TABELA 27</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor – 2006.....	135
<b>TABELA 28</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas – 2006.....	139
<b>TABELA 29</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Área colhida em lavoura temporária 2011 .....	142
<b>TABELA 30</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Efetivo de Rebanhos – 2011 ...	144
<b>TABELA 31</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Produção de origem animal – 2011 .....	145
<b>TABELA 32</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Número de estabelecimentos agropecuários com máquinas e implementos agrícolas – 2006.....	149
<b>TABELA 33</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades agrícolas – 2013.....	155

## LISTA DE SIGLAS

ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon  
AMPAS – Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Santa Helena  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
COOFAMEL – Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná  
COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril  
EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FPA – Feira do Produtor Agropecuário  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
FPR – Feira do Produtor Rural  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPDM – Índice Ipardes de Desempenho Municipal  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ODM – Objetivos do Milênio  
PEA – População Economicamente Ativa  
PIA – População em Idade Ativa  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PR – Paraná  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
TBM – Taxa Bruta de Mortalidade  
TBN – Taxa Bruta de Natalidade  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
VPBA – Valor Bruto da Produção Agropecuária

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Transição demográfica no Brasil – 1872-2050.....	66
<b>GRÁFICO 2</b> – Pirâmides etárias – Brasil – 1950-2050 .....	69
<b>GRÁFICO 3</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População por faixas etárias – 1991, 2000 e 2010 .....	71
<b>GRÁFICO 4</b> – Região Costa Oeste do Paraná – PIB <i>per capita</i> 2010.....	83
<b>GRÁFICO 5</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais de idade – 2011 .....	95
<b>GRÁFICO 6</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População segundo cor ou raça .....	100
<b>GRÁFICO 7</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Grau de Urbanização – 1991, 2000 e 2010 .....	120
<b>GRÁFICO 8</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Número e área de estabelecimentos agrícolas – 2006.....	128
<b>GRÁFICO 9</b> – Região Costa Oeste do Paraná –Número de estabelecimentos agropecuários com tratores – 2006.....	147
<b>GRÁFICO 10</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Número de Agricultores de acordo com as faixas etárias– 2013.....	152
<b>GRÁFICO 11</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Escolaridade dos agricultores– 2013 .....	154
<b>GRÁFICO 12</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Tempo de residência dos agricultores no campo – 2013 .....	156
<b>GRÁFICO 13</b> – Agricultores que fazem parte de Associações, Sindicatos ou Cooperativas – 2013 .....	159
<b>GRÁFICO 14</b> – Serviços que os agricultores utilizam na cidade .....	165
<b>GRÁFICO 15</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Tecnologias presentes no campo – 2013 .....	167
<b>GRÁFICO 16</b> – Tempo de trabalho dos agricultores nas feiras – 2013/14 .....	183

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Definições sobre Espaço e Território.....	28
<b>QUADRO 2</b> – Campos específicos da Geografia da População.....	44
<b>QUADRO 3</b> – Região Costa Oeste do Paraná – Número e área de estabelecimentos agrícolas – 2006.....	128
<b>QUADRO 4</b> – Região Costa Oeste do Paraná – População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010 .....	132
<b>QUADRO 5</b> – Principais dificuldades sentidas na agricultura .....	158
<b>QUADRO 6</b> – Benefícios de fazer parte de associações, sindicatos e cooperativas – 2013.....	160
<b>QUADRO 7</b> – Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura em seu município? Por quê? .....	171
<b>QUADRO 8</b> – Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura em seu município? Por quê? .....	172
<b>QUADRO 9</b> – Período de maior presença dos agricultores no comércio.....	174
<b>QUADRO 10</b> – Estabelecimentos que não constataram a influência do cheque do leite.....	175
<b>QUADRO 11</b> – Estabelecimentos que constataram a influência do cheque do leite.....	176
<b>QUADRO 12</b> – Vantagens de comprar na FPR .....	184
<b>QUADRO 13</b> – Motivos e vantagens de frequentar a FPR .....	189

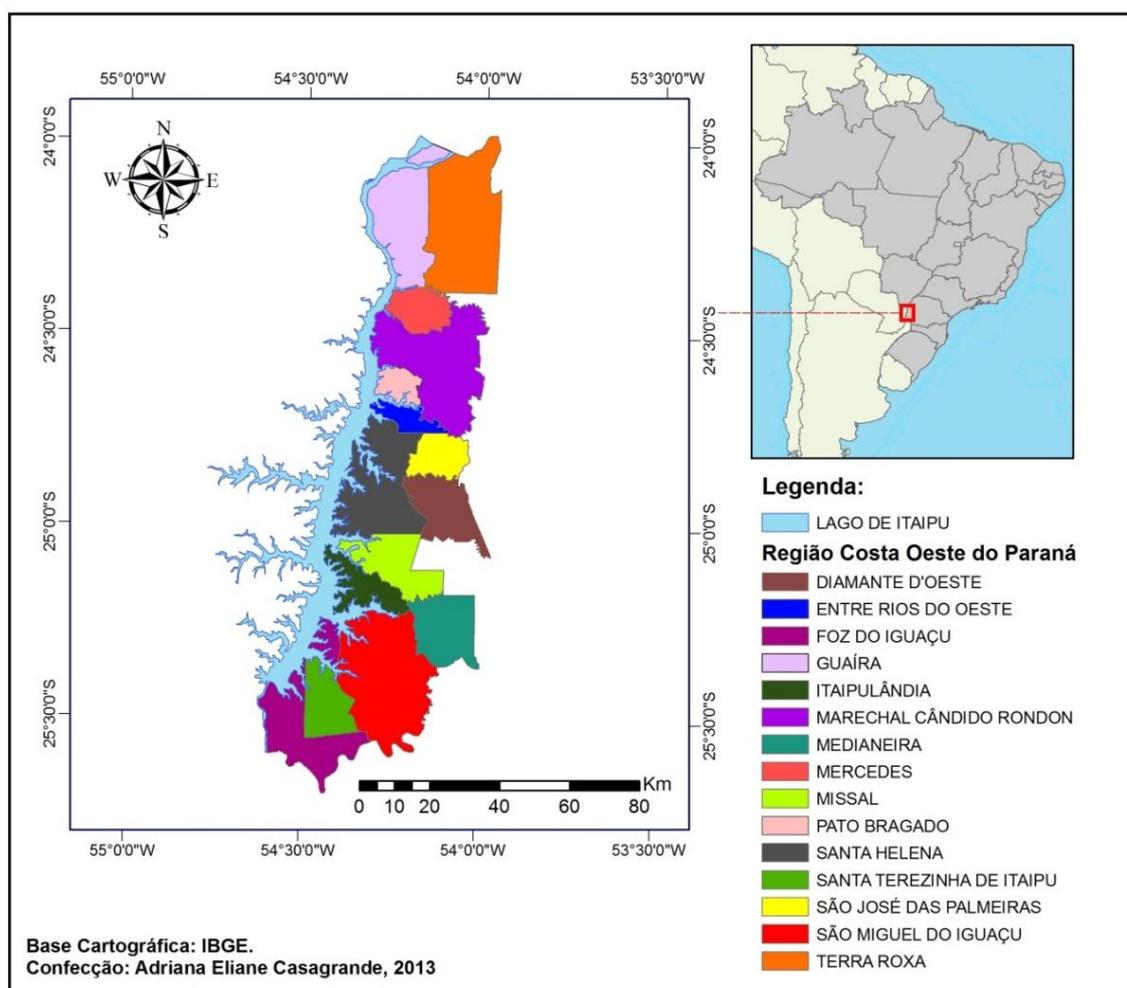
## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b> .....	<b>08</b>
<b>Lista de Tabelas</b> .....	<b>09</b>
<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>11</b>
<b>Lista de Gráficos</b> .....	<b>12</b>
<b>Lista de Quadros</b> .....	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO TERRITÓRIO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ</b> .....	<b>24</b>
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ .....	24
1.1.1 A Criação do Lago de Itaipu e a Formação da Região Costa Oeste do Paraná.....	24
1.1.2 Espaço e Território .....	29
1.1.3 Região e Regionalização.....	38
1.2 A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA POPULAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO .....	39
1.2.1 Estudos da População e a Relação Campo-Cidade: uma revisão teórica ..	46
<b>CAPÍTULO 2 - DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ</b> .....	<b>57</b>
2.1 DINÂMICA POPULACIONAL E A FLUTUAÇÃO DA POPULAÇÃO .....	57
2.2 POPULAÇÃO POR SEXO E POR FAIXAS ETÁRIAS .....	62
2.3 INDICATIVOS SOCIOECONÔMICOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	77
2.4 EDUCAÇÃO: NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO.....	94
2.5 POPULAÇÃO SEGUNDO COR OU RAÇA.....	100
2.6 MIGRAÇÃO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ.....	105
<b>CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU</b> .....	<b>116</b>
3.1 ÊXODO RURAL E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ .....	116
3.2 A INFLUÊNCIA DO CAMPO NA CIDADE DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS... ..	122
3.2.1 A Realidade Agrícola nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	123
3.2.1.1 A realidade agrícola por meio da pesquisa empírica.....	150
3.2.2A Relação Campo-Cidade nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	162
3.2.2.1 Relação dos agricultores com a cidade.....	165
3.2.2.2 A importância da população rural na economia da cidade .....	169
3.2.2.3 Atividades agrícolas presentes na cidade .....	177
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>200</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a dinâmica populacional da região lindeira ao Lago de Itaipu ao longo das últimas quatro décadas, para isso utilizando dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como foco a mobilidade campo-cidade. A escolha de interpretação dos censos indica o período de configuração da atual região, também denominada de Costa Oeste do Paraná<sup>1</sup>.

A região Costa Oeste do Paraná (Figura 1) compreende uma área de 1400 km<sup>2</sup> que margeia o Lago de Itaipu no lado brasileiro, localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, sendo composta por quinze municípios:



**FIGURA 1** – Localização da Região Costa Oeste do Paraná.

<sup>1</sup> O termo “Costa Oeste” tem origem no “Projeto Costa Oeste”, que representou um investimento do governo do Paraná com a participação da iniciativa privada. De caráter regional, visava ao incentivo da atividade turística no Lago de Itaipu, para desenvolver a economia dos municípios lindeiros. O projeto teve início com os “Jogos Mundiais da Natureza”, em 1997 (SOUZA, 2009).

Essa região se configura a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a conseqüente formação do Lago, no ano de 1982. Os municípios que foram atingidos pelo Lago de Itaipu sofreram grandes impactos, principalmente no que concerne à reconfiguração do território, modificando a paisagem e as relações econômicas estabelecidas na região. Dentre as mudanças em seu arranjo espacial, podem-se citar os novos limites de extensões territoriais nos municípios, além do processo de desmembramento territorial que deu origem a outros municípios.

Ocorreu, portanto, uma reconfiguração regional, reconfiguração na qual os municípios passaram a ter o Lago de Itaipu como elemento em comum, o que permitiu a constituição de uma nova região. Assim, a Hidrelétrica de Itaipu, enquanto um elemento fixo, permitiu a modificação da paisagem, reconfigurando esse território, com fluxos renovados:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são o resultado direto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam. (SANTOS, 2009, p. 61).

Conforme se verá nos capítulos seguintes, a construção de Itaipu (o elemento fixo) trouxe grandes repercussões para os municípios que foram atingidos pelo Lago de Itaipu, gerando novas ações, fluxos renovados; redefinindo o território, suas condições ambientais, econômicas, sociais e inclusive populacionais, por meio dos fluxos migratórios.

Esse espaço foi produzido e transformado principalmente por meio da ação estatal. Desse modo, compreende-se o Estado enquanto interventor na produção do espaço, que desterritorializa-reterritorializa de acordo com as suas necessidades. Conforme Raffestin (1993), o Estado recorta o espaço levando em consideração os seus meios, sendo que a apropriação e a organização do espaço vêm acompanhadas de destruição e de desintegração. Além disso, por meio das ações estatais e do capital, são implantadas políticas públicas e programas de acordo com os interesses de cada um desses atores, o que modifica o território, num movimento constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Dessa forma, após compreender quais foram as transformações que levaram à constituição atual da região em análise, abaixo estão postos os principais objetivos desta pesquisa.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a dinâmica populacional da região Costa Oeste do Paraná enfocando a relação campo-cidade. Realizou-se uma caracterização da população regional, assim como se procurou analisar como o campo exerce influência nos municípios da região. A partir deste objetivo, seguem os específicos:

- a) analisar os dados socioeconômicos fornecidos pelo IBGE e pelo Ipardes, a fim de realizar uma caracterização da população regional, e também analisar seu crescimento, sua composição e distribuição espacial;
- b) examinar, de modo comparativo, o desenvolvimento socioeconômico de cada município a partir dos indicadores socioeconômicos fornecidos pelo IBGE;
- c) compreender a relação campo-cidade, assim como analisar a influência que o campo exerce nos municípios da região.

Este estudo faz parte da Geografia da População, que visa à análise e à interpretação da composição, do crescimento e da distribuição espacial da população, permitindo, desse modo, uma aproximação da organização espacial. A partir da compreensão da organização da sociedade no espaço pode-se realizar o planejamento, que visa garantir um mínimo de desenvolvimento econômico e social.

Com base nesses objetivos, esta dissertação está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro deles intitulado “Contextualização da População e do Território na Região Costa Oeste do Paraná”. Nesse primeiro capítulo, inicialmente, realiza-se uma breve contextualização da formação da região Costa Oeste do Paraná. Juntamente com essa contextualização, discutem-se os conceitos de região, de território e de espaço, além da análise do papel do Estado na produção espacial.

Realiza-se também uma revisão de literatura, destacando a importância dos estudos da população e a sua relação com o território, evidenciando a importância da Geografia da População. Juntamente com a discussão população-território realiza-se ainda uma contextualização teórica sobre a relação campo-cidade atualmente.

Já no segundo capítulo, intitulado “Dados Socioeconômicos da Região Costa Oeste do Paraná”, realiza-se a análise regional dos movimentos populacionais

estabelecidos. Essa análise é realizada por meio de dados que revelam características fundamentais, tais como (i) a flutuação da população, (ii) a população por sexo e por faixas etárias, (iii) a distribuição de renda na região, (iv) PIB e Índice de Gini, (v) as classes de rendimento mensal da população, (vi) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), (vii) Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), (viii) População Economicamente Ativa (PEA), (ix) taxa de alfabetização e níveis de instrução, (x) população segundo cor ou raça, e, por último, (xi) dados de migração. Tais dados proporcionam uma aproximação da realidade do espaço geográfico e de sua organização, e permitem visualizar determinadas problemáticas, como, por exemplo, a alteração na estrutura etária da população, sendo que essas mudanças, quando negativas, passam a exigir uma intervenção do Estado.

Após essa caracterização da região Costa Oeste do Paraná, no terceiro capítulo, intitulado “A Relação Campo-Cidade nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu”, realiza-se, inicialmente, um detalhamento do êxodo rural, discutindo-se a influência da modernização agrícola e da construção da Hidrelétrica de Itaipu, assim como o processo de urbanização evidenciado na região.

Também se procura comprovar a evidência das atividades do campo nos municípios lindeiros, considerando que as atividades agrícolas têm papel relevante para a região. Desse modo, foi analisado o tamanho das propriedades agrícolas, a produção rural, os empregos gerados pelo campo, assim como foram investigados os movimentos na cidade causados pelas alterações nas atividades do campo, o que inclui investimentos, consumo, as atividades agrícolas presentes na cidade, (como, por exemplo, as feiras e a comercialização de produtos). Enfim, investigou-se se o campo exerce influência na paisagem urbana em decorrência da prestação de serviços e da comercialização de produtos. Esse capítulo visa, portanto, confrontar os dados analisados, do primeiro e segundo capítulos, com a realidade empírica.

Enfim, busca-se, neste trabalho, analisar a dinâmica populacional na região dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, considerando também a evolução da relação campo-cidade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca de atingir os objetivos acima propostos, a pesquisa necessita de um plano metodológico adequado a essas proposições. Essa metodologia está baseada principalmente na descrição, explicação e análise geográfica, utilizando-se, para isso, de leituras bibliográficas, de levantamento de dados quantitativos para subsidiar as análises qualitativas, de entrevistas e de trabalhos de campo.

Inicialmente realiza-se uma contextualização histórica da região, tomando como ponto de partida a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação do Lago de Itaipu, em 1982, fator responsável pela reconfiguração da região em estudo. Realiza-se também uma revisão de literatura, no intuito de compreender conceitos relevantes para esta pesquisa, como região, território, espaço, assim como para destacar a importância dos estudos da população e de sua relação com o território.

Também se discute a relação campo-cidade numa perspectiva teórica, compreendendo as diferenças entre essas espacialidades e como se relacionam atualmente.

Em seguida, no segundo capítulo, foi realizado um levantamento de dados, estes fornecidos principalmente por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), baseando-se principalmente no Censo Demográfico de 2010. Entre os dados analisados, destacam-se: (i) levantamento da evolução da população total, (ii) população feminina e masculina, (iii) a concentração da população jovem e idosa por município, considerando o processo de transição demográfica que atinge o Brasil – avaliando a composição da população, dividida entre jovens (0 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais), (iv) distribuição de renda na região (PIB, Índice de Gini), (v) o desenvolvimento de cada município a partir de indicadores sociais (IDHM, IPDM), (vi) níveis de instrução (escolaridade, analfabetismo), (vii) população segundo cor ou raça e (viii) migração, êxodo rural, urbanização etc.

Em relação aos dados que necessitam de uma análise temporal, a fim de analisar a evolução populacional (como, por exemplo, o crescimento da população, total, a população por sexo e faixas etárias, a migração campo-cidade e o grau de urbanização etc.) foram considerados os Censos Demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Dessa forma, esta pesquisa utiliza, entre seus principais procedimentos metodológicos, a busca, a análise e a interpretação de indicadores demográficos, que servem como um instrumento e diagnóstico das necessidades e potencialidades da população em determinado espaço geográfico, servindo de base para a realização do planejamento.

Assim, de acordo com Pierre George (1981), a análise desses indicadores socioeconômicos para estudos científicos e para o planejamento de ações por parte dos governos levou à criação de instituições que coletam e disponibilizam esses indicadores. No Brasil, destaca-se o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela realização dos Censos Demográficos e das demais pesquisas de ordem populacional. No Paraná, destaca-se o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). Além desses institutos, há ainda várias outras fontes de indicadores socioeconômicos, tais como os ministérios da Educação, do Trabalho e da Saúde.

De acordo com Costa (2013), o estudo de indicadores sociais possibilita uma melhor compreensão da organização da sociedade, assim como o estudo de um modelo econômico adotado em um país, estado ou município permite a compreensão de sua organização espacial. O próprio IBGE destaca a importância do estudo desses indicadores:

O conhecimento da distribuição da população no território, identificando as áreas de ocupação, seu adensamento ou baixa densidade demográfica, permite conhecer, em especial para o detalhamento urbano e rural, a relação com o ambiente e planejar adequadamente o uso sustentável dos recursos. (IBGE, 2010, p. 2).

De acordo com Januzzi (2001), os indicadores sociais são utilizados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico para a pesquisa acadêmica; ou programático, para a formulação de políticas públicas: “É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANUZZI, 2001, p. 15). Para Milléo:

[...] os indicadores sociais não nos contam apenas sobre como a sociedade está, mas também apontam para o que ela quer prestar atenção e, principalmente, revelam de que modo a sociedade quer construir seu próprio retrato. (MILLÉO, 2005, p. 19).

O Censo Demográfico classifica a estrutura da população de acordo com a sua estrutura por sexo e idade, o que permite levantar informações como os padrões de fecundidade e de mortalidade, migração (interna e externa) e as transformações demográficas em curso, sua evolução e os impactos futuros sobre a população e sua composição. Tais informações tornam-se a base para a realização de políticas públicas voltadas à saúde, à educação, assim como assistência a grupos específicos, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos (IBGE, 2010). Conforme Mendonça:

Entender o perfil da população de um país é fundamental para o delineamento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação e sistema previdenciário, bem como para a elaboração de análises, estudos e prognósticos sobre o desenvolvimento demográfico e socioeconômico da nação. (MENDONÇA, 2013, p. 1).

Também foram levantados, no terceiro capítulo, dados que caracterizam a realidade agrícola na região Costa Oeste, tais como o tamanho de suas propriedades, a presença da agricultura familiar, as principais atividades econômicas desenvolvidas e a produção agropecuária. Essas informações foram obtidas a partir do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE.

A respeito das propriedades agrícolas, o IBGE utiliza o conceito de estabelecimentos agropecuários para denominar as áreas de exploração agrícolas:

Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais (IBGE, 2013-d, p.1).

Ressalta-se que, para classificar os estabelecimentos agropecuários em pequenas, médias e grandes propriedades (visualizados no Quadro 3 e Gráfico 8, p.128), realiza-se uma aproximação de acordo com os módulos fiscais. Conforme essa classificação, o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal; a pequena propriedade compreende o imóvel rural entre 1 e 4 módulos fiscais; a média propriedade é o imóvel rural de área superior, entre 4 até 15 módulos fiscais e a grande propriedade corresponde ao imóvel rural superior a 15 módulos fiscais (ZAKIA e OLIVEIRA, 2013).

Nos municípios da região Costa Oeste do Paraná, 1 módulo fiscal corresponde 18 hectares, com exceção do município de Guaíra, onde o módulo fiscal é de 20 hectares. Considerando os 18 hectares, o minifúndio corresponde a uma propriedade de até 18 hectares, a pequena propriedade possui entre 18 a 72 hectares, médias propriedades variam de 72 a 270 hectares e a grande propriedade seria superior a 270 hectares. Como, no entanto, os dados utilizados são do IBGE e o instituto não utiliza a mesma classificação dos módulos fiscais (pois apenas fornece os dados em hectares), então se optou por utilizar a seguinte classificação: de 0,1 a 20 hectares como minifúndio; de 20 ha a menos de 100 ha como pequenas propriedades; as médias propriedades correspondem de 100 ha a menos de 500 ha; e as grandes propriedades são aquelas acima dos 500 hectares.

Também para analisar a população ocupada no setor agropecuário, na Tabela 26 (p.134), agrupou-se o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar conforme o tipo de mão de obra utilizada: (i) somente mão de obra familiar; (ii) mão de obra familiar e empregado temporário; (iii) mão de obra familiar, empregado temporário e empregado permanente; (vi) mão de obra familiar e serviço de empreitada; e, por fim, (v) mão de obra familiar e demais combinações. Esta análise permite compreender como ocorre o trabalho nesses estabelecimentos de agricultura familiar.

Com base nos dados levantados, foram construídos gráficos, tabelas, quadros e mapas referentes ao tema, como forma de permitir uma melhor visualização dessas informações. As tabelas e os gráficos foram construídos utilizando-se principalmente do *software* Microsoft Excel 2010. Para a construção dos mapas utilizaram-se bases cartográficas georreferenciadas e indicadores sociodemográficos fornecidos pelo IBGE, que, posteriormente, foram processados no *software* ArcGis 9.3 por meio de sua extensão ArcMap. Também se utilizou, para construção e finalização dos mapas, o *software* de edição de imagens denominado Surfer.

Em seguida, realiza-se uma análise empírica da relação campo-cidade na região, enfocando as atividades agrícolas presentes na cidade, como as Feiras do Produtor Rural, assim como no consumo dos agricultores no comércio, além de discutir o que é o campo e a cidade atualmente e como sua relação mudou ao longo das últimas quatro décadas. Para isso, foram realizados trabalhos de campo com entrevistas para os seguintes grupos: (i) agricultores da região Costa Oeste do

Paraná, (ii) Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Acimacar), (iii) Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, (iv) estabelecimentos comerciais, (v) produtores da Feira do Produtor Rural e (vi) consumidores das feiras.

Em relação às entrevistas realizadas com os agricultores da região, foram aplicados trinta (30) questionários semiestruturados, com questões de múltipla escolha e abertas. Os agricultores foram escolhidos aleatoriamente. Os questionários foram aplicados nos seguintes municípios: Marechal Cândido Rondon (10), Guaíra (3), Terra Roxa (2); Mercedes (3); Pato Bragado (4); Entre Rios do Oeste (4) e Santa Helena (4).

Quanto às Feiras do Produtor Rural, foram realizadas entrevistas em três municípios da região: Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. Em cada uma dessas feiras foi realizada uma entrevista com o responsável/presidente da feira, além de cinco questionários com os feirantes, totalizando 15 questionários semiestruturados, com questões de múltipla escolha e abertas. Além disso, foram realizadas 15 entrevistas com os consumidores dessas feiras (5 entrevistados por município) por meio de entrevista gravada, formulando, nesse caso, questões abertas.

No tocante às entrevistas com representantes de estabelecimentos comerciais, foram aplicados 20 questionários, sendo 10 em Marechal Cândido Rondon e 10 em Santa Helena. Da mesma maneira, foram feitos questionários semiestruturados, com questões de múltipla escolha e abertas. Também se aplicou um questionário para um representante da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Acimacar) e um questionário, nos mesmos moldes, para um representante do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, no intuito de compreender a importância agricultura na região.

Juntamente com os trabalhos de campo foram produzidas fotografias, com relação às tecnologias presentes no campo e principalmente fotografias das Feiras do Produtor Rural dos municípios entrevistados.

# CAPÍTULO 1

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO TERRITÓRIO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

Este capítulo inicia trazendo uma caracterização da região Costa Oeste do Paraná, destacando alguns aspectos históricos da sua formação, tal como a formação do Lago de Itaipu e a integração regional dos seus municípios, destacando o processo de transformação territorial ocorrido.

Em seguida, realiza-se uma análise da importância dos estudos da população, com destaque para a Geografia da População. Destaca-se ainda a relação entre os estudos populacionais e o território e a relação campo-cidade.

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

Neste item procura-se analisar a contextualização histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação do Lago de Itaipu no ano de 1982, como ponto de partida para a reconfiguração regional e para o surgimento da região Costa Oeste do Paraná.

#### 1.1.1 A Criação do Lago de Itaipu e a Formação da Região Costa Oeste do Paraná

Para compreender como se originou o projeto da formação da região Costa Oeste do Paraná, torna-se necessário realizar uma breve contextualização histórica, que se inicia a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sua construção, juntamente com a formação do Lago de Itaipu, trouxe grandes impactos para os municípios que foram atingidos, inclusive uma reconfiguração desse território, que, mais tarde, deu origem a uma nova denominação para a região.

Uma região é estabelecida a partir da produção do espaço, da interação entre a sociedade e a natureza, pelas relações sociais estabelecidas, com especial destaque para o papel das grandes empresas e do Estado, com suas iniciativas de “criação de regiões” (HAESBAERT, 2005).

Apesar da globalização dita homogeneizadora, com tendência à unificação dos mercados e da economia, a diferenciação espacial é também um fenômeno

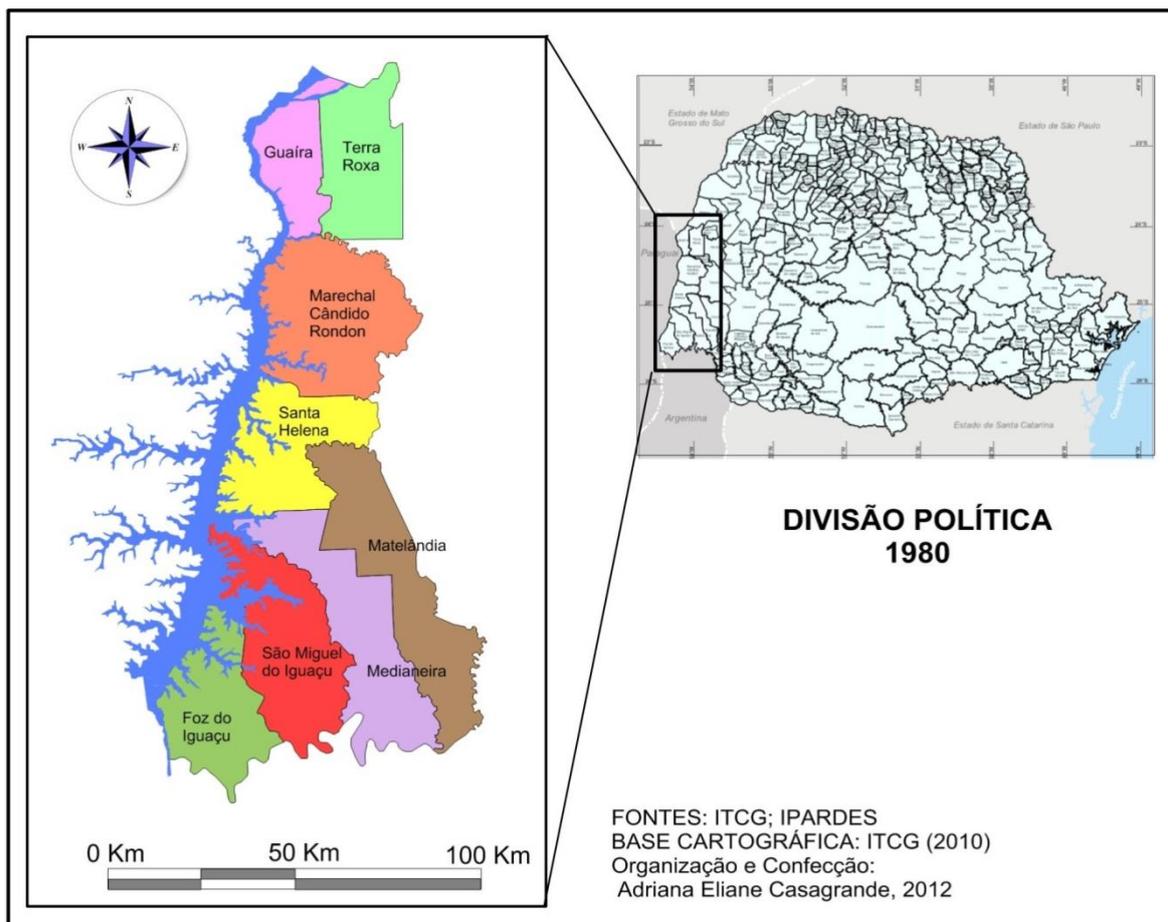
crescente, com a reconstrução da fragmentação de espaços. O regional passa a ser valorizado novamente no próprio bojo da globalização dos mercados e das comunicações, sendo interpretado como uma revalorização do singular, da diferença. A regionalização torna-se instrumento de análise do geógrafo em busca de recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações do espaço (HAESBAERT, 2005).

Assim, para compreender a formação da região Costa Oeste do Paraná, é necessário compreender o Projeto de Itaipu, como ocorreu a sua implantação e suas consequências para o território e para as pessoas que viviam na região.

A construção da Hidrelétrica se iniciou por volta do ano de 1970, no bojo do ideário nacional desenvolvimentista, com vistas à sustentação da produção energética e ao desenvolvimento econômico. Para além da necessidade de suprir a carência de energia, o projeto de Itaipu, no entanto, também era geopolítico. A geopolítica, conforme Raffestin (1993), é uma ciência própria do Estado, concebido como um organismo geográfico em constante movimento. O Estado tem o poder de transformar o espaço e o território, o poder de traçar limites e fronteiras de acordo com seus interesses; tem o poder de canalizar, bloquear, controlar e domesticar as forças sociais, exprimindo o jogo das organizações no espaço e no tempo.

Desse modo, a construção de Itaipu foi uma alavanca para promover o desenvolvimento econômico e o progresso, mas, por outro lado, a sua construção afetou diretamente os municípios da região Oeste do Paraná (RIBEIRO, 2002). Dentre as mudanças em seu arranjo espacial, surgiram os novos limites de extensões territoriais nos municípios, além do processo de desmembramento territorial que deu origem a municípios novos.

Além dos oito municípios que foram atingidos pelo Lago de Itaipu (Figura 2), novos municípios foram instituídos: Missal (1983), São José das Palmeiras (1985), Diamante D'Oeste (1989), Entre Rios do Oeste (1989), Pato Bragado (1990), Itaipulândia (1992) e Mercedes (1993).



**FIGURA 2** - Municípios atingidos pela formação do Lago de Itaipu – 1982.

Ressalta-se que esses municípios fazem parte da região Oeste do Paraná, região cuja colonização contemporânea teve início a partir dos movimentos migratórios do Sul do Brasil, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O início do processo de ocupação se deu a partir da década de 1940, por intermédio de empresas colonizadoras como a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá, que, além da exploração de recursos naturais, como a madeira, tinha como finalidade colonizar a região Oeste do Paraná. A colonizadora vendeu as terras (previamente divididas em pequenas propriedades), alterando a estrutura da região, em que famílias migrantes passaram a ocupar as terras que antes eram utilizadas por *mensus* e trabalhadores paraguaios na extração de erva-mate e madeira (SOUZA, 2012).

Antes da ocupação da região por migrantes sulistas, a economia se baseava na produção de produtos nativos, por meio de empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de servidão, também denominados de obrages. Entre 1940 a 1960 inicia-se, porém, a substituição de fazendas de

exploração de madeira e erva-mate pelas pequenas propriedades agrícolas. Com a chegada dos primeiros colonos, descendentes de imigrantes europeus em sua maioria, passou-se para o cultivo de roças de subsistência. Assim, a estrutura fundiária foi organizada no sistema de pequenas propriedades, destinadas a produzir para o consumo familiar e para o mercado (GREGORY, 2002). Posteriormente, entre 1960 a 1980, com o processo de modernização agrícola, as propriedades agrícolas passam a se inserir na produção monocultora mecanizada, conforme se discutirá no capítulo 3.

Assim, portanto, antes da formação do Lago de Itaipu já existia uma configuração regional baseada na agricultura e na exploração da madeira, com investimentos em indústrias e em áreas urbanas em expansão. Na década de 1970, a região contava com aproximadamente 256.633 pessoas (contando com o município de Matelândia):

**TABELA 1** – População residente nos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu - 1970.

<b>Município</b>	<b>População total 1970</b>
Diamante D'Oeste	-
Entre Rios do Oeste	-
Foz do Iguaçu	33.966
Guaira	32.875
Itaipulândia	-
Marechal Cândido Rondon	43.776
Matelândia	24.561
Medianeira	31142
Mercedes	-
Missal	-
Pato Bragado	-
Santa Helena	26834
Santa Terezinha de Itaipu	-
São Miguel do Iguaçu	25.242
São José das Palmeiras	-
Terra Roxa	38.237
<b>Total</b>	<b>256.633</b>

FONTE: IBGE, Banco de dados agregados, 2014.

Contata-se, portanto, que já havia uma configuração espacial na região, e, com a formação do Lago de Itaipu, os municípios atingidos sofreram grandes impactos, principalmente no que concerne à reconfiguração socioespacial, modificando a paisagem e as relações econômicas estabelecidas na região.

Esse espaço foi produzido e transformado principalmente por meio da ação estatal, gerando mudanças no território, num movimento constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para discutir o processo de desterritorialização-reterritorialização pelo qual passou essa região, torna-se importante compreender o que é o território, o que é o espaço, o que é região e regionalização. Inicialmente, no Quadro 1 estão postas algumas definições sobre alguns desses importantes conceitos para a Geografia:

**QUADRO 1 – Definições sobre Espaço e Território.**

<b>Autor</b>	<b>Definições de Espaço e Território</b>
SANTOS (1988), (2009), (2005)	O espaço geográfico deve ser compreendido a partir de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, também denominados de fixos e fluxos, que interagem e são complementares uns aos outros. O espaço também é sinônimo de território usado, território-abrigo de todos os homens, de todas as instituições e de todas as organizações, sendo ainda uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local.
RAFFESTIN (1993)	Compreende que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar-se de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.
HAESBAERT (2011)	Três concepções ligadas ao território: política ou jurídico-política, de domínio político do Estado; cultural ou simbólico-cultural, em que o território é visto como uma apropriação/valorização simbólica de um grupo; e econômica, em que o território é tomado como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho. O território envolve, ao mesmo tempo, essas três dimensões.

ORGANIZAÇÃO: Adriana E. Casagrande.

A fim de compreender melhor essas importantes categorias de análise, abaixo se discutem os conceitos de espaço e território, e, em seguida, de região e de regionalização.

### 1.1.2 Espaço e Território

Para Milton Santos, o espaço pode ser considerado como um conjunto de formas (os objetos geográficos) e de vida que os anima (a sociedade em movimento):

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p. 26-27).

Nesse sentido, o espaço geográfico pode ser compreendido a partir de sistemas de objetos (as técnicas, o construído) e sistemas de ações, também denominados, por Santos (2009), como fixos e fluxos, que interagem e são complementares uns aos outros. Os fixos, correspondentes a toda materialidade e técnicas existentes, são determinados e determinam as ações, de acordo com cada momento histórico – o conteúdo técnico do espaço é, ao mesmo tempo, um conteúdo do tempo. As técnicas servem como um meio para as ações (trabalho, produção, circulação, comunicação etc.). A relação homem-meio se dá por meio das técnicas, que podem ser compreendidas como o “[...] conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p.29).

Ressalta-se que, para Milton Santos, o espaço geográfico é sinônimo de território usado; território-abrigo de todos os homens, de todas as instituições e de todas as organizações. Sob essa perspectiva de análise, abrange-se o espaço geográfico em sua totalidade:

Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*; e este é tanto resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. (BERNARDES et al., 2000, p. 2 – grifo dos autores).

De acordo com Santos (2005), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Essa perspectiva do território remete à ideia de espaço banal, que, como posto acima, é o espaço de todas as dimensões

do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. Por meio do território usado é que se podem analisar as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (BERNARDES et al., 2000).

Já para Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes, pois entende que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator, em que, ao se apropriar de um espaço, o ator “territorializa” o mesmo espaço: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Haesbert (2011), há três concepções ligadas ao território. A primeira é a política, também identificável como jurídico-política. É a concepção mais difundida, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, geralmente relacionado ao poder político do Estado. A segunda concepção é a cultural ou simbólico-cultural. Ela prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Por fim, a terceira concepção é a econômica. É a menos difundida. Enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. A partir dessas três concepções ligadas ao território, Haesbaert o define como:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 2011, p. 94).

Para Sack (2011, p. 86), “[...] o território surge da tentativa por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Assim, o território torna-se um instrumento de exercício de poder, principalmente do poder do Estado. Em relação ao movimento dedesterritorialização-reterritorialização, o Estado “[...] carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes,

mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (HAESBAERT, 2011, p. 198). Assim, o Estado teve um grande papel no rearranjo territorial promovido com a formação do Lago de Itaipu:

A construção da hidrelétrica de Itaipu proporcionou o início de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no cenário regional, o qual, gradativamente, vem se organizando. Em decorrência disso, a formação do Lago de Itaipu trouxe uma nova configuração territorial aos municípios “atingidos”. Foi, portanto, a partir da Itaipu Binacional que se instaurou um novo cenário regional, onde estão presentes novos projetos de mudanças, como a reterritorialização denominada de Projeto Costa Oeste, conduzida pelo governo do Estado do Paraná. (SOUZA, 2009, p. 126).

Com a formação do Lago, foram alagados 770 km<sup>2</sup> no lado brasileiro e 580km<sup>2</sup> no lado paraguaio. No Paraná, a construção da Hidrelétrica de Itaipu comprometeu cerca de 101.093 hectares do território, reconfigurando a região e suas relações socioeconômicas. Na Tabela 2 é possível observar o tamanho das áreas que foram desapropriadas:

**TABELA 2** – Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu – Brasil

	Nº Propriedades	Área (ha)
RURAIS	6.913	100.607,73
URBANAS	1.606	484,78
<b>TOTAIS</b>	<b>8.519</b>	<b>101.092,52</b>

FONTE: Itaipu Binacional *apud* Souza (2009).

Verifica-se, com base nos dados, que as propriedades rurais foram as mais afetadas, correspondendo a 99% da área total atingida e a 81% do número de propriedades. De acordo com Souza (2009), as águas do lago inundaram áreas urbanas e rurais, habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano, no lado brasileiro. Na Tabela 3 verifica-se a população total dos municípios atingidos e a população residente nas áreas comprometidas pelo Lago de Itaipu:

**TABELA 3** – População dos municípios atingidos e população total da área em conflito – 1975

<b>Municípios</b>	<b>População Total</b>	<b>População Total da Área Comprometida</b>	<b>%</b>
Guaíra	47.482	3.659	7,71
Terra Roxa	55.268	146	0,26
M. C. Rondon	63.458	10.600	16,70
Santa Helena	38.831	12.181	31,37
Matelândia	35.473	70	0,20
Medianeira	45.216	1.540	3,41
S. M. do Iguaçu	36.436	8.639	23,71
Foz do Iguaçu	49.538	5.609	11,32
<b>Sub-região</b>	<b>371.702</b>	<b>42.444</b>	<b>11,42</b>

FONTE: Estudo sub-regional oeste do Paraná – convênio SUDESUL/UFPR *apud* Souza (2009).

Assim 11% da população da região foi atingida pelo Lago de Itaipu, com um total de 42.444 pessoas (valor próximo à população total de alguns municípios mais populosos da região Costa Oeste atualmente – ver Tabela 5). Em relação aos municípios, Santa Helena teve uma maior proporção de pessoas atingidas, 31,37%, seguido de São Miguel do Iguaçu (23,31%) e Marechal Cândido Rondon (16,70%).

Antes do alagamento, a agricultura era o carro-chefe da subsistência da região, devido à fertilidade do solo e por se tratar de uma região ribeirinha. Conseqüentemente, a construção da Hidrelétrica estimulou um movimento migratório. Nesse movimento, muitas pessoas que viviam no campo perderam suas terras em virtude do alagamento, e vieram para as cidades em sua grande maioria. Os agricultores migraram para as mais diversas regiões, como cidades da própria região Oeste do Paraná, para o norte do país e também para o Paraguai:

A expulsão deste contingente populacional das zonas rurais fez com que o mesmo se concentrasse, em grandes levas, nas cidades maiores da própria região (Cascavel, Toledo, Mal. Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, onde muitos indivíduos são, ainda, dependentes de emprego temporário na zona rural – bóias-frias) ou em outras cidades do Estado e do País (Curitiba, cidades do Sudeste); a migração deu-se, também, visando a ocupação interna do Estado do Paraná (Pitanga); por fim, grande parte deste contingente de população rural deslocou-se em direção às novas fronteiras de ocupação do território brasileiro (Rondônia, Mato Grosso e Acre) e mesmo fora do País, como é o caso da ocupação da margem paraguaia da represa de Itaipu, por brasileiros (“brasiguaios”) (Boletim de Geografia, 1991, *apud* SOUZA, 2009, p. 58).

Parte dos desapropriados de Itaipu se deslocaram para Rondônia e Acre, áreas de fronteira agrícola do país durante a década de 1980. Houve também um processo de atração populacional, principalmente para Foz do Iguaçu, para onde grandes contingentes populacionais se direcionaram para trabalhar na construção da hidrelétrica:

Durante o período da construção, pelo montante de recursos mobilizados como também pelo afluxo de trabalhadores, a cidade de Foz do Iguaçu – localização da construção – teve um grande impacto pela demanda de serviços, ocasionando problemas no ordenamento do sistema urbano da cidade e, ao mesmo tempo, dinamizou a economia. (SOUZA, 2009, p. 21).

Ao tratar dos fluxos migratórios que ocorreram devido à construção da Itaipu, constata-se que o Estado teve um grande papel nesses fluxos, tanto de atração, no caso dos trabalhadores que migraram para Foz de Iguaçu em busca de emprego, como de expulsão, em que os agricultores expropriados tiveram que encontrar terras em outras regiões do país ou então migrar para as cidades.

Conforme Raffestin (1993), a população é uma fonte de recursos para o Estado, é um estoque de energia, energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias. Sendo a população uma fonte de energia, é natural que se tente fazê-la crescer ou se deslocar para atingir seus objetivos. O Estado e as empresas têm o poder de “gerar” fluxos migratórios, “[...] realizar uma distribuição equilibrada da população no território e, por medidas de incitação, novos arranjos e investimentos criadores de emprego, por exemplo, podem remodelar o mapa de distribuição da população” (RAFFESTIN, 1993, p. 80).

Para amenizar os impactos sociais e ambientais sofridos pelos municípios lindeiros, a partir de 1991 eles passaram a receber valores monetários proporcionalmente às suas áreas alagadas. Assim, o Brasil e o Paraguai passam a receber mensalmente a compensação financeira dos *royalties*, repasses que atingem a cifra anual de dezenas de milhões de dólares. No Brasil, os *royalties* são distribuídos entre Estados, União e aos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, que recebem 45% desses recursos.

A divisão do recurso entre esses municípios é realizada de acordo com alguns critérios, como o repasse de recurso por ganho de energia, pela vazão e, principalmente, em virtude da área inundada com o lago, o que significa que, quanto maior a área inundada, maior é o valor recebido pelos municípios em *royalties*

(STERCHILE e SOUZA, 2008). Na Tabela 4 observa-se a área alagada de cada município, assim como a área total alagada na região Costa Oeste do Paraná:

**TABELA 4** – Região Costa Oeste do Paraná – Área alagada (km<sup>2</sup>) e Repasse dos *Royalties* – 2014.

Município	Área Alagada	Repasse Atual	Acumulado
Diamante D'Oeste	5,62	US\$ 21,6 mil	US\$ 8,1 milhões
Entre Rios do Oeste	32,90	US\$ 126,5 mil	US\$ 45,5 milhões
Foz do Iguaçu	201,84	US\$ 776 mil	US\$ 293,1 milhões
Guaíra	51,01	US\$ 196,1 mil	US\$ 74 milhões
Itaipulândia	179,73	US\$ 690,9 mil	US\$ 248,5 milhões
Marechal Cândido Rondon	56,04	US\$ 215,5 mil	US\$ 88,2 milhões
Medianeira	1,16	US\$ 4,5 mil	US\$ 1,6 milhão
Mercedes	19,32	US\$ 74,3 mil	US\$ 26,7 milhões
Missal	40,07	US\$ 154,1 mil	US\$ 58,1 milhões
Pato Bragado	47,07	US\$ 181 mil	US\$ 65 milhões
Santa Helena	263,76	US\$ 1.014 mil	US\$ 383 milhões
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	US\$ 161,1 mil	US\$ 60,8 milhões
São Miguel do Iguaçu	90,91	US\$ 349,5 mil	US\$ 144,5 milhões
São José das Palmeiras	1,94	US\$ 7,5 mil	US\$ 2,8 milhões
Terra Roxa	1,58	US\$ 6,1 mil	US\$ 2,2 milhões
<b>Total</b>	<b>1034.85 km<sup>2</sup></b>		

FONTE: Itaipu Binacional<sup>2</sup> - repasse de *royalties* 10 fev. 2014. Organização: Adriana E. Casagrande.

Observando a Tabela 4, verifica-se que a área total alagada no lado brasileiro é de 1034,85 km<sup>2</sup>, área superior ao tamanho do maior município da região, São Miguel do Iguaçu, que possui 849 km<sup>2</sup> de área territorial, e que corresponde a quase o dobro do território de Guaíra (568,8 km<sup>2</sup>). Verifica-se, portanto, que os impactos foram significativos em termos de perda territorial. Já em relação aos municípios, Santa Helena foi aquele que teve a área mais atingida, seguido de Foz do Iguaçu e de Itaipulândia, municípios que possuem maior participação no recebimento de *royalties*. No outro extremo, os municípios menos atingidos pelo lago foram Medianeira, Terra Roxa e São José das Palmeiras, o que significa que os recursos recebidos por esses municípios são inferiores àqueles primeiramente mencionados.

Os *royalties* contribuem para o aumento da receita da região Costa Oeste do Paraná e, conforme o Decreto Federal nº 1/1991, não devem ser aplicados no pagamento de dívidas e nem em pessoal permanente, devendo ser utilizados em

<sup>2</sup> ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

infraestruturas que proporcionem o desenvolvimento social da população, aumentando sua qualidade de vida (RIBEIRO, 2005).

Tais recursos são de grande importância para a economia dos municípios, pois podem ser aplicados em diversas áreas, desde investimentos destinados ao turismo, até políticas e programas voltados a atender às expectativas dos cidadãos, em busca do desenvolvimento econômico e social para seus municípios.

Entretanto, no tocante às áreas em que são investidos os *royalties*, não fica claro para a população onde esses recursos são aplicados, e, quando questionado ao poder público local, a afirmação é a de que os *royalties* são aplicados em infraestruturas nos municípios. Conforme Sterchile e Souza (2008), não há uma política definida para o investimento desses recursos, os *royalties* nos municípios são aplicados, sobretudo, em infraestrutura, ou na manutenção de programas já existentes. Sem uma clareza sobre a aplicação dos *royalties*, torna-se difícil determinar se esses recursos têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Oliveira (2008), verifica-se que nem sempre esses recursos são capazes de garantir o desenvolvimento econômico. Observa-se uma dificuldade dos municípios lindeiros em lidar com os recursos oriundos dos *royalties*, como forma de fortalecimento da base econômica e inclusão social.

Conforme Souza (2009), os indicadores de qualidade de vida deveriam ser excelentes por contarem com o repasse dos *royalties*. As administrações municipais dispõem desses recursos para investirem em áreas como educação, agricultura, trabalho, saúde e obras de infraestrutura, como estradas, rede de coleta e tratamento de esgoto etc. No entanto:

Apesar dos recursos recebidos dos *royalties*, a realidade mostra que a aplicação deles não foi feita na melhoria de toda a população. Aquelas populações que vivem em condições precárias de habitação e saneamento estão insatisfeitas com os serviços prestados pelo poder público municipal. (SOUZA, 2009, p. 109).

Nessa perspectiva, parece haver uma ruptura daquilo que se prega como igualdade social e a devida aplicação dos *royalties*, pois, no tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), enquanto alguns municípios lideram o *ranking* estadual (Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Entre Rios do Oeste), outros, se não ocupam as últimas colocações, estão próximos dela, como no caso de Diamante D'Oeste (RIBEIRO, 2005).

Com essas desigualdades verificadas entre o grau de desenvolvimento humano, pode-se compreender que, muitas vezes, o discurso do desenvolvimento regional não está posto em prática, uma vez que se verifica a dificuldade de integração entre os municípios, assim como uma desigualdade entre eles quanto ao grau de desenvolvimento.

Torna-se, portanto, relevante que os gestores públicos, em conjunto com seus munícipes (através do orçamento participativo), discutam e definam as áreas em que os *royalties* serão aplicados. Uma estratégia que pode ser utilizada por esses municípios é a da integração, definindo em conjunto políticas e programas comuns na busca do desenvolvimento regional, possibilitando, dessa maneira, a ampliação da oferta de serviços, utilização conjunta de equipamentos, cooperação técnica e realização conjunta de obras etc., o que garantiria o seu desenvolvimento econômico conjunto por meio do planejamento regional (CASAGRANDE e SOUZA, 2013).

A região Costa Oeste do Paraná, inserida na Mesorregião Oeste do Paraná, passa a ter essa denominação devido a um programa de regionalização turística denominado Projeto Costa Oeste, que foi implantado em 1997 pelo governo do Estado do Paraná, que visava promover o desenvolvimento econômico na região. A institucionalidade dessa região se legitima por meio do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (SOUZA, 2008).

Além do desenvolvimento turístico no entorno do reservatório de Itaipu, o Projeto Costa Oeste visava ao desenvolvimento da região de forma integrada, enfocando aspectos econômicos, sociais e ambientais – principalmente no que se refere a setores da agricultura, do turismo, do meio ambiente, e o fortalecimento das áreas urbanas. Assim, portanto, com a formação do Lago de Itaipu institui-se uma nova regionalidade:

São vários os fatores que colaboraram para que os municípios se articulem e se insiram num contexto regional: por ter a mesma fonte e os mesmos fins, os recursos dos *royalties* mantêm os municípios unidos, principalmente reivindicando juntos quando há atraso no repasse; a centralização do poder da Itaipu sobre o gerenciamento do lago, fazendo com que os municípios interajam com a mediação da Itaipu; o uso do aproveitamento do lago, que, por não ter territórios explicitamente demarcados, é comum a todos os que se utilizam dele, e, além disso, os projetos comuns de aproveitamento do lago estão sob a coordenação do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Criou-se, desse modo, uma nova instância regional, diferente das administrações de cidades, Estados,

regiões metropolitanas e áreas de intervenção como Sudam, Sudene e Sudeco. (SOUZA, 2009, p. 115).

Visando à articulação dos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu, surgiu o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, fundado no ano de 1990 na cidade de Santa Helena. Fazem parte desse conselho os 15 municípios pertencentes à região Costa Oeste do Paraná mais o município de Mundo Novo-MS. É formado por representantes das prefeituras municipais, das câmaras de vereadores e das associações comerciais dos municípios lindeiros.

O objetivo principal do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu é “[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico urbano e rural de toda a região de forma integrada, respeitando as diferentes características de cada município, contanto sempre com a parceria da Itaipu Binacional” (LINDEIROS, 2014). Também são objetivos do Conselho: fortalecer o caráter institucional do Conselho perante as entidades governamentais e instituições de crédito e financiamento; viabilizar e dar prioridade à execução de obras e serviços de interesse comum; promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento da região; coordenar o planejamento local de acordo com as diretrizes do planejamento regional, estadual e federal; e incentivar a destinação dos recursos dos *royalties* para a elaboração de projetos viáveis e eficazes.

Por meio desse Conselho foram criadas as Câmaras Técnicas, as quais visam planejar o desenvolvimento regional integrado. Assim, foi criada (i) a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Esporte, (II) a Câmara Técnica de Agricultura e Meio Ambiente, (iii) a Câmara Técnica de Indústria, Comércio e Turismo, e, ainda, (iv) a Câmara Técnica de Segurança e (v) a Câmara Técnica de Assistência Social (LINDEIROS, 2014).

Por meio do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, foram criados programas que visam à integração e ao desenvolvimento regional. Desse modo, ao falar de uma nova região a partir da formação do Lago de Itaipu, torna-se importante compreender esse conceito geográfico de grande relevância, assim como a regionalização.

### 1.1.3 Região e Regionalização

Num primeiro momento, a região pode ser caracterizada como um “recorte” espacial que varia de acordo com a escala. Para compreender a região, utilizou-se um conceito proposto por Haesbaert, como sendo:

[...] uma espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações socioespaciais, dotada de similaridade (“homogeneidade relativa”) e/ou de coesão (funcional e simbólica), evidentemente, é sempre definida a partir de sua especificidade, de sua diferenciação ou contraste [...]. (HAESBAERT, 2010, p. 127).

Para Haesbaert (2010, p. 23), “[...] toda regionalização deve sempre ser considerada, também, um ato de poder – o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear”. É preciso, atualmente, assumir a natureza do regional ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos processos denominados globalizadores (HAESBAERT, 2010).

Apesar de muitas concepções teóricas terem apregoado a “morte” (ou o fim) das regiões associada à homogeneização globalizadora, em que haveria uma padronização do espaço geográfico, sabe-se que esse movimento é inverso, que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo vem trazendo singularidades para as várias partes do mundo. De acordo com Santos:

Da mesma forma, como se diz hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe [...] ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais, que, de outra forma, não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. (SANTOS, 2009, p. 246).

Ademais, com a globalização, os lugares e as regiões são atingidos, direta ou indiretamente, pelas necessidades do processo produtivo, gerando seletividades e hierarquias no espaço. Assim, cada ponto do espaço torna-se importante de acordo com suas virtualidades, sejam elas naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas por meio de intervenções (SANTOS, 1988). Desse modo, os processos

globalizadores são também responsáveis pelas diferenciações, redesenhando as regiões no mundo:

Entendidos dentro de uma dinâmica múltipla, ao mesmo tempo geral e fragmentadora, os assim chamados processos globalizadores, mais do que simplesmente “produzirem”, estão imersos em integrações e rupturas, aberturas e fechamentos, inclusões e exclusões, moldando e sendo moldados por diferenciações e contextos geográficos que, em articulações complexas, redesenham profundamente as “regiões” do mundo, em suas diversas escalas. (HAESBAERT, 2010, p. 13).

Ainda em relação à regionalização, esta pode ser realizada com propósitos acadêmicos, visando analisar/compreender determinado processo social, ou pode ser proposta para fins de intervenção política ou de planejamento, adequando-a região a determinados propósitos político-econômicos, vinculando-se ao planejamento regional, resultando, por exemplo, em ações de redução de desigualdades socioeconômicas ou resolução de questões ambientais etc. (HAESBAERT, 2010).

Nesse sentido, ao considerar os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu enquanto uma região, optou-se por analisar a sua dinâmica populacional, enfocando a relação entrecampo e cidade. Assim, no item a seguir, analisa-se qual é a importância dos estudos populacionais, qual é a sua relação com o território, assim como se diferencia o que é Geografia da População e o que é a Demografia. Em seguida discute-se sobre a relação campo-cidade numa perspectiva teórica.

## 1.2 A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA POPULAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

La Geografía de la Población explica comportamientos pasados, pero también diagnostica la actualidad y detecta problemas subyacentes que ayudan a predecir la evolución futura de la población, por lo que es de gran utilidad en estudios de mercado y en la actuación política<sup>3</sup>. (VALERO, 2013, p. 1).

Para compreender os estudos populacionais e a sua importância, torna-se necessário, primeiramente, compreender o que é a população, objeto deste estudo.

---

<sup>3</sup> Tradução: “A Geografia da População explica comportamentos passados, mas também diagnostica a atualidade e detecta problemas subjacentes que ajudam a prever a evolução futura da população, sendo por isso de grande utilidade em pesquisas de mercado e ação política” (Tradução da autora).

Conforme Valentei, por população deve-se entender um conjunto de indivíduos que realizam a sua atividade vital no quadro de uma determinada sociedade: “A população é sempre um conjunto complexo e multifacético de pessoas que vivem num determinado território, que constituem a base natural de uma dada comunidade social” (VALENTEI, 1987, p. 8).

Claude Raffestin (1993), em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, tem relacionado o estudo da população como sendo um instrumento de poder, uma forma de controle e de conhecimento sobre a quantidade, a estrutura e o crescimento populacional em um determinado território. A população pode ser compreendida, conforme o autor, como uma coleção de seres humanos, sendo um conjunto finito e, num dado momento, “recenseável”. Além disso, os instrumentos de coleta e análise da informação sobre a sociedade estão ligados a questões sobre relação entre posse de informação e poder. Esse poder visa o controle sobre a população, o território e os recursos:

Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e integrar uma estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Constata-se, assim, a importância da relação entre a população e o território, em que este se torna a base e determinante da dinâmica populacional. Ainda para o autor, o Estado é caracterizado a partir dessa tríade: População, Território e Autoridade, sendo que a população é tomada como um recurso:

A população representada como “coleção de seres humanos” é um trunfo, um recurso para o Estado, para as empresas, para as igrejas, os partidos, etc. Trunfo sobre o qual se busca a posse, a dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processos. (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

Nesse sentido, a informação sobre a população é útil não somente à organização estatal, mas também econômica, religiosa etc., em que “[...] esse homem estatístico é a unidade de cálculo de todo poder, que está integrado em todos os cálculos estratégicos, seja como soldado, como contribuinte, produtor,

consumidor, eleitor, fiel, guerrilheiro etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 75). Também para Anderson (2008), o censo, principalmente durante o Estado Colonial, tratava-se de uma forma de controle sobre a população, rastreando aqueles que poderiam ser tributados ou recrutados para o exército.

Atualmente, compreende-se que o estudo da população e os recenseamentos tornam-se estratégias para o conhecimento do território e das relações socioeconômicas investidas nele, o que permite, ao Estado, realizar o planejamento, por meio do investimento de recursos e da implantação de políticas públicas visando ao desenvolvimento. Considera-se, por desenvolvimento, não apenas o crescimento econômico, mas, sim, o acesso da população aos bens e serviços que garantam sua qualidade de vida, pois, conforme Pereira (1978), o estado de desenvolvimento não se restringe a manter-se vivo, mas requer, em uma sociedade, níveis culturais, educacionais e econômicos amplamente difundidos e ascendentes:

Em resumo, o desenvolvimento pede um senso de domínio e controle voluntário sobre o ambiente. Isto não pode ser obtido meramente impedindo-se que as pessoas morram de fome. Implica, entre outras coisas, uma crescente abundância de bens e serviços, facilidades sanitárias adequadas, oportunidades de educação, habitação decente, lazer, divertimentos e, para cada indivíduo, uma sensação de satisfação no seu trabalho. (PEREIRA, 1978, p. 239).

Destaca-se, dessa forma, a importância do estudo populacional para o desenvolvimento socioeconômico do território; a partir dos estudos populacionais, o Estado pode detectar as necessidades da população, investindo em setores que garantam a sua qualidade de vida.

De acordo com Paul Singer (1988), a população tem importante função no nível econômico, sendo que o crescimento populacional altera as condições do mercado consumidor interno e as oportunidades de ganhos na escala do sistema produtivo: “O tamanho, a estrutura e o crescimento da população têm um efeito duplo sobre o funcionamento da economia: eles são os principais determinantes da oferta de força de trabalho e, ao mesmo tempo, influem no consumo” (SINGER, 1988). Além disso, o crescimento da população constitui ator central no processo de desenvolvimento social, pois torna obsoletos certos modos de produção e encaminha a organização de modalidades mais produtivas. Dessa forma, o autor considera o crescimento populacional um importante fator para o desenvolvimento econômico.

Também para Merrick e Graham (1981), há um importante elo entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico no Brasil, principalmente no que se refere à oferta e à demanda de trabalho. Também para os autores a composição etária da população tem grande importância no planejamento para o desenvolvimento: “A experiência brasileira sugere que os efeitos mais importantes podem ser indiretos, os que influem nas exigências de recursos em áreas como educação, saúde e habitação, resultantes de aumentos no tamanho de grupos de idades específicos” (MERRICK e GRAHAM, 1981, p. 369).

Além de ser um fator para o desenvolvimento econômico, a estrutura da população também é resultado do desenvolvimento. Para Valentei (1987), os processos demográficos são a base natural do desenvolvimento da população, mas que sofrem, ao mesmo tempo, influência do meio ambiente e das condições de vida e trabalho, que, por sua vez, são determinados pelo nível de desenvolvimento das forças de produção e das relações econômicas que dominam a sociedade.

Dessa forma, este estudo se enquadra na denominada Geografia da População, conhecida como “[...] a ciência que trata dos aspectos espaciais da população” (MENDONÇA, 2013, p.1). Além da Geografia da População, a Demografia também serve de auxílio para esses estudos. A diferença da Geografia da População e da Demografia consiste em que o geógrafo é um estudioso da natureza dos lugares, enquanto o demógrafo estuda a natureza e o comportamento da população (MENDONÇA, 2013).

Para Damiani, a Demografia vem se somar à Geografia da População enquanto um procedimento metodológico de análise. De acordo com a autora:

A demografia, no interior da geografia, embora reflita uma sofisticação estatística maior, portanto, maior controle sobre dados qualitativos das populações, significa um comprometimento metodológico da análise. Ela é apresentada na geografia como auxiliar da geografia da população, na sua configuração como primeira aproximação, primeiro momento, de uma análise mais complexa e especializada, realizada pelos outros ramos da geografia. (DAMIANI, 1991, p. 61).

Para Valero (2013, p.1), a Geografia e a Demografia compartilham conteúdos, apesar de o enfoque da primeira ser o espaço: “La Geografía de la Población comparte con la Demografía métodos y contenidos, aunque el enfoque da

prioridad a los aspectos espaciales de los fenómenos y fragmenta el espacio en territorios de distinta naturaleza y escala<sup>4</sup>.

A Geografia da População estuda os aspectos espaciais da fixação populacional distribuída em toda a superfície terrestre, sendo a natureza, a utilização e o significado dessas áreas habitadas o seu objetivo central, com a finalidade de compreender o mecanismo distributivo dos aglomerados humanos nos seus planos regionais, nacionais e internacionais (ZELINSKY, 1969). A Geografia da População pode ser definida como:

[...] a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos da população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. (ZELINSKY, 1969, p. 17).

Por meio da análise “geodemográfica”, termo cunhado por Ângulo (2005), é possível chegar ao conhecimento das inter-relações que se produzem ao longo do tempo entre uma população e o território. De acordo com o autor:

La incorporación de los datos de población vinculada a la oferta de datos demográficos resultantes de las labores censales es una importante mejora en los medios necesarios para el estudio de la distribución espacial de la población y sus implicaciones territoriales [...]<sup>5</sup>. (ÂNGULO, 2005, p. 89).

Em relação ao campo da disciplina, abaixo seguem reunidos alguns autores que delimitaram seus principais aspectos (Quadro 2):

---

<sup>4</sup> Tradução: “A Geografia da População compartilha com a Demografia métodos e conteúdos, embora sua abordagem dê prioridade aos aspectos espaciais dos fenômenos e fragmenta o espaço em territórios de distinta natureza e escala” (Tradução da autora).

<sup>5</sup> Tradução: “A incorporação dos dados de população, vinculada à oferta de dados demográficos resultantes dos censos, significa uma importante melhora nos meios necessários para o estudo da distribuição espacial da população e suas implicações territoriais” (Tradução da autora).

**QUADRO 2 – Campos específicos da Geografia da População**

<b>Autor</b>	<b>Eixos principais da Geografia da População</b>
BEAUJEU-GARNIER (1971)	Distribuição da população, a evolução histórica das sociedades humanas e o grau de êxito atingido por elas.
ZELINSKY (1969)	Três níveis distintos e ascendentes de reflexão: o primeiro consiste na simples descrição da localização da população e suas características; o segundo refere-se à explicação dessas localizações espaciais e características; e o terceiro trata da análise geográfica dos fenômenos da população – as inter-relações entre as diferenças espaciais da população com todos ou alguns outros elementos da área geográfica estudada.
VALERO (2013)	O campo específico da disciplina não está completamente delimitado, mas a dinâmica e a estrutura demográfica, a distribuição espacial e as migrações são considerados aspectos centrais (Tradução da autora).
PÉREZ (2010)	Seu principal objetivo: as variações territoriais na distribuição e concentração da população, particularmente no que se refere à estrutura por idades e sexo e a descrição dos eventos sociodemográficos (fecundidade, mortalidade e migração) (Tradução da autora).

ORGANIZAÇÃO: Adriana E. Casagrande.

Constata-se, de acordo com o quadro acima, que a distribuição espacial da população é ponto principal do estudo da geografia populacional, juntamente com a sua estrutura demográfica. Por meio da análise dos aspectos da população citados acima, deve-se, de acordo com Pereira:

Determinar essas ligações, tentar interpretar suas causas, buscar as inter-relações entre fenômenos demográficos e outros fenômenos sociais, principalmente os econômicos; inferir consequências; explicar o como e o porquê dos movimentos e da intensidade maior ou menor dos movimentos populacionais; verificar se os dados da população mantêm relações mais ou menos estreitas com os fenômenos da civilização, com os grupos sociais, com as políticas governamentais, têm tanta ou maior importância que o estudo do estado da população e dos seus movimentos. (PEREIRA, 1978, p. 4).

Compreende-se que não se pode falar em população sem falar em espaço geográfico, “[...] tanto os indivíduos quanto os fatores demográficos são localizados espacialmente e normalmente se distribuem de maneira heterogênea nesse espaço”(CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2013, p. 40).

Além disso, a população não é um conceito numérico, estático. Por isso a Geografia não deve se basear exclusivamente na Demografia, mas também em outras ciências:

O estudo da população na Geografia exige o aporte de outras ciências sociais como a Economia Política e a Sociologia, para explicar o porquê do lugar de pessoas nas classes sociais, a perda dos indivíduos na coisidade da força de trabalho do homem genérico, ao mesmo tempo submetido na sociedade, não por obra do acaso, mas das leis sociais dominantes. (RIQUE, 2004, p. 30).

Em relação ao estudo dos indicadores sociais, Milléo (2005) afirma que possuem a qualidade de facilitar a visualização de um fenômeno social, ao mesmo tempo em que geram polêmica no processo de simplificação/substituição em si. Destarte, de acordo com Mormul e Rocha (2012), não basta apenas descrever os fenômenos populacionais. É preciso mergulhar em direção a sua essência, ou seja, do contexto, das contradições e de toda gama de relações que produzem determinado fenômeno. Ainda de acordo com esses autores, a demografia, no interior da geografia, significa um comprometimento metodológico de análise, sendo apresentada na Geografia com auxiliar nos estudos da população.

Para Zelinsky (1969), o propósito dessa matéria é bem mais amplo do que a tarefa de estabelecer onde as pessoas vivem, o seu número e seu tipo:

Como em todos os demais campos da Geografia, o mero “onde” das coisas não pode ser aceito como uma definição suficiente do campo e do propósito da Geografia da População. “Geográfico” não é sinônimo de “locacional”. Para ser analítica, a Geografia deve olhar para o caráter inter-relacionado das coisas que variam através do espaço. Ela deve encarar o fluxo geralmente complicado de causa e efeito entre esses aspectos inter-relacionados que dotam cada local de particularidades únicas. (ZELINSKY, 1969, p. 17-18).

Para a análise do perfil de uma população, é de grande importância a realização dos Censos Demográficos, que, conforme Valero (2003), reúnem, resumem, analisam e publicam dados de tipo demográfico, cultural, econômico e social dos habitantes de um país e de suas unidades político-administrativas. Para Raffestin (1993), o recenseamento é a forma como o Estado e demais organizações procuram informações sobre um determinado grupo, garantindo, assim, seu domínio sobre ele:

[...] é por esse número que a organização que realizou o recenseamento dispõe de uma representação da população. Sem dúvida é uma representação abstrata e resumida, mas já satisfatória para permitir conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número, o Estado ou qualquer tipo de organização, procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

Assim, por meio do recenseamento, além de contabilizar a população, obtêm-se informações a respeito de suas necessidades. Seja na escala municipal ou regional, é de grande importância que se conheçam essas necessidades, as demandas da população. E esse conhecimento é obtido pelos indicadores oferecidos pelos órgãos de pesquisa, indicadores que permitem obter um panorama da realidade de cada local, de forma que, com o planejamento, se torne possível garantir o ordenamento do território e o fornecimento de serviços básicos e necessários à comunidade.

Nos últimos anos, o processo de urbanização, aliado à modernização do campo e ao aumento do fluxo migratório para as cidades, levou a um intenso crescimento da população urbana, além da explosão de mudanças estruturais e sociais que interferiram nas condições de vida de seus habitantes. Assim, cada vez mais se tornam necessários planos e estratégias de forma a proporcionar o atendimento às demandas da população, que se realizam por meio do planejamento urbano, assim como políticas voltadas ao desenvolvimento do campo, para que a população rural tenha condições de ali permanecer.

Nesse sentido, ao se falar em urbano e rural, torna-se relevante, para este trabalho, compreender a relação campo-cidade numa perspectiva teórica, enquanto a perspectiva empírica será trabalhada no terceiro capítulo.

### 1.2.1 Estudos da População e a Relação Campo-Cidade: uma revisão teórica

A relação campo-cidade passa a ganhar importância nos estudos a partir da revolução científico-tecnológica iniciada na segunda metade do século XX, quando se intensificam os processos de industrialização e de urbanização, promovendo a modernização da agricultura. Tal modernização redefiniu os espaços rurais e diversificou os serviços urbanos, intensificando os fluxos de transporte e de comunicações, permitindo a interação das áreas rurais com os espaços urbanos (FERRARI, 2009).

Ressalta-se que o processo de modernização agrícola no Brasil ocorreu com ritmos e intensidades diferenciadas em cada região do país, com desdobramentos heterogêneos, vinculados ao processo de reestruturação urbano-regional do sistema capitalista. Essa diversidade manifesta-se em termos da sociabilidade, dos modos

espaciais, dos modos de vida, da atividade econômica e da relação urbanidade-ruralidade (MARANDOLA JÚNIOR & ARRUDA, 2005).

Como processo de industrialização nos anos 1930 a 1970, o Brasil deixou de ser uma economia predominantemente agroexportadora e passou a ser também industrializado, sendo que o processo de aprimoramento das relações de produção e trabalho no campo provocou o êxodo rural-urbano, isto é, a saída das pessoas das áreas rurais em direção às cidades.

Cidade e campo sempre foram interpretados como dicotômicos, expressos por espaços geográficos distintos. Tal diferenciação se deve às especializações produtivas exercidas por cada meio, em que o campo, mais ligado ao setor primário, exerce atividades ligadas à agricultura, pecuária etc., enquanto a cidade, que apresenta uma centralidade, concentra-se nos setores de indústrias, serviços, atividades turísticas, comerciais etc. Cidade e campo sempre foram representados por práticas socioespaciais diferenciadas, não só ligadas à esfera material (atividades econômicas), mas também à esfera imaterial (cultura, entretenimento e costumes). Conforme Monte-Mór:

A relação entre cidade e campo se situa, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas. A dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades humanas desde tempos remotos, e particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas em que nos inserimos. (MONTE-MÓR, 2006, p. 6).

A divisão territorial do trabalho pode ser compreendida como “[...] um processo de fragmentação e especialização da produção por setores e espaços da produção e da circulação; como um instrumento necessário para o aumento da produtividade do trabalho social” (MENEZES, 2009, p. 92). Assim, a relação campo-cidade se apresenta como a síntese histórica das relações de especialização, de fragmentação e de integração de espaços que se combinam e se unem no processo de acumulação do capital. Nessa perspectiva, apesar de serem espaços específicos, campo e cidade possuem a condição de realização um com o outro, contradição fundamental para a ordem do capital (MENEZES, 2009).

Mesmo assim, no entanto, com as transformações ocorridas nos últimos anos, em que o capital se faz cada vez mais presente, tanto no campo como na cidade, modificando seus processos produtivos, estabelecendo novas relações

socioespaciais, a relação campo-cidade não pode mais ser pensada exclusivamente com base na divisão do trabalho e da produção. Para além disso, devem-se considerar as especificidades da relação homem-meio nesses espaços.

Conforme Marandola Júnior & Arruda (2005), viver a cidade e viver o campo implica diferentes relações com a paisagem e os lugares, configurando-se bases espaciais distintas para a experiência. Cada uma envolve uma forma específica de relação entre o homem e o mundo, produzindo diferentes maneiras de se relacionar com o espaço. Conforme levantado por Marques (2002), as principais diferenças entre o campo e a cidade se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural, consideradas a partir de oito traços:

[...] (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração. (MARQUES, 2002, p. 100).

Assim, deve-se compreender, na análise geográfica, que cidade e campo são realidades espaciais que se diferenciam a partir da escala, da posição, da localização, dos fundamentos físico-territoriais, do conteúdo demográfico etc. (MELO, 2008).

Deve-se considerar também que no Brasil permanecem dois modelos agrários; aquele voltado à exportação, representado pelas grandes propriedades e pela agroindústria, e a agricultura familiar, geralmente com pequenas e médias propriedades, com dinamismo local (ROCHA, 2009). Essas diferenças na estrutura agrária vão gerar dinâmicas diferentes de relacionamento com o território e de relação do campo com a cidade.

Ademais, deve-se considerar que cidade e campo não são regidos pela mesma lógica, em que na cidade a velocidade dos acontecimentos ocorre num tempo rápido, ao passo que no campo esse tempo é mais lento, sendo as relações sociais centradas na proximidade, no cotidiano e em um maior contato com os elementos naturais (FERRARI, 2009).

Todos esses fatores influenciam na paisagem e na organização do espaço. Considerando que o espaço é submetido à lei da totalidade histórica, tanto a cidade

como o campo são construções históricas. Para Moreira (2005), há três formas históricas da relação campo-cidade enquanto modo de organização espacial das sociedades no tempo: cidade e campo numa sociedade de cultura rural; cidade e campo numa cultura de divisão territorial do trabalho; e cidade e campo numa sociedade de cultura urbana.

A cidade e o campo numa sociedade de cultura rural corresponderiam à cidade que nasce num contexto histórico marcado pela presença absoluta de uma economia e sociedade de base rural, em que as relações econômicas e societárias são determinadas pela presença da terra como meio de produção, e as classes sociais residentes na cidade são classes rurais que residem na cidade, mas trabalham nas atividades do campo (MOREIRA, 2005). Nessas cidades, portanto, o campo exerce grande influência econômica e política. Apesar de o autor estar se referindo a momentos históricos, considera-se que em países subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro, em que há heterogeneidade na estrutura agrária, ainda é possível ver municípios (principalmente devido ao critério de se definir o que é rural e o que é urbano, discussão que será realizada a seguir) em que sua economia gira em torno de atividades rurais, como, por exemplo, municípios de porte pequeno em que há pessoas que residem na cidade, mas trabalham em atividades rurais.

Já na cidade e campo numa cultura de divisão territorial do trabalho, a sociedade capitalista introduz essa divisão como norma de organização da produção e das trocas, cabendo à cidade as funções dos setores secundários e terciários e ao campo as relacionadas ao setor primário, estabelecendo a relação de troca de produtos secundários e terciários por produtos primários, em uma interdependência entre cidade e o campo (MOREIRA, 2005). Essa forma de relação campo-cidade é a mais difundida, expressa pela divisão territorial do trabalho, já discutida anteriormente.

E, por fim, a cidade e o campo numa sociedade de cultura urbana. Essa realidade está relacionada ao processo de industrialização da agricultura, a agroindústria, que praticamente mergulha a cidade e campo numa mesma cultura, a urbana (MOREIRA, 2005). Essa relação está ligada à concepção de “urbanização da sociedade”, em que a cultura urbana atinge não só a cidade, mas também o campo.

Por meio dessas formas de relação cidade-campo, relacionadas aos diversos períodos de evolução da sociedade, considera-se que as três formas de

organização da sociedade estão presentes na Costa Oeste do Paraná, diferenciando-se conforme a região, conforme o tamanho de cada cidade, a estrutura agrária e a dinâmica populacional.

Torna-se importante compreender também que, atualmente, para classificarmos o que é urbano e o que é rural, são utilizadas médias estatísticas, em que o urbano é definido a partir de quantidades. No Brasil, as cidades são definidas levando em consideração os perímetros urbanos das sedes municipais, e os territórios e as populações consideradas urbanizadas incluem os perímetros das vilas e as sedes dos distritos municipais. São utilizados, para classificar o urbano, os objetos (infraestruturas, edificações) e as densidades demográficas, mas, para muitos autores, como Limonad, esse tipo de definição é bastante limitado:

A concepção do que é urbano mudou de caráter nos últimos anos. Não há mais como pensar as cidades e o urbano apenas a partir de quantidades e muito menos a partir da localização espacial da população e do consumo, ainda mais considerando que a terceira revolução industrial teve por corolário uma reorganização não só dos processos de trabalho e de produção, mas a conformação de um novo espaço social adequado às necessidades que ora se impõem para a reprodução social. (LIMONAD, 2008, p. 246).

Por urbano compreende-se qualquer sede administrativa, mesmo que algumas sedes distritais possuam apenas algumas centenas de casas (JACINTO et al., 2012). Essa é uma peculiaridade brasileira, de acordo com Veiga:

Não existe país que conte mais cidades do que o Brasil. Eram 5.507 há quase três anos, quando houve o último Censo Demográfico [2000]. A menor, União da Serra, no nordeste gaúcho, tinha exatos 18 habitantes. E não é exceção. Eram 90 as “cidades” com menos de 500 habitantes, por exemplo: 49 no Rio Grande do Sul; em Santa Catarina, 21; nove no Piauí; na Paraíba, quatro; três no Paraná; duas em Tocantins; uma em Minas; e outra em São Paulo. Seria mesmo uma cidade, lugar com tão poucos moradores? (VEIGA, 2004, p. 28).

O autor acima faz uma crítica ao ser utilizado somente o critério administrativo para definir cidade. Conforme Veiga (2004), o mais comum é utilizar critérios estruturais (localização, número de habitantes e de eleitores, moradias e densidade demográfica) e critérios funcionais, que são os serviços indispensáveis à população, como saúde (postos de saúde, hospitais), educação (escolas, bibliotecas, universidades), transporte etc. Ressalta-se que não há um critério universalmente válido para definir o que é urbano ou rural.

Em países como Espanha, Portugal, Itália e Grécia são consideradas zonas rurais os territórios com menos de 10 mil habitantes e mantêm determinada distância dos núcleos metropolitanos. Na França, Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá adota-se o limite populacional entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural. Já no Brasil, Equador, Guatemala, República Dominicana e El Salvador, o critério tem natureza predominantemente administrativa (JACINTO et al., 2012).

Conforme o IBGE (2013-c), na análise da situação de domicílio, esse é classificado como urbano ou rural de acordo com a sua localização. Consideram-se urbanas as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Dessa forma, as áreas urbanizadas são caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana. No caso de cidades e de vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, é estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites são aprovados pelo prefeito local. Tal critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural. Ocorre, no entanto, que esse tipo de classificação gera críticas:

Define-se cidade como sede de município. Tenha o tamanho que tiver e sejam as funções de atividades que predominem na sua população, cidade no Brasil se define por esta especificidade antiga que a interliga à base político-administrativa do município (MOREIRA, 2005, p.6).

Para Marques (2002), ao ser considerado como aquilo que não é urbano, o espaço rural acaba sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural e o urbano, ao serem definidos pelo arbítrio dos poderes municipais, sofrem influência dos interesses fiscais.

Além da discussão sobre o que é rural e urbano, deve-se, ainda, compreender a diferença do uso conceitual de cidade-campo e rural-urbano. Para Rocha (2009), as noções de cidade e campo estão relacionadas à forma, enquanto as noções de urbano e rural dizem respeito à dimensão ontológica, um espaço humanizado, produzido historicamente.

Cidade e campo devem ser compreendidos como formas no espaço, enquanto rural e urbano especificam o conteúdo social dessas formas. Assim, o rural e o urbano não devem ser encarados como tipos de espaços, mas, sim, como qualidades das relações sociais, tratando-se de “[...] rural e urbano no local e, não,

um local como rural ou urbano” (BIAZZO, 2008, p. 139). Dessa forma, podem ocorrer manifestações urbanas no campo, assim como manifestações rurais na cidade:

As categorias rural e urbano não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais. Assim, chegamos à desnaturalização de referências empíricas que sustentam essa dualidade, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos. (CARNEIRO, 2003, p. 9).

Assim, portanto, “[...] nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano” (JACINTO et al., 2012, p.186). Para Biazzo (2008), há inúmeros exemplos de identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontradas tanto no campo como na cidade:

Associadas à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de commodities em espaços citadinos. Associadas à política seriam o personalismo e o clientelismo, os embates na OMC acerca de subsídios agrícolas, as disputas no âmbito dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário no Brasil, os movimentos sociais como o MST. Associadas à cultura, como já se destacou, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem country, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros. (BIAZZO, 2008, p. 143).

Assim, do mesmo modo que as urbanidades se difundem e se apresentam de forma cada vez mais difusa no espaço, há muitos exemplos no Brasil de ruralidades que compõem as funções de uma cidade e de seu processo de urbanização, principalmente aquelas voltadas aos interesses do agronegócio (BIAZZO, 2008).

Segue-se, portanto, segundo Santos (1996), que a compreensão do rural e do urbano não se restringe mais a uma cidade e a seu campo imediato. Com o meio técnico-científico-informacional, as informações são globalizadas, instantâneas em todos os lugares, tornando mais difusa a relação campo-cidade, mesmo que ainda permaneçam suas especificidades. A agroindústria é um exemplo de como atividades urbanas permeiam o campo; a indústria não está presente somente na cidade, mas também no campo.

Do mesmo modo, o campo pode ser evidenciado na cidade, principalmente no caso de municípios menores, como na região Costa Oeste do Paraná. Compreende-se que, nessa região, há resquícios do campo na paisagem urbana, resquícios expressos por meio das feiras do produtor instaladas nas cidades, da população que mora na cidade, mas trabalha e é proprietária de áreas rurais, do consumo de produtos, serviços e investimentos por parte de agricultores, o que gera impactos na cidade. Tal evidência do campo na cidade dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu foi trabalhada no terceiro capítulo.

Assim, procura-se demonstrar que campo e cidade, apesar das suas peculiaridades, estabelecem relações produtivas e socioculturais entre si, não podendo ser considerados dicotômicos. Conforme Monte-Mór:

Os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, sócio-econômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação. (MONTE-MÓR, 2006, p. 6).

O urbano, no mundo contemporâneo, conforme Monte-Mór (2006), deve ser compreendido como uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida por todo o espaço social.

Nesse sentido, a extensão do capitalismo, que trouxe consigo profundas transformações no processo produtivo e no desenvolvimento do mundo da mercadoria, articulou a cidade e o campo num outro patamar, deslocando a contradição cidade-campo – do aprofundamento da divisão do trabalho – para a contradição centro-periferia, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre espaços dominados e dominantes, a partir da construção de novas centralidades. Conforme Rua:

Torna-se difícil, se não impossível compreender as relações urbano-rural e cidade-campo sem integrá-las ao movimento de constituição do exercício do poder e da hegemonia (econômicos, políticos, culturais e simbólicos) numa construção de novas representações do espaço, integradas às revoluções que têm marcado a modernidade: revolução técnico-científica, revoluções burguesas e revolução industrial em que aquelas espacialidades viram seus papéis serem

alterados em função da inserção, nos movimentos referidos, dos atores nelas atuantes. (RUA, 2005, p. 45).

Em relação ao rural, nos últimos anos, com as grandes mudanças ocorridas em nossa sociedade, conteúdos novos passam a fazer parte de seu modo de vida. O rural deixa, em muitos casos, de ser lócus somente da atividade agrícola, mas cede espaço para que também se exerçam outras atividades. Atualmente, verifica-se a diversificação econômica e a pluriatividade no campo. A pluriatividade surge enquanto uma estratégia para a permanência das famílias no meio rural.

Essa pluriatividade está representada pelas atividades não agrícolas, cada vez mais crescentes nos últimos anos. Como exemplo, o meio rural, além de lugar da produção agrícola, oferece à população urbana uma opção de lazer, por meio do contato com a natureza, denominado de turismo rural.

As novas relações entre campo e cidade se enriquecem cada vez mais no bojo da globalização, afetando a mobilidade dos homens e das mercadorias, aumentando a velocidade das relações, ocorrendo a integração dos espaços pelas redes materiais e informacionais (ROCHA, 2009). Segundo a mesma fonte:

[...] temos que considerar que no campo há cada vez mais o acesso às redes, tanto imateriais, como telefonia, internet que traz, efetivamente, um tipo de conectividade com a população do campo, balizado, é claro, pelas condições econômicas para este acesso, como redes materiais pelo aumento da quantidade e qualidade dos transportes de pessoas e produtos. A classe média rural se mostra absorvedora das novas tecnologias estabelecendo novas conectividades, algo que não existia há vinte anos. Esta conectividade faz com que, por exemplo, a potência de um jovem urbano seja a mesma de um jovem de classe média rural na medida em que este tem acesso à internet, estabelece as demandas, inclusive com a diversificação do comércio de produtos reconhecendo setores agrários e urbanos. (ROCHA, 2009, p. 57-58).

Ao se falar dessa fluidez entre o campo e a cidade, pode citar-se como exemplos as atividades de lazer, que atraem as pessoas da cidade para o campo; a presença cada vez mais marcante de tecnologias (internet, telefone, televisão a cabo etc.), inicialmente de origem urbana, que passam a fazer parte da realidade rural também; assim como atividades produtivas, como as agroindústrias, que passam a fazer parte do cotidiano do campo. Segue-se, portanto, que as técnicas, que antes eram restritas à cidade, passam a integrar o campo também, permitindo novas relações entre essas duas espacialidades. A nova dimensão assumida pelas

relações sociais, econômicas e culturais, permite compreender que o urbano e o rural não devem ser vistos como recortes territoriais isolados, mas como territórios interdependentes e complementares. Conforme Carlos:

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une. (CARLOS, 2004, p. 3).

A globalização traz ainda, como consequência, a revalorização dos espaços locais. O espaço local torna-se o lugar de encontro entre o urbano e o rural, onde as suas particularidades não são anuladas, mas se tornam a fonte da integração entre campo e cidade. Dessa forma, conforme Marandola Júnior & Arruda:

[...] talvez o aspecto mais marcante das formas contemporâneas da relação urbanidade-ruralidade seja não a marcação do limite cidade-campo, mas exatamente a fluidez que se instaura entre os dois que se caracteriza tanto pelo fluxo de pessoas, mercadorias, ideias, modos de vida e modos espaciais. (MARANDOLA JÚNIOR & ARRUDA, 2005, p. 28).

Nesse novo contexto, portanto, o campo deixa de ser sinônimo de isolamento e passa a se integrar com a cidade. Muitos autores consideram que, a partir dessa evolução tecnológica e novos serviços que passam a fazer parte do campo, se chegaria ao “fim do rural”, uma vez que o campo estaria se urbanizando ao utilizar serviços exclusivos das cidades. Mesmo assim, no entanto, partilha-se da ideia de Girardi (2008), que considera que esses elementos originalmente implantados nas cidades chegam ao campo e passam a ser mais uma das características do rural:

Não temos um rural que se urbaniza, mas sim um rural que se transforma, seja pela melhoria da qualidade de vida da sua população (com trabalho menos penoso, acesso a serviços básicos etc.), seja pela imposição de ritmos produtivos para atender a demanda crescente da população cada vez mais urbanizada ou aumentar a riqueza das empresas e dos *agribusinessmen* (intensificação da produção, dependência da indústria e sistemas financeiros). (GIRARDI, 2008, p.5).

Compreende-se, portanto, que o campo e a cidade mantêm fortes relações entre si, relações que se materializam na paisagem e no espaço. No caso da região Costa Oeste do Paraná, são analisados, no terceiro capítulo, os movimentos da

cidade que são decorrentes do campo, tais como o consumo, atividades agrícolas presentes na cidade (feira do produtor), o impacto da agricultura na economia, entre outras informações que permitam analisar essa relação. Nesse sentido, analisa-se a dinâmica populacional na região, tanto por meio de sua estrutura, como de sua distribuição no território, enfocando ainda essa dinâmica entre o campo e a cidade.

Por meio da análise da dinâmica populacional brasileira, tem-se verificado importantes transformações, com fortes demandas por serviços públicos, principalmente em áreas como educação, saúde, previdência etc. Desse modo, o perfil da população e as mudanças que vêm ocorrendo em sua estrutura são debatidos no próximo capítulo, que faz uma análise do perfil socioeconômico dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, em comparação com a dinâmica demográfica do Paraná e do Brasil.

## **CAPÍTULO 2**

### **DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ**

Neste capítulo faz-se uma análise da dinâmica da população na região Costa Oeste do Paraná, avaliando o seu crescimento, sua distribuição, a sua estrutura e composição (por sexo, faixas etárias e cor ou raça), da mesma forma que se analisam dados referentes a desenvolvimento humano, distribuição de renda e níveis educacionais, a fim de verificar o desenvolvimento socioeconômico na região.

#### **2.1 DINÂMICA POPULACIONAL E A FLUTUAÇÃO DA POPULAÇÃO**

Entre os dados discutidos neste item, destacam-se aqueles referentes à população total, à população por sexo e faixas etárias, aos indicadores socioeconômicos e de distribuição de renda, tais como População Economicamente Ativa, Produto Interno Bruto, Índice de Gini, rendimentos da população, Índice de Desenvolvimento Humano e Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal. Em relação à educação, os níveis de instrução e a taxa de alfabetização, a população de acordo com a cor ou raça, e, por último, breves considerações sobre a migração na região.

Em relação à população total, na Tabela 5 verifica-se que a população regional vem aumentando nas últimas décadas. Ressalta-se que, para o ano de 1991, alguns municípios apresentam dados de população reconstituídos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), como Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Mercedes e Pato Bragado, que se emanciparam entre os anos de 1991 a 1993.

**TABELA 5** – Região Costa Oeste do Paraná. População total – 1991,2000 e 2010.

<b>Localidade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Diamante D'Oeste	9.253	4.878	5.027
Entre Rios do Oeste	2.920*	3.328	3.926
Foz do Iguaçu	190.123	258.543	256.088
Guaíra	30.000	28.659	30.704
Itaipulândia	4.199*	6.836	9.026
Marechal Cândido Rondon	49.430	41.007	46.819
Medianeira	38.665	37.827	41.817
Mercedes	4.198*	4.608	5.046
Missal	10.372	10.433	10.474
Pato Bragado	3.530*	4.049	4.822
Santa Helena	18.861	20.491	23.413
Santa Terezinha de Itaipu	14.149	18.368	20.841
São José das Palmeiras	5.596	4.102	3.830
São Miguel do Iguaçu	24.721	24.432	25.769
Terra Roxa	19.820	16.300	16.759
<b>TOTAL</b>	<b>410.990</b>	<b>483.861</b>	<b>504.361</b>

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010/Ipardes.

\*Dados Reconstituídos pelo Ipardes. Organização: Adriana E. Casagrande.

Por meio dos dados percebe-se que, de 1991 a 2010, houve um aumento de 93.371 pessoas na região, sendo que, entre o censo de 1991 até 2000, houve um aumento de 72.871 (78,04%) pessoas, e, entre 2000 e 2010, aumentaram cerca de 20.500 pessoas (21,95%), o que indica uma redução na taxa de crescimento populacional na região. Ressalta-se que uma das principais causas na queda da taxa de crescimento populacional deve-se à redução da taxa de crescimento vegetativo da população paranaense, impulsionada pela redução da fecundidade, discussão realizada em breve (RODRIGUES et al., 2010).

Observa-se que o crescimento populacional não ocorreu de forma homogênea em todos os municípios da região. Entre o ano de 1991 e 2000 houve municípios que perderam população, como Diamante D'Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa. Ressalta-se que, nessa década, ocorreram alguns processos de desmembramento territorial na região, o que explica a perda de população de alguns municípios, como, primeiro, Marechal Cândido Rondon, que perdeu a população de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Mercedes, Quatro Pontes, e, segundo, São Miguel do Iguaçu, que perdeu a população de Itaipulândia.

No Censo Demográfico de 2010, em comparação com o ano de 2000, verifica-se que somente dois municípios perderam população; Foz do Iguaçu e São José das Palmeiras, em que este último perdeu população tanto em 2000 como em 2010.

O ganho ou a perda de população é fenômeno geralmente ligado à oferta de emprego e de serviços de cada município. Conforme Ferrari (2009), o crescimento populacional está diretamente ligado a fatores de atração, de ordem econômica, em especial a oferta de empregos. É o aumento das atividades econômicas que gera aglomeração urbana na cidade, provocando tanto mudanças na intensidade de ocupação do espaço urbano, como na expansão física da cidade. Por ser um município de porte pequeno, São José das Palmeiras, onde a oferta de emprego e de serviços é reduzida, a população migra para outros lugares, em busca de melhores condições de vida.

Já no caso de Foz do Iguaçu, o número da população total ficou bem abaixo da estimativa de 2009, que apontava para uma população de 325.127 habitantes. De acordo com Silval Dias dos Santos, diretor do IBGE no Paraná, uma das possibilidades dessa redução populacional é que os moradores tenham migrado para outros estados (FOZ DO IGUAÇU, 2010<sup>6</sup>). Além disso, outra razão para o município ter perdido população se deve aos elevados índices de violência. Sobre essas dinâmicas:

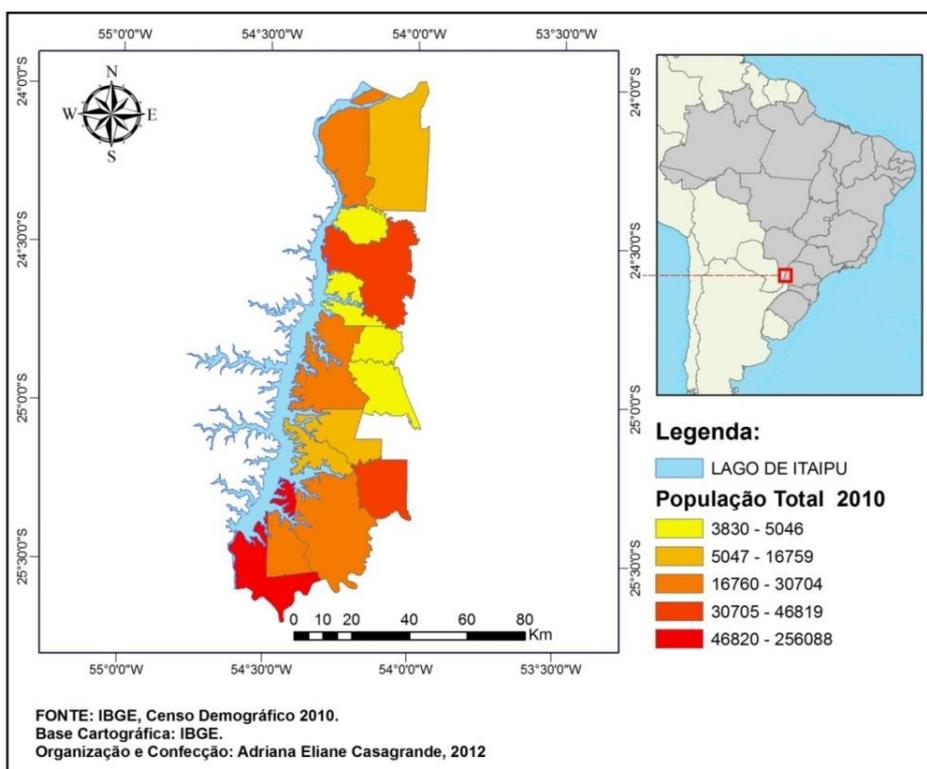
Para a professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Olga Firkowski, a redução de população em pequenos municípios paranaenses não surpreende porque números divulgados anteriormente no estado já mostravam essa tendência. Segundo ela, praticamente não há políticas públicas para fixar a população no interior do estado e isso contribui para as pessoas se deslocarem de um lugar a outro: “Não temos uma dinâmica de muita intervenção do estado e as pessoas fazem o que querem”, diz. No caso de Foz, a professora enfatiza que a cidade fronteiriça é ponto sensível quando se trata de mudanças econômicas e isso pode ter repercutido na população. O professor de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Tarcísio Vanderlinde, diz que a violência pode ser um fator que afasta os moradores. A cidade está entre os municípios brasileiros onde mais se matam jovens. A própria migração do contrabando para a região do Lago de Itaipu nos últimos anos também figura como hipótese a ser analisada no contexto. (FOZ DO IGUAÇU, 2010, p. 1).

---

<sup>6</sup> FOZ DO IGUAÇU perde quase 3% da população em dez anos. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1064700>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Além disso, conforme o IBGE, o processo migratório seria a principal causa da queda no número de habitantes da cidade. Segundo o Instituto, um dos motivos dessa migração pode ser o maior rigor dos órgãos de fiscalização na fronteira a partir de 2003 contra o contrabando, favorecendo, desse modo, a migração de pessoas que trabalhavam na informalidade para outras cidades, visando buscar alternativas para seus sustentos. Essas cidades seriam Toledo e Maringá, onde existem arranjos produtivos e contratação de mão de obra com muita frequência (NÚMERO APRESENTADO<sup>7</sup>, 2010). Outro motivo que contribuiu para a emigração da população de Foz do Iguaçu é a violência. Desse modo, muitas pessoas, com medo desses elevados índices, migram para outras cidades, em busca de maior segurança. Constata-se, assim, que a migração é um fator muito importante no estudo populacional, sendo uma causa relevante no crescimento da população.

Ainda em relação à população da região Costa Oeste do Paraná, constata-se que esta vem crescendo nas últimas décadas, constituindo 4,8% da população paranaense. Em relação ao Censo Demográfico de 2010, a Figura 3 possibilita uma melhor visualização da população de cada município:



**FIGURA 3** – Região Costa Oeste do Paraná. População total 2010.

<sup>7</sup> NÚMERO apresentado pelo Censo 2010 derruba Foz para 7º posição. In: **Fronteira Zero**. Disponível em: <<http://fronteira-zero.blogspot.com.br/2010/12/fechamento-da-semana.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Dentre os municípios mais populosos, estão, em primeiro lugar, Foz do Iguaçu (256.088), Marechal Cândido Rondon (46.819) e Medianeira (41.817). Entre os municípios com menor população estão São José das Palmeiras (3.830), Entre Rios do Oeste (3.926) e Pato Bragado (4.822).

Também é importante analisar a densidade demográfica dessa população em cada município, que representa a população total dividida pela área territorial de cada um deles:

**TABELA 6** – Região Costa Oeste do Paraná – Densidade demográfica – 2000 – 2010\*

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA hab./km <sup>2</sup>	
		2000	2010
Diamante D'Oeste	309,147	15,81	16,26
Entre Rios do Oeste	120,327	27,40	32,63
Foz do Iguaçu	610,209	434,25	419,67
Guaira	568,845	48,34	53,98
Itaipulândia	332,317	20,28	27,16
Marechal C. Rondon	748,281	54,89	62,57
Medianeira	325,167	115,78	128,60
Mercedes	199,084	23,08	25,35
Missal	323,042	32,78	32,42
Pato Bragado	136,781	29,64	35,25
Santa Helena	759,123	27,08	30,84
Santa Terezinha de Itaipu	267,491	64,76	77,91
São José das Palmeiras	183,282	22,38	20,90
São Miguel do Iguaçu	848,669	28,78	30,36
Terra Roxa	803,479	20,44	20,86

FONTE: Iparde, Base de Dados do Estado. Organização: Adriana E. Casagrande.

\* Não foram encontrados dados referentes ao Censo Demográfico de 1991.

Comparando os dados dos censos de 2000 e de 2010, percebe-se que praticamente todos os municípios tiveram um aumento da sua densidade demográfica, isso devido ao crescimento populacional, com exceção dos municípios de Foz do Iguaçu e de São José das Palmeiras, municípios que perderam população durante essa década. Missal também apresentou um declínio em sua densidade populacional, mas não chega a ser um valor significativo de perda. Na densidade demográfica de 2010, Foz do Iguaçu é o município que se destaca, enquanto Diamante D'Oeste possui a menor densidade populacional da região.

Desse modo, compreende-se que na região Costa Oeste se presenciam áreas onde há mais densidade de ocupação territorial, enquanto em outras essa

ocupação não é tão significativa. Essas diferenças de ocupação estão relacionadas à economia, aos serviços ofertados por cada município, que vão implicar na lógica distributiva da população, ora de concentração, ora de dispersão no território.

Assim, procurou-se analisar o crescimento e distribuição da população regional. Em seguida faz-se uma análise da população por sexo e por faixas etárias.

## 2.2 POPULAÇÃO POR SEXO E POR FAIXAS ETÁRIAS

Outra mudança verificada na região, e que tem grande influência na flutuação populacional, é a população por sexo e faixas etárias. A análise da população por sexo serve para analisar as mudanças relativas ao mercado de trabalho, principalmente no que se refere à maior participação da mão de obra feminina; assim como políticas e projetos diferenciados para cada sexo.

Na Tabela 7 é possível considerar a população feminina e masculina, nos censos de 1991, 2000 e 2010 na região Costa Oeste do Paraná. Por meio dessa tabela verifica-se que na região não há grandes disparidades na composição da população por sexo, sendo equilibrado o número de homens e de mulheres. Observa-se, porém, que, em alguns municípios, como Diamante D'Oeste, Mercedes, Missal, São José das Palmeiras e São Miguel do Iguaçu, há o predomínio da população masculina ao longo de todos os censos demográficos. Já em Foz do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena e Santa Terezinha de Itaipu predomina, em todos os censos demográficos, a população feminina. Os demais municípios possuem variações nesse predomínio ao longo dos três períodos.

**TABELA 7** – Região Costa Oeste do Paraná – População por sexo – 1991, 2000 e 2010.

Municípios	População 1991		População 2000		População 2010	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Diamante D'oeste	4.843	4.410	2.517	2.361	2.570	2.457
Entre Rios do Oeste	1.475	1.445	1.648	1.680	1.959	1.967
Foz do Iguaçu	94.591	95.532	127739	130804	124.218	131.870
Guaira	15.030	14.970	14199	14.460	14.932	15.772
Itaipulândia	2.162	2.032	3537	3299	4.549	4.477
Marechal Cândido Rondon	24.715	24.715	20277	20730	22.833	23.986
Medianeira	19.277	19.388	18643	19184	20.567	21.250
Mercedes	2.118	2.084	2312	2296	2.524	2.522
Missal	5.308	5.064	5311	5122	5.269	5.205
Pato Bragado	1.801	1.774	2009	2040	2.368	2.454
Santa Helena	9.428	9.433	10224	10267	11.506	11.907
Santa Terezinha de Itaipu	7.050	7.099	9131	9237	10.197	10.644
São José das Palmeiras	2.867	2.729	2078	2024	1.926	1.904
São Miguel do Iguaçu	12.570	12.151	12357	12075	12.857	12.912
Terra Roxa	9.953	9.867	8117	8183	8.295	8.464
<b>TOTAL</b>	<b>213.188</b>	<b>212.693</b>	<b>240.099</b>	<b>243.762</b>	<b>246.570</b>	<b>257.791</b>
	<b>(50,05%)</b>	<b>(49,95%)</b>	<b>(49,6%)</b>	<b>(50,4%)</b>	<b>(48,88%)</b>	<b>(51,11%)</b>

FONTE: Iparides, Base de Dados do Estado 2013. Organização: Adriana E. Casagrande.

No total regional, observa-se que, na década de 1991 e 2000, a proporção de homens e de mulheres estava equilibrada, enquanto na década de 2001 a 2010 tem-se um predomínio feminino, pois chega a aproximadamente 51%. Esse predomínio ocorre principalmente nos grupos etários acima dos 70 anos, devido ao fato de a expectativa de vida feminina ser maior que a masculina; pois a esperança média de vida para as mulheres é de 77,3 anos e, para os homens, 69,73 anos (IBGE, 2010).

Essa diferença na expectativa de vida entre os homens e as mulheres se deve a fatores como o de indivíduos do sexo masculino estarem expostos a maiores taxas de morte por causas externas (acidentes em geral, acidentes de trânsito, homicídios), além de que as mulheres vivem, em geral, mais atentas ao aparecimento de sintomas e têm um conhecimento melhor das doenças e de sua prevenção (VERAS, 1987).

Como destacado anteriormente, o estudo da população por sexo serve de análise para questões relativas a mercado de trabalho e a rendimento. Nesse sentido, os dados da Tabela 8 permitiram fazer uma análise do rendimento salarial médio de homens e de mulheres nos municípios da região em estudo, a fim de constatar se há desigualdade ou não entre os sexos. Segue a tabela:

**TABELA 8** – Região Costa Oeste do Paraná – Valor do rendimento nominal médio do trabalho por sexo – 2010.

Municípios	2010		Município		
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Diamante D'Oeste	847,3	638,4	Missal	1152,1	824
Entre Rios do Oeste	1522,2	1030,4	Pato Bragado	1342,3	898
Foz do Iguaçu	1581,6	1076,2	Santa Helena	1485	873,6
Guaira	1510,9	1053,2	Santa Terezinha de Itaipu	1280,5	887,8
Itaipulândia	1374,2	895,3	São José das Palmeiras	929,8	758,4
Marechal Cândido Rondon	1813,9	1016,3	São Miguel do Iguaçu	1492,6	911,9
Medianeira	1582,4	935,5	Terra Roxa	1025,8	734,9
Mercedes	1132,1	815,5	<b>Média</b>	<b>1338,18</b>	<b>889,96</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

Constata-se, em todos os municípios, a desigualdade salarial entre a população masculina e feminina, em que os homens recebem salários maiores que as mulheres. Entre os municípios com maior diferença salarial entre gêneros estão: Marechal Cândido Rondon (797 reais de diferença), Medianeira (647 reais) e Santa Helena (612 reais). Já entre as menores desigualdades salariais estão os municípios de São José das Palmeiras (171 reais de diferença), Diamante D'Oeste (209 reais) e Terra Roxa (291 reais). Nota-se que os dois primeiros municípios com menor diferença salarial são também aqueles com os menores salários frente aos demais municípios, enquanto Marechal Cândido Rondon, com maior desigualdade salarial, está entre os municípios com maior salário. Em relação à média dos salários da região, tem-se uma diferença de 449 reais (39,9%) a mais no salário de homens em relação ao das mulheres.

Assim, portanto, a desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é um fato que perdura nos dias atuais. Conforme o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero<sup>8</sup>, os homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil. Conforme esse Observatório, por meio de pesquisa realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na América Latina, os homens ganham mais que as mulheres em todas as faixas etárias, em todos os níveis de instrução e em todos os tipos de emprego ou empresa, sendo que o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial.

Também de acordo com o IBGE (2012), o salário das mulheres permaneceu 28% inferior ao dos homens consecutivamente entre os anos de 2009, 2010 e 2011. Além disso, apesar de serem maioria na população brasileira (53,7%), as mulheres ainda estão em menor número entre a população ocupada (45,4%).

Nesse sentido, constata-se que, apesar de as mulheres serem maioria na população, ainda sofrem desigualdades no quesito rendimento em relação aos homens, o que indica a necessidade de medidas de políticas públicas de equiparação salarial entre os sexos.

O estudo da população por faixas etárias também é de grande importância, pois assim se torna possível verificar quais são os grupos etários predominantes, de forma a direcionar políticas voltadas a essa população:

O conhecimento da estrutura etária de uma população tem fortes implicações para o atendimento de determinadas demandas e a elaboração de políticas, não apenas na área de educação, mas também em outras áreas tais como habitação, saúde, economia, entre outras. A composição de uma população por idade reflete as mudanças verificadas na dinâmica populacional, sendo um elemento fundamental para uma compreensão mais aprofundada dessa dinâmica, desde um momento no passado, bem como para a projeção de tendências futuras. (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2013, p. 29).

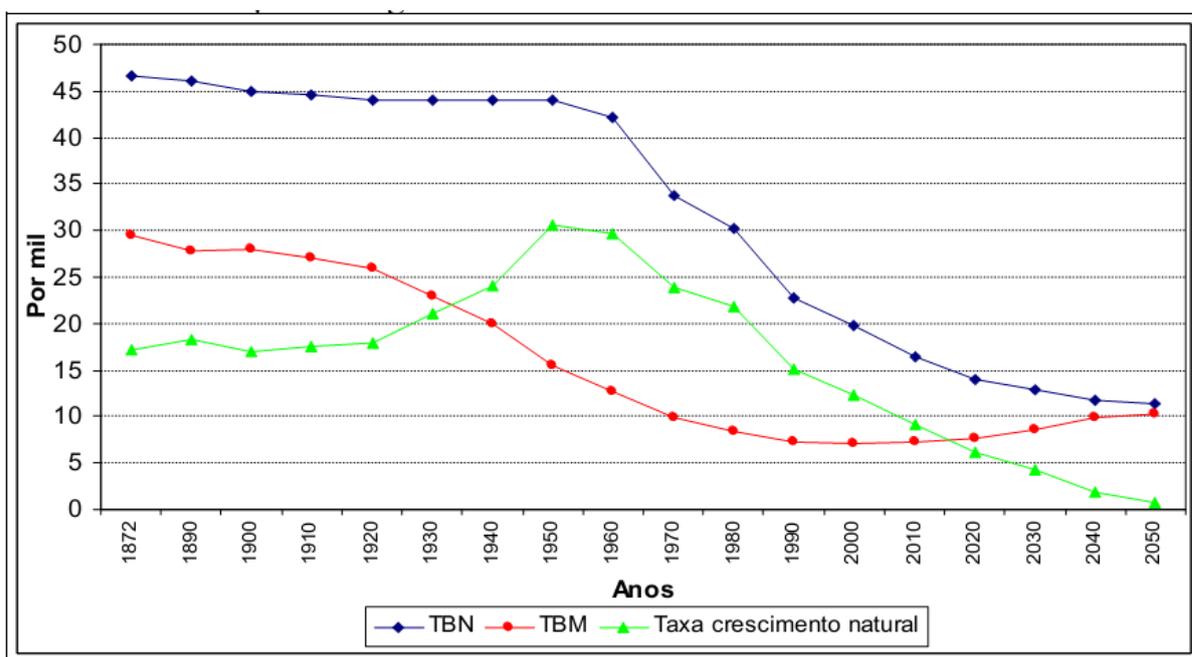
Nas últimas décadas verificam-se mudanças significativas na estrutura da população brasileira, mudanças que indicam uma aceleração em direção ao envelhecimento da população. Nesse sentido, analisa-se a mudança na estrutura etária da população brasileira por meio do estudo da população por faixas etárias e em comparação com a população da região Costa Oeste do Paraná.

---

<sup>8</sup> Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Ocorreram muitas transformações na organização e na distribuição da população brasileira. O Brasil apresentou grande crescimento populacional entre os anos de 1970 e 2000 e se tornou o quinto país mais populoso do mundo. Já nos últimos anos observa-se um decréscimo na taxa de crescimento populacional brasileiro, devido às transformações sociais das famílias, como a diminuição do número de filhos por casal e ações voltadas ao planejamento familiar. Houve também uma melhoria nas condições de vida da população, diminuindo-se os índices de mortalidade e aumentando a expectativa de vida brasileira.

As alterações no perfil da população do país são profundas e envolvem sobretudo a taxa de fecundidade da mulher brasileira. Foi registrado um declínio substancial no decorrer das décadas de 1980/90, confirmando uma tendência que já se delineava a partir dos anos 1960 (MORAIS, 2000). É possível observar essa tendência no Gráfico 1, a seguir, que apresenta as taxas de crescimento da população brasileira desde o primeiro Censo Demográfico, realizado em 1872, até projeções para 2050:



**GRÁFICO 1** – Transição demográfica no Brasil – 1872-2050.

FONTE: Alves (2008).

Analisando o gráfico, verifica-se que o crescimento vegetativo da população atinge seu pico nas décadas de 1950 e 1960, sendo que, a partir desta última, inicia-se o processo de desaceleração da taxa de crescimento da população, momento em

que a taxa bruta de natalidade (TBN) também inicia o processo de queda, juntamente com a taxa bruta de mortalidade (TBM). Nesse momento, conforme Alves (2008, p. 5), as “[...] diversas transformações econômicas, sociais e institucionais pelas quais vinha passando a sociedade brasileira fez com que houvesse uma difusão do interesse pela redução da fecundidade e a adoção de um padrão de família menor”.

Um fator muito importante para a diminuição da taxa de natalidade foi o êxodo rural, isto é, a migração da população das áreas rurais para as urbanas. Até a metade da década de 1970, grande parte da população vivia em áreas rurais, e ter muitos filhos significava ter maior disponibilidade de mão de obra para ajudar no trabalho no campo. Conforme o IBGE:

O padrão demográfico brasileiro manteve-se, até meados do século 20, relativamente estável, com elevadas taxas brutas de natalidade (entre 45 e 50 nascimentos por mil habitantes) e taxas de fecundidade total entre 7 e 9 filhos, em média, por mulher, refletindo a concepção de família numerosa, típica de sociedades agrárias. (IBGE, 2013-c).

Com a migração para as cidades, as pessoas tiveram oportunidades de acesso a maiores informações e preocupações em relação à quantidade de filhos por família. Questões como despesas com alimentação, saúde, educação, além da violência atual, passaram a ser valorizadas na tomada de decisão de quantos filhos ter. Isso tem gerado uma série de mudanças nos modelos familiares clássicos. Segundo Karsch (2003), as estruturas familiares, no mundo inteiro, estão sofrendo modificações rápidas ocasionadas por diferenciados motivos: separações; divórcios e novas uniões; instabilidade do mercado de trabalho e movimentos migratórios nacionais e internacionais em busca de oportunidades de trabalho; maior tempo de vida das gerações e um aumento do contingente de viúvas, geralmente morando sozinhas nas cidades; idosos exercendo chefias de família; e a participação crescente da mulher no mercado de trabalho.

Desde a revolução industrial no início da modernidade, a família ampla (avós, pais, filhos), que constituía uma unidade de produção agrária, começou a desaparecer e a ser substituída por uma família nuclear (pais e filhos), mais reduzida e mais de acordo com as formas de trabalho e o modo de vida urbano.

Depois, já no século XX, entre os anos 1940 e 1960, o Brasil vivenciou período de declínio significativo da mortalidade e aumento da fecundidade,

produzindo, assim, uma população quase estável jovem e com rápido crescimento. Em relação à queda na taxa de mortalidade, Alves (2008) afirma que essa é uma conquista ímpar, em que a esperança média de vida da população mundial, que em 1900 estava em torno de 30 anos, ultrapassou os 60 anos no ano de 2000. Para esse autor, a queda nas taxas de mortalidade se deve a dois fatores principais:

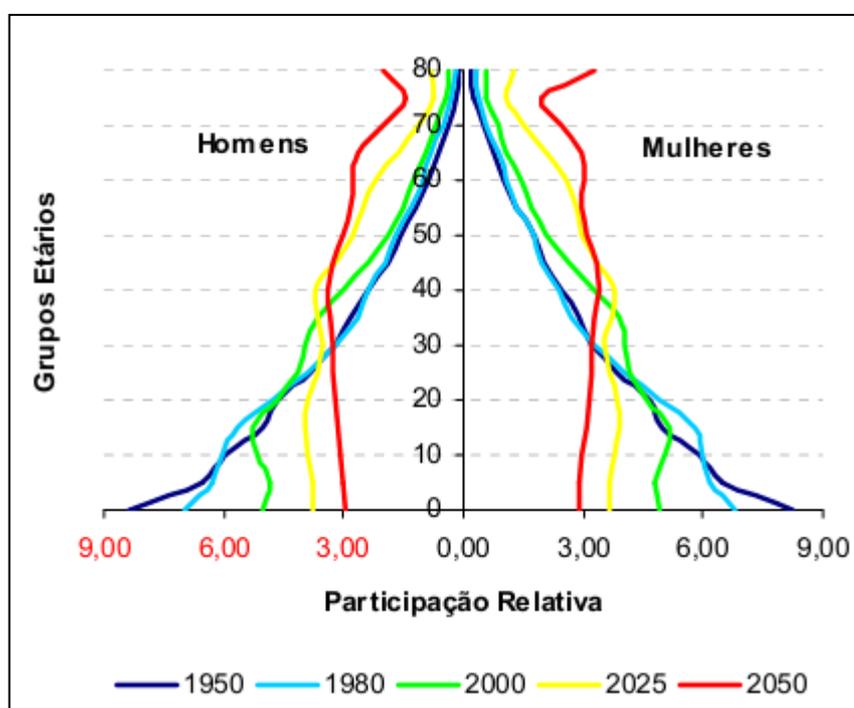
São duas as principais explicações para a transição de altos a baixos níveis de mortalidade: uma que realça a melhoria do padrão de vida da população em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e outra que enfatiza as contribuições da inovação médica, dos programas de saúde pública, do acesso ao saneamento básico e da melhoria da higiene pessoal. Com certeza as duas juntas ajudam a explicar a ausência de crises de mortalidade e desmentem o sombrio princípio de população malthusiano com seus “xeques positivos” e que só considera a possibilidade de equilíbrio homeostático da população via fome, guerras e miséria. (ALVES, 2008, p. 3).

A partir do final da década de 1960, a redução da fecundidade, que se iniciou nos grupos populacionais mais privilegiados e nas regiões mais desenvolvidas, generalizou-se rapidamente e desencadeou o processo de transição da estrutura etária, que levará, provavelmente, a uma nova população quase-estável, mas, dessa vez, com um perfil envelhecido e ritmo de crescimento baixíssimo, talvez negativo (CARVALHO e WONG, 2008).

Essas alterações, ocorridas principalmente entre o final dos anos 60 e durante a década de 1970, estão relacionadas às transformações que estavam em curso na sociedade brasileira: (i) deslocamentos migratórios do campo para a cidade, assim intensificando a urbanização, (ii) avanços no processo de assalariamento da economia brasileira e o engajamento da mulher no mercado de trabalho e (iii) disseminação de um modelo econômico voltado para o consumo de bens duráveis em associação com a generalização das relações de mercado e a elevação dos custos de reprodução familiar e social, o que repercutiu em mudanças no comportamento reprodutivo. A intensa urbanização da nossa sociedade foi um importante fator de assimilação de valores e comportamentos racionalizadores, do ponto de vista da adequação de novos padrões familiares às transformações sociais e econômicas (IBGE, 2009). Essa tendência está refletida nas pirâmides etárias das décadas seguintes. As pirâmides etárias são gráficos que permitem uma melhor visualização da evolução de uma população:

As pirâmides etárias nos dão de imediato uma visão de conjunto da evolução de uma população. Elas fornecem o tipo de estrutura da população por idades, “a história” de sua evolução demográfica recente e de seu futuro próximo. Elas trazem a marca dos grandes acontecimentos que tiveram influência sobre a população durante certo tempo: guerras, epidemias, movimentos migratórios internacionais, políticas demográficas, etc. (PEREIRA, 1978, p. 140).

Conforme Brito (2007, p. 7), as pirâmides etárias, entre 1950 e 2050, mostram cada vez mais a passagem de uma forma típica de um país com forte predominância da população jovem para um novo formato, semelhante ao dos países desenvolvidos, onde a proporção de idosos tende a superar a proporção de jovens, conforme o Gráfico 2:



**GRÁFICO 2** – Pirâmides etárias – Brasil – 1950-2050

FONTE: Brito, 2007.

Ao comparar a mudança na estrutura da pirâmide etária do Brasil, é possível constatar que o número de jovens que compõem a população brasileira sofreu um declínio. Assim como ocorreu um declínio nas taxas de natalidade, diminuiu também a taxa de mortalidade brasileira, proporcionando o aumento do número de idosos entre a população.

Já na pirâmide etária do Brasil em 2000, verifica-se a tendência de passagem para um “país maduro”, com predomínio de sua população na faixa etária dos adultos (20-59 anos). Países maduros são considerados mais desenvolvidos e

podem enfrentar alguns problemas, como conseguir manter boas condições de vida aos idosos devido ao aumento de seu contingente e a baixa natalidade, que, em poucos anos, poderá causar falta de pessoas no mercado de trabalho.

Observa-se, portanto, por meio da análise de dados disponibilizados pelos censos demográficos do IBGE, que, atualmente, a população predominante é a adulta, enquanto a população jovem vem diminuindo e a população idosa cresce gradativamente. O percentual de crianças de até 5 anos no Brasil, que, em 1991, representavam 11,5% da população, em 2000 caiu para 9,8% e, atualmente, se situa em torno dos 7,6%. Já os idosos representavam 4,8% da população em 1991, 5,8% em 2000 e chegaram a 7,4% em 2010 (IBGE, 2010).

Nesse sentido, o estudo da população por faixas etárias é de grande importância, pois assim se torna possível verificar quais são os grupos etários predominantes, de forma a direcionar políticas voltadas a essa população.

A fim de verificar as estruturas etárias da população em relação a cada município da região Costa Oeste, na Tabela 9 está posta a população jovem (0 a 19 anos), a adulta (20 a 59 anos) e a idosa (60 anos ou mais), de acordo com o Censo Demográfico de 2010:

**TABELA 9 – Região Costa Oeste do Paraná – População por faixas etárias (2010)**

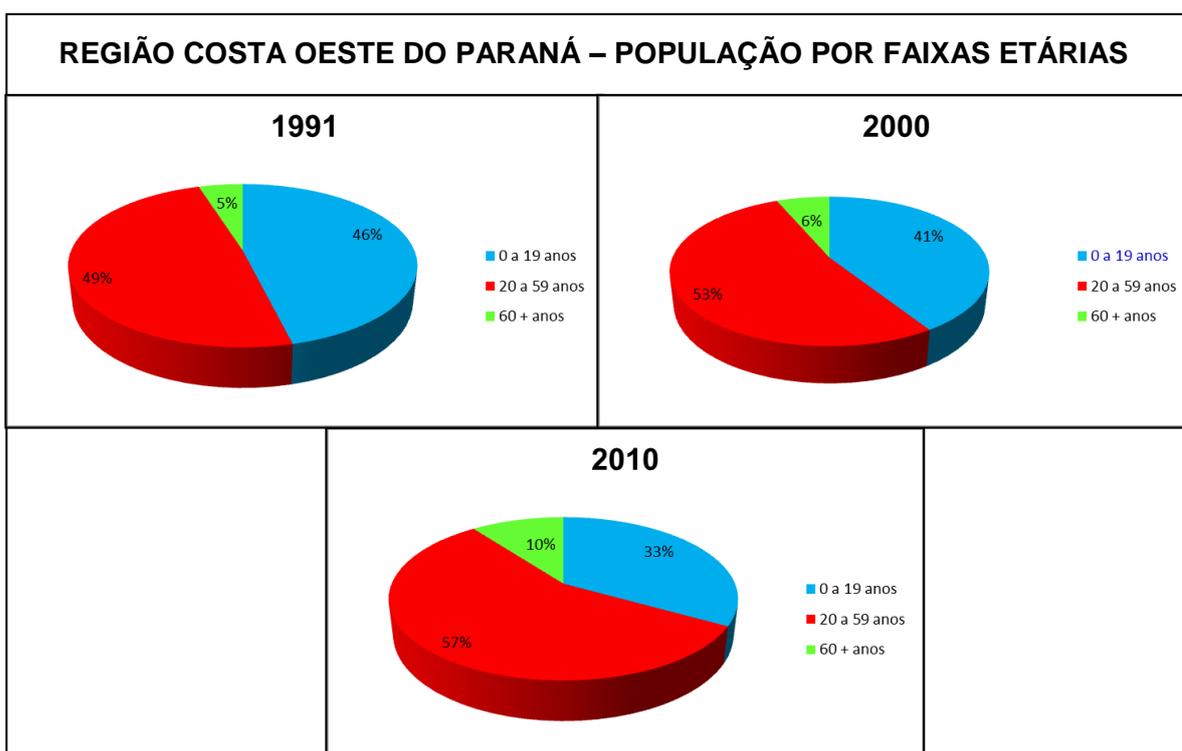
ANO Municípios Faixas Etárias	2010		
	0 a 19 anos	20 a 59 anos	60 ou + anos
Diamante D'Oeste	1.849 (37%)	2.510 (50%)	659 (13%)
Entre Rios do Oeste	1.145 (29%)	2.273 (58%)	508 (13%)
Foz do Iguaçu	89.855 (35%)	145.883 (57%)	20.350 (8%)
Guaira	10.096 (33%)	16.863 (55%)	3.706 (12%)
Itaipulândia	2.970 (33%)	5.044 (56%)	1.012 (11%)
Marechal Cândido Rondon	13.625 (28%)	27.166 (57%)	7.238 (15%)
Medianeira	13.070 (31%)	24.407 (58%)	4.333 (11%)
Mercedes	1.525 (30%)	2.785 (55%)	734 (15%)
Missal	3.076 (29%)	5.783 (55%)	1.615 (16%)
Pato Bragado	1.428 (30%)	2.701 (56%)	693 (14%)
Santa Helena	7.282 (31%)	13.045 (56%)	3.086 (13%)
Santa Terezinha de Itaipu	7.024 (34%)	11.674 (56%)	2.126 (10%)
São José das Palmeiras	1.214 (32%)	2.069 (54%)	535 (14%)
São Miguel do Iguaçu	8.580 (33%)	14.260 (55%)	2.929 (12%)
Terra Roxa	5.027 (30%)	9.330 (56%)	2.402 (14%)

FONTE: IBGE, Censo Demográfico. Organização: Adriana E. Casagrande.

Observando esses dados, constata-se que predominam os adultos, variando de 50% a 58%, seguidos da população jovem, com valores entre 28% e 37%, tendo,

por fim, a população idosa, compondo entre 8% a 16% da população total. Em relação aos municípios, Diamante D'Oeste é aquele que apresenta a maior proporção de jovens, com 37%, enquanto Marechal Cândido Rondon apresenta quase 10% a menos de jovens, na proporção de 28%. No caso da população considerada adulta, Diamante D'Oeste é o município que apresenta a menor proporção (50%), enquanto Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon lideram esse *ranking*, com 58%. Já na população idosa, Foz do Iguaçu apresenta a menor proporção (8%), enquanto Missal apresenta um índice próximo aos 16%, seguido de Marechal Cândido Rondon e Mercedes, ambos com 15%.

Atente-se, porém, para a questão de avaliar se houve ou não uma mudança na estrutura etária da população da região Costa Oeste entre os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os dados para isso estão no Gráfico 3, em que a população regional é apresentada por censo e por cores diferentes para jovens, adultos e idosos:



**GRÁFICO 3** – Região Costa Oeste do Paraná – População por faixas etárias – 1991, 2000 e 2010.

FONTE: IBGE/Ipardes. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Com base no Gráfico 4 se verifica que a população predominante é a adulta, e que essa faixa teve um crescimento gradativo ao longo dos três censos. Com relação à população jovem, percebe-se que houve um declínio durante as últimas

décadas, o que pode ser explicado pelo declínio na taxa de natalidade. Enquanto, no ano de 2000, a média de filhos por mulher era de 2,38, em 2010 caiu para 1,86, número abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher – duas crianças substituem os pais e a fração 0,1 é necessária para compensar os indivíduos que morrem antes de atingir a idade reprodutiva (IBGE, 2012). Por outro lado, a população idosa vem crescendo nos últimos anos, o que evidencia um aumento na expectativa de vida.

A expectativa de vida indica quantos anos, em média, as pessoas poderão viver se forem mantidas as condições de vida do momento em que a previsão foi realizada. A expectativa de vida ou esperança média de vida no Brasil é de 73,4 anos (IBGE, 2010) e vem aumentando nas últimas décadas, principalmente devido às melhorias no sistema de saúde e de saneamento básico, melhorias que se refletem no prolongamento da vida de maior número de idosos.

Essas mudanças no perfil populacional já eram previstas por estudiosos como Pereira:

Mas, de maneira geral, pode-se assinalar para os países em desenvolvimento uma tendência secular já observada para os desenvolvidos:

- a) Contínua diminuição da proporção de jovens até os vinte anos.
- b) Aumento da proporção de velhos.
- c) Estabilidade na proporção de adultos.

Eles são frutos da queda das taxas de natalidade, do desenvolvimento sócio-econômico, da adoção, pela maior parte dos países, do planejamento familiar ou do controle da natalidade, dos progressos da medicina, do aumento do bem-estar econômico e social etc. (PEREIRA, 1978, p. 161).

Assim, percebe-se que vêm ocorrendo alterações no perfil da população, não só da região Costa Oeste, mas do Brasil de modo geral. Essas alterações envolvem, sobremaneira, a taxa de fecundidade da mulher brasileira, taxa que se vem reduzindo de maneira substancial nas últimas décadas.

Como já discutido, a redução na taxa de natalidade se deve a fatores como: (i) maior acesso da população a informações sobre saúde, (ii) maior acesso a métodos contraceptivos, (iii) um maior número de mulheres passa a trabalhar fora de casa e (iv) o aumento, nos últimos anos, da prática do planejamento familiar entre os casais. Segundo Carlos Alberto Sá, técnico em pesquisas do IBGE (Regional de Toledo-PR), os fatores que influenciam a queda da taxa de fecundidade brasileira são:

Os motivos são os mesmos que provocaram a queda na maior parte do planeta: Um dos principais é a migração do campo para as cidades. 1 Na área rural as crianças faziam parte da força de trabalho, na cidade alimentá-las e educá-las custa caro. Outro motivo é que as mulheres começaram a participar mais ativamente da força de trabalho e optam primeiro por estudar e ter uma carreira profissional e só depois ter filhos. A decisão de ter menos filhos não se limita a mulheres de classes sociais elevadas, mulheres de classes sociais mais pobres e com pouca formação educacional também optam por gerar menos filhos. Fatores políticos e religiosos deixaram, ainda, de ser determinantes no tamanho da família. O avanço e a disseminação de métodos anticonceptivos contribuíram para a queda da fecundidade. O aumento da urbanização e a complexidade da sociedade brasileira faz com que famílias decidam postergar o primeiro filho para um período mais tardio. Consequentemente, o número de filhos por cada mulher é muito menor. (SÁ, 2011 apud CASAGRANDE, 2011).

Essas alterações verificadas na composição da população da região Costa Oeste e do Brasil apontam para uma transição demográfica, transição na qual se observa que o número de jovens está diminuindo ao passo que aumenta a população idosa e há o predomínio dos adultos. De acordo com Alves e Bruno:

O processo de transição demográfica, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa. (ALVES e BRUNO, 2007, p. 1).

Assim, o Brasil passa por um processo de transição demográfica, uma transição tão acelerada que pode levá-lo a ser “[...] um país com condições demográficas semelhantes aos dos países desenvolvidos e com condições sociais e econômicas que não ultrapassam aquelas dos países em desenvolvimento” (BRITO, 2010, p. 7).

Verifica-se, portanto, que a pirâmide etária brasileira vem se modificando nas últimas décadas, deixando a forma típica de um país com predominância da população jovem, para um formato semelhante às pirâmides de países desenvolvidos, com predomínio da população adulta, e aumento da população idosa. Com o processo de envelhecimento populacional verificado em nosso país, surgirão novas prioridades em relação às políticas públicas a serem direcionadas a grupos específicos. Assim, entra em destaque o papel do Estado frente às mudanças no perfil etário da população.

Ao contrário dos países desenvolvidos, a transição demográfica em países em desenvolvimento tem sido muito mais acelerada. A transição demográfica no Brasil vem sofrendo um rápido declínio nos níveis de fecundidade e no ritmo de crescimento demográfico.

A transição da estrutura etária traz consigo efeitos positivos, tanto nos serviços de educação e saúde voltados para as crianças, assim como a diminuição da pressão demográfica por novos empregos na população em idade ativa. Existem, no entanto, grandes desafios em relação à população idosa, pois ainda existe uma grande carência no aspecto político e social, áreas que precisam dar suporte a um envelhecimento saudável (SIVIERO et al., 2009).

Ao contrário do Brasil, nos países desenvolvidos a transição demográfica ocorreu num quadro de bem-estar social consolidado. Não basta, portanto, ter a pirâmide etária semelhante aos países desenvolvidos, pois, se a realidade de nosso país ainda é marcada pela pobreza e pela intensa desigualdade social, então não há essa consolidação do bem-estar social. De fato, esse processo de envelhecimento da população vem ocorrendo num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos (KRELING, 2010).

Devido às alterações na estrutura etária da região Costa Oeste, e do Brasil como um todo, será necessária a criação de políticas públicas que deem conta de assistir a essas mudanças, que garantam o acesso universal da população à saúde, à educação e ao emprego.

As políticas públicas voltadas à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e à previdência devem levar em conta a transição que vem ocorrendo na estrutura etária. No caso da educação, por exemplo, a redução do tamanho da população jovem favorecerá a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade de ensino. Por outro lado, com o aumento da expectativa de vida, maior será o tempo de participação dos idosos nos programas de seguridade social (BRITO, 2007).

O Brasil poderá alcançar alguns efeitos fortes e positivos a partir da mudança em sua estrutura etária. O tamanho menor das gerações de jovens e de crianças possibilita um maior retorno dos recursos nessas gerações investidos. É de se esperar um aumento do investimento governamental *per capita* na educação, mormente nos níveis fundamental e médio. Deriva disso que a sociedade necessita,

vitalmente, investir na atual geração de crianças, particularmente nas áreas de saúde e educação (CARVALHO e WONG, 2008).

É importante ressaltar que as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura etária variam de acordo com os diferentes estratos da população, de forma que o envelhecimento da população é muito mais acentuado nas camadas mais ricas da população. Por outro lado, em relação aos jovens, a grande maioria se encontra nas classes mais pobres da população. Desse modo, conforme Brito (2010, p. 8), “[...] retirar os jovens da situação de pobreza é uma condição necessária para potencializar as mudanças estruturais da sociedade brasileira que podem ser facilitadas pelo benefício da transição demográfica”.

Nesse sentido, a transição demográfica pode tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia e do bem-estar social da população, como pode ampliar as desigualdades sociais existentes no país. As consequências sociais das mudanças no perfil da população, tanto no âmbito nacional, como no regional, no caso da região Costa Oeste do Paraná, vão depender das políticas públicas que visem atender a essas mudanças.

Assim, em relação aos jovens, é de extrema importância que sejam criadas políticas voltadas à melhoria do sistema educacional. Com a redução na proporção de jovens, a demanda por serviços educacionais tem diminuído, o que facilita as políticas públicas de universalização das matrículas no ensino fundamental e médio. Diante do quadro de precariedade verificado na qualidade do ensino brasileiro, torna-se clara a necessidade de serem reorientados os investimentos em educação, de modo a melhorar a sua qualidade (BRITO, 2010).

Outro problema que se verifica, no caso com o aumento do número de idosos, é o sistema de proteção social, que ainda é deficitário em nosso país. O grande desafio ainda é o da exclusão de milhões de trabalhadores que estão na informalidade e não contribuem para o sistema previdenciário. Caso não sejam tomadas medidas, o aumento do número de idosos poderá levar ao esgotamento do sistema previdenciário (KRELING, 2010).

Torna-se importante, também, a criação de postos de trabalho, assim como a qualificação profissional desses trabalhadores. Por meio de empregos formais, muitos direitos conquistados pelos trabalhadores, como jornada adequada de trabalho e direito a férias, a décimo terceiro salário e a seguro desemprego são respeitados. Além disso, os trabalhadores passam a contribuir para o sistema

previdenciário, garantindo, futuramente, o direito ao recebimento da aposentadoria, que é de grande importância para a garantia da qualidade de vida para os idosos.

Segundo Brito:

Já a situação futura dependerá das possibilidades criadas pelo crescimento da economia, principalmente da geração de mais empregos e ocupações que aumentem o número de contribuintes, somando-se, como mencionado, as políticas públicas referentes aos jovens pobres, que devem ser objetivo prioritário do Estado. Caso isso não ocorra agora, a situação previdenciária ficará comprometida, pois, no médio prazo, provavelmente, haverá maior proporção de trabalhadores não-contribuintes e, no longo prazo, mais dependentes de programas de transferência de renda. (BRITO, 2008, p. 14).

Desse modo, deve-se compreender que os jovens de hoje constituirão, no futuro, a força de trabalho que suportará as crescentes razões de dependência dos idosos. Assim, é muito importante que o Estado invista em saúde e em educação, não só para garantir a melhoria da qualidade de vida dessas gerações, mas também o equilíbrio de toda a sociedade. Conforme Carvalho e Wong:

Dependerá das atuais gerações de jovens a garantia, em médio e longo prazo, de uma vida digna às gerações de idosos. Ademais, é nesta fase que a sociedade deve se preparar, mediante reformas institucionais na área da seguridade social (previdência e saúde), para conviver, no futuro próximo, com altas e sustentadas taxas de dependência de idosos. (CARVALHO e WONG, 2008, p. 604).

Para autores como Alves (2008), esse momento da transição demográfica é denominado de “janela da oportunidade”, um momento na história do Brasil em que as condições são favoráveis para romper com o círculo vicioso da pobreza:

Na primeira metade do século XXI, o Brasil vai ter uma população crescendo a taxas cada vez menores, com aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar e menores razões de dependência, com maior inserção feminina no mercado de trabalho e com um número crescente de homens e mulheres com maior escolaridade e, portanto, maior potencial produtivo. A queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida significam anos de vida mais longa e que podem se transformar em capital humano a serviço da elevação do padrão de vida e de aumento do capital social. O Brasil tem todas as condições para entrar em um ciclo virtuoso e se aproximar dos países mais desenvolvidos. (ALVES, 2008, p. 11).

Desse modo, conforme Brito (2008), a janela da oportunidade está relacionada às oportunidades demográficas que podem ser usufruídas pela sociedade e pela economia entre 2010 e 2030, em função do crescimento da população em idade ativa (PIA), acompanhada pela queda da razão de

dependência, devido ao número reduzido de jovens, e onde o peso relativo dos idosos ainda será menor que o dos jovens. Para cada 100 pessoas em idade ativa, haveria 50 dependentes, com predominância de jovens. Conforme o IBGE:

Um primeiro indicador, razão de dependência total, relaciona o total da população em idade potencialmente inativa (menores de 15 anos e 60 anos ou mais) com a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos). Este indicador reflete o peso ou “carga econômica” do grupo formado por crianças/adolescentes e idosos sobre o segmento populacional que poderia estar exercendo alguma atividade produtiva. A tendência dessa “carga econômica” é de redução até 2020 (50,9 inativos para cada 100 pessoas em idade ativa), iniciando-se reversão dessa tendência a partir dessa data, principalmente em função do aumento do contingente de idosos, tanto em termos absolutos quanto relativos, chegando, em 2050, a uma relação de 75 pessoas inativas para cada 100 em idade ativa. (IBEGE, 2009, p. 16).

Tais tendências devem, portanto, ser levadas em consideração no planejamento e na formulação de políticas de cunho social e econômico. Tais políticas devem atuar em todas as instâncias administrativas (federal, estadual e municipal). Verifica-se, entretanto, atualmente, um problema em relação à criação de políticas públicas, pois os seus formuladores geralmente planejam considerando um período curto, ligado ao seu período de gestão. É muito importante que se criem políticas públicas pensando no curto, no médio e no longo prazo.

Assim, compreende-se que o papel do Estado é de grande importância, principalmente no que se refere à criação de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento e ao bem-estar de sua população. É necessário que o poder público esteja preparado para atender a essas novas demandas, decorrentes da transição demográfica em curso.

### 2.3 INDICATIVOS SOCIOECONÔMICOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Neste item são analisados os indicadores socioeconômicos que vislumbrem o desenvolvimento humano, a população economicamente ativa, a distribuição de renda e o nível de igualdade social presente nos municípios limieiros ao Lago de Itaipu. Propõe-se analisar o nível de desenvolvimento econômico e social desses 15 municípios, verificando se há disparidades socioeconômicas entre eles.

Realizar um diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico dos municípios torna-se uma tarefa indispensável para a realização do planejamento urbano e regional, que visa gerar ações e direcionar políticas públicas para determinadas áreas, assim como para municípios que possuem maior deficiência em determinados setores (educação, saúde, emprego, distribuição de renda etc.), tentando manter o crescimento equilibrado da região. De acordo com o IBGE:

A disponibilidade de informações que retratem a realidade socioeconômica regional vem se constituindo numa exigência cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas regionais, uma vez que a mudança no padrão de relacionamento entre o governo federal, estados e municípios tem-se manifestado através de um forte movimento de descentralização. Tal processo, por sua vez, indica que as instituições de estatísticas regionais deverão assumir crescentemente não apenas o levantamento de dados como também a estimação de dados e indicadores econômicos que orientem as ações de planejamento. (IBGE, 2011-a, p. 9).

Conforme Torres et al. (2003), a utilização de informações e de resultados estatísticos, na definição de metas, na priorização e no direcionamento das intervenções possibilitaria mais rapidez e eficiência ao gestor público para atingir os seus diferentes objetivos:

Entre outras coisas, as estatísticas constituem instrumento importante para: desenvolver melhor as políticas sociais, permitindo o acompanhamento e a evolução dos processos; aumentar o consenso social sobre as difíceis escolhas diante do sempre presente estrangimento dos recursos; revelar e criar responsabilidades dos diferentes atores envolvidos nesses processos; e incluir na agenda de políticas sociais temas muitas vezes negligenciados no campo de ação de determinada política setorial (como a questão racial, por exemplo). (TORRES et al., 2003, p. 80).

Desse modo, inicialmente para cá foram buscados dados sobre a População Economicamente Ativa (PEA) da região Costa Oeste do Paraná para o ano de 2010.

**TABELA 10** – Região Costa Oeste do Paraná – PEA 2010.

<b>Município</b>	<b>PEA TOTAL</b>	<b>POP. TOTAL</b>	<b>% DA PEA</b>
Diamante D'Oeste	2.603	5.027	52%
Entre Rios do Oeste	2.469	3.926	63%
Foz do Iguaçu	133.547	256.088	52%
Guaíra	16.026	30.704	52%
Itaipulândia	5.061	9.026	56%
Marechal Cândido Rondon	27.560	46.819	60%
Medianeira	24.774	41.817	59%
Mercedes	2.990	5.046	59%
Missal	5.714	10.474	54%
Pato Bragado	2.978	4.822	62%
Santa Helena	13.557	23.413	58%
Santa Terezinha de Itaipu	10.842	20.841	52%
São José das Palmeiras	1.942	3.830	51%
São Miguel do Iguaçu	13.370	25.769	52%
Terra Roxa	9.866	16.759	59%
<b>TOTAL</b>	<b>273.999</b>	<b>504.361</b>	<b>54%</b>

FONTE: Ipardes, Cadernos Estatísticos 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

Se a população total da região Costa Oeste do Paraná corresponde a 504.361, então aproximadamente 54% da população está economicamente ativa. Em relação aos municípios, a PEA varia de 51% (São José das Palmeiras) a 63% (Entre Rios do Oeste). Em comparação com a Tabela 9, da população segundo as faixas etárias, observa-se que os dois municípios que apresentam maior proporção de adultos – Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon – estão também entre os municípios que apresentam maior porcentagem de População Economicamente Ativa.

O nível de desenvolvimento socioeconômico de um município também depende dos recursos públicos alocados, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de grande importância para que as administrações públicas possam planejar e executar programas e ações com vista ao desenvolvimento socioeconômico.

O FPM também corresponde a uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de

habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual (REPASSE DA RECEITA<sup>9</sup>, 2014).

Atualmente o FPM considera, no repasse aos municípios, o tamanho de sua população, assim como a renda *per capita* de cada Estado. Dessa maneira, a distribuição do FPM ocorre da seguinte maneira: 10,0% às capitais (Brasília e demais capitais estaduais), 3,6% à reserva, em que os municípios da reserva são aqueles com população superior a 142,633 habitantes (que, em 2010, correspondiam a 156 dos 5.564 municípios brasileiros), e 86,4% aos municípios do interior. Há ainda outros critérios que determinam a alocação desse recurso no que se refere a um valor mínimo (para municípios com menos de 10.188 habitantes) e um valor máximo (municípios acima de 156.216 habitantes) estipulado (MINISTÉRIO DA FAZENDA<sup>10</sup>, 2012). Na Tabela 11 estão postos os valores referentes ao repasse do FPM aos municípios limieiros ao Lago de Itaipu no ano de 2013:

**TABELA 11 – Fundo de Participação dos Municípios – 2013**

Município	Repasse FPM 2013	POP. TOTAL 2010
Diamante D'Oeste	5.497.888,58	5.027
Entre Rios do Oeste	5.497.888,58	3.926
Foz do Iguaçu	47.320.271,54	256.088
Guaira	14.661.035,75	30.704
Itaipulândia	5.497.888,58	9.026
Marechal Cândido Rondon	18.326.294,62	46.819
Medianeira	16.493.665,20	41.817
Mercedes	5.497.888,58	5.046
Missal	7.330.518,02	10.474
Pato Bragado	5.497.888,58	4.822
Santa Helena	12.828.406,30	23.413
Santa Terezinha de Itaipu	10.995.776,93	20.841
São José das Palmeiras	5.497.888,58	3.830
São Miguel do Iguaçu	12.828.406,30	25.769
Terra Roxa	9.163.147,43	16.759

FONTE: Iparde, Base de Dados do Estado, 2014. Organização: Adriana E. Casagrande

Dessa forma, os municípios mais populosos, como Foz de Iguaçu, seguido por Marechal Cândido Rondon e por Medianeira, são aqueles que recebem maiores valores, enquanto municípios menos populosos acabam recebendo um valor menos

<sup>9</sup> REPASSE DA RECEITA. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntosmunicipais/repasse\\_receita/informacoes/fpm.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntosmunicipais/repasse_receita/informacoes/fpm.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

<sup>10</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fundo de Participação dos Municípios**. 2012. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/download/CarlilhaFPM.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/CarlilhaFPM.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

significativo do FPM. Os municípios de Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Mercedes, Pato Bragado e São José das Palmeiras receberam o mesmo valor referente ao FPM: R\$ 5.497.88,58, por serem municípios com menos de 10.188 habitantes. Entretanto, essa distribuição se torna desigual entre os municípios, pois, enquanto São José das Palmeiras (com 3.830 habitantes) recebe um valor de R\$ 1.434 *per capita*, Itaipulândia (com 9.026 habitantes) recebe R\$ 609 *per capita*. Já Foz do Iguaçu, que recebeu maior repasse do FPM, quando tem esse valor dividido pelo número de habitantes, obtém-se um total de 184,78 reais *per capita*, o que demonstra a desigualdade na distribuição desse recurso, em que os municípios menores acabam levando vantagem.

Apesar dessa desigualdade na distribuição, em que os municípios com população reduzida levam vantagem sobre os municípios mais populosos, deve-se considerar que esses recursos permitem desenvolver novas potencialidades nesses pequenos municípios, incentivando a população a permanecer em suas cidades, o que representa um benefício para os centros maiores, com a diminuição de problemas decorrentes das aglomerações, como violência, desemprego, favelização etc. (MAGALHÃES, 2007).

Por meio desses recursos, é possível efetivar investimentos visando ao crescimento econômico aliado ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Conforme salienta Furtado (apud STERCHILE e SOUZA, 2008), o crescimento econômico se dá mediante o aumento real de renda e o incremento na quantidade de bens e serviços. Assim, o crescimento econômico é dimensão relevante para o processo de desenvolvimento. Desse modo, para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico, o crescimento econômico deve resultar na melhoria da qualidade de vida da população, visando melhorar os indicadores econômicos e sociais.

Outro dado analisado e que tem relação com o crescimento econômico foi o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu para o ano de 2010. O Produto Interno Bruto, de acordo com o IBGE (2011-a, p. 113), corresponde ao “[...] total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinadas ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos”. Sendo a soma de todos os bens de um município, serve como parâmetro para analisar seu desenvolvimento. Os dados abaixo representam valores em reais:

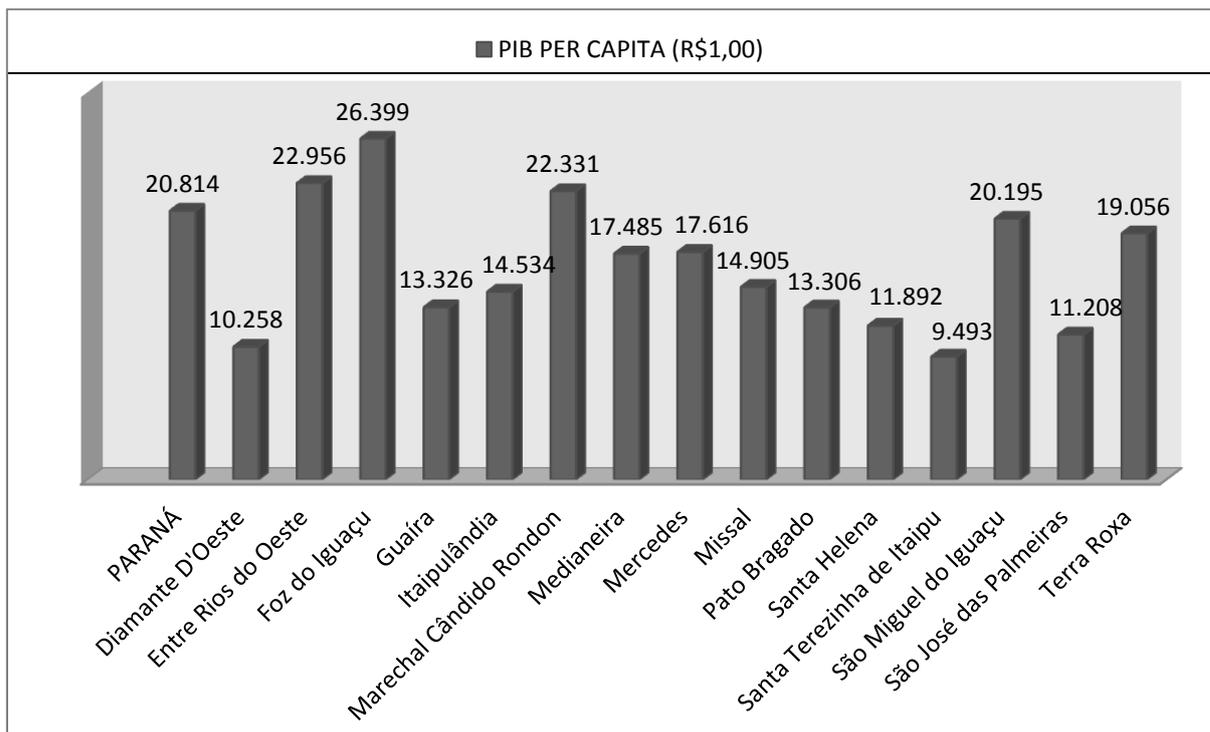
**TABELA 12 – Região Costa Oeste do Paraná – Produto Interno Bruto (PIB) 2010.**

Municípios	Produto Interno Bruto (Mil Reais) – 2010
Diamante D'Oeste	51.567
Entre Rios do Oeste	90.032
Foz do Iguaçu	6.760.175
Guaira	408.697
Itaipulândia	131.200
Marechal Cândido Rondon	1.045.073
Medianeira	731.404
Mercedes	88.890
Missal	156.113
Pato Bragado	64.176
Santa Helena	353.951
Santa Terezinha de Itaipu	197771
São José das Palmeiras	42.936
São Miguel do Iguaçu	520.112
Terra Roxa	319.443

FONTE: IBGE, 2013. Organização: Adriana E. Casagrande.

Observando os dados, percebe-se que os municípios com os maiores valores do PIB são Foz do Iguaçu (6.760.175 R\$), Marechal Cândido Rondon (1.045.073 R\$) e Medianeira (731.404 R\$). Já os municípios com os menores valores do PIB são: São José das Palmeiras (42.936 R\$), Diamante D'Oeste (51.567 R\$) e Pato Bragado (64.176 R\$). Tais valores são proporcionais ao tamanho da população, tendo como exemplo os municípios com maior PIB, que são também os mais populosos; Foz do Iguaçu (256.081 habitantes), Marechal Cândido Rondon (46.799 habitantes) e Medianeira (41.830 habitantes) (IBGE, 2010).

Em relação ao PIB *per capita*, neste trabalho faz-se o uso dos dados referentes aos do ano de 2010, como pode ser observado no Gráfico 4 abaixo:



**GRÁFICO 4** – Região Costa Oeste do Paraná - PIB *per capita* 2010.

FONTE: IPARDES, Cadernos Estatísticos 2012. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

O PIB *per capita* é resultado do valor do PIB dividido pelo total de habitantes de um município, estado ou país. Novamente observando os dados, os municípios com maior renda *per capita* são: Foz do Iguaçu (26.399 R\$), Entre Rios do Oeste (22.956 R\$) e Marechal Cândido Rondon (22.331 R\$), enquanto aqueles com menor renda *per capita* são: Santa Terezinha de Itaipu (9.493 R\$), Diamante D'Oeste (10.258 R\$) e São José das Palmeiras (11.208 R\$). Ocorre, no entanto, que, ao indicar uma média, o PIB *per capita* não demonstra a desigualdade na distribuição de renda, sendo necessária a análise de outros indicadores para apreender os níveis de igualdade social. Nesse sentido, um indicador bastante apropriado para essa análise é o Índice de Gini.

O Índice de Gini tem como função calcular a desigualdade da distribuição de renda. Seu valor varia de 0 a 1, em que 0 representa uma completa distribuição de renda, ao passo que o 1 representa a máxima desigualdade de renda. De acordo com o IPEA:

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a

situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. (IPEA, 2003).

De acordo com o IBGE (2004), para a construção do Índice de Gini são utilizadas informações relativas à população ocupada de 10 anos ou mais de idade e seus rendimentos mensais, informações essas obtidas pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ainda conforme o Instituto:

É importante avaliar não somente o crescimento econômico de um país, medido por indicadores como o Produto Interno Bruto - PIB, como também a sua distribuição. O Índice de Gini é um dos indicadores mais utilizados com a finalidade de avaliar a distribuição dos rendimentos pela população, aspecto importante para uma sociedade que pretende ser eqüitativa. O combate à desigualdade na distribuição de renda é fundamental para assegurar a redução da pobreza, um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2004, p.177).

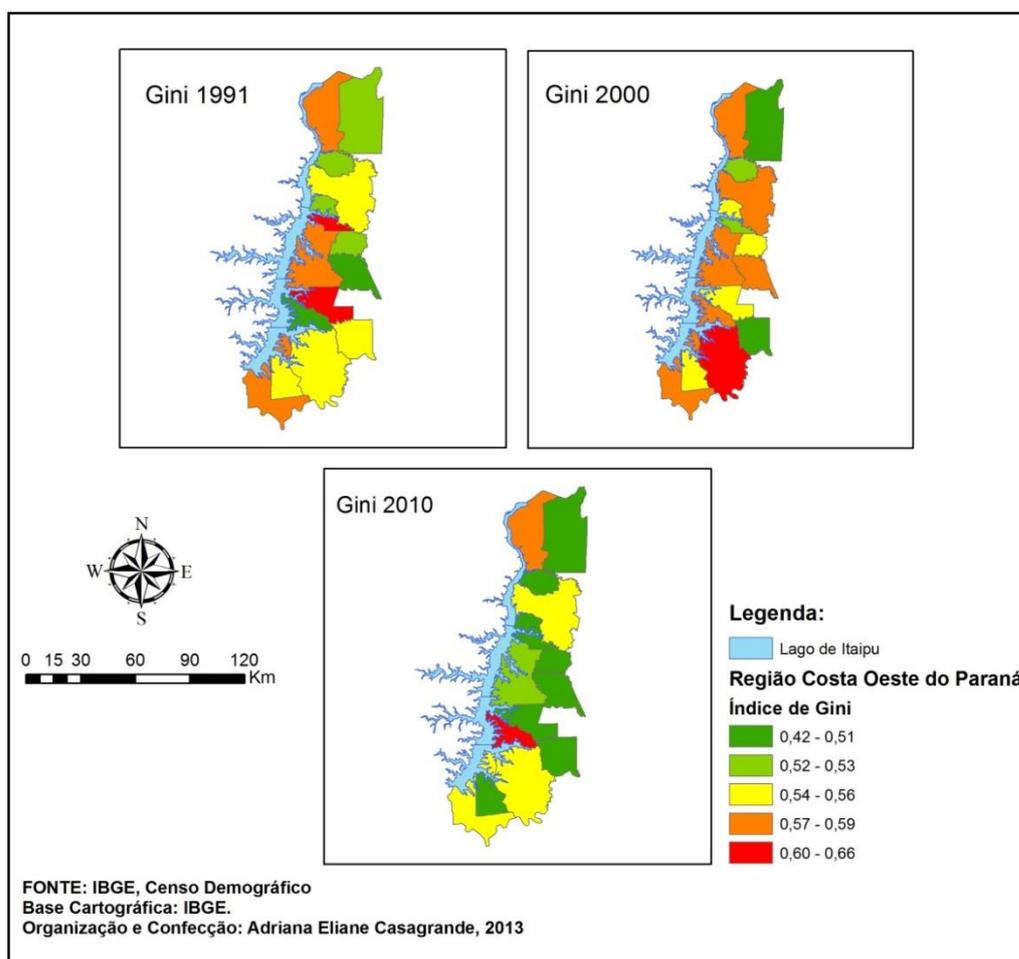
Em relação à distribuição de renda no Brasil, Ferreira e Souza (2007, p.32) afirmam que é uma das mais desiguais do mundo, sendo que “[...] o País ocupa lugar de destaque em concentração no mundo e, ainda, aproximadamente 47% da renda é apropriada pelos 10% mais ricos, enquanto os 50% mais pobres ficam com 12,7%”.

Na Figura 4 e na Tabela 13 abaixo está posto o Índice de Gini para cada um dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, referente às décadas de 1991, 2000 e 2010:

**TABELA 13** – Região Costa Oeste do Paraná – Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	Gini 1991	Gini 2000	Gini 2010
Diamante D'Oeste	0,500	0,570	0,500
Entre Rios do Oeste	0,630	0,520	0,490
Foz do Iguaçu	0,580	0,580	0,540
Guaíra	0,580	0,590	0,570
Itaipulândia	0,490	0,580	0,630
Marechal Cândido Rondon	0,560	0,570	0,540
Medianeira	0,570	0,510	0,480
Mercedes	0,530	0,530	0,420
Missal	0,610	0,550	0,460
Pato Bragado	0,540	0,550	0,430
Santa Helena	0,580	0,590	0,520
Santa Terezinha de Itaipu	0,560	0,560	0,460
São José das Palmeiras	0,530	0,550	0,450
São Miguel do Iguaçu	0,560	0,660	0,540
Terra Roxa	0,530	0,510	0,420

Fonte: IBGE, Censo Demográfico/Portal ODM 2013. Organização: Adriana E. Casagrande.

**FIGURA 4** – Região Costa Oeste do Paraná – Índice de Gini 1991-2000-2010

Como pode ser observado, principalmente durante as décadas de 1991 e 2000, a maioria dos municípios encontrava-se na faixa de 0,5 no Índice de Gini, o que evidencia, de acordo com o IBGE (2004, p. 177), que “[...] 0,5 já é considerado um valor representativo de fortes desigualdades”. No censo de 1991, os municípios com maiores desigualdades eram Entre Rios do Oeste (0,63), Missal (0,61) e Foz do Iguaçu (0,58), enquanto Itaipulândia possuía menor índice de desigualdade.

No ano de 2000, entre os municípios com maiores desigualdades sociais estavam, em primeiro lugar, São Miguel do Iguaçu, com um índice de 0,66; em seguida estão Guaíra e Santa Helena, ambos com 0,59, seguidos de Foz do Iguaçu e Itaipulândia, com valores de 0,58. Já os municípios com menores desigualdades de renda eram Medianeira e Terra Roxa, com 0,51; Entre Rios do Oeste com 0,52 e Mercedes com 0,53.

Em 2010, os municípios com maiores desigualdades são Itaipulândia(0,63)e Guaíra(0,57),enquanto Pato Bragado (0,43), Mercedes (0,42) e Terra Roxa (0,42) possuem menores desigualdades na distribuição de renda.

Entre os três Censos Demográficos, 6 dos 15 municípios da região diminuiram gradualmente o Índice de Gini: Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Medianeira, Mercedes, Missal e Santa Terezinha de Itaipu. Os municípios de Diamante D'Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena, São José das Palmeiras e São Miguel do Iguaçu, apesar de aumentarem o grau de desigualdade de distribuição de renda entre 1991 e 2000, tiveram seus índices reduzidos para o ano de 2010. O único município que teve um aumento na desigualdade de distribuição de renda foi Itaipulândia, que passou do índice de 0,4 em 1991, para 0,6 em 2010. Dessa forma, com exceção de Itaipulândia, constata-se que, na última década, houve uma redução nos níveis de desigualdade de renda dos municípios da região Costa Oeste do Paraná, indicando uma melhora na qualidade de vida da população.

Ainda no quesito comparação de renda, para cá se traz agora uma análise do rendimento mensal da população da região Costa Oeste para o ano de 2010. Os dados foram organizados de acordo com categorias de salário, como pode ser observado na tabela abaixo:

**TABELA 14 – Região Costa Oeste – Rendimento nominal mensal – 2010**

<b>Classe de salários</b>	<b>População</b>
Até 1/4 de salário mínimo	13.285 (4,35%)
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	12.964 (4,25%)
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	79.203 (26%)
Mais de 1 a 2 salários mínimos	109.698 (36%)
Mais de 2 a 3 salários mínimos	36.598 (12%)
Mais de 3 a 5 salários mínimos	28.007 (9,18%)
Mais de 5 a 10 salários mínimos	19.528 (6,4%)
Mais de 10 a 15 salários mínimos	3.346 (1,09%)
Mais de 15 a 20 salários mínimos	2.152 (0,7%)
<b>População Total (pessoas de 10 anos ou mais de idade): 304.781</b>	

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

No ano de 2010, o salário mínimo vigente era de R\$ 510 (GUIA TRABALHISTA, 2013). Assim, verifica-se que a maior parte da população (36%) recebia entre 1 a 2 salários mínimos. Depois dessa categoria, vem em seguida 26% da população que recebia entre  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, um valor muito irrisório, insuficiente para garantir um mínimo de qualidade de vida. Somando essas categorias, de  $\frac{1}{2}$  a 1 e de 1 a 2 salários mínimos, tem-se um total de 62%, ou seja, a maioria da população sobrevive com baixos salários. A partir da categoria de 2 salários mínimos em diante, vai diminuindo o número de indivíduos em cada categoria, o que confirma que há uma concentração de renda. A maioria da população sobrevive com baixos salários, enquanto as melhores condições de vida são usufruídas por uma minoria.

Ao se questionar sobre a qualidade de vida da população, há ainda um índice muito importante que retrata essa questão, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM é uma forma de avaliação e medida do bem-estar da população, sendo desenvolvido desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2002). De acordo com o Observatório do Recife<sup>11</sup>:

O IDHM é um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Os dados utilizados são os do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 utiliza dados do censo demográfico de 2010

<sup>11</sup> PNUD muda metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. **Observatório do Recife**. Disponível em: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/?p=8892>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (OBSERVATÓRIO DO RECIFE, 2013, p. 2).

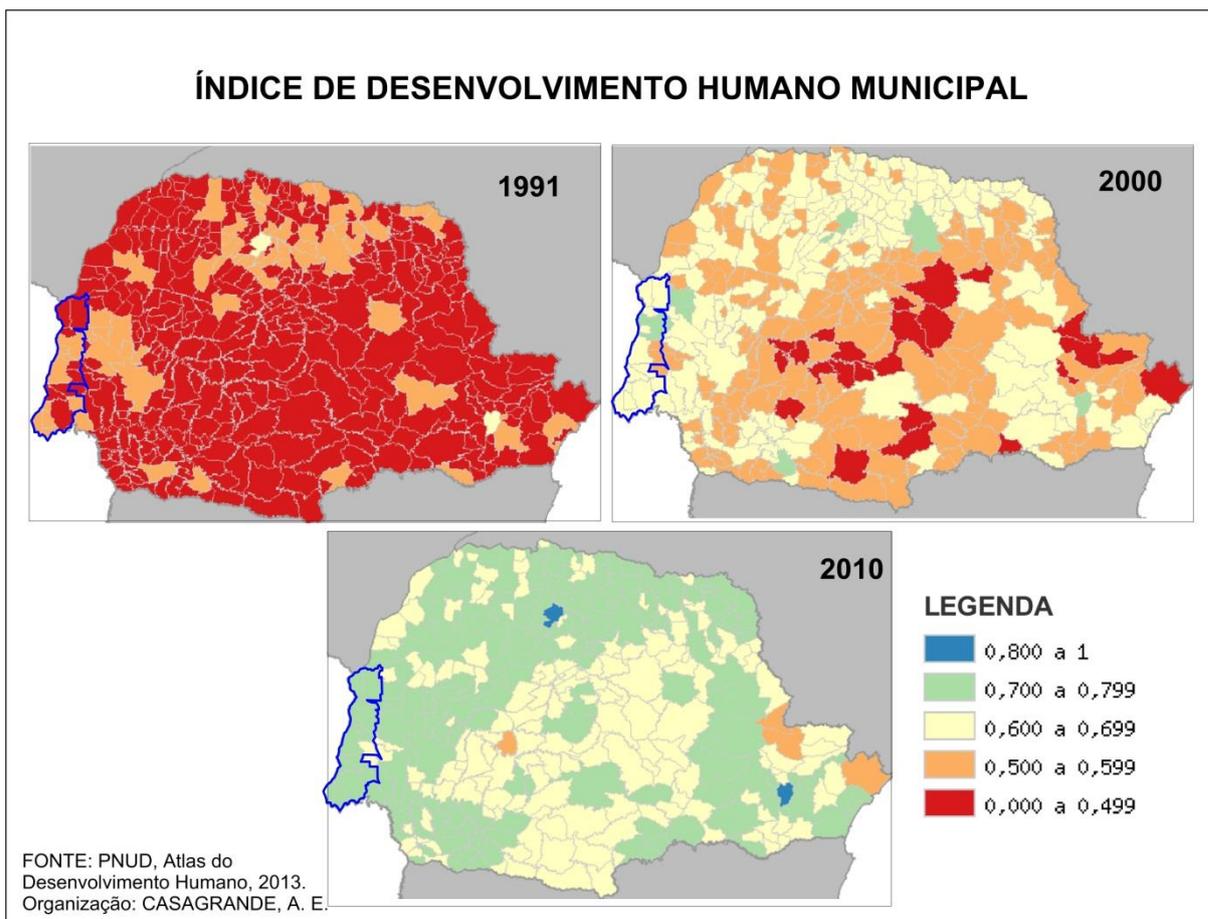
Ressalta-se que ocorreu uma mudança na metodologia do IDHM de 2013 em relação aos anos anteriores, em que o indicador “educação” se tornou mais rigoroso ao exigir mais escolaridade para que um município tenha IDH maior (PNUD muda, 2013, p.1). No cálculo do IDHM das décadas anteriores levava-se em consideração a taxa de alfabetização de pessoas acima dos quinze anos de idade e a taxa bruta de frequência escolar, em que se somavam as pessoas que frequentavam o ensino fundamental, médio e superior, dividindo pela população na faixa etária entre 7 a 22 anos de idade (CASAGRANDE, 2011). Para o IDHM de 2013, o acesso ao conhecimento foi medido pela composição de dois subindicadores com pesos diferentes; escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem:

A escolaridade da população adulta foi medida pelo percentual de pessoas com 18 anos ou mais de idade com fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar dos jovens foi medido pela média aritmética do percentual de crianças entre cinco e seis anos frequentando a escola, do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. Tem peso 2. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. (PNUD muda, 2013).

Além disso, sob essa nova metodologia, passa-se de três para cinco categorias na classificação para o IDHM:

- **Muito baixo desenvolvimento humano:** 0 a 0,499
- **Baixo desenvolvimento humano:** 0,500 a 0,599
- **Médio desenvolvimento humano:** 0,600 a 0,699
- **Alto desenvolvimento humano:** 0,700 a 0,799
- **Muito alto desenvolvimento humano:** 0,800 a 1 PNUD muda, 2013).

Ressalta-se ainda que, devido a essa nova metodologia, “[...] o Pnud considera errado comparar o IDHM 2013 com os índices divulgados em 1998 e 2003 [...]” e que os valores dos IDHMs anteriores foram recalculados, sendo que, portanto, as análises e comparações entre esses indicadores só podem ser realizadas dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013 (PNUD muda, 2013). Assim, na Figura 5 verifica-se o IDHM referente aos anos de 1991, 2000 e 2010, para os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu:



**FIGURA 5** – Região Costa Oeste do Paraná – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 1991, 2000 e 2010.

Por meio dos mapas, constata-se uma evolução no IDH dos municípios paranaenses, com destaque para os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. No IDHM de 1991, os municípios de Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu encontravam-se na categoria de baixo desenvolvimento humano, enquanto os demais municípios possuíam muito baixo desenvolvimento humano.

No IDHM de 2000, dois municípios se destacavam – Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon – com um alto desenvolvimento humano. Por outro lado, os municípios com menor IDHM eram Diamante D’Oeste (0.532) e São José das Palmeiras (0.582), na categoria de baixo desenvolvimento humano. Os demais municípios encontravam-se na faixa de médio desenvolvimento humano.

Já em relação a 2010, o IDHM de todos os municípios evoluiu. O município de Diamante D’Oeste continuou com o menor índice de desenvolvimento humano (0,664, mas passou para a categoria de médio desenvolvimento humano) e o

segundo menor índice ficou com São Miguel do Iguaçu (0,704). Já os municípios com maior IDHM foram Marechal Cândido Rondon (0,774), seguido de Medianeira (0,763) e Entre Rios do Oeste (0,761). Com relação ao *ranking* estadual, Marechal Cândido Rondon ficou na 8ª posição, Medianeira ficou na 13ª e Entre Rios do Oeste ficou na 17ª posição. Já Diamante D'Oeste ficou na 366ª posição, São Miguel do Iguaçu ficou na 212ª posição e Missal ficou na 174ª posição. Com exceção de Diamante D'Oeste, todos os demais municípios foram classificados como tendo um alto nível de desenvolvimento humano. Em relação ao Brasil, verifica-se a mesma evolução que ocorreu na região Costa Oeste e no Paraná, entre o IDHM de 1991 e 2010. Conforme o PNUD<sup>12</sup>:

Em 1991, pelos recálculos e adaptações feitas no Atlas Brasil 2013 para o novo IDHM, 85,8% dos municípios brasileiros fariam parte do grupo de Muito Baixo Desenvolvimento Humano. Em 2000, esse número teria caído para 41,8% e, em 2010, despencado para 0,57% (32 municípios). (PNUD, 2013, p. 1).

Ressalta-se que essa evolução não ocorreu da mesma forma em todas as regiões brasileiras; enquanto as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste não possuem nenhum município na faixa de “muito baixo desenvolvimento humano”, as Regiões Norte e Nordeste não contam com nenhum município na faixa “muito alto desenvolvimento humano”, o que evidencia a desigualdade entre as regiões brasileiras.

A mesma desigualdade se verifica entre os municípios da região Costa Oeste; enquanto alguns municípios se destacam no IDHM, outros estão entre os últimos colocados na classificação paranaense. Além do IDHM, há outro índice que mede a qualidade de vida nos municípios no Paraná. Trata-se do Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), promovido pelo Iparades. O IPDM, assim como o IDHM, leva em consideração critérios como renda, emprego, educação e saúde:

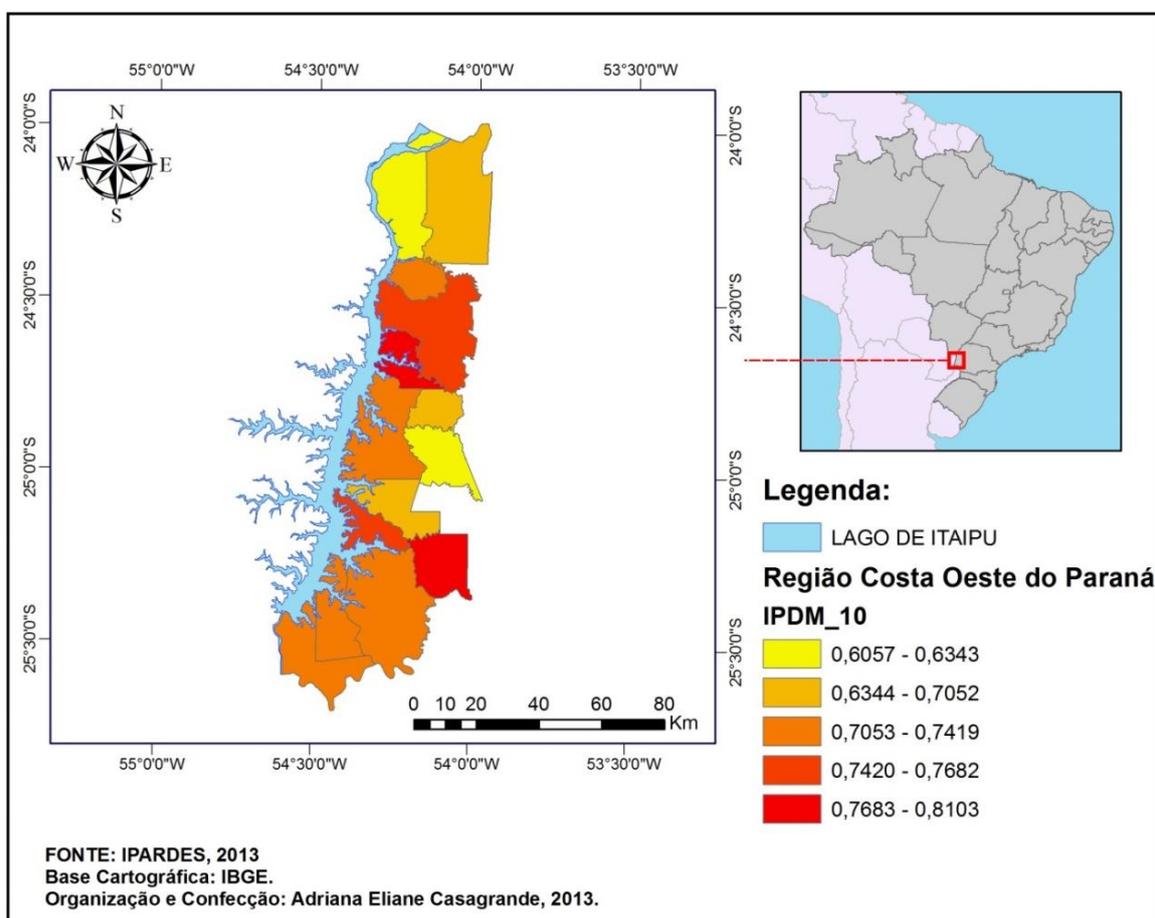
O IPDM procura captar, para os municípios do Estado do Paraná, estágios de desempenho em suas dimensões mais importantes, de renda e emprego, educação e saúde. O índice parcial renda e emprego (doravante, renda) é construído a partir dos dados referentes à remuneração média do trabalho, emprego formal e produção agropecuária. Já o índice relativo à educação é construído a partir de: atendimento à educação infantil, percentual de docentes com curso superior, taxa de não abandono e média do índice de

---

<sup>12</sup> CERCA de 74% dos municípios brasileiros têm Médio e Alto Desenvolvimento Humano, aponta Atlas Brasil 2013. PNUD Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3753>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

desenvolvimento da educação básica (IDEB). E, finalmente, o relativo à saúde se dá a partir de: percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo, percentual de óbitos por causas mal definidas, e percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos. Tanto o índice geral como os parciais apresentam variações de 0 a 1, números que representam, respectivamente, condições mínima e máxima de desempenho socioeconômico. (IPARDES, 2013, p. 1).

Ainda conforme o Ipardes (2013), esse indicador é dividido entre os estágios de baixo (0,0 a 0,4), médio-baixo (0,4 a 0,6), médio (0,6 a 0,8) e alto desempenho (0,8 a 1,0). Dos 399 municípios paranaenses, 350 (87,7% do total) deles estão consolidados no grupo de médio desempenho no IPDM geral. Abaixo está o IPDM para a região Costa Oeste do Paraná:



**FIGURA 6** – Região Costa Oeste do Paraná – Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) 2010.

Assim, por meio do IPDM de 2010, percebe-se que há apenas um município com um alto desempenho, Medianeira, com um índice de 0,81, enquanto os demais municípios se encontram na categoria de médio desempenho. Depois de

Medianeira, constam, em seguida, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado, com um índice de 0,79, próximo ao alto desempenho. Por outro lado, os municípios com menor desempenho foram: Guaíra (0,60), Diamante D'Oeste (0,63) e São José das Palmeiras (0,68).

Dessa maneira, por meio da análise de todos esses indicadores socioeconômicos, foi possível chegar a algumas considerações:

- Por meio da análise do PIB e do PIB *per capita*, constatou-se que todos os municípios possuem recursos suficientes para garantir os serviços necessários (saúde, educação, tratamento de água e esgoto etc.) para a população, com valores que variam de 9 a 26 mil reais por cada pessoa.
- Ocorre, no entanto, como se sabe, que o Brasil está entre os países com maiores desigualdades sociais (0,591), perdendo apenas para sete nações em concentração de renda. Na região em estudo, em relação ao Índice de Gini de 2010, o município com pior distribuição de renda é Itaipulândia (0,63) e seis municípios possuem seus índices em torno de 0,5, o que revela a presença de grandes desigualdades sociais. Notou-se, porém, que, dos índices de 2000 para o ano de 2010, houve uma melhora, uma vez que em 2000 praticamente todos os municípios estavam na faixa de 0,5, sendo que, em 2010, oito municípios passaram para a faixa de 0,4. Isso significa uma evolução em direção a uma maior equidade social.
- Em relação à qualidade de vida, medida por meio do IDHM e do IPDM, verificou-se que a maioria dos municípios se situa na faixa de alto desenvolvimento humano. Já em relação ao IPDM, os municípios se encontram na categoria de médio a alto desempenho.

Já em relação aos municípios, por meio da comparação dos dados de cada um deles, alguns pontos podem ser destacados:

- Apesar de possuírem maiores valores de PIB e PIB *per capita*, municípios como Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon se encontram na categoria de municípios com grandes desigualdades na distribuição de renda. No entanto, Marechal Cândido Rondon lidera no IDHM de 2010.

- Medianeira também se destaca no PIB e PIB *per capita* e, além disso, encontra-se entre os municípios com menores desigualdades de renda (0,4) e é o município com maior desempenho municipal (IPDM 2010) e está em segundo lugar no IDHM da região, revelando que neste município há uma maior qualidade de vida e uma maior igualdade social.
- Os municípios de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes encontram-se entre aqueles com menores índices de desigualdade de renda, e entre os melhores índices de desempenho municipal e qualidade de vida.
- Já os municípios de Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras e Guaíra, além de não se destacarem no PIB, são aqueles que apresentam desigualdades de renda maior e estão entre os índices de menor qualidade de vida e menor desempenho municipal.
- Os municípios acima citados são aqueles que se encontram nos extremos dos indicadores socioeconômicos, enquanto os demais municípios se encontram em níveis intermediários de desempenho, qualidade de vida e distribuição de renda: Itaipulândia se destaca na desigualdade da distribuição de renda (Índice de Gini 2010); Missal, por outro lado, apresenta menor desigualdade da distribuição de renda (Índice de Gini 2010); Santa Helena apresenta grande desigualdade social no Índice de Gini de 2000; e, por fim, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa, que se destacam pela menor desigualdade de renda no Índice de Gini.

Nesse sentido, o planejamento regional deve atuar para além dos limites municipais, atuando em escala regional, na tentativa de diminuir a desigualdade entre os municípios da região Costa Oeste do Paraná. Como já discutido, o desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico, mas, sim, garantir um maior acesso da população a educação de qualidade, a emprego, a habitação, a condições sanitárias adequadas, a transporte, enfim, a bens e serviços que garantam a efetiva qualidade de vida. Essas questões são primordiais na realização do planejamento regional.

## 2.4 EDUCAÇÃO: NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

A educação também merece destaque neste estudo, pois é um dos parâmetros básicos do desenvolvimento econômico e social, trazendo consigo reflexos sobre a produtividade e a evolução do mercado de trabalho, tendo implicações significativas sobre a saúde, a fecundidade e sobre outros temas sociais (IBGE, 2010). Por meio da educação é que se chega ao desenvolvimento, pois ela permite a redução da pobreza, garantindo mão de obra qualificada, melhores empregos e melhor remuneração.

Para Caleiro (2013), a educação traz benefícios individuais e sociais. No caso, os benefícios individuais são medidos ao nível da saúde, da produtividade e da redução da desigualdade na distribuição de rendimento. Já os benefícios sociais podem ser medidos ao nível da redução dos efeitos nefastos da pobreza, da contribuição para a democratização, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com as questões ambientais e do aumento da competitividade econômica. Quanto a esta última, as palavras do autor são:

Em termos da competitividade económica, tal significa que as vantagens de um determinado país passam a não ser tanto função da quantidade de recursos naturais e do trabalho barato, mas do factor trabalho que, sendo melhor educado/formado, pode aproveitar ao máximo, ou melhor, a tecnologia existente. Assim, um aumento na produtividade poderá levar a um maior crescimento económico, em resultado de aumentos no nível de educação. (CALEIRO, 2013, p. 139).

Desse modo, a interação entre mercado de trabalho e educação é muito importante, sendo a educação um elo entre a economia e a sociedade. É por meio da educação que se adquire a qualificação profissional, assim garantindo mão de obra qualificada:

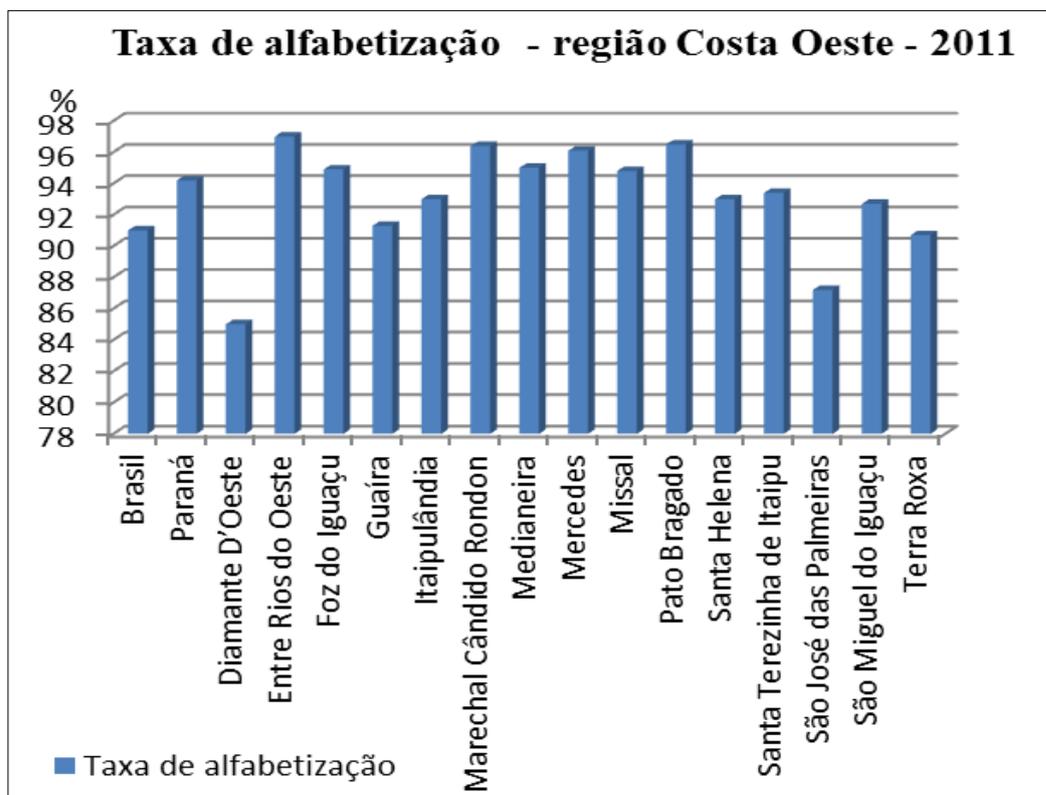
[...] a interação entre industrialização, mercado de trabalho e população é um tema muito pertinente para a civilização atual, haja vista que a expansão das indústrias é notória, e as pessoas têm que se adaptar para tal, alicerçando-se pelo conhecimento através de pesquisas. Esses estudos podem revelar a importância da educação nesse contexto, pois a qualificação profissional, elo entre economia e sociedade, perpassa pelo sistema educacional, criando uma interdependência entre ambos. (PEIXOTO e CAVALCANTI, 2012, p. 3).

Não obstante, a educação assume um impacto direto sobre variáveis socioeconômicas e até mesmo demográficas, tendo impacto não somente na

produtividade do trabalho, mas também em questões como natalidade, mortalidade e esperança de vida:

[...] a educação é um elemento fundamental no crescimento económico por via da produtividade do trabalho. Este aumento da produtividade, quando acompanhado de aumentos de salários, resulta em acréscimos no nível de vida, não só por via da redução da pobreza, mas também pela melhoria na facilidade de acesso aos cuidados de saúde, daí resultando um acréscimo na esperança de vida. Note-se que, implicitamente, se está a assumir um impacto directo da educação sobre variáveis económicas, existindo subsequentemente impactos indirectos ao nível, por exemplo, do aumento da esperança de vida (ou mesmo da redução da fecundidade, associada sobretudo ao aumento do nível educacional feminino). (CALEIRO, 2013, p. 142).

Assim, após compreender a importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade, abaixo são analisados alguns dados referentes à educação na região Costa Oeste do Paraná, iniciando pela análise dos índices de alfabetização nesses municípios (Gráfico 5), a fim de se traçar um perfil educacional da população.



**GRÁFICO5** – Região Costa Oeste do Paraná – Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais de idade – 2011.

FONTE: IBGE. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

O que se observa é que a maioria dos municípios possui a taxa de alfabetização acima dos 90%, com exceção dos municípios de Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras. Outra informação relevante para essa análise é a taxa de analfabetismo da população segundo as faixas etárias. Para isso, na Tabela 15 abaixo, a população foi dividida em sete faixas etárias, o que permite uma melhor visualização das idades em que a população é mais analfabeta:

**TABELA 15** – Região Costa Oeste – Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010

TAXA DE ANALFABETISMO (%) – 2010							
MUNICÍPIO	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Diamante D'Oeste	16,77	1,63	4,81	7,30	9,57	18,33	34,28
Entre Rios do Oeste	3,19	0,31	1,56	0,98	2,10	3,17	6,18
Foz do Iguaçu	5,64	1,02	1,29	1,86	2,77	5,09	15,44
Guaira	9,50	1,46	1,86	2,93	4,54	7,27	22,62
Itaipulândia	7,69	1,40	0,63	1,88	5,14	7,69	17,94
Marechal C. Rondon	3,84	0,95	0,87	1,16	1,92	2,99	8,83
Medianeira	5,42	0,93	0,84	1,56	2,17	4,98	13,93
Mercedes	4,28	1,17	0,28	1,35	2,71	3,19	8,91
Missal	5,60	1,07	1,59	1,95	3,28	4,44	10,83
Pato	3,80	0,25	0,75	1,57	3,18	2,32	7,93
Bragado							
Santa Helena	7,70	1,03	1,50	3,04	4,09	6,87	16,61
Santa T. de Itaipu	7,26	1,01	1,48	1,93	3,36	5,88	19,17
São José das Palmeiras	14,14	0,84	1,62	2,81	4,28	13,88	32,32
São Miguel do Iguaçu	8,04	1,06	1,93	3,21	5,02	7,30	18,08
Terra Roxa	10,05	0,54	1,63	2,06	3,68	7,76	23,41

FONTE: Iparides, Cadernos Municipais, 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

**Nota do Iparides:** Foram consideradas como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Por meio da análise dessa tabela, constata-se que a faixa etária que mais concentra analfabetos é aquela de cinquenta anos ou mais. Na comparação entre os municípios, Diamante D'Oeste apresenta, em todas as faixas etárias, a maior

porcentagem de analfabetos, enquanto Entre Rios do Oeste apresenta os menores índices de analfabetismo, seguido de Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon.

Outra informação importante diz respeito às taxas de rendimento educacionais na educação básica, posta abaixo na Tabela 16, referente ao ano de 2011:

**TABELA 16** – Região Costa Oeste – Taxas de rendimento educacionais nos ensinos fundamental e médio – 2011

MUNICÍPIO	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
Diamante D'Oeste	87,0	8,4	4,6	78,1	6,6	15,3
Entre Rios do Oeste	92,8	7,0	0,2	91,0	8,0	1,0
Foz do Iguaçu	88,3	9,1	2,6	77,6	14,0	8,4
Guaíra	85,6	11,6	2,8	81,8	6,7	11,5
Itaipulândia	89,5	9,0	1,5	78,6	14,7	6,7
Marechal C. Rondon	92,1	7,1	0,8	85,0	11,4	3,6
Medianeira	85,1	12,3	2,6	77,4	13,3	9,3
Mercedes	92,5	7,5	-	97,8	1,7	0,5
Missal	90,1	8,3	1,6	75,3	17,0	7,7
Pato Bragado	91,0	9,0	-	84,5	11,9	3,6
Santa Helena	91,1	7,4	1,5	78,7	14,5	6,8
Santa T. de Itaipu	92,2	6,3	1,5	84,2	8,6	7,2
São José das Palmeiras	85,6	9,0	5,4	76,1	5,6	18,3
São Miguel do Iguaçu	87,8	10,5	1,7	85,6	8,9	5,5
Terra Roxa	81,4	16,0	2,6	70,3	16,5	13,2

FONTE: Iparde, Cadernos Estatísticos 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

Conforme a tabela, no ensino fundamental, nenhum município possui taxa de aprovação menor que 80%, ficando a menor taxa com Terra Roxa (81,4%) e a maior taxa em Entre Rios do Oeste (92,8%). Quanto à reprovação, Terra Roxa apresenta o maior índice (16%) e o menor índice fica com Santa Terezinha de Itaipu (6,3%). Em relação ao abandono escolar, esse ocorre com maior intensidade em São José das Palmeiras (5,4%) e em Diamante D'Oeste (4,6%). No ensino médio, a menor taxa de aprovação continuou sendo em Terra Roxa (70,3%) e a maior

aprovação verificou-se em Mercedes (97,8%). Missal apresenta o maior índice de reprovação (17%) e São José das Palmeiras o menor índice de reprovação (5,6%) no ensino médio. No abandono escolar permanecem liderando São José das Palmeiras (18,3%) e Diamante D'Oeste (15,3%).

Um último dado a ser analisado em relação à educação é o número de estabelecimentos de ensino em cada município, de acordo com a Tabela 17:

**TABELA 17**–Região Costa Oeste – Estabelecimentos de ensino – 2010.

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO* - 2010							Total
	Creche	Pré-escolar	Fundamental	Médio	E.P.T. <sub>1</sub>	E.J.A <sup>2</sup>	E.E. <sup>3</sup>	
Diamante D'Oeste	1	3	4	1	-	1	1	5
Entre Rios do Oeste	1	1	2	2	-	-	-	4
Foz do Iguaçu	50	60	105	44	10	14	27	154
Guaíra	10	17	23	7	1	2	7	33
Itaipulândia	3	4	6	2	1	2	2	10
Marechal C. Rondon	9	19	33	10	1	2	2	42
Medianeira	9	17	22	8	1	4	7	33
Mercedes	1	3	5	1	-	1	1	7
Missal	2	7	12	2	-	1	1	15
Pato Bragado	1	1	2	1	-	1	1	2
Santa Helena	8	15	20	5	-	2	2	30
Santa Terezinha de Itaipu	6	7	10	5	1	2	3	17
São José das Palmeiras	1	2	2	1	-	1	1	3
São Miguel do Iguaçu	6	15	23	10	-	2	2	31
Terra Roxa	2	7	13	3	1	2	3	16

FONTE: SEED, 2013

\* Apresenta o número total de estabelecimentos de ensino, sendo que o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino, em razão disso soma de estabelecimentos de ensino não equivale ao total.

<sup>1</sup> Educação Profissional Técnica

<sup>2</sup> Educação de Jovens e Adultos

<sup>3</sup> Educação Especial.

É evidente que, quanto maior a população de um município, maior será o número de estabelecimentos de ensino. Assim, Foz do Iguaçu lidera, com um total de 154 estabelecimentos, vindo em seguida Marechal Cândido Rondon, com 42, e Guaíra, com 33 estabelecimentos. Já os municípios menos populosos – São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado – são aqueles que apresentam menor número de estabelecimentos de ensino, sendo, respectivamente, três, quatro e dois esse número. Em todos os casos, os maiores números de estabelecimentos estão voltados para o ensino fundamental, de responsabilidade de cada município.

Cabe destacar que os índices de educação, qualidade de vida, trabalho etc. estão todos ligados uns aos outros, e que há outros fatores que influenciam esses indicadores. Um estudo de 2010, intitulado “Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro”, indica que a falta de saneamento básico afeta a educação e a produtividade do país. No tocante à produtividade, o saneamento tem implicações diretas na saúde das pessoas e, conseqüentemente, em sua produtividade: “Um trabalhador saudável é mais produtivo e, portanto, capacitado a auferir um rendimento maior” (IBRE, 2010, p. 3). A respeito da educação, o estudo aponta que há uma diferença de 30% no aproveitamento escolar entre crianças que têm e não têm acesso ao saneamento básico, uma vez que essa situação causará reflexos ao longo da vida, pois os estudantes com pior aproveitamento tendem a ser menos qualificados e, portanto, com menores salários. Além disso, a deficiência na infraestrutura de saneamento tem implicações negativas nos índices de desenvolvimento, como o de mortalidade infantil e o de longevidade da população (IBRE, 2010). Nesse sentido, para garantir o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, devem-se considerar, além da educação, outros fatores preponderantes, como o saneamento básico, que implica tanto a educação, quanto o trabalho, a valorização dos lugares etc.

Ressalta-se que se poderia fazer uma análise muito mais profunda da educação, pois é um tema de grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico. Nesta pesquisa, no entanto, realiza-se apenas uma breve análise dos indicadores educacionais na região. Compreende-se que a educação tem grande importância no que concerne ao desenvolvimento de uma sociedade, e que o investimento de recursos e a criação de políticas públicas nessa área são de extrema relevância, como já destacado anteriormente.

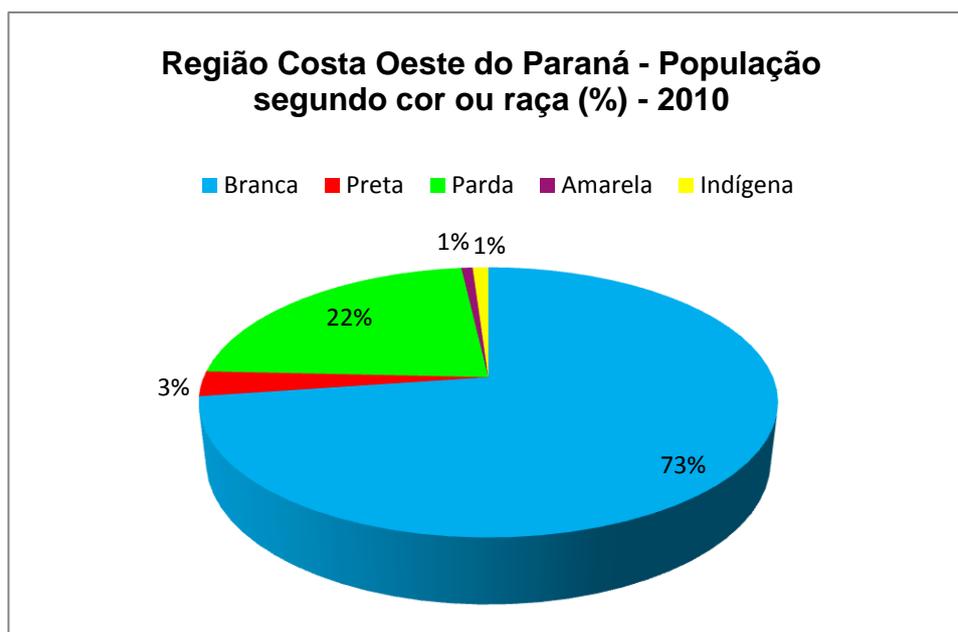
Acrescenta-se agora o entendimento de que também os níveis de alfabetização de acordo com a cor ou raça constituem uma análise importante sobre a educação, discussão que se realiza a seguir.

## 2.5 POPULAÇÃO SEGUNDO COR OU RAÇA

Outra variável levantada nesta pesquisa diz respeito à composição da população da região Costa Oeste do Paraná segundo a classificação por cor ou raça.

O estudo sobre a classificação por cor ou raça tem importância, conforme o IBGE (2008), para a criação de políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de acesso das populações negra e indígena às universidades e aos concursos públicos. No estudo desenvolvido pelo IBGE, denominado de “*Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça*” (PCERP), em uma amostra de cerca de 15 mil domicílios, no Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, 63,7% dos entrevistados afirmaram que a cor ou raça influencia na vida. Entre as situações em que há mais influência, o trabalho aparece em primeiro lugar, seguido pela relação com a polícia/justiça, o convívio social e a escola.

Aqui se realizaram, assim, comparações entre a composição da população da região com dados referentes ao grau de escolaridade das diversas etnias, a sua relação com o trabalho formal, entre outros dados que permitam verificar se há ou não oportunidades iguais para cada um desses estratos da população. No Gráfico 6 é possível visualizar a composição da população de toda a região Costa Oeste:



**GRÁFICO 6** – Região Costa Oeste do Paraná – População segundo cor ou raça

FONTE: Iparades, Base de Dados do Estado, 2012. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Interpretando o gráfico, verifica-se que a população regional é constituída por aproximadamente 73% de brancos (345.961 pessoas), 22% de pardos (132.554 pessoas), 3% de população negra (16.101 pessoas), 1% da população amarela (5.545 pessoas) e 1% da população indígena (2.265 pessoas). No sistema de classificação por cor ou raça da população utilizado atualmente pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares constam cinco categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena, e, segundo o órgão, “[...] essas categorias têm exercido um papel legitimador das representações sobre os diferentes grupos étnicos-raciais que convivem no país” (IBGE, 2008, p. 12). Na Tabela 18, essa composição da população está colocada para cada município da região Costa Oeste do Paraná:

**TABELA 18** – Região Costa Oeste do Paraná – População por cor ou raça, 2010.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (%)				
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Diamante D'Oeste	50,25	2,57	38,43	0,34	8,42
Entre Rios do Oeste	87,85	1,33	10,77	0,05	-
Foz do Iguaçu	63,49	3,58	31,38	1,39	0,16
Guaira	55,89	3,45	37,33	1,84	1,49
Itaipulândia	76,62	1,74	20,16	1,25	0,22
Marechal C. Rondon	82,77	2,26	14,49	0,41	0,06
Medianeira	77,06	1,86	20,44	0,61	0,03
Mercedes	88,21	1,43	9,77	0,58	0,02
Missal	82,20	1,65	15,91	0,22	0,02
Pato Bragado	88,22	0,62	10,91	0,21	0,04
Santa Helena	78,89	2,34	17,65	0,65	0,47
Santa Terezinha de Itaipu	69,53	3,12	26,62	0,72	0,02
São José das Palmeiras	51,15	10,18	37,62	0,81	0,24
São Miguel do Iguaçu	74,40	4,47	17,74	0,88	2,51
Terra Roxa	65,22	4,06	28,49	1,37	0,85

FONTE: Iparides, Base de Dados do Estado, 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

Observa-se, assim, que em todos os municípios predomina a população de cor branca, vindo em seguida a população parda e a população de cor negra. A população amarela e a indígena têm pouca presença na região, sendo esta última mais presente no município de Diamante D'Oeste (8,42%). Há uma maior proporção de população branca em Pato Bragado e Mercedes (88,2%). A população parda tem

maior presença em Diamante D'Oeste (38, 43%) e a população negra está mais presente em São José das Palmeiras (10,18%).

Além da análise da composição da população, torna-se importante avaliar o grau de inclusão social dos diversos grupos étnicos, medidos por meio do acesso dessa população à educação e ao emprego, dois fatores de grande importância para a qualidade de vida. Nesse sentido, a Tabela 19, abaixo, traz dados referentes aos níveis de instrução da população regional, segundo cor ou raça, com valores decimais e percentuais de acordo com a população total por grupo étnico de quinze anos ou mais :

**TABELA 19** – Região Costa Oeste do Paraná – Níveis de instrução por cor ou raça, 2010.

COR OU RAÇA	NÍVEL DE INSTRUÇÃO 2010 (%) – População de 15 anos ou mais					
	1° - Sem Instrução e fundamental incompleto	2° - Fundamental completo e médio incompleto	3° - Médio completo e superior incompleto	4° - Superior completo	Não determinado	TOTAL de pessoas
Branca	107.004 (40,6%)	51.330 (19,4%)	71.770 (27,2%)	31.968 (12,1%)	1.272 (0,48%)	263344
Preta	7.353 (56,4%)	2.313 (17,7%)	2.548 (19,5%)	733 (5,6%)	75 (0,57%)	13022
Amarela	1.895 (39,9%)	935 (19,7%)	1.138 (23,9%)	745 (15,7%)	32 (0,67%)	4745
Parda	54.792 (54,1)	21.644 (21,3%)	19.085 (18,8%)	5.025 (4,9%)	718 (0,70%)	101264
Indígena	1.221 (77,2%)	178 (11,2%)	126 (7,9%)	45 (2,8%)	11 (0,69)	1581

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

Por meio da tabela acima é possível fazer algumas considerações. Inicialmente, constata-se que, em todos os grupos étnicos, a maioria da população se encontra no nível “Sem instrução e fundamental incompleto”, ao mesmo tempo em que o nível superior completo contém o menor percentual para cada um dos grupos.

No primeiro nível de instrução, que revela a falta de acesso à educação, as categorias étnicas em maior proporção são a população indígena (77,2%), a população negra (56,4%) e a população parda (54,1%), população que vive um contexto histórico de exclusão social, com uma disparidade de aproximadamente

10% em relação à população branca e amarela. No segundo e terceiro nível de instrução, a proporção entre as etnias se aproxima, com exceção da população indígena, que possui a menor proporção em ambos os níveis (11,2% e 7,9%). No quarto nível, ensino superior completo, verifica-se a maior proporção de população amarela (15,7%) e branca (12,1%), com uma grande diferença na proporção de negros (5,6%), pardos (4,9%) e indígenas (2,8%).

Juntamente com os níveis de instrução, torna-se importante analisar e comparar as classes de rendimento salarial segundo cor ou raça, expressas na Tabela 20 abaixo:

**TABELA 20** – Região Costa Oeste do Paraná – Classes de salário por cor ou raça, 2010.

COR OU RAÇA	CLASSES DE RENDIMENTO SALARIAL SEGUNDO COR OU RAÇA – 2010 (Pessoas de 10 anos ou mais de idade)*								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Branca	3.303 (1,6%)	5.987 (2,9%)	56.917 (28,4%)	72.982 (36,4%)	24.091 (12%)	19.766 (9,8%)	13.680 (6,8%)	1.805 (0,9%)	1.567 (0,8%)
Preta	280 (2,6%)	456 (4,3%)	3.720 (35%)	3.963 (37,3%)	990 (9,3%)	617 (5,8%)	523 (4,9%)	35 (0,3%)	16 (0,1%)
Amarela	64 (2,0%)	111 (3,5%)	832 (26,7%)	974 (31,2%)	364 (11,6%)	344 (11%)	318 (10,2%)	52 (1,6%)	54 (1,7%)
Parda	2.498 (3,5%)	3.515 (4,9%)	25.271 (35,4%)	27.388 (38,4%)	6.471 (9%)	3.841 (5,3%)	1.895 (2,6%)	244 (0,3%)	149 (0,2%)
Indígena	118 (15,4%)	111 (14,5%)	282 (36,9%)	169 (22,1%)	39 (5,1%)	28 (3,6%)	12 (1,5%)	4 (0,5%)	-

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

\* População total de cada grupo: Branca: 200.098; Preta: 10.600; Amarela: 3.113; Parda: 71.272; Indígena: 763 pessoas.

<sup>1</sup> Até ¼ de salário mínimo – <sup>2</sup> Mais de ¼ a ½ salário mínimo – <sup>3</sup> Mais de ½ a 1 salário mínimo – <sup>4</sup> Mais de 1 a 2 salários mínimos – <sup>5</sup> Mais de 2 a 3 salários – <sup>6</sup> Mais de 3 a 5 salários mínimos – <sup>7</sup> Mais de 5 a 10 salários mínimos – <sup>8</sup> Mais de 10 a 15 salários mínimos – <sup>9</sup> Mais de 15 a 20 salários mínimos.

Em relação às classes de rendimento salarial da população, constata-se novamente que a população amarela e a branca possuem maiores proporções entre os melhores salários, enquanto a população indígena, parda e negra são aquelas que recebem os menores rendimentos. Nas categorias de menores salários, de ¼ até 1 salário mínimo, as proporções de brancos e amarelos nessas categorias são as menores, pois aparecem principalmente as populações indígena, parda e negra. A categoria de “mais de 1 a 2 salários mínimos” é a que apresenta a maior proporção em praticamente todas as etnias, com exceção da população indígena, que tem a maior parte de sua população (36,9%) sobrevivendo com valores de meio a um salário mínimo.

Já nas seguintes categorias – 2 a 3, 3 a 5, 5 a 10, 10 a 15 e 15 a 20 salários mínimos, quem se destaca é a população amarela, que apresenta maiores proporções em todas essas categorias, ao passo que as menores proporções ficam com os indígenas, pardos e negros.

Percebe-se, então, que a população negra, parda e indígena, ainda no século XXI, continua tendo menor acesso ao sistema educacional, principalmente no que se refere ao ensino superior, o que tem relação direta com sua renda, pois os melhores empregos necessitam de mão de obra qualificada.

De acordo com uma matéria exibida no jornal Folha de São Paulo, essa desigualdade salarial, principalmente entre brancos, negros e pardos, ainda permanece:

Os profissionais negros e pardos ganham em média 51,1% do rendimento dos trabalhadores brancos - ou seja, pouco mais da metade. Enquanto negros e pardos recebiam em setembro R\$ 660,45 na média das seis principais regiões metropolitanas do país, os brancos tinham um salário médio de R\$ 1.292,19 (NEGROS E PARDOS, 2006, p. 1).

O principal fator para essa desigualdade no mercado de trabalho deve-se às desigualdades educacionais entre essas etnias. De acordo com Cimar Azevedo, coordenador da pesquisa do IBGE, “[...] a disparidade salarial pode ser explicada em grande parte pelos baixos níveis de escolaridade de negros e pardos [...]” e, portanto, o caminho para uma maior equalização está na educação; “[...] o passaporte para o mercado de trabalho está na educação, na qualificação, na especialização” (NEGROS E PARDOS, 2006, p. 1).

Mesmo assim, no entanto, vem se constatando, nos últimos anos, uma diminuição dessa diferença salarial, principalmente entre brancos e negros/pardos, devido às políticas implantadas voltadas ao acesso à educação. De acordo com a economista da Fundação de Economia e Estatística, Dulce Helena Vergara, em entrevista ao jornal Zero Hora, “[...] os negros continuam ganhando menos do que os brancos, mas à medida que os preconceitos vão se desarmando e o acesso à educação é facilitado, essa diferença começa a diminuir” (DIFERENÇA SALARIAL, 2012, p. 1).

Constata-se, assim, que essa redução da diferença salarial se deve principalmente às políticas sociais (bolsa escola, por exemplo) e ao sistema de cotas no ensino superior. Dessa forma, ao serem corrigidas essas desigualdades inter-

raciais e sociais, também vêm sendo implantadas no Brasil políticas de ações afirmativas, principalmente por meio das cotas raciais, revelando “[...] um mecanismo de democratização do Ensino Superior público” (FIGUEIREDO, 2012, p. 10).

Para Cunha (2009 apud FIGUEIREDO, 2012), a educação escolar brasileira é herdeira do sistema discriminatório da sociedade escravagista sob dominação imperial, pois, na sociedade imperial e nas primeiras décadas da república, a educação tinha duas finalidades principais: (i) o ensino superior voltado para a formação de elites e (ii) o ensino profissional, destinado à formação de força de trabalho. A fim de reparar essa desigualdade no acesso à educação, entram no país o sistema de cotas, política de ação afirmativa:

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (FIGUEIREDO, 2012, p.13).

Tais ações afirmativas podem ser consideradas como o caminho para a redução das desigualdades étnicas. Assim, procurou-se realizar uma análise da população de acordo com a cor ou raça, evidenciando a sua composição, e o seu nível de acesso à educação e à renda. No próximo item faz-se uma análise da migração na região Costa Oeste do Paraná.

## 2.6 MIGRAÇÃO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

O homem é uma criatura móvel, capaz de investigar, suscetível à sugestão e dotada de imaginação e iniciativa. Isso explica a razão pela qual, tendo concebido a ideia de que suas necessidades podem ser satisfeitas algures, decide não só ir a esse lugar, como, também, sobre os meios por que seu projeto pode ser realizado. (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p.199).

A migração, ou seja, a distribuição da população e os fatores que a influenciam, são um tema que desde sempre tem interessado aos geógrafos para a ordenação do território e o planejamento regional (VALERO, 2013). Para Pereira (1978), por migração se compreende os deslocamentos de população, implicando mudança permanente ou semipermanente de residência. Além disso, esses deslocamentos se apresentam relacionados com variáveis socioeconômicas.

Para Becker (1993), a migração pode ser compreendida como a mobilidade espacial da população, sendo um mecanismo de deslocamento populacional que reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico.

A investigação dos processos migratórios contribui para a compreensão da dinâmica demográfica e das alterações promovidas no espaço e na constituição da população (LISBOA, 2008). A migração tem o poder de transformar territórios e o modo de vida de seus migrantes:

Quer a migração se verifique através de distâncias longas ou curtas, quer envolva algumas centenas ou vários milhões de indivíduos, ela, em todos os casos, acaba transformando não só a área de origem, como, também, a de recepção e, às vezes, também transformando o modo de vida dos migrantes e seu próprio metabolismo e sua mentalidade. É, na realidade, não sem profundo motivo que um ser humano pode empreender tal aventura, e, através de muitas correntes de migração que procuramos determinar, podemos discernir certos inativos comuns. (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 247).

Nesse sentido, conforme Beaujeu-Garnier (1971), as migrações são de grande importância, pois exercem papel na distribuição, na evolução e na composição das comunidades humanas, tal como o crescimento natural. São também uma tentativa de adaptação às estruturas econômicas:

[...] representam uma tentativa humana espontânea de melhor adaptação às possibilidades econômicas que o mundo oferece; quando controladas ou, mesmo, compulsórias, oferecem o meio de adaptar a população aos recursos, de transformar a estrutura das ocupações, de desenvolver as relações humanas e, como resultado, de dirigir apropriadamente a terra e a produção. E não devemos, finalmente, esquecer o papel dos fios migratórios no progresso da complexa teia da civilização. (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 283).

Ravenstein (1889 apud PEREIRA, 1978) foi um dos primeiros a realizar estudos sobre as migrações, colocando em evidência dois fatores que influenciam a migração; os repulsivos e os atrativos. Os fatores repulsivos estariam ligados à estrutura e ao tipo de sociedade agrária, ao sistema de comercialização dos produtos agrícolas e à dispersão de renda. Os fatores atrativos seriam a busca por melhores salários, o interesse por novos padrões de vida e pela educação.

Assim, a teoria da expulsão-atração é uma das mais popularizadas, segundo a qual na migração influenciam tanto os fatores de expulsão no lugar de origem dos

migrantes como os fatores de atração no lugar de destino (VALERO, 2013). Para Singer:

[...] as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. (SINGER, 1973, p. 33).

Assim, portanto, na maioria dos casos, as migrações ocorrem pela busca de melhores condições de vida, geralmente na busca de emprego em lugares onde as atividades econômicas se fazem mais presentes. O migrante é visto como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar, que é capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho (BRITO, 2009).

Nos últimos anos verificam-se alterações no comportamento da migração, alterações relacionadas principalmente às mudanças que vêm ocorrendo no padrão de acumulação de capital e de circulação de bens e serviços. Nesse contexto ocorre a internacionalização da economia, a reestruturação produtiva, a precarização do mercado de trabalho, além da reorientação da localização das atividades econômicas no espaço (OLIVEIRA et al., 2011). Tais fatores são determinantes para a reprodução e a circulação da força de trabalho, que tem grande peso em relação às migrações.

Destaca-se, no Censo Demográfico de 2010, o estudo da emigração internacional de brasileiros, estudo no qual se analisa o montante de pessoas que estão vivendo no exterior. No Brasil, o número estimado de brasileiros residentes no exterior chegou a 491.645 mil em 193 países do mundo em 2010, sendo 264.743 mulheres (53,8%) e 226.743 homens (46,1%). O principal destino eram os Estados Unidos (23,8%), seguido de Portugal (13,4%), de Espanha (9,4%), de Japão (7,4%), de Itália (7,0%) e de Inglaterra (6,2%), que, juntos, receberam 70% dos emigrantes brasileiros (IBGE, 2010). Em relação aos emigrantes internacionais da região Costa Oeste do Paraná, a Tabela 21 apresenta os principais continentes de destino da migração:

**TABELA 21** – Região Costa Oeste do Paraná – Destino dos emigrantes internacionais – 2010.

MUNICÍPIO	Emigrantes Internacionais segundo os continentes de destino – 2010 –							
	Total e %							
	África	África do Sul	América Central	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Oceania
Diamante D'Oeste	-	-	-	2 (11,76)	-	-	15 (88,24)	-
Entre Rios do Oeste	-	-	-	1 (3,7)	15 (55,56)	-	9 (33,33)	2 (7,41)
Foz do Iguaçu	17 (1,26)	5 (0,37)	11 (0,81)	113 (8,35)	566 (41,8)	153 (11,3)	477 (35,23)	17 (1,26)
Guaira	-	-	-	11 (4,95)	48 (21,62)	64 (43,24)	96 (43,24)	3 (1,35)
Itaipulândia	-	-	-	-	5 (62,5)	1 (12,5)	2 (25)	-
Marechal C. Rondon	2 (1,02)	1 (0,51)	-	28 (14,29)	83 (42,35)	7 (3,57)	74 (37,76)	1 (0,51)
Medianeira	1 (0,68)	1 (0,68)	-	13 (8,9)	71 (48,63)	9 (6,16)	50 (34,25)	2 (1,37)
Mercedes	-	-	-	-	10 (71,43)	1 (7,14)	3 (21,43)	-
Missal	-	-	-	6 (8,33)	39 (54,17)	-	21 (29,17)	6 (8,33)
Pato Bragado	-	-	-	1 (4,35)	12 (52,17)	-	10 (43,48)	-
Santa Helena	-	-	3 (2,46)	5 (4,1)	66 (54,1)	1 (0,82)	47 (38,52)	-
Santa T. de Itaipu	2 (1,82)	1 (0,91)	-	1 (0,91)	73 (66,36)	4 (3,64)	30 (27,27)	-
São J. das Palmeiras	-	-	-	7 (30,43)	2 (8,7)	3 (13,04)	11 (47,83)	-
São Miguel do Iguaçu	2 (2,27)	1 (1,14)	1 (1,14)	5 (5,68)	56 (63,64)	4 (4,55)	20 (22,73)	-
Terra Roxa	-	-	-	8 (5,93)	26 (19,26)	29 (21,48)	72 (53,33)	-

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

Conforme os dados, percebe-se que os principais continentes de destino dos emigrantes foram a Europa, a América do Sul e a América do Norte. Os principais países de destino na Europa são: Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e França; na América do Sul: Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia; na América do Norte são os Estados Unidos. A seguir, na Tabela 22, verifica-se o número de emigrantes internacionais oriundos da região Costa Oeste:

**TABELA 22** – Região Costa Oeste do Paraná – Emigrantes internacionais – 2010.

MUNICÍPIO	EMIGRANTES		
	Total	Homens	Mulheres
Diamante D'Oeste	17	9	8
Entre Rios do Oeste	27	9	18
Foz do Iguaçu	1.054	622	732
Guaira	222	115	107
Itaipulândia	8	7	1
Marechal Cândido Rondon	196	90	106
Medianeira	146	71	75
Mercedes	14	8	6
Missal	72	44	28
Pato Bragado	23	17	6
Santa Helena	122	61	61
Santa Terezinha de Itaipu	110	61	49
São José das Palmeiras	23	14	9
São Miguel do Iguaçu	88	54	34
Terra Roxa	135	78	57

FONTE: IBGE, 2011. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Entre os principais destinos dos emigrantes está o Paraguai e países europeus. Em Marechal Cândido Rondon, 83 pessoas (42%) se deslocaram para países da América do Sul, sendo 70 delas para o Paraguai, enquanto outras 74 (equivalente a 37,7%) emigraram para países europeus. Em Guaira, 47 pessoas migraram para o Paraguai (21%). De Entre Rios do Oeste, 15 passaram a morar no Paraguai (55,5%) e 9 se mudaram para a Europa (33,3%), dentre outros destinos. Pato Bragado registrou maioria (52%) dos emigrantes que escolheram a América do Sul, dos quais 11, ou 47%, se estabeleceram no Paraguai, outros 10 (43%) mudaram-se para a Europa. Em Mercedes a maior mobilidade foi em direção ao Paraguai, sendo que se deslocaram 10 (71,4%), e, em Santa Helena, 58 (47,5%) se deslocaram para o Paraguai e 47 (38,5%) passaram a residir em países europeus (EMIGRAÇÃO, 2011).

Essa mobilidade da população dos municípios da região para outros países, no entanto, tem sido considerada pequena, segundo o chefe de área do IBGE de Toledo, Luiz Carlos Garcia. Segundo Garcia, em entrevista à imprensa regional, “Os números revelam que as pessoas estão optando por permanecer na região, o que significa que têm encontrado boas condições de emprego, renda e moradia” (EMIGRAÇÃO, 2011)<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> EMIGRAÇÃO é considerada baixa nos municípios da região. **Jornal o Presente**. Marechal Cândido Rondon. 17 nov. 2011.

Outro dado analisado é a origem da população residente nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, conforme a Região brasileira (Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sudeste) de nascimento ou, quando é o caso, de nascimento em país estrangeiro:

**TABELA 23** – Região Costa Oeste do Paraná – População residente por região de nascimento – 2010.

MUNICÍPIO	População residente por região de nascimento						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Sem especificação	País estrangeiro
Diamante D'Oeste	24	207	369	4.318	21	36	51
Entre Rios do Oeste	10	12	18	3731	30	16	108
Foz do Iguaçu	1.346	5.459	17.838	217.058	3.569	2.046	8.771
Guaira	220	954	3.557	23.385	1.734	146	709
Itaipulândia	59	89	228	8.136	118	69	326
Marechal C. Rondon	171	329	1.383	43.323	1.007	179	426
Medianeira	115	326	1.625	38.856	292	163	441
Mercedes	15	39	101	4.698	40	33	119
Missal	52	65	212	9.750	78	30	286
Pato Bragado	16	3	34	4.558	74	22	114
Santa Helena	62	58	397	21.657	252	273	714
Santa T. de Itaipu	68	402	1.279	18.242	177	170	502
São J. das Palmeiras	17	135	450	3.156	34	32	6
São Miguel do Iguaçu	45	228	831	23.794	206	104	561
Terra Roxa	42	719	2.397	13.000	455	50	96

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Adriana E. Casagrande.

Em relação aos estrangeiros residentes nos municípios da região, observa-se que, da população regional, de aproximadamente 504.361 habitantes, 13.230 pessoas são estrangeiras, correspondendo a 2,62% da população. Em relação às regiões brasileiras, a maioria da população nasceu no Sul do Brasil (437.662 habitantes), em seguida no Sudeste (30.719), depois no Nordeste (9.025), no Centro-Oeste (8.087) e no Norte (2.262).

Assim, procurou-se fazer uma breve análise das migrações, da origem e do destino dos migrantes na região Costa Oeste paranaense. Outra modalidade de migração é a pendular, que se refere aos percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho, percursos que são medidos em termos de tempo e de espaço, variando de

uma hora ou mais, um dia de trabalho, uma semana ou um mês, podendo envolver vários meses (migrações sazonais). A mudança de lugar pode implicar múltiplos domicílios, temporalidades e lugares de trabalhos distintos (JARDIM, 2011). Assim salienta Jardim:

A mobilidade pendular é uma das dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente constituído, no tempo e no espaço; ganha especificidade e novas formas provenientes das mudanças na organização da economia e da sociedade. (JARDIM, 2011, p. 58).

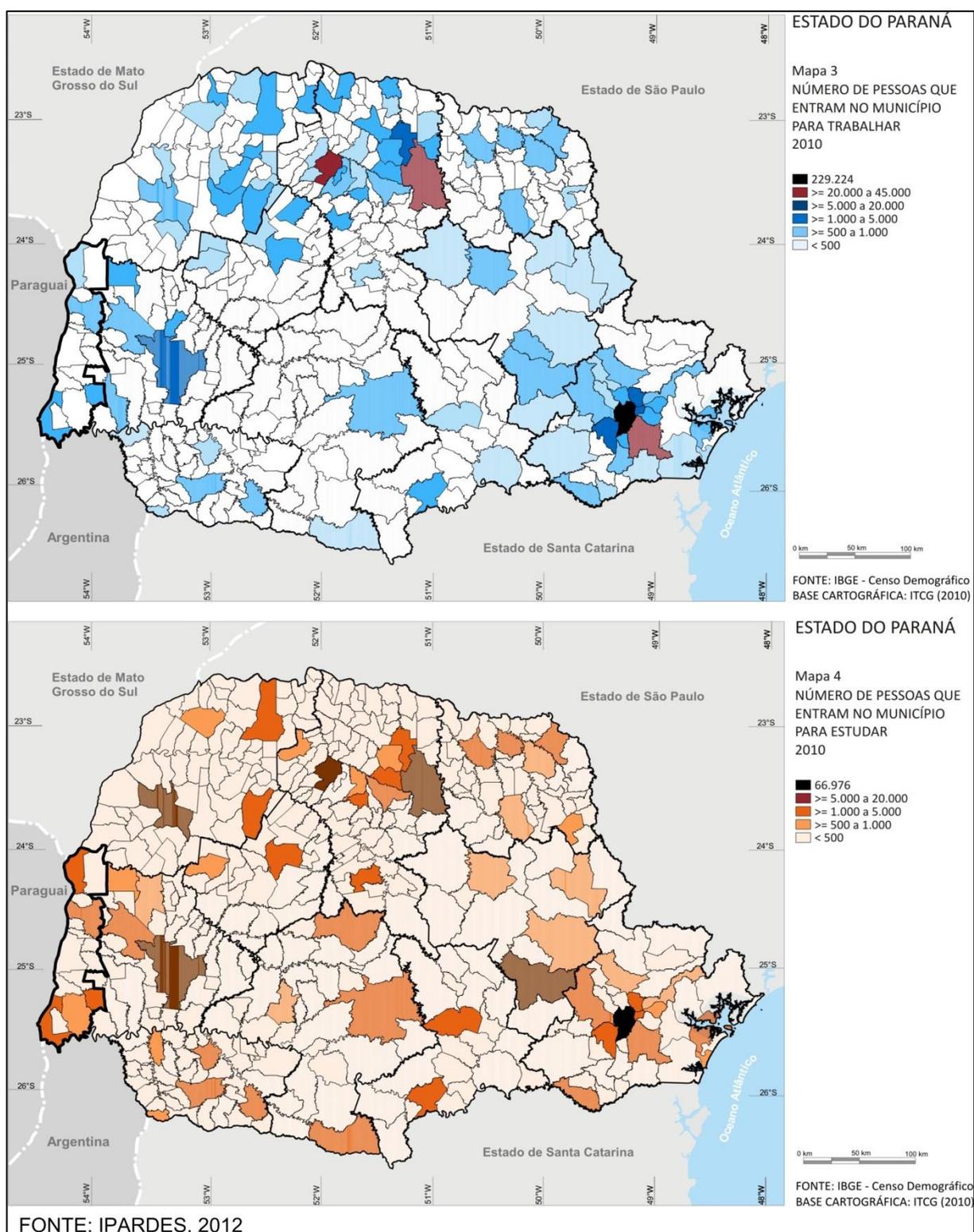
Para Pereira e Herrero (2009), recentes estudos apontam a mobilidade pendular como um elemento central na compreensão de dinâmicas regionais de integração urbana.

Atualmente se verificam inúmeros deslocamentos populacionais em função de mercado de trabalho e de educação, mas, para além desses motivos, os fluxos de pessoas no território estão voltados para a produção e a circulação de bens e serviços.

O conhecimento desses tipos de deslocamentos é fundamental para identificar os distintos papéis desempenhados pelos municípios, seja na concentração de atividades geradoras de opções de trabalho e oferta de serviços de educação, seja na condição de “cidade-dormitório” aos trabalhadores em outro município (CINTRA et al., 2012). Além do mais, esses processos exigem o fornecimento e a adequação de infraestrutura e dos serviços:

Esses processos criam ou complexificam demandas para a provisão e adequação de infraestrutura e serviços, quer propriamente para os deslocamentos (sistema viário urbano e interurbano, sistema de transporte coletivo de qualidade, ágil e integrado, com tarifas compatíveis ao perfil dos usuários), quer para reforço das funções de recepção ou apoio aos familiares que permanecem (creches, escolas, postos de saúde, programas de atenção a idosos, moradia, cultura e lazer). (CINTRA et al., 2012, p. 7).

Nesse sentido, as Figuras 7 e 8 abaixo trazem informações referentes aos deslocamentos pendulares no Paraná para trabalho e estudo, no ano de 2010:



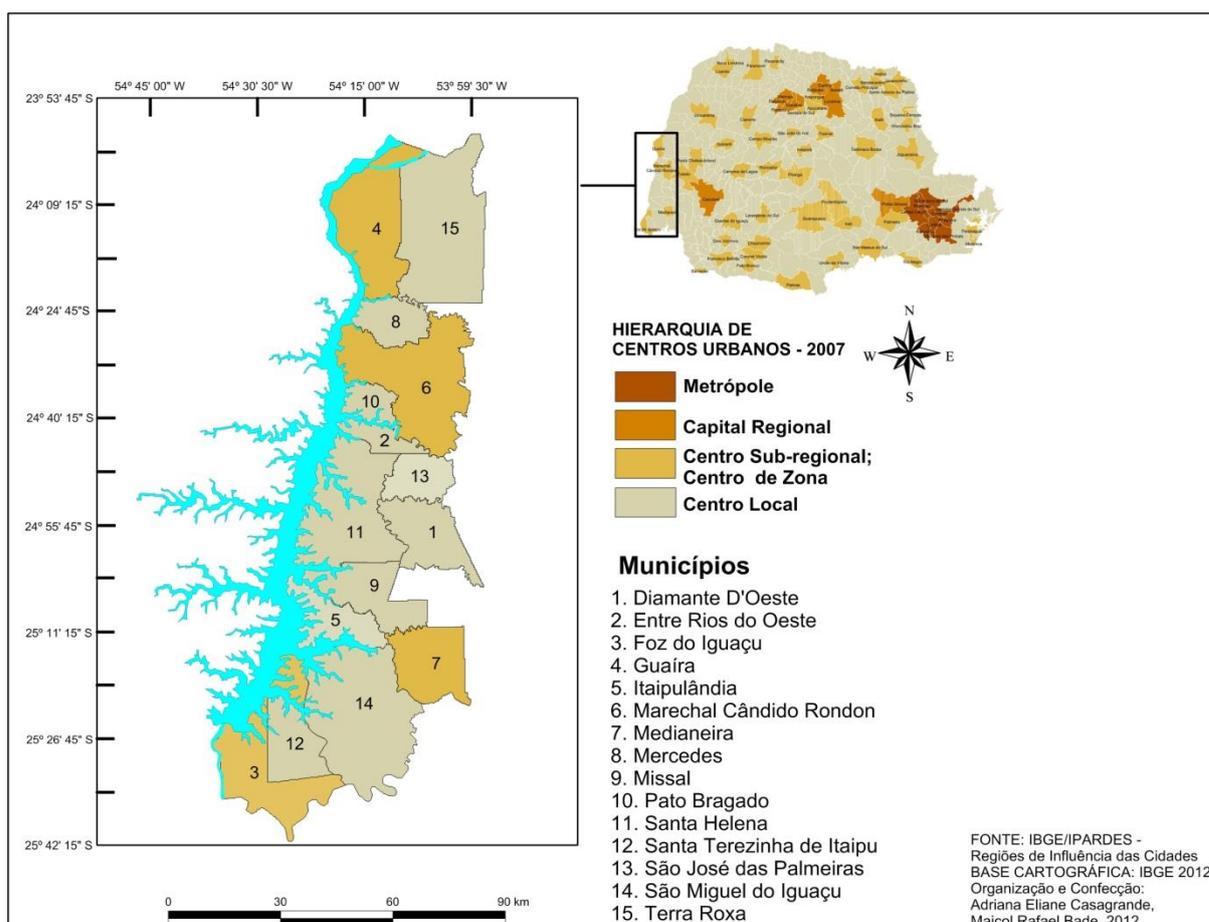
**FIGURA 7 e 8** – Paraná – Deslocamentos pendulares para trabalho e estudo – 2010.

Em relação aos municípios que fazem parte deste estudo, observa-se que aqueles que recebem população tanto para trabalho como para estudo são Foz do Iguaçu, Medianeira, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, enquanto São Miguel do Iguaçu recebe apenas pessoas que estudam.

Em relação aos deslocamentos para trabalho, Foz do Iguaçu e Medianeira recebem entre 1000 a 5000 pessoas de outros municípios, enquanto Marechal Cândido Rondon se encontra na categoria de 500 a 1000 pessoas que entram no município, e Guaíra recebe menos de 500 trabalhadores diariamente.

Já nos deslocamentos voltados ao estudo, Foz do Iguaçu, Medianeira e Guaíra recebem de 1000 a 5000 pessoas para estudo, enquanto Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu recebem aproximadamente entre 500 a 1000 pessoas para estudo.

Torna-se interessante fazer uma comparação entre as Figuras 7-8 com a Figura 9 abaixo, referente à hierarquia dos centros urbanos em 2007:



**FIGURA 9** – Região Costa Oeste do Paraná – Hierarquia de centros urbanos – 2007.

Comparando-se as imagens, percebe-se que são os mesmos municípios, com exceção de São Miguel do Iguazu, que exercem centralidade para os demais municípios na região, na categoria de Centro Sub-Regional. São, portanto, centros que exercem polarização devido ao seu maior desenvolvimento industrial, comercial, com maiores ofertas de empregos e de serviços (educação, saúde etc.), promovendo a migração pendular da população dos municípios vizinhos.

Além da migração pendular, a Figura 9 expressa a relação de dependência entre os municípios da região. Há uma relação de coesão entre os municípios, em que alguns exercem polarizações (por meio de oferta de empregos e de serviços) sobre os demais, tendo como consequência a mobilidade de capitais e de pessoas.

Estudo desenvolvido por Souza (2012) demonstra a relação de interdependência existente entre os municípios da microrregião de Marechal Cândido Rondon, tomando como base o processo industrial e a sua relação com o território. Conforme o autor, o município de Marechal Cândido Rondon exerce polarização em relação aos demais municípios no seu entorno (Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Quatro Pontes), sobretudo em relação ao setor industrial, na perspectiva de que o espaço microrregional atrai mão de obra e gera renda aos municípios (SOUZA, 2012).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento industrial tem relação direta com a produção espacial. Todo o circuito da produção (distribuição, circulação, comercialização e consumo) possui papel interventor no espaço. Dessa forma, espaço e território são produzidos para atender às necessidades de produção e de circulação do mercado, produzindo as “economias de aglomeração” – mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado e economia dos gastos de produção.

Verifica-se, dessa maneira, uma interação entre os municípios da região, em que alguns municípios exercem polarizações sobre os demais, gerando movimentos populacionais, com ofertas de serviços mais complexos (saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos etc.), fazendo com que os municípios menores se tornem dependentes daqueles que apresentam maior centralidade (SOUZA, 2012). Tal relação tem consequências diretas no deslocamento da população, por meio da migração pendular.

Constata-se, assim, que, independentemente da modalidade, as migrações exercem grande influência no espaço, redesenhando e modificando territórios, assim como criando contextos e integrações regionais.

Enfim, as migrações, além de influírem na estrutura e na dinâmica da economia e da sociedade brasileira, são também importantes para subsidiar os planejamentos urbano e regional na formulação de novas políticas públicas, referentes às exigências de novas dinâmicas espaciais da população brasileira (JARDIM, 2011). Assim, é importante compreender a migração na região Costa Oeste do Paraná, assim como analisar as relações de causalidade e consequências desse fenômeno. Outra modalidade de migração bastante debatida é a migração do campo para a cidade, o chamado êxodo rural, análise essa realizada no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3**

## **A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU**

### **3.1 ÊXODO RURAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ**

Mesmo sendo um grande empreendimento, principalmente sob o viés econômico, sabe-se que a construção da barragem de Itaipu trouxe consigo grandes impactos socioambientais, entre eles a expulsão da população que vivia no campo e teve suas terras alagadas. Devido ao alagamento, muitos agricultores tiveram que deixar suas terras, sendo que, em muitos casos, não foram indenizados ou então as indenizações não condiziam com o valor de suas terras. Ocorreu então que a expulsão dessa população das áreas rurais fez com que eles adquirissem terras em outras localidades ou passassem a se concentrar em cidades maiores da região, como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu (CASAGRANDE & SOUZA, 2012).

Assim, juntamente com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o processo de modernização agrícola, a partir da década de 1960, também contribuiu para o êxodo rural. Conforme Ribeiro (2005), com a modernização das técnicas na agricultura, o agricultor foi perdendo, aos poucos, a sua autossuficiência na lavoura, e, não podendo se adequar aos novos meios de produção, teve que aderir a outras atividades para sua sobrevivência.

Nesse sentido, esses dois processos, a construção da Hidrelétrica da Itaipu e a modernização da agricultura, contribuíram para a urbanização da região Costa Oeste. Na Tabela 24 observa-se a situação de domicílio dos municípios da região durante os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010:

**TABELA 24** – Região Costa Oeste do Paraná – População residente por situação de domicílio – 1991, 2000 e 2010.

Município	Situação do domicílio	População residente (Pessoas)			População residente (Percentual)		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
Diamante D'Oeste	Urbana	2.876	2.480	2.561	31,08	50,84	50,94
	Rural	6.377	2.398	2.466	68,92	49,16	49,06
Entre Rios do Oeste	Urbana	1.017*	1.991	2.642	34,82*	59,83	67,29
	Rural	1.903*	1.337	1.284	65,17*	40,17	32,71
Foz do Iguaçu	Urbana	186385	256524	253962	98,03	99,22	99,17
	Rural	3.738	2.019	2126	1,97	0,78	0,83
Guaíra	Urbana	22.790	24.878	28206	75,97	86,81	91,86
	Rural	7.210	3.781	2498	24,03	13,19	8,14
Itaipulândia	Urbana	891*	3.757	4741	21,21*	54,96	52,53
	Rural	3.308*	3.079	4285	78,78*	45,04	47,47
Marechal Cândido Rondon	Urbana	26.455	31.246	39147	53,52	76,2	83,61
	Rural	22.975	9.761	7672	46,48	23,8	16,39
Medianeira	Urbana	29.572	33.246	37390	76,48	87,89	89,41
	Rural	9.093	4.581	4427	23,52	12,11	10,59
Mercedes	Urbana	749*	1.496	2439	17,84*	32,47	48,34
	Rural	3.449*	3.112	2607	82,17*	67,53	51,66
Missal	Urbana	3.679	4.972	5420	35,47	47,66	51,75
	Rural	6.693	5.461	5054	64,53	52,34	48,25
Pato Bragado	Urbana	1.415*	2.343	2993	40,08*	57,87	62,07
	Rural	2.115*	1.706	1829	59,92*	42,13	37,93
Santa Helena	Urbana	6.501	9.818	12586	34,47	47,91	53,76
	Rural	12.360	10.673	10827	65,53	52,09	46,24
Santa Terezinha de Itaipu	Urbana	11.655	16.299	18837	82,37	88,74	90,38
	Rural	2.494	2.069	2004	17,63	11,26	9,62
São José das Palmeiras	Urbana	2.355	2.259	2411	42,08	55,07	62,95
	Rural	3.241	1.843	1419	57,92	44,93	37,05
São Miguel do Iguaçu	Urbana	10.773	14.260	16485	43,58	58,37	63,97
	Rural	13.948	10.172	9284	56,42	41,63	36,03
Terra Roxa	Urbana	11.797	11.042	12801	59,52	67,74	76,38
	Rural	8.023	5.258	3958	40,48	32,26	23,62

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Organização: Adriana E. Casagrande.

\* Valores aproximados, pois municípios como Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Mercedes e Pato Bragado ainda não se haviam emancipado em 1991 ou estavam em processo de emancipação.

Por meio da Tabela 24 visualiza-se uma evolução no processo de urbanização dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu. No censo de 1991, a maioria dos municípios (Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Mercedes,

Missal, Pato Bragado, Santa Helena, São José das Palmeiras e São Miguel) apresentava maiores proporções de população que residia no campo, enquanto seis municípios (Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa) apresentavam predomínio da população urbana.

No Censo Demográfico de 2000, apenas Mercedes, Missal e Santa Helena apresentavam a população rural em número superior ao da população urbana. Já em 2010 observa-se que somente o município de Mercedes possui a população urbana em número menor que o da população rural, enquanto que, no lado oposto, temos municípios como Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Guaíra que possuem cerca de 90% de sua população vivendo nas cidades. O restante dos municípios tem a maioria de sua população residindo nas cidades.

Com relação ao êxodo rural, esse é um processo que vem ocorrendo gradativamente. O chefe da agência do IBGE em Toledo, Luiz Carlos Garcia, afirma que:

Gradativamente vem ocorrendo uma redução da população rural. É um movimento que vem ocorrendo em nível nacional devido à busca por melhores condições de vida, trabalho, melhor grau de instrução e acesso aos serviços públicos. É uma tendência e o censo confirma isso. (PARA cada, 2011)<sup>14</sup>.

Além disso, entre as famílias que vivem no campo está ocorrendo atualmente a migração dos jovens para as cidades, com a motivação específica de buscar estudo e emprego. Entre as razões para essa migração, cabe constar a instabilidade da remuneração do campo e as dificuldades financeiras dos pequenos produtores, fatores que desmotivam os jovens a permanecerem na atividade. Por outro lado, na cidade esses jovens têm a possibilidade de encontrar emprego com garantia de renda no final do mês, direito a férias e o décimo terceiro salário, além de outros direitos trabalhistas (CASAGRANDE, 2011).

Outro processo que vem ocorrendo é que, em muitos casos, os agricultores procuram fixar residência nas áreas urbanas, mas continuam exercendo as atividades no campo, para que os demais membros da família possam ocupar outras atividades de trabalho fora do meio rural. A busca de atividades além da unidade produtiva rural deriva da necessidade da busca de alternativas de renda e expectativa de melhoria nas condições de vida da família (FERRARI, 2009).

---

<sup>14</sup> PARA cada Morador do Campo há Cinco na Cidade. **Jornal O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 fev. 2011.

De acordo com Ferrari, no Oeste do Paraná, o processo de modernização agrícola exerceu grande influência no processo de urbanização, promovendo a mecanização e a industrialização da produção, desencadeando, como consequência, a expulsão dos trabalhadores do campo e “[...] acelerou o movimento de transferência da residência dos antigos proprietários de terra, agora empresários rurais, para a zona urbana” (FERRARI, 2009, p. 15).

Em decorrência disso, observam-se novas relações entre cidade e campo. Há alguns anos havia uma divisão territorial do trabalho muito clara, em que as relações produtivas eram diferentes no campo e na cidade. Atualmente, verifica-se uma mudança nas relações entre cidade e campo, em que há pessoas que moram no campo e trabalham na cidade e vice-versa, diversificando as atividades produtivas. Conforme a mesma fonte:

Na Região Oeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1990, vem ocorrendo um fenômeno com características novas no meio rural. São agricultores familiares, especialmente aqueles que não possuem vínculos de integração com empresas agroindustriais para a produção de suínos, aves e leite, e que vêm optando por transferir suas residências para os distritos e até mesmo para pequenas cidades próximas à unidade produtiva. (FERRARI, 2009, p. 40).

Sob essa perspectiva de análise, a agricultura tem se convertido, nos últimos anos, em uma atividade de tempo parcial, principalmente com o desenvolvimento de culturas temporárias e poupadoras de mão de obra, de forma que atividades externas passam a fazer parte da renda familiar (FERRARI, 2009).

Ressalta-se que, apesar dessa diversificação de atividades produtivas, cidade e campo continuam se diferenciando pelo conteúdo de suas relações. O campo não se torna cidade, mas se articula a ela.

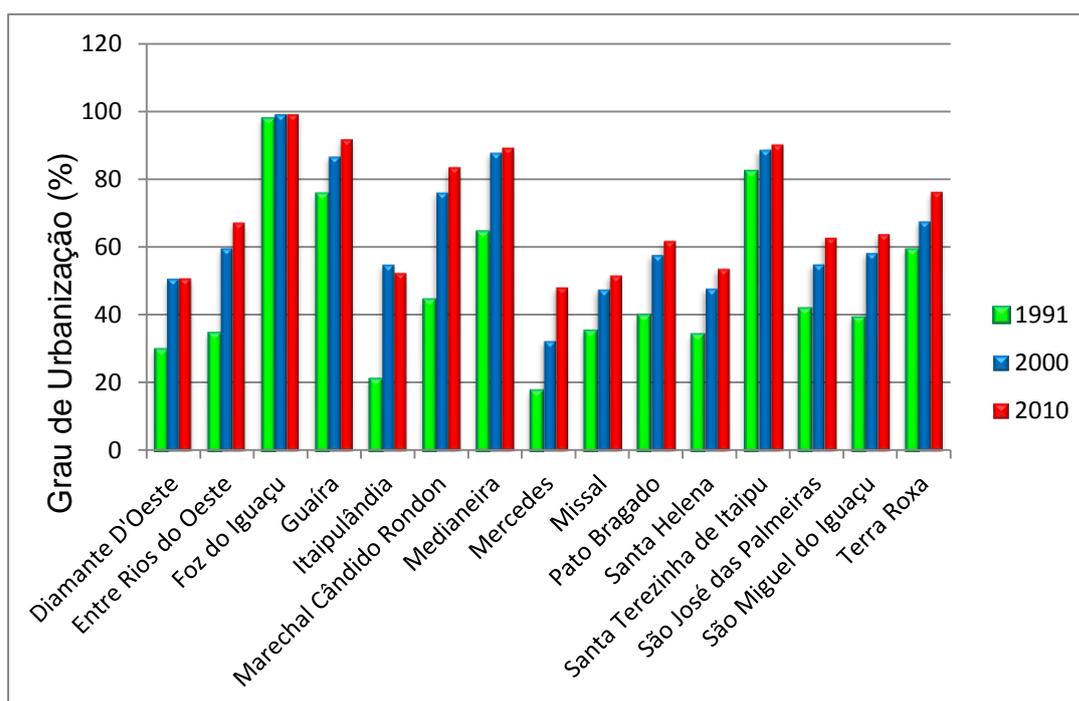
Ainda em relação à migração campo-cidade, conforme Carlos Alberto Sá, técnico em pesquisas do IBGE (Regional de Toledo-PR), a principal causa para o êxodo rural, e mesmo para o êxodo de uma localidade para outra, é a busca por emprego:

Estudos mostram que o fator principal que fixa a população em um determinado lugar é o emprego, ou seja, a busca pelo emprego provoca esse deslocamento da população não só através do êxodo rural, mas também de municípios menores que perdem população para municípios polos da região e municípios da região metropolitana. O índice de crescimento desses municípios é muito superior aos demais. Outro fator que podemos considerar é a

tecnificação rural onde a mão de obra vem sendo substituída pela tecnologia. (SÁ, 2011 apud CASAGRANDE, 2011).

Nota-se que, dentre as causas da migração do campo para a cidade, a principal causa está ligada à busca por emprego, ainda que as estatísticas demonstrem que nem sempre migrar para a cidade seja garantia de um emprego formal. Conforme demonstra o IBGE (2010), o Brasil tinha, no ano de 2009, 54,3 milhões de trabalhadores. Desses, 59,6% tinham carteira assinada, 12,2% eram militares ou funcionários públicos e os 28,2% restantes eram trabalhadores informais.

O Gráfico 7 permite analisar a evolução do grau de urbanização dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu ao longo dos anos de 1991, 2000 e 2010, no qual se constata que todos os municípios, ao longo dessas décadas, tiveram um incremento de sua população urbana:

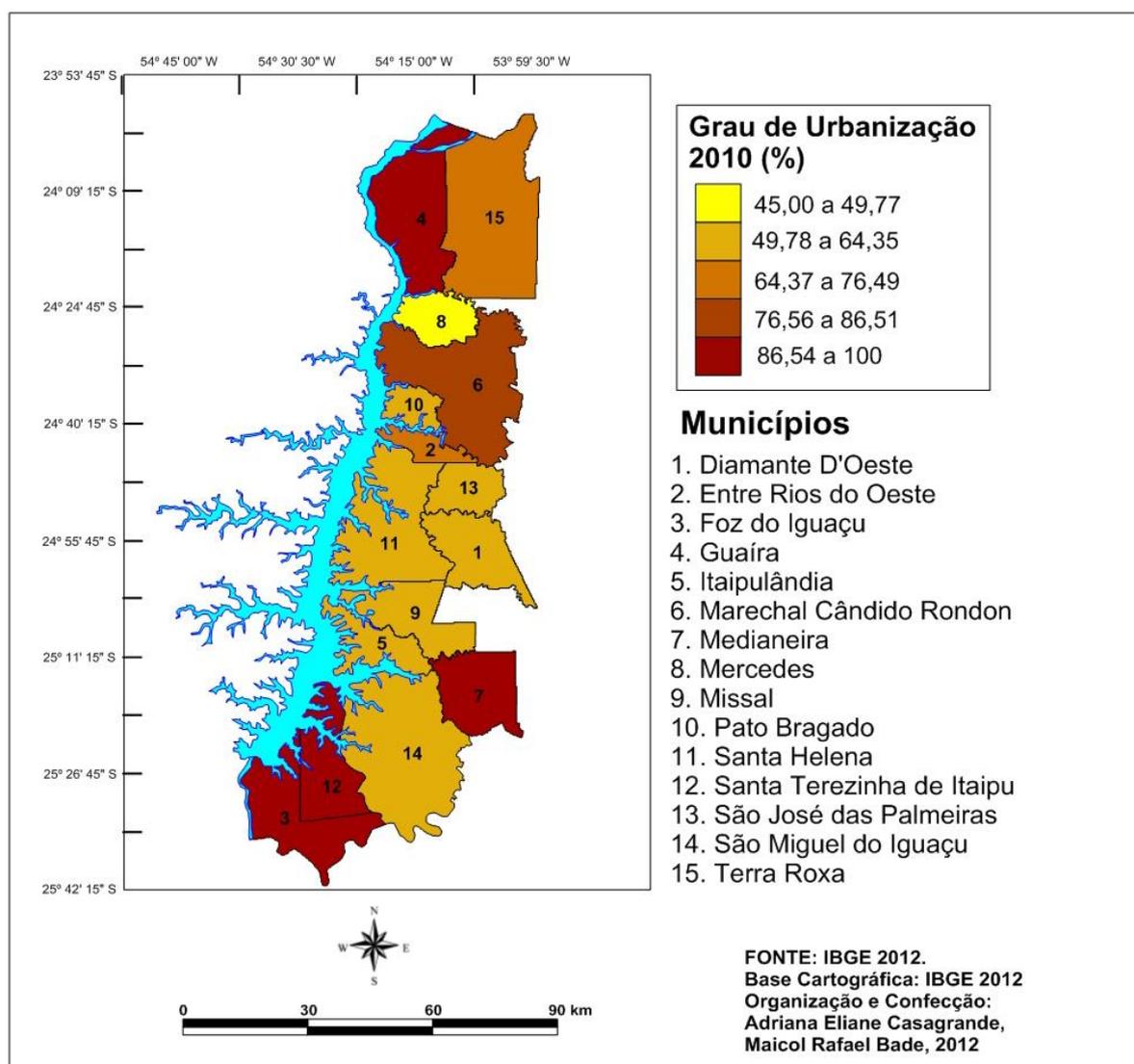


**GRÁFICO 7** – Região Costa Oeste do Paraná – Grau de Urbanização – 1991, 2000 e 2010.

FONTE: Iparades, Base de Dados do Estado, 2012. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Em relação ao atual grau de urbanização (2010), percebe-se que a região Costa Oeste do Paraná está num nível intermediário, pois em alguns municípios há elevados índices de urbanização e em outros esse processo é incipiente. Na Figura

10 é possível observar as diferenças entre o grau de urbanização dos municípios da região Costa Oeste paranaense para o Censo Demográfico de 2010.



**FIGURA 10** – Região Costa Oeste do Paraná - Grau de urbanização – 2010.

Segundo os dados do IBGE (2010), a maioria dos municípios está em um nível intermediário, variando entre 49,78% e 64,35%. Por outro lado, há municípios quase completamente urbanizados, como é o caso de Foz do Iguaçu, de Santa Terezinha de Itaipu, de Medianeira e de Guaíra, que possuem, em média, 90% de sua população vivendo nas cidades. Marechal Cândido Rondon apresenta 83,62% de urbanização, Terra Roxa e Pato Bragado, respectivamente, 76,37% e 62,02% de sua população vivendo nas cidades. Há ainda um município onde predomina a população rural, Mercedes, no qual o grau de urbanização se situa em 48,38%.

O processo de urbanização é intrínseco a toda a sociedade brasileira, e ganha uma nova dimensão enquanto processo geral de organização das atividades produtivas e da distribuição social da população (LIMONAD, 2008). Tornar urbano, urbanizar, implica:

[...] transformar as relações sociais de produção, organizar esse espaço de forma particular, em um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas enquanto satisfação das necessidades intrínsecas ao viver no urbano, enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de sobrevivência, que configuram as condições de vida de largas parcelas da população. (LIMONAD, 2008, p. 256).

Atualmente a urbanização não pode ser compreendida apenas a partir do êxodo rural, pois é um processo mais complexo. É a expansão do urbano para além da cidade. A urbanização é um processo intrínseco à reprodução da sociedade, ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família, e, por conseguinte, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas (LIMONAD, 2008).

Nesse sentido, diante desse processo de urbanização, também se alteram as relações entre campo e cidade, espaços que, ao longo da história, foram considerados antagônicos. Atualmente, campo e cidade, apesar de suas especialidades, integram-se em determinadas atividades produtivas, no consumo etc. Assim, diante das transformações que vêm ocorrendo em torno das relações entre campo e cidade, a seguir se faz uma reflexão sobre a relação campo-cidade na região Costa Oeste do Paraná, bem como se pretende evidenciar a realidade agrícola presente na região.

### 3.2 A INFLUÊNCIA DO CAMPO NA CIDADE DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS

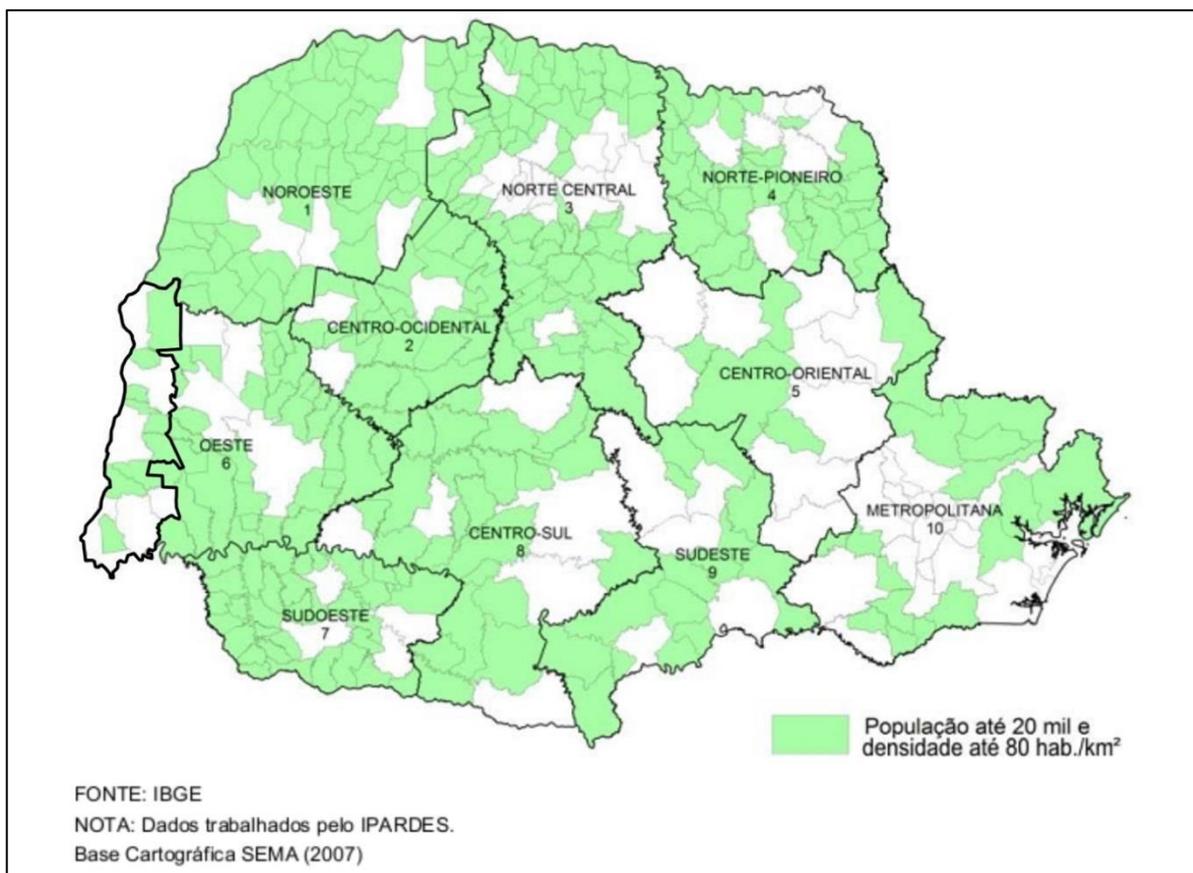
Busca-se, neste item, compreender as relações estabelecidas entre campo e cidade na região Costa Oeste do Paraná, analisando como a realidade agrícola na região gera influência sobre a cidade.

### 3.2.1 A Realidade Agrícola nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Compreende-se que, na região Costa Oeste do Paraná, a agricultura tem importante papel na economia dos municípios, e que, por isso, é relevante realizar uma análise da realidade agrícola na região, contemplando uma caracterização das propriedades agrícolas, do número e da área desses estabelecimentos, da população ocupada em setores da agropecuária, da condição do produtor, dos produtos e das atividades econômicas praticadas etc. Assim, inicialmente, faz-se uma caracterização da agricultura na região.

Entretanto, primeiramente, faz-se necessário realizar uma análise sobre a importância da agricultura no estado do Paraná. No trabalho denominado “Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento”, produzido pelo Ipardes (2010), analisou-se a ruralidade no estado e em suas mesorregiões. Para compreender melhor essa ruralidade, foram adotados, à guisa de procedimentos metodológicos, dois critérios de ruralidade: municípios com população total inferior a 20 mil habitantes e com densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (IPARDES, 2010).

Segundo o Ipardes (2010), no Paraná, as regiões adensadas, típicas de ocupações urbanas, são localizadas, sendo que o uso e a ocupação do solo permanecem fortemente vinculados ao setor primário da economia. Considerando a variável “população total até 20 mil habitantes”, observa-se que 317 municípios (79,4% dos 399) possuem essa característica. Na Figura 11 é possível visualizar os municípios que se enquadram nessa classificação, referente ao ano de 2007:



**FIGURA 11** – Distribuição dos municípios com população até 20 mil habitantes e densidade até 80 hab./km<sup>2</sup> – Paraná 2007.

Fonte: IparDES, 2010.

Ao se comparar a figura acima com as Tabelas 5 e 6 (páginas 58 e 61), observa-se que 8 dos 15 municípios da região Costa Oeste do Paraná estão classificados como tendo população de até 20 mil habitantes e densidade demográfica de até 80 hab./km<sup>2</sup>, com exceção de Santa Terezinha de Itaipu, que, a partir do Censo de 2010, atingiu população superior a 20 mil habitantes. No caso dos municípios da região Costa Oeste do Paraná, a grande maioria se encontra na categoria de “pequeno município”, em que o rural exerce influência na dinâmica dos núcleos urbanos. Conforme Ferrari (2009, p.46), “[...] a dinâmica desses núcleos, embora sejam definidos como cidades, apresenta um modo de vida muitas vezes mais ‘ruralizado’ do que urbano”. Assim, portanto, de acordo com essa classificação, o rural nesses pequenos municípios possui maior expressividade em relação aos municípios maiores em população e ocupação.

De acordo com o IparDES (2010), ao se trabalhar com essa aproximação entre a ruralidade e os pequenos municípios e os vazios demográficos, isso permite

que se deixe de pensar o rural como sinônimo de isolamento. De acordo com o Instituto:

Os pequenos municípios e os vazios demográficos permitem uma aproximação a essa ruralidade que se deseja retirar do ostracismo, ao qual esses estão submetidos pela ideia de urbanidade. A noção de ruralidade, por abarcar os pequenos municípios, é inclusiva. Assim, permite que se façam investimentos e políticas públicas de forma ampla, porém referenciada por esse espaço físico diferenciado historicamente (ocupação do território, posse e uso da terra etc.). Este ponto ganha relevância quando se considera o acesso a serviços – questão central para a vida cotidiana. (IPARDES, 2010, p.8).

Em relação ao Oeste paranaense, região na qual os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu estão inseridos, de acordo com o IparDES (2008), essa porção do estado, ao ser uma “última fronteira” de ocupação e expansão da exploração agropecuária, reúne indicadores econômicos e institucionais que a situam entre os três espaços de maior relevância do Paraná, sendo uma das regiões onde a complementaridade das atividades produtivas resulta em uma agroindústria dinâmica e com importantes impactos regionais. Sua centralidade soma-se a partir da produção agroindustrial e da sua posição fronteiriça:

Sua articulação atual à divisão social do trabalho se dá a partir de um número de atividades ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial, assim como aos serviços. A posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná (e do Brasil) com os países do Mercosul. (IPARDES, 2008, p. 9).

Ferrari (2009, p. 48) também afirma que “[...] nas cidades que compõem a região Oeste do Paraná as relações sociais, econômicas e políticas estão diretamente dependentes do setor agrícola”. Assim, constata-se a importância da agricultura na região Oeste paranaense, na qual estão incluídos os municípios em estudo. Ressalta-se que o processo de modernização agrícola, intensificado a partir da década de 1960, além de influenciar no êxodo rural, foi responsável por mudanças na agricultura da região e no processo de urbanização de seus municípios, alterando as relações entre campo e cidade:

Essa modernização, mesmo não tendo ocorrido de forma homogênea, redefiniu os espaços rurais, imprimindo-lhes uma nova dinâmica, diversificou os serviços urbanos, intensificou os fluxos de transportes e comunicações e reestruturou a interação das áreas rurais com os espaços urbanos. (FERRARI, 2009, p. 35).

Segue-se, portanto, de acordo com o autor, que existe uma clara relação, nessa região, da produção do espaço urbano com a produção econômica do campo, como pode ser observado no caso do município de Marechal Cândido Rondon:

Em nosso entendimento, Marechal Cândido Rondon é uma cidade que se produz a partir do campo e para o campo, ou seja, toda lógica de produção do seu território urbano (abertura de loteamentos, incorporação de áreas rurais, formulação de leis, etc.) tem uma ligação muito intensa com a dinâmica produtiva do campo. (FERRARI, 2009, p. 17).

Sob essa perspectiva, para entender o espaço urbano na região Costa Oeste do Paraná, torna-se fundamental pensar em sua relação com o campo, pois, em muitos desses municípios, há uma forte presença do setor agropecuário, onde o setor de comércio e serviços funciona em função do campo, como, por exemplo, no caso de lojas de máquinas e implementos agrícolas, de defensivos agrícolas, comércio de grãos etc. (FERRARI, 2009).

De acordo com o Ipardes (2008), a tecnificação e a mecanização no cultivo da soja na região consolidam e aceleram mudanças, provocando alterações radicais na base produtiva regional, com repercussão na estrutura fundiária e na distribuição da sua população:

E é nesse mesmo período, numa relação direta com essa modernização, sinônimo de mecanização, tendo no cultivo da soja a principal alavanca, que se inicia um segundo momento na ocupação deste espaço, caracterizado por um intenso êxodo rural. Não se trata mais apenas de uma migração externa, e sim da intensificação de um fluxo migratório interno do campo para as cidades. (IPARDES, 2008, p. 18).

Diante desse processo de modernização, a expansão do cultivo da soja teve importância para reestruturar a economia da região, influenciando em todas as classes de atividades (agropecuária, indústria e serviços). A partir da expansão da produção de soja surgem as cooperativas de produção, com a instalação de indústrias de transformação do grão de soja, produção de aves e suínos e indústrias de carnes, leite, ração, serviços de armazenagem e comercialização (IPARDES, 2008).

Conforme Ferrari (2009), as pequenas cidades do Oeste do Paraná conseguiram se inserir em uma rede urbana mais articulada a partir do momento em que deixaram de ser apenas uma base para o desenvolvimento agrícola e passaram a ser condicionante dessa reprodução. Esse processo ocorreu por meio da

ampliação de seus papéis, calcados em atividades de caráter urbano e vinculados ao processo de modernização agropecuária, atendendo às suas demandas (insumos, maquinários, armazenamento, crédito etc.).

Dessa forma, para compreender o tipo de agricultura na região, trouxeram-se alguns dados e informações para a análise. Inicialmente são apresentados o número e a área dos estabelecimentos agrícolas. O IBGE, na classificação dos estabelecimentos agropecuários, utiliza 18 categorias de acordo com os grupos de área total<sup>15</sup>. Aqui, no entanto, para facilitar a visualização dos tamanhos das propriedades e do número de estabelecimentos, esses tamanhos estão agrupados em cinco categorias.

Para classificar esses estabelecimentos em pequenas, médias ou grandes propriedades, realizou-se uma aproximação da classificação por módulos fiscais, como demonstrado nos procedimentos metodológicos. Essa classificação pode ser visualizada por município no Quadro 3 e no total da região no Gráfico 8 abaixo. Observa-se que, em todos os municípios da região, há um predomínio dos estabelecimentos considerados como minifúndios, com um total de 11.741 estabelecimentos, cifra seguida pela das pequenas propriedades, que somam 3.814 estabelecimentos agrícolas. Depois, 753 é o número dos estabelecimentos considerados médias propriedades e 59 o de estabelecimentos considerados grandes propriedades.

No que se refere à área dos estabelecimentos agrícolas, constatou-se que Missal é o único município no qual a maioria das áreas agrícolas pertence aos minifúndios. Nos municípios de Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Pato Bragado e Santa Helena há o predomínio das áreas de pequena propriedade, que variam de 20 a menos de 100 hectares. Já nos municípios de Diamante D'Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa predominam as áreas de média propriedade, que variam de 100 a menos de 500 hectares. Com relação às áreas de grande propriedade, estas não predominam em nenhum município, e estão em maior presença em Terra Roxa, com 18.558 hectares e que fazem parte de 18 estabelecimentos agrícolas:

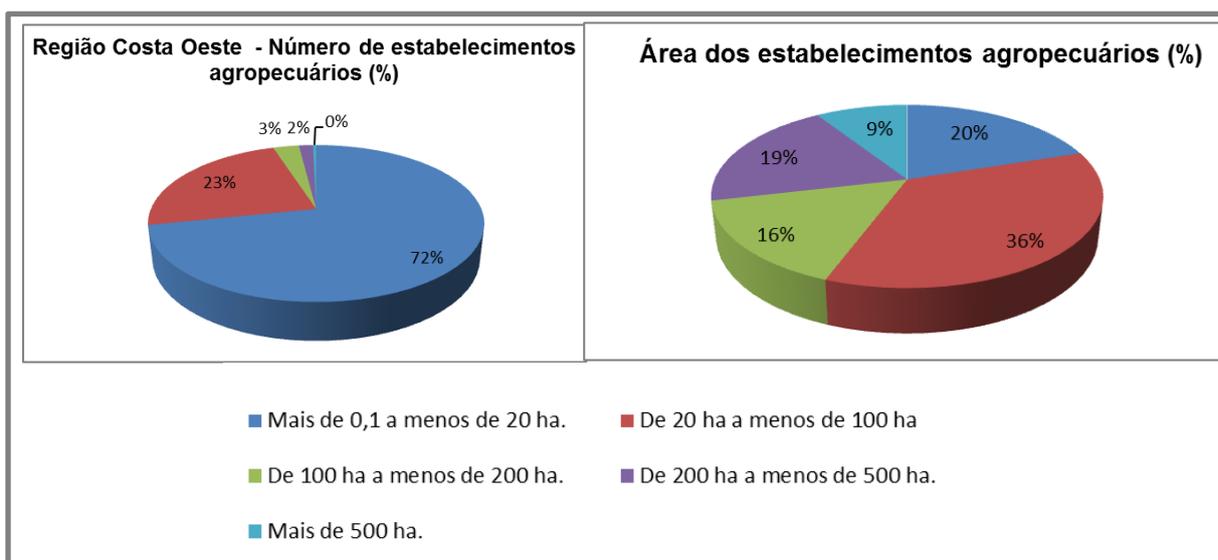
---

<sup>15</sup> Para visualizar a classificação dos grupos de área total proposto pelo IBGE, consultar a Tabela 854, disponível no sistema SIDRA: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>.

**QUADRO 3 – Região Costa Oeste do Paraná – Número e área de estabelecimentos agrícolas – 2006**

Município	De 0,1 a 20 ha		De 20 ha a menos de 100 ha		De 100 ha a menos de 200 ha		De 200 ha a menos de 500 ha		Mais de 500 ha		Produtor sem área
	Nº est.	Área (há)	Nº est.	Área (há)	Nº est.	Área (há)	Nº est.	Área (há)	Nº est.	Área (há)	
Diamante D'Oeste	506	4222	92	3937	27	3796	22	6031	5	4975	3
Entre Rios do Oeste	159	1376	85	3616	13	1613	2	-	0	-	17
Foz do Iguaçu	866	3012	97	4426	28	3867	28	10529	3	-	6
Guaíra	772	5173	288	11566	55	7807	19	5468	7	3922	53
Itaipulândia	322	2147	72	2861	12	1792	13	4604	4	1863	1
Marechal C. Rondon	1568	13086	772	30380	51	6471	15	3713	1	-	15
Medianeira	749	6420	362	14392	31	4308	10	3293	1	-	10
Mercedes	525	4700	213	7945	18	2387	2	-	0	-	23
Missal	1399	10485	261	9410	21	2815	5	1613	0	-	22
Pato Bragado	309	2205	73	2713	11	1647	3	992	0	-	17
Santa Helena	1771	11875	416	16129	22	3079	15	5215	5	3833	72
Santa T. de Itaipu	243	1732	110	4652	34	4772	19	5925	4	2028	9
São José das Palmeiras	345	2763	83	3270	19	2963	13	3803	4	-	7
São Miguel do Iguaçu	1355	9197	478	20531	67	9107	36	11820	7	3918	24
Terra Roxa	852	7415	412	18141	78	10810	64	21306	18	18558	-
<b>TOTAL</b>	<b>11741</b>	<b>85808</b>	<b>3814</b>	<b>153969</b>	<b>487</b>	<b>67234</b>	<b>266</b>	<b>84312</b>	<b>59</b>	<b>39097</b>	<b>279</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organização: Adriana E. Casagrande.



**GRÁFICO 8 – Região Costa Oeste do Paraná – Número e área de estabelecimentos agrícolas – 2006.**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organização: Adriana E. Casagrande.

Não obstante a concentração de terras em Terra Roxa, em relação ao total dos estabelecimentos agrícolas da região, percebe-se que o maior número desses estabelecimentos pertence aos minifúndios, num total de 11.745 estabelecimentos, 72% do total, seguindo as pequenas propriedades, com 3.814 estabelecimentos (23%). Em relação à área dos estabelecimentos, a maioria é de pequenas propriedades (36%), seguidas dos minifúndios (20%). Se somarmos os minifúndios e as pequenas propriedades, temos uma área de 239.777 hectares, que equivale a 56% do total de áreas agrícolas. Dessa forma, constata-se que, na região, as pequenas propriedades são predominantes, com a atuação da agricultura familiar<sup>16</sup>.

Esse predomínio de pequenas propriedades deve-se ao processo de ocupação do Oeste paranaense. Os migrantes que chegaram à região, entre 1950 a 1970, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, eram, em sua maioria, pequenos proprietários rurais, com algum capital, atraídos pela possibilidade de construir um futuro mais promissor ou eram, simplesmente, expulsos pelo processo concentracionista em seus locais de origem (IPARDES, 2008).

Ressalta-se, ainda, que, desde o processo de ocupação, a agropecuária realizada por esses migrantes estava voltada ao mercado, não se tratando, portanto, de produtores rurais de subsistência, e sim de produtores inseridos e conhecedores das lógicas de mercado (IPARDES, 2008).

De acordo com o IparDES (2010), atualmente há no Paraná 371.051 propriedades rurais, das quais 302.907 (mais de 80%) são de agricultores familiares. Na mesorregião Oeste paranaense, em que estão incluídos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, 82,2% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar. Assim, há uma predominância da agricultura familiar. Na

---

<sup>16</sup> Para compreender o que é a agricultura familiar, trouxemos a definição oficial, adotada a partir da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3<sup>o</sup> Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tabela 25 é possível visualizar a participação da agricultura familiar e não familiar na região Costa Oeste do Paraná:

**TABELA 25** – Região Costa Oeste – Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar – 2006.

<b>Município</b>	<b>Est. Agricultura Familiar</b>	<b>Est. Agricultura não Familiar</b>
Diamante D'Oeste	548 (83,65%)	115 (17,34%)
Entre Rios do Oeste	225 (81,52%)	51 (18,47%)
Foz do Iguaçu	725 (69,44%)	319 (30,55%)
Guaíra	1.036 (86,62%)	160 (13,37%)
Itaipulândia	352 (82,24%)	76 (17,75%)
Marechal Cândido Rondon	2.054 (84,77%)	369 (15,22%)
Medianeira	913 (78,36%)	252 (21,63%)
Mercedes	713 (90,36%)	76 (9,63%)
Missal	1.515 (88,64%)	194 (11,35%)
Pato Bragado	369 (88,91%)	46 (11,08%)
Santa Helena	2.040 (84,50%)	374 (15,49%)
Santa Terezinha de Itaipu	289 (68,64%)	132 (31,35%)
São José das Palmeiras	378 (80,08%)	94 (19,91%)
São Miguel do Iguaçu	1.554 (78,09%)	436 (21,90%)
Terra Roxa	1.099 (77,06%)	327 (22,93%)
<b>TOTAL (16.831 est).</b>	<b>13.810 (82,05%)</b>	<b>3.021 (17,94%)</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Do mesmo modo, observa-se que, nos municípios da região Costa Oeste, a agricultura familiar também é predominante, sendo que, em pelo menos dez municípios, ela constitui acima de 80% dos estabelecimentos agropecuários. Nos município de Mercedes, Missal e Pato Bragado aproximadamente 90% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar. Os municípios com menor percentual de estabelecimentos familiares são Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, com percentual de 67%.

Somando o número desses estabelecimentos familiares e não familiares, tem-se um total de 16.831 estabelecimentos, dos quais 13.810 (82,05%) são familiares e 3.021 (17,94%) não familiares, sendo esse percentual praticamente o mesmo que o da região Oeste do Paraná (82,2%). Confirma-se, dessa forma, que, na região Costa Oeste, assim como no estado Paraná, há o predomínio dos estabelecimentos com agricultura familiar.

Conforme Denardi (2001), os empreendimentos familiares possuem duas características principais: (i) são administrados pela própria família e (ii) neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Sob essa ótica, um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, vale dizer, unidade de produção e unidade de reprodução social.

Após compreender a estrutura dos estabelecimentos agropecuários, faz-se uma análise da população ocupada no campo e de seu tipo de ocupação.

O Quadro4, situado na página seguinte, traz a população ocupada de acordo com os diversos setores das atividades econômicas, independentemente de serem atividades urbanas ou rurais. Esses setores estão classificados da seguinte maneira: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias extrativas; indústrias de transformação; eletricidade e gás; água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; construção; comércio, reparação de veículos e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades administrativas e serviços complementares; administração pública, defesa e seguridade social; educação; saúde humana e serviços sociais; artes, cultura, esporte e recreação; outras atividades de serviços; serviços domésticos; atividades mal especificadas; e, por fim, atividades imobiliárias.

Pela razão de serem muitas categorias, elas foram substituídas no Quadro 4 pelas letras do alfabeto (A, B, C, D,...), enquanto os nomes dos municípios foram substituídos por números (1, 2, 3, 4...):

**QUADRO 4 – Região Costa Oeste do Paraná - População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010.**

At. Ec.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	1.186	1.035	2.864	2.399	1.217	6.133	2.932	1.495	2.186	804	4.084	1.050	734	3.234	2.634
B	13	3	59	76	32	19	7	2		14	21	28	3	46	48
C	260	302	6.938	1.655	801	4.214	5.535	412	488	608	1.594	840	338	1.323	2.766
D	8	3	1.874	20	16	55	42	3	-	3	10	81	-	-	10
E		6	1.550	90	37	210	146	18	18	42	97	182	-	79	65
F	103	89	10.150	1.310	328	1.659	1.746	121	261	157	913	908	101	1.131	555
G	219	334	31.083	3.686	636	5.024	4.648	239	599	328	1.805	2.197	156	1.993	1.134
H	34	40	7.259	433	166	1.006	959	51	153	94	491	732	43	459	193
I	19	39	8.967	390	106	564	782	41	103	73	199	323	37	190	220
J	2	15	1.486	121	31	347	218	4	28	19	89	91	3	58	10
K	6	16	1.267	102	33	256	236	22	69	16	95	71	6	64	77
L	14	38	3.107	267	58	718	537	35	84	19	385	157	17	218	116
M	8	22	5.724	321	253	314	326	22	67	42	249	325	15	320	102
N	221	113	6.289	788	225	685	593	141	309	197	654	570	78	482	348
O	85	62	7.052	697	299	1.238	1.196	89	211	109	640	522	110	920	335
P	33	29	4.849	299	106	839	712	26	148	62	255	329	49	334	139
Q	5	15	1.339	150	24	323	178	3	19	13	71	85	3	69	34
R	46	38	4.425	309	107	607	553	33	235	122	310	319	24	245	221
S	186	129	8.655	998	262	1.634	1.326	130	323	134	617	904	81	781	357
T	88	49	8.205	1.078	110	675	1.057	61	206	52	407	457	32	824	158
U	-	-	476	10	-	73	68	-	12	-	-	57	-	20	11
TOTAL	2.535	2.376	123.643	15.199	4.845	26.594	23.796	2.945	5.518	2.906	12.977	10.229	1.833	12.788	9.532

Fonte: Iparde, Cadernos Estatísticos, 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

1- Diamante D'Oeste; 2- Entre Rios do Oeste; 3- Foz do Iguçu; 4- Guaíra; 5- Itaipulândia; 6- Marechal Cândido Rondon; 7- Medianeira; 8- Mercedes. 9- Missal; 10- Pato Bragado; 11- Santa Helena; 12- Santa Terezinha de Itaipu; 13- São José das Palmeiras; 14- São Miguel do Iguçu; 15-Terra Roxa.

A- Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura; B- Indústrias extrativas; C- Indústrias de transformação; D- Eletricidade e gás; E- Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; F- Construção; G- Comércio, reparação de veículos e motocicletas; H- Transporte, armazenagem e correio; I- Alojamento e alimentação; J- Informação e comunicação; K- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; L- Atividades profissionais, científicas e técnicas; M- Atividades administrativas e serviços complementares; N- Administração pública, defesa e seguridade social; O- Educação; P- Saúde humana e serviços sociais; Q- Artes, cultura, esporte e recreação; R- Outras atividades de serviços; S- Serviços domésticos; T- Atividades mal especificadas; U- Atividades imobiliárias.

Para verificar a participação da agricultura no total da população ocupada nessa região, trouxe-se a porcentagem equivalente ao total das pessoas ocupadas na atividade econômica “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” por município. Dessa maneira, os dados são: Diamante D’Oeste: 46,78%; Entre Rios do Oeste: 43,56%; Foz do Iguaçu: 2,31%; Guaíra: 15,78%; Itaipulândia: 25,11%; Marechal Cândido Rondon: 23,06%; Medianeira: 12,32%; Mercedes: 50,76%; Missal: 39,61%; Pato Bragado: 27,66%; Santa Helena: 31,47%; Santa Terezinha de Itaipu: 10,26%; São José das Palmeiras: 40,04%; São Miguel do Iguaçu: 25,28%; Terra Roxa: 27,63%. Somando o total da população ocupada de todos os municípios, resultam 257.716 pessoas, das quais 33.987 (13,18%) trabalham na agricultura.

Dessa forma, principalmente nos municípios menores, como Diamante D’Oeste, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Missal e São José das Palmeiras, ocorre um quanto de 40% a 50% da população trabalhando na agricultura. Nos municípios de Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa, esse tanto se localiza entre 20% a 30% da população ocupada na agricultura. Já nos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra e Santa Terezinha de Itaipu, neles a população ocupada em setores da agricultura é menos significativa, variando de 2% a 15% do pessoal ocupado.

Constata-se, dessa forma, que o setor relacionado à agropecuária tem relevância para a economia da maioria dos municípios da região Costa Oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em seu relatório sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Paraná, muitos municípios do estado têm a maior parte da população ocupada na agropecuária e dependem dessa atividade: “Dos 399 municípios do estado, 188 têm mais de 50% da PEA ocupada nesse setor, sendo a agricultura familiar responsável por muitos desses postos de trabalho” (IBASE, 2006, p. 13).

Conforme o Ibase (2006), a agricultura familiar possui grande participação na geração de emprego no campo. Com base nessa afirmação, procurou-se analisar o pessoal que se encontra ocupado no setor agropecuário. Conforme a Tabela 25 anteriormente vista, verificou-se que a maioria dos estabelecimentos agrícolas na região pertence à agricultura familiar (82,13%). Assim, na Tabela 26, agrupou-se o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar

conforme o tipo de mão de obra utilizada. Esta análise é importante para compreender como ocorre o trabalho nesses estabelecimentos de agricultura familiar.

**TABELA 26**– Região Costa Oeste do Paraná – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar – 2006

Municípios	Tipo de mão de obra – 2006					
	Total	Só mão de obra familiar	Mão de obra familiar e empregado temporário.	Mão de obra familiar, empregado temporário e empregado permanente.	Mão de obra familiar e serviço de empreitada	Mão de obra familiar e demais combinações
Diamante	1.217	1.192	46	22	2	5
D'Oeste						
Entre Rios do Oeste	593	532	25	33	-	3
Foz do Iguaçu	1.937	1.324	76	108	80	349
Guaíra	2.070	1.698	81	47	147	97
Itaipulândia	851	562	179	16	47	47
Marechal C. Rondon	5.497	4.988	207	68	132	102
Medianeira	2.741	2.001	184	42	407	107
Mercedes	2.176	1.731	132	20	43	250
Missal	3.783	2.823	288	54	168	450
Pato	841	795	19	7	6	14
Bragado						
Santa Helena	5.457	4.017	402	49	358	631
Santa T. de Itaipu	664	471	88	38	20	47
São J. das Palmeiras	941	676	210	12	12	31
São Miguel do Iguaçu	4.226	3.331	193	109	435	158
Terra Roxa	2.527	2.071	114	81	181	80
<b>TOTAL</b>	<b>35.521</b>	<b>28.212</b>	<b>2.244</b>	<b>706</b>	<b>2.038</b>	<b>2.371</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Organização: Adriana E. Casagrande.

Ao somar o total do pessoal ocupado, obtém-se o número de 35.521 pessoas, das quais 28.212 (80%) trabalham somente com agricultura familiar, e, das demais, além da agricultura familiar, 2.244 (6%) trabalham com ajuda de trabalho temporário, 706 (2%) utilizam empregado temporário e permanente, 2.038 (6%) utilizam serviço de empreitada e 2.371 (7%) utilizam ainda outras combinações de trabalho. Em relação aos municípios, também se constata que, em todos eles, há o predomínio do uso exclusivo da mão de obra familiar nos estabelecimentos agropecuários. Na região Oeste do Paraná, conforme o Ipardes (2010), em relação

ao pessoal ocupado, no ano de 2006, 75% trabalhavam na agricultura familiar e 25% trabalhavam na agricultura não familiar.

Verifica-se, dessa forma, o predomínio do trabalho da agricultura familiar nos estabelecimentos da região. Outra análise que se faz importante se refere à condição do produtor, como se observa na Tabela 27, na qual são contabilizados os estabelecimentos agropecuários e sua área de acordo com essa condição: proprietário, assentado sem titulação, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área.

**TABELA 27 – Região Costa Oeste do Paraná – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor – 2006.**

Municípios	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área*	Total
Diamante D'Oeste	522 22.123 ha	90 1.430 ha	19 210 ha	-	29 917 ha	3	663 24.680 ha
Entre Rios do Oeste	250 7.053 ha	-	7 164 ha	1 x	1 x	17	276 7.221 ha
Foz do Iguaçu	678 18.192 ha	2 x	104 3.402 ha	21 1.074 ha	233 2.552 ha	6	1.044 25.225 ha
Guaíra	876 30.732 ha	27 37 ha	179 4.540 ha	19 212 ha	42 267 ha	53	1.196 35.788 ha
Itaipulândia	383 14.316 ha	11 6 ha	30 963 ha	-	3 12 ha	1	428 15.297 ha
Marechal C. Rondon	2.080 48.852 ha	1 x	120 2.301 ha	122 2.482	85 743 ha	15	2.423 54.389 ha
Medianeira	1.040 27.063 ha	1 x	59 1.150 ha	24 715 ha	31 276 ha	10	1.165 29.213 ha
Mercedes	659 14.254 ha	-	60 781 ha	15 119 ha	32 609 ha	23	789 15.764 ha
Missal	1.405 20.566 ha	2 x	70 1.101 ha	156 2.052 ha	54 593 ha	22	1.709 24.324 ha
Pato Bragado	351 7.037 ha	-	23 227 ha	15 226 ha	9 70 ha	17	415 7.560 ha
Santa Helena	2.014 36.833 ha	4 15 ha	179 2.455 ha	59 1.648 ha	86 408	72	2.414 41.359 ha
Santa T. de Itaipu	361 18.323 ha	-	38 2.382 ha	9 74 ha	4 17 ha	9	421 20.797 ha
São J. das Palmeiras	418 16.780 ha	-	24 1.424 ha	3 30 ha	20 506 ha	7	472 18.739 ha
São Miguel do Iguaçu	1.688 53.880 ha	39 506 ha	159 4.184 ha	17 325 ha	63 207 ha	24	1.990 59.102 ha
Terra Roxa	1.168 66.075 ha	20 1.435 ha	160 6.134 ha	38 2.728 ha	40 834 ha	-	1.326 77.206 ha

Fonte: Iparides, Cadernos Estatísticos, 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

\* Quando era identificada a existência de atividade agropecuária desvinculada do responsável pela administração do estabelecimento (produtor), o Instituto passou a classificar a produção do empregado como outro estabelecimento, agora considerado "Produtor sem área" (IBGE, 2006).

**Nota do Iparides:** A soma das parcelas da área não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere "x".

Em todos os estabelecimentos agrícolas dos municípios acima elencados prevalecem os produtores que são proprietários de suas terras. Somando o número de estabelecimentos de todos os municípios, obtêm-se 16.259 estabelecimentos, dos quais 13.893 (85%) pertencem à categoria dos proprietários. Em relação à área dos estabelecimentos, dos 456.664 hectares totais, em 402.079 hectares (88%) os produtores são os próprios proprietários.

A segunda categoria que mais possui estabelecimentos agrícolas é a dos arrendatários, que possuem um total de 1.231 (8%) estabelecimentos, num total de 31.418 (7%) hectares. Em seguida constam os ocupantes, com 732 (4,5%) dos estabelecimentos, com uma área de 8.011 hectares (1,75%); o grupo dos parceiros comparece com 499 (3,06%) estabelecimentos, mas com uma área superior à dos ocupantes: 11.685 (2,5%) hectares. Os assentados sem titulação definitiva possuem 197 (1,2%) estabelecimentos, com 3.429 (0,75%) hectares. Já os produtores sem área totalizam 279 estabelecimentos, ou seja, 1,71% do total.

Essas categorias de condição do produtor são elaboradas pelo IBGE no Censo Agropecuário. Conforme o Instituto, “Considerou-se produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros” (IBGE, 2013-d, p.1). Essa classificação está vinculada à condição legal das terras:

Investigou-se a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.); ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário). (IBGE, 2013-d, p. 1).

Além das categorias acima citadas, há a condição do produtor assentado, que não possui a titulação definitiva das terras. Outra análise importante diz respeito ao tipo de utilização das terras, visualizando os estabelecimentos agropecuários de acordo com as atividades econômicas e os principais produtos cultivados nos municípios da região Costa Oeste paranaense.

Na Tabela 28, as atividades econômicas praticadas nos estabelecimentos agropecuários estão classificadas em: (i) lavoura temporária, (ii) horticultura e floricultura, (iii) lavoura permanente, (iv) pecuária e criação de outros animais, (v) produção florestal de florestas plantadas, (vi) produção florestal de florestas nativas,

(vii) aquicultura e (viii) pesca. Além dessas categorias, há outras determinadas pelo IBGE. Ocorre, no entanto, que essas demais categorias não estão presentes ou não são relevantes nos municípios em estudo.

Assim, antes de analisar a tabela, torna-se importante compreender cada uma das categorias utilizadas pelo IBGE. Conforme o Instituto, cada uma dessas categorias pode ser compreendida como descrito a seguir:

- *Lavouras temporárias*: compreende o cultivo de plantas de ciclo vegetativo de curta duração, até 1 ano, utilizando técnicas de cultivo tradicional, orgânico ou, ainda, o cultivo de plantas modificadas geneticamente (IBGE, 2006, p.37).

- *Horticultura e floricultura*: compreende o cultivo de produtos hortícolas e de plantas da floricultura [...]. Os produtos hortícolas são plantas de consistência herbácea com ciclo vegetativo de até 6 meses. As plantas da floricultura têm ciclos vegetativos de curta, média ou longa duração (IBGE, 2006, p.45).

- *Lavouras permanentes*: compreende o cultivo de plantas com ciclo vegetativo de longa duração. Essas plantas produzem por vários anos sucessivos sem necessidade de novos plantios após a colheita (IBGE, 2006, p.46).

- *Pecuária*: compreende a criação e produção animal, exceto animais aquáticos (IBGE, 2006, p.55).

- *Produção florestal*: essa divisão compreende o cultivo de espécies florestais, a produção de madeira em toras e a exploração de produtos florestais não madeireiros. Compreende também a produção de mudas florestais, os produtos da madeira resultantes de pequeno processamento – lenha, carvão vegetal, lascas de madeira – assim como a madeira utilizada em processamento – moirões, estacas e postes (IBGE, 2006, p.62).

- *Aquicultura*: compreende o processo de produção que envolve o cultivo de organismos aquáticos (peixes, crustáceos, moluscos, plantas aquáticas, jacarés e anfíbios), fazendo uso de técnicas que intensificam a produtividade dos organismos criados além da capacidade natural de desenvolvimento (IBGE, 2006, p. 69).

- *Pesca*: compreende a pesca e as atividades direcionadas ao recolhimento de organismos aquáticos vivos, predominantemente peixes, crustáceos e moluscos, inclusive plantas de águas oceânicas, costeiras ou de águas interiores, para consumo humano ou para outras finalidades, por meios individualizados ou com o uso de redes, linhas e armadilhas (IBGE, 2006, p.67).

Dessa forma, na Tabela 28 estão inscritas essas principais categorias de atividades econômicas praticadas nos municípios da região Costa Oeste e também constam os números de estabelecimentos agropecuários e as áreas utilizadas por cada uma dessas atividades.

Por meio dos dados, constata-se que, em todos os municípios, as atividades econômicas predominantes são, em primeiro lugar, as lavouras temporárias, e, em segundo, a pecuária bovina e a criação de outros animais. Em terceiro lugar, as atividades que mais se destacam são a horticultura e a floricultura, seguidas das lavouras permanentes. As demais atividades econômicas também estão presentes, mas não são tão significativas.

Em relação aos municípios, verifica-se que, em Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Mercedes, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa, tanto no número de estabelecimentos quanto em sua área, são predominantes as lavouras temporárias. Em Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste e São José das Palmeiras, ali os estabelecimentos e suas respectivas áreas predominantes pertencem às atividades de pecuária e de criação de outros animais. Já em Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Missal e Pato Bragado, apesar dos estabelecimentos que trabalham com pecuária e criação de outros animais serem mais numerosos, um maior número de hectares pertencem à lavoura temporária.

**TABELA 28** – Região Costa Oeste do Paraná – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas – 2006

Municípios	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
Diamante	221	24	2	412	1	1	2	-	663
D'Oeste	8.561 (há)	231 (há)	x	15.486 (há)	x	x	x		24.680 (há)
Entre Rios do Oeste	100 3.462 (ha)	5 19 (ha)	-	165 3.644 (ha)	1 x	-	2 x	3 14 (ha)	276 7.221 (ha)
Foz do Iguaçu	651 22.248 (ha)	116 247 (ha)	20 318 (ha)	235 2.267 (ha)	4 22 (ha)	1 x	15 86 (ha)	2 x	1.044 25.225 (ha)
Guaira	863 31.510 (ha)	29 150 (ha)	7 18 (ha)	271 3.887 (ha)	3 10 (ha)	2 x	2 x	18 35 (ha)	1.196 35.788 (ha)
Itaipulândia	233 12.068 (ha)	7 16 (ha)	5 61 (ha)	181 3.121 (ha)	1 x	-	-	1 x	15.297
Marechal C. Rondon	1.076 32.625 (ha)	36 315 (ha)	4 24 (ha)	1.287 21.074 (ha)	4 114 (ha)	5 171 (ha)	11 66 (ha)	-	2.423 54.389 (ha)
Medianeira	521 14.886 (ha)	26 258 (ha)	12 148 (ha)	597 13.830 (ha)	4 69 (ha)	-	4 19 (ha)	-	1.165 29.213 (ha)
Mercedes	427 10.344 (ha)	5 13 (ha)	-	346 5.257 (ha)	1 x	4 102 (ha)	1 x	5 11(ha)	789 15.764 (ha)
Missal	732 12.847 (ha)	46 256 (ha)	11 470 (ha)	903 10.666 (ha)	5 22 (ha)	7 39 (ha)	5 23 (ha)	-	1.709 24.324 (ha)
Pato Branco	163 5.208	9 44 (ha)	-	233 2.269 (ha)	4 22 (ha)	1 x	3 8 (ha)	2 x	415 7.760 (ha)
Santa Helena	1.223 24.761 (ha)	158 488 (ha)	13 97 (ha)	978 15.570 (ha)	9 124 (ha)	2 x	14 91 (ha)	12 4 (ha)	2.414 41.359 (ha)
Santa T. de Itaipu	273 17.777 (ha)	17 152 (ha)	-	118 2.839 (ha)	-	-	4 22 (ha)	9 7 (ha)	421 20.797 (ha)
São J. das Palmeiras	194 5.952 (ha)	9 59 (ha)	12 160 (ha)	255 12.515 (ha)	-	2 x	-	-	472 18.739 (ha)
São Miguel do Iguaçu	1.174 47.839 (ha)	125 282 (ha)	16 165 (ha)	657 10.604 (ha)	2 x	2 x	11 161 (ha)	3 (ha)	1.990 59.102 (ha)
Terra Roxa	943 53.786 (ha)	26 287 (ha)	72 2.068 (ha)	376 20.775 (ha)	4 186 (ha)	3 73 (ha)	1 x	-	1.426 77.206 (ha)

Fonte: Iparde, Cadernos Estatísticos, 2012. Organização: Adriana E. Casagrande.

1- Lavoura Temporária; 2- Horticultura e floricultura; 3- Lavoura permanente; 4- Pecuária e criação de outros animais; 5- Produção florestal de florestas plantadas; 6- Produção florestal de florestas nativas; 7- Aquicultura; 8- Pesca. **Nota do Iparde:** A soma das parcelas da área não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere "x".

Desse modo, em mais da metade dos municípios da região Costa Oeste predominam as lavouras temporárias. Conforme Carvalho et al. (2006, p. 8), “[...] a lavoura temporária (soja, milho, trigo, arroz, feijão e mandioca) é a que representa maior participação na agricultura dos municípios lindeiros”. Essa realidade também se evidencia no Paraná:

Do ponto de vista da utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários, observa-se que grande parte delas é ocupada com culturas temporárias, e é praticamente insignificante o percentual dos(as) agricultores(as) que declaram não possuir esse tipo de atividade. (IBASE, 2006, p. 29).

Dentre essas culturas temporárias, destaca-se a soja e o milho. Na Figura 12, abaixo, demonstra-se o período de colheita de milho e sua entrega na Cooperativa Agroindustrial Copagril, na cidade de Marechal Cândido Rondon, no ano de 2013.



**FIGURA 12** – Entrega de milho na Cooperativa Agroindustrial Copagril – Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Google Earth, 2013. Casagrande, A. E. Fotografias de 16 jul. 2013.

A Copagrill é uma empresa agroindustrial atuante em sete municípios da região: Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Terra Roxa, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e São José das Palmeiras<sup>17</sup>. Essa empresa é responsável pelo recebimento de grãos, pela venda de insumos e de implementos agrícolas, pela produção agroindustrial de aves, de suínos, de bovinos, pela produção de alimentos, entre outras atividades. A empresa está se inserindo cada vez mais na lógica mercantil empresarial, sobretudo com a agroindustrialização, objetivando rentabilidade, por meio da competitividade, bem como sua ascensão no mercado (RICHART e SCHLLOSER, 2014).

Dessa maneira, constata-se que, diferentemente das pequenas propriedades, que, em muitos casos no Brasil, estão vinculadas a atividades de subsistência, na região Costa Oeste os minifúndios e as pequenas propriedades estão articulados com a empresa agroindustrial.

De acordo com o Ibase (2006), as quatro principais cadeias produtivas nas quais estão inseridos os agricultores familiares na região Oeste do Paraná são: grãos (soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), leite e a agroindústria familiar<sup>18</sup>. Nas tabelas seguintes são analisados os tipos de produção agropecuária praticados na região Costa Oeste. Assim, portanto, a maioria das cidades da região tem sua economia atrelada ao campo, principalmente através da articulação das propriedades à agroindústria (ressalta-se que também se praticam atividades não necessariamente ligadas à agroindústria, como as Feiras do Produtor Rural, como se verá a seguir).

Inicialmente, na Tabela 29, estão postos os principais cultivos praticados nos estabelecimentos agropecuários. Foram selecionados os principais produtos colhidos em hectares para o ano de 2011:

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.copagrill.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

<sup>18</sup> [...] a agroindústria familiar lá referida abrange as três etapas: produção primária, industrialização e comercialização. É o que existe em Missal e outros municípios do Oeste Paranaense, nos quais as diversas associações de agricultores(as) familiares produzem e comercializam, em conjunto ou individualmente, produtos primários com agregação de valor (mediante o seu processamento, a transformação, e até a industrialização, em instalações específicas para essas finalidades e em diversas escalas de produção), com o apoio da Emater e das prefeituras (IBASE, 2006, p. 79).

**TABELA 29 – Região Costa Oeste do Paraná – Área colhida em lavoura temporária 2011**

Municípios	Área Colhida (Hectares e Percentual) 2011						
	Arroz	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
Diamante D'Oeste	55 (0,49%)	300 (2,67%)	11 (0,1%)	1.350 (12,01%)	5.030 (44,76%)	4.000 (35,59%)	300 (2,67%)
Entre Rios do Oeste	-	4 (0,04%)	4 (0,04%)	30 (0,27%)	5.850 (52,75%)	5.070 (45,72%)	120 (1,08%)
Foz do Iguaçu	-	15 (0,09%)	3 (0,02%)	350 (2,02%)	6.915 (39,86%)	8.900 (51,3%)	1.100 (6,34%)
Guaira	10 (0,02%)	-	-	1.900 (2,86%)	29.000 (43,63)	32.000 (48,14%)	3500 (5,27%)
Itaipulândia	-	153 (0,82%)	572 (3,06%)	255 (1,36%)	8.500 (45,48%)	8.875 (47,49%)	300 (1,61%)
Marechal C. Rondon	-	200 (0,33%)	440 (0,72%)	2.500 (4,11%)	27.374 (45,01%)	27.500 (45,21%)	2.500 (4,11%)
Medianeira	10 (0,04%)	40 (0,18%)	312 (1,38%)	135 (0,6%)	8.400 (37,08%)	13.325 (58,82%)	375 (1,66%)
Mercedes	-	20 (0,12%)	280 (1,72%)	1.800 (11,06%)	6.600 (40,55%)	6.950 (42,7%)	600 (3,69%)
Missal	10 (0,03%)	110 (0,36%)	358 (1,17%)	550 (1,79%)	14.160 (46,09%)	15.394 (50,1%)	70 (0,23%)
Pato Bragado	-	10 (0,09%)	-	70 (0,65%)	6.115 (56,82%)	4.500 (41,81%)	50 (0,46%)
Santa Helena	-	162 (0,3%)	698 (1,31%)	900 (1,68%)	25.300 (47,3%)	26.000 (48,61%)	300 (0,56%)
Santa T. de Itaipu	10 (0,03%)	15 (0,05%)	9 (0,03%)	150 (0,47%)	14.835 (46,6%)	16.080 (50,51%)	700 (2,2%)
São J. das Palmeiras	-	120 (2,04%)	140 (2,38%)	1.130 (19,22%)	2.140 (36,39%)	2.150 (36,56%)	100 (1,7%)
São Miguel do Iguaçu	125 (0,13%)	540 (0,58%)	562 (0,6%)	330 (0,35%)	43.700 (46,94%)	47.245 (50,75)	510 (0,55)
Terra Roxa	15 (0,01%)	-	-	2.090 (2,01%)	47.390 (45,49%)	52.300 (50,2%)	2.300 (2,21%)

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2011. Organização: Adriana E. Casagrande.

Na produção agrícola do ano 2011, as maiores áreas colhidas possuíam soja, seguida do milho, de mandioca e de trigo. Nos municípios de Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado, neles a área de milho colhida foi superior à área de soja. Em contrapartida, arroz foi o produto que apresentou a menor área colhida na maioria dos municípios da região.

Constata-se, então, que produtos como soja e milho são bastante praticados na região, mas que outros produtos, como mandioca, trigo e feijão, também são importantes na economia regional. De acordo com Carvalheiro et al. (2006), a região Oeste do Paraná se tornou, nos últimos anos, referência em termos de quantidade e de produtividade nas culturas de exportação, principalmente soja, milho e trigo.

Para Ferrari (2009), a produção de soja possui importante papel no desenvolvimento regional, sendo que seu retorno econômico movimenta a economia local e regional viabilizando a instalação do comércio, do setor de serviços e da agroindústria, aumentando com isso a oferta de empregos.

De acordo com Chaimsohn et al. (2002), em seu trabalho intitulado “Diagnóstico dos Sistemas de Produção da Região dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, com vistas à busca de alternativas de renda para a Agricultura Familiar”, constatou-se, por meio de entrevistas com agricultores e dados da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que as principais atividades desenvolvidas na região são: milho, soja, bovinos de leite e corte, suínos, aves, mandioca e fumo. Esses autores fazem uma diferenciação entre os municípios da região Costa Oeste, classificando-os em sub-regiões sul e norte, de acordo com as culturas e as criações:

Enquanto na primeira predominam o leite, suínos, aves e fumo, no norte são mais freqüentes os grãos (milho e soja) e a mandioca. O município de Marechal Cândido Rondon possui características das duas sub-regiões, evidenciando uma transição entre as duas. Nesse município são desenvolvidas atividades de produção de leite, suínos, aves, gado de corte e grãos. (CHAIMSOHN et al., 2002, p. 9).

Além de verificar os principais cultivos presentes nas lavouras temporárias, a Tabela 30 está elaborada com dados sobre o efetivo de rebanhos nas propriedades agrícolas para o ano de 2011.

**TABELA 30** – Região Costa Oeste do Paraná – Efetivo de Rebanhos – 2011

Município	Efetivo de Rebanhos - 2011											
	Bovinos	Equinos	Galináceos	Suínos	Asininos	Bubalinos	Caprinos	Codornas	Coelhos	Muare	Ovinos Tosquiados	Vacas Ordenhadas
Diamante D'Oeste	32.575	650	316.090	4.880	8	26	1.800	500	-	120	550	3.200
Entre Rios do Oeste	6.488	25	370.500	82.800	10	-	100	-	30	2	-	3.056
Foz do Iguaçu	4.485	435	23.200	2.005	16	-	750	18.000	530	18	425	1.155
Guaíra	8.563	642	23.100	6.400	16	554	492	110	80	39	100	1.815
Itaipulândia	7.502	120	524.000	16.400	-	-	200	-	-	10	200	2.680
Marechal C. Rondon	49.581	300	2.755.000	330.797	8	190	2.200	-	500	13	-	21.402
Medianeira	31.100	300	1.615.000	78.500	2	-	1.200	2.000	-	10	1.000	9.800
Mercedes	13.280	110	775.100	30.630	-	41	300	-	500	12	-	5.010
Missal	25.170	180	768.800	41.500	-	-	500	1.000	-	20	250	10.500
Pato Bragado	7.607	29	690.000	25.200	-	-	95	-	60	9	-	4.096
Santa Helena	36.295	380	1.775.000	34.000	13	9	400	-	60	45	-	12.551
Santa T. de Itaipu	5.924	220	455.000	2.400	-	-	420	29.500	-	12	490	2.100
São J. das Palmeiras	25.114	370	100.000	12.597	14	-	140	-	-	90	-	5.334
São Miguel do Iguaçu	26.732	380	2.068.200	68.420	12	36	500	2.000	-	25	500	9.000
Terra Roxa	30.720	1.000	1.165.800	13.100	7	-	300	100	40	165	550	3.100
<b>TOTAL</b>	<b>311.136</b>	<b>5.141</b>	<b>13.424.790</b>	<b>749.629</b>	<b>106</b>	<b>856</b>	<b>9.397</b>	<b>53.210</b>	<b>1.800</b>	<b>590</b>	<b>4.065</b>	<b>94.799</b>

Fonte: IpardeS, Base de Dados do Estado, 2013. Organização: Adriana E. Casagrande.

Constata-se, conforme a tabela, que os rebanhos de bovinos, galináceos e suínos são os mais numerosos na região Costa Oeste do Paraná. Os galináceos apresentam-se em maior quantidade (13.424.790), evidentemente por serem animais de porte pequeno, quando comparados aos bovinos, por exemplo. Em seguida consta o rebanho de suínos, com 749.629 animais, e os bovinos, que, somados às vacas ordenhadas, chegam a um total de 405.935 animais. Em seguida, os rebanhos mais numerosos são de codornas, caprinos, equinos e ovinos tosquiados.

Em relação aos principais rebanhos presentes na região (bovinos, suínos e aves), Chaimsohn et al. (2002), afirma que os bovinos estão presentes em 90,2% das propriedades, com predomínio da atividade leiteira, embora exista também a produção de carne. Já em relação aos suínos, os autores afirmam que, embora esses estejam presentes em 44,5% das propriedades, somente naquelas com sistema leite, grãos e suínos tem importância significativa na geração de renda. Em relação às aves, os autores afirmam que ocorrem em 62,4% das propriedades, mas estão mais relacionadas ao autoconsumo do que para a geração de renda. Além de contabilizar os tipos de rebanhos existentes na região Costa Oeste do Paraná, é importante também analisar a produção de origem animal. Na Tabela 31 verifica-se a quantidade de produtos originários dos rebanhos animais.

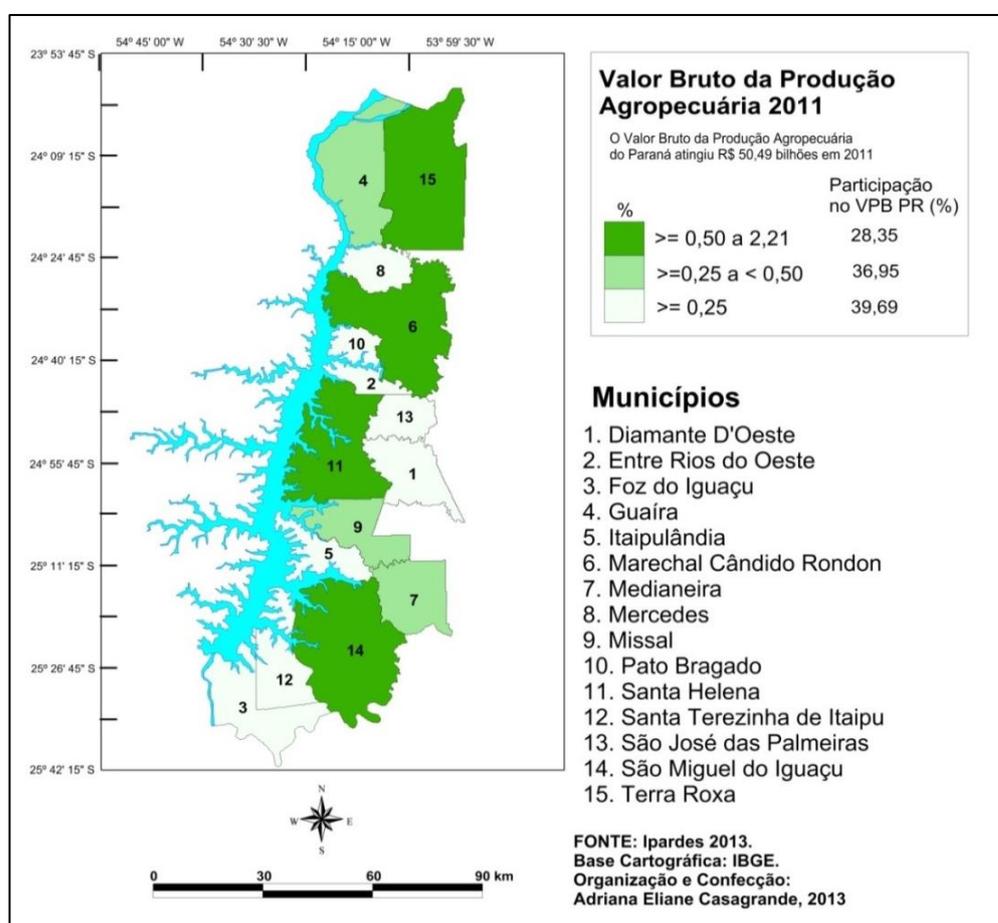
**TABELA 31** – Região Costa Oeste do Paraná – Produção de origem animal – 2011

Município	Produção de origem animal – Quantidade Produzida					
	Casulos do Bicho da Seda (kg)	Lã (kg)	Leite (mil l)	Mel de Abelha (kg)	Ovos de Codorna (mil dz)	Ovos de Galinha (mil dz)
Diamante D'Oeste	-	1.250	6.800	55.000	6	1.520
Entre Rios do Oeste	-	-	13.752	12.000	-	70
Foz do Iguaçu	-	892	2.250	10.800	195	115
Guaira	-	220	6.128	4.000	1	20
Itaipulândia	-	400	5.000	6.000	-	220
Marechal C. Rondon	-	-	95.881	45.600	-	300
Medianeira	-	2.600	27.750	5.100	21	880
Mercedes	-	-	18.210	2.000	-	165
Missal	-	520	29.500	18.000	12	750
Pato Bragado	-	-	17.202	2.400	-	600
Santa Helena	1.100	-	42.172	48.228	-	6.400
Santa T. de Itaipu	-	1.080	4.400	16.300	155	235
São J. das Palmeiras	1.294	-	15.257	9.600	-	100
São Miguel do Iguaçu	-	1.100	27.000	55.000	24	617
Terra Roxa	9.125	1.000	9.100	6.000	1	42

Fonte: Iparades, Base de Dados do Estado, 2013. Organização: Adriana E. Casagrande.

Na produção do ano de 2011 verificou-se que os produtos que mais se destacam nos municípios da região são leite e ovos de galinha, vindo em seguida mel de abelha, lã, ovos de codorna e, por fim, casulos do bicho da seda. Em todos os municípios, a produção de leite é significativa, sendo que Marechal Cândido Rondon lidera nessa produção.

Após analisar os principais produtos agropecuários praticados, realiza-se uma análise dos municípios da região Costa Oeste em relação ao valor bruto da produção agropecuária (VBPA) para o ano de 2011, a fim de verificar quais são os municípios que se destacam na produção agropecuária. O VBPA representa uma estimativa da geração de renda do campo.

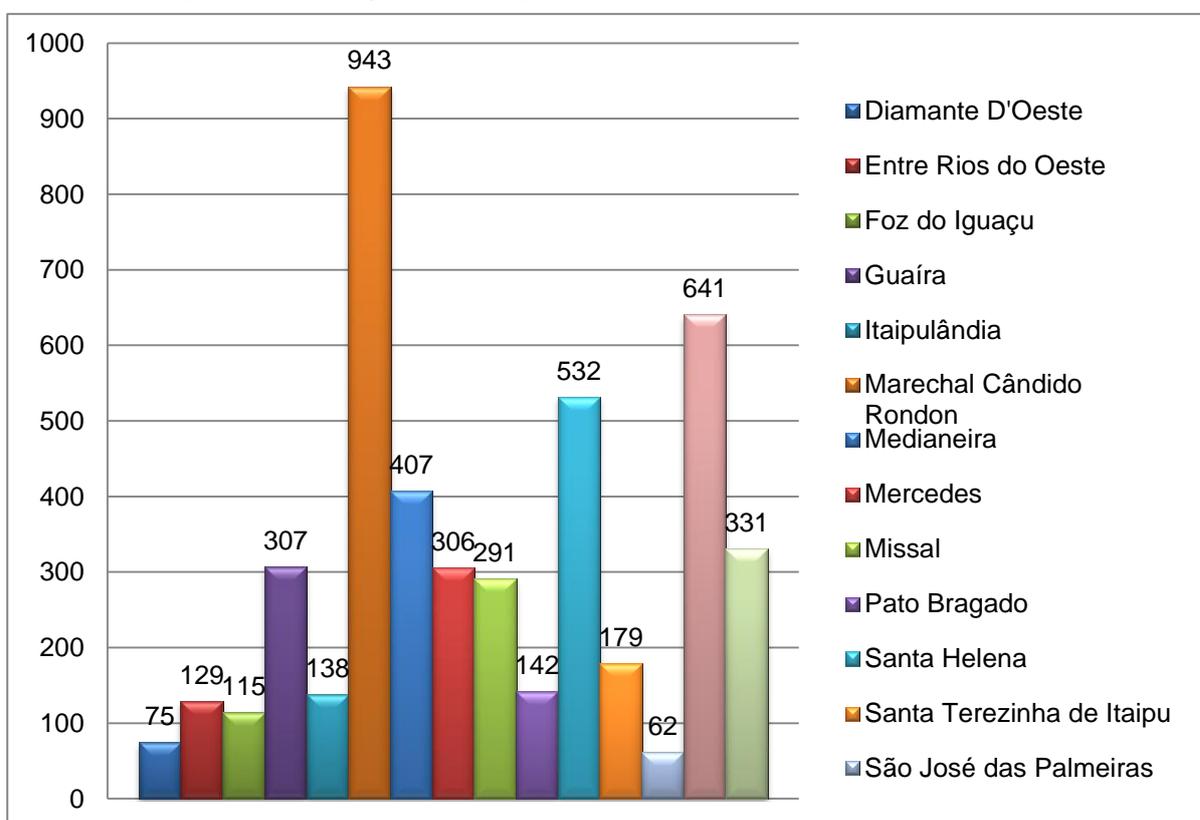


**FIGURA 13** – Região Costa Oeste do Paraná – Valor Bruto da Produção Agropecuária – 2011.

Conforme a Figura 13, os municípios que se destacam no VBPA são Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa com participação variando entre 0,50% e 2,21%. Em seguida constam os

municípios de Guaíra, Medianeira e Missal com participação entre 0,25% a 0,50%. Já os demais municípios encontram-se na categoria de participação de até 0,25% na produção agropecuária.

Além da produção, outra análise importante diz respeito ao grau de mecanização da agricultura presente na região Costa Oeste. Conforme Lima et al. (2013), a estrutura da produção agropecuária na região de Itaipu está inserida em um modelo de produção intensiva, com investimento intensivo de recursos, por meio do uso latente da química, uso de maquinários etc. Com base nesse pressuposto, a seguir se realiza uma análise do número de tratores e de implementos agrícolas presentes nos municípios da região, a fim de visualizar o grau de avanço tecnológico nas propriedades agrícolas.



**GRÁFICO 9** – Região Costa Oeste do Paraná – Número de estabelecimentos agropecuários com tratores – 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organização: Adriana E. Casagrande.

Conforme o Gráfico 9, verificaram-se disparidades entre os municípios em relação ao número de estabelecimentos que se utilizam de tratores. Marechal Cândido Rondon é o município que lidera, com 943 estabelecimentos, seguido de São Miguel do Iguaçu (641), Santa Helena (532)

e Medianeira (407). Por outro lado, São José das Palmeiras e Diamante D'Oeste possuem menos estabelecimentos que se utilizam desse tipo de máquina, respectivamente 62 e 75 tratores. Além de tratores, na Tabela 32 se analisa a presença de demais máquinas e implementos agrícolas.

Em termos numéricos, constatou-se novamente que o município de Marechal Cândido Rondon é o que mais possui estabelecimentos em todas as categorias de máquinas e de implementos agrícolas, indicando uma maior mecanização nesse município. Entre os implementos com maior presença nos municípios estão os arados e as grades e/ou enxadas rotativas, os pulverizadores e, em seguida, as plantadeiras ou semeadeiras. Já entre os implementos com menor presença nos municípios estão roçadeiras, colheitadeiras, ceifadeiras e adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário.

**TABELA 32 – Região Costa Oeste do Paraná – Número de estabelecimentos agropecuários com máquinas e implementos agrícolas – 2006.**

Município	Estabelecimentos de acordo com o tipo de máquina e implemento agrícola – 2006 (total e percentual)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Diamante D'Oeste	51 7,69%	47 7,09%	20 3,02%	34 5,13%	7 1,06%	40 6,03%	17 2,56%	34 5,13%	586 88,39%
Entre Rios do Oeste	79 28,62%	93 33,7%	16 5,8%	73 26,45%	25 9,06%	96 34,78%	27 9,78%	23 8,33%	155 56,16%
Foz do Iguaçu	73 6,99%	78 7,47%	45 4,31%	62 5,94%	20 1,92%	57 5,46%	23 2,2%	19 1,82%	919 88,03%
Guaira	216 18,06%	239 19,98%	91 7,61%	208 17,39%	57 4,77%	244 20,4%	74 6,19%	26 2,17%	898 75,08%
Itaipulândia	123 28,74%	93 21,73%	27 6,31%	86 20,09%	17 3,97%	106 24,77%	21 4,91%	46 10,75%	258 60,28%
Marechal Cândido Rondon	756 31,2%	797 32,89%	179 7,39%	580 23,94%	181 7,47%	702 28,97%	252 10,4%	452 18,65%	1350 55,72%
Medianeira	279 23,95%	278 23,86%	34 2,92%	217 18,63%	42 3,61%	269 23,09%	61 5,24%	137 11,76%	738 63,35%
Mercedes	234 29,66%	253 32,07%	52 6,59%	203 25,73%	53 6,72%	222 28,14%	46 5,83%	118 14,96%	491 62,23%
Missal	339 19,84%	218 12,76%	49 2,87%	174 10,18%	41 2,4%	217 12,7%	65 3,8%	63 3,69%	1267 74,14%
Pato Branco	85 20,48%	112 26,99%	7 1,69%	73 17,59%	23 5,54%	109 26,27%	15 3,61%	26 6,27%	282 67,95%
Santa Helena	465 19,26%	363 15,04%	72 2,98%	327 13,55%	76 3,15%	446 18,48%	92 3,81%	274 11,35%	1676 69,43%
Santa Terezinha de Itaipu	140 33,25%	144 34,2%	44 10,45%	139 33,02%	47 11,16%	139 33,02%	35 8,31%	24 5,7%	250 59,38%
São José das Palmeiras	70 14,83%	49 10,38%	11 2,33%	33 6,99%	6 1,27%	35 7,42%	12 2,54%	44 9,32%	359 76,06%
São Miguel do Iguaçu	431 21,66%	441 22,16%	61 3,07%	411 20,65%	105 5,28%	466 23,42%	103 5,18%	210 10,55%	1340 67,34%
Terra Roxa	230 16,13%	275 19,28%	94 6,59%	257 18,02%	83 5,82%	284 19,92%	106 7,43%	61 4,28%	1029 72,16%

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organização: Adriana E. Casagrande.

1- Arados; 2- Grades e/ou enxadas rotativas; 3- Roçadeiras; 4- Semeadeiras e/ou plantadeiras; 5- Colheitadeiras; 6- Pulverizadores e/ou atomizadores; 7- Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário; 8- Ceifadeiras (picadeira de forragens); 9- Não possui.

Observa-se, ainda, que, nos municípios, a maior parte dos estabelecimentos agrícolas (variando entre 55% e 88%) não possui esses equipamentos agrícolas. A ausência ou menor presença desses equipamentos pode estar relacionada ao fato de que muitos agricultores se utilizam de serviços de terceiros, como em atividades de correção do solo, colheitas etc. Conforme Chaimsohn et al. (2002), 82,1% dos agricultores usam serviços de terceiros (colheita, plantio, preparo do solo, pulverização, distribuição de esterco e calcário etc.).

Dessa forma, realizou-se uma análise da realidade agrícola nos municípios da região Costa Oeste. Pôde-se, com isso, constatar que, na maioria dos municípios, o campo tem grande importância, evidenciando que a ruralidade exerce muita influência nesses municípios.

A análise realizada serviu para caracterizar os municípios limítrofes ao Lago de Itaipu em relação ao campo e às atividades agropecuárias, análise essa pautada principalmente nos trabalhos bibliográficos e no Censo Agropecuário. Com essas informações fica posta a base para partir para a análise empírica do rural e de sua importância na região em estudo.

### 3.2.1.1 A realidade agrícola por meio da pesquisa empírica

A partir do item acima foi possível suscitar uma caracterização da agricultura na região Costa Oeste do Paraná, evidenciando que ela ainda é um fator preponderante na economia de seus municípios, principalmente aqueles de porte pequeno. Essas informações foram obtidas por meio dos dados do Censo Agropecuário. A fim de confirmar essas informações, foram realizados trabalhos de campo com o objetivo de compreender a importância da agricultura em alguns municípios da região e verificar a realidade agrícola na região, assim como encontrar elementos de encontro entre o campo e a cidade.

Considera-se importante, além de trabalhar com os dados dos Censos Agropecuários, compreender a agricultura na região e a sua organização por meio dos principais agentes envolvidos, os agricultores. Os agricultores são os

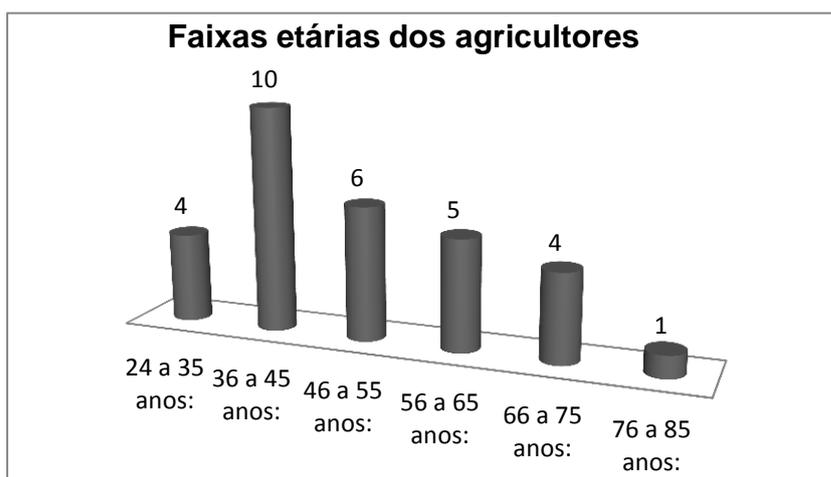
protagonistas desse trabalho, portanto, torna-se muito importante conhecer suas experiências, seus meios de trabalho, suas dificuldades, como suas propriedades estão organizadas, como se relacionam com a cidade, enfim, como vive o campo atualmente a partir da perspectiva das pessoas que ali residem.

Nesse sentido, as entrevistas desempenham um papel vital para o trabalho científico quando combinadas com outros métodos de coleta de dados, melhorando a qualidade de um levantamento e de sua interpretação (BRITTO JÚNIOR e FERES JÚNIOR, 2011). Dessa forma, procurou-se confirmar, por meio de entrevistas, a realidade da agricultura na região apresentada pelos dados.

Assim, como já mencionado na metodologia, foram realizadas idas a campo e entrevistas com 30 agricultores que residem na região, a fim de obter informações como: naturalidade, perfil etário, escolaridade, condição de produtor, atividades econômicas que são desenvolvidas nas propriedades, mão de obra utilizada, representação em sindicatos e cooperativas, percepção sobre as mudanças no campo nos últimos 40 anos e as relações mantidas com a cidade. Tais informações estão detalhadas a seguir.

Inicialmente, investigou-se a naturalidade desses agricultores. Dos 30 agricultores, 16 são nascidos no Paraná, sendo 11 deles nascidos nos próprios municípios da região Costa Oeste do Paraná; 7 agricultores nasceram em municípios do Rio Grande do Sul, 6 em municípios de Santa Catarina e 1 agricultor é natural de Goiás. Assim, 29 dos 30 agricultores têm sua origem na região Sul do Brasil, com predomínio de paranaenses.

Um segundo dado analisado foi a faixa etária em que se encontram os agricultores. No Gráfico 10 apresenta-se o número de agricultores de acordo com cada faixa etária:



**GRÁFICO 10** – Região Costa Oeste do Paraná – Número de Agricultores de acordo com as faixas etárias – 2013.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Verificou-se que as faixas etárias que mais concentram agricultores são aquelas entre 36 e 45 anos, 46 a 55 anos e 56 a 65 anos, que, somados, representam 70% do total dos agricultores. Essa mesma realidade se verifica no Brasil e no Paraná:

A faixa etária predominante no Brasil é entre 35 e 45 anos. No caso paranaense, esse predomínio recai sobre o grupo etário entre 55 e 65 anos [...]. Fatores demográficos e aspectos culturais podem estar influenciando este quadro, uma vez que, mesmo constituindo uma nova família, o filho se estabelece próximo ao pai, não raro na mesma área, e o pai continua a ser o responsável pelo estabelecimento. (IPARDES, 2010, p. 16).

Em relação à população mais jovem (24 a 35 anos), os quatro entrevistados são do sexo feminino, casadas com agricultores. Em relação aos jovens de sexo masculino que residem no campo com a família, geralmente esses trabalham fora da propriedade, com empregos nas cidades. Essa informação tende a confirmar essa migração dos jovens para a cidade, como discutido anteriormente, ou então o fato de que os jovens continuam residindo no campo com os pais, mas trabalham na cidade.

Para confirmar essa informação, foi questionado aos agricultores sobre quantas pessoas residem na propriedade e qual a profissão de cada membro da família<sup>19</sup>. Dos 30 estabelecimentos, em 19 deles os membros da família

<sup>19</sup> Obs.: Não foram contabilizados as crianças e os jovens na condição de estudantes.

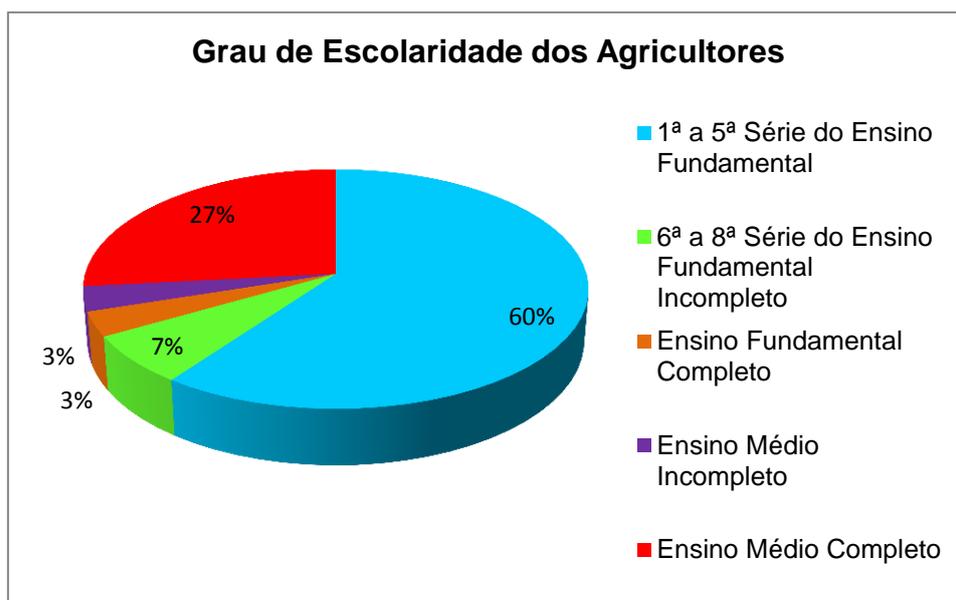
trabalham exclusivamente na agricultura, enquanto em 11 estabelecimentos há membros da família que também trabalham na cidade. Desses 11 estabelecimentos, em 7 deles são os jovens (com idades entre 17 a 26 anos) que trabalham fora da propriedade.

Apesar dessa informação, quando se questionou se a renda da família depende exclusivamente da agricultura, em 21 estabelecimentos afirmou-se que sim e em 9 afirmou-se que outras formas de renda fazem parte do sustento familiar. Essa diferença de dados com o anterior pode estar relacionado ao fato de que alguns jovens não têm a obrigatoriedade de ajudar nas despesas familiares, utilizando seu salário para fins pessoais.

Em relação às outras atividades que fazem parte da renda familiar, foram levantadas: aposentadoria, comércio e vendas, fábricas de máquinas, mecânica, produção de madeira, trabalho em creche, diarista, motorista de caminhão.

Assim, verifica-se, em alguns casos, que a família sobrevive para além das atividades rurais, elencando atividades urbanas em sua renda, como uma forma de melhoria em suas condições de vida, o que confirma essas novas relações entre campo e cidade, em que há pessoas que moram no campo e trabalham na cidade e vice-versa.

Outra informação analisada refere-se ao grau de escolaridade dos agricultores entrevistados, como pode ser observado no Gráfico 11:



**GRÁFICO 11** – Região Costa Oeste do Paraná – Escolaridade dos agricultores – 2013

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Os dados revelam que a maioria dos agricultores (18 - 60%) estudou apenas entre a 1ª e a 5ª série do ensino fundamental. Pelos dados, somente 2 (7%) estudaram entre as 6ª e 7ª série do ensino fundamental, somente 1 agricultor (3%) completou o ensino fundamental, somente 1 agricultor estudou (mas não completou) o ensino médio, e 8 agricultores (27%) possuem ensino médio completo. Constata-se, assim, a baixa escolaridade da maioria dos entrevistados. Dessas 18 pessoas que estudaram até a 5ª série, 8 possuem idade acima de 65 anos, 7 possuem idade entre 44 e 59 anos e 3 possuem idade entre 33 a 39 anos, o que revela que a menor escolaridade ocorre nas faixas etárias mais altas, o mesmo observado na Tabela 15.

Também se pesquisou quais eram as principais atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades agrícolas, qual a condição do produtor e o tipo de mão de obra utilizada. A partir das respostas obtidas sobre as atividades econômicas desenvolvidas, adotou-se a seguinte classificação: (i) pluriatividades (soja, milho, gado, leite, suínos, frangos); (ii) somente culturas temporárias (soja, milho, mandioca); (iii) somente suinocultura; (iv) somente atividade leiteira; e (v) somente avicultura e horticultura. Obtiveram-se os seguintes resultados:

**TABELA 33** – Região Costa Oeste do Paraná – Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades agrícolas – 2013

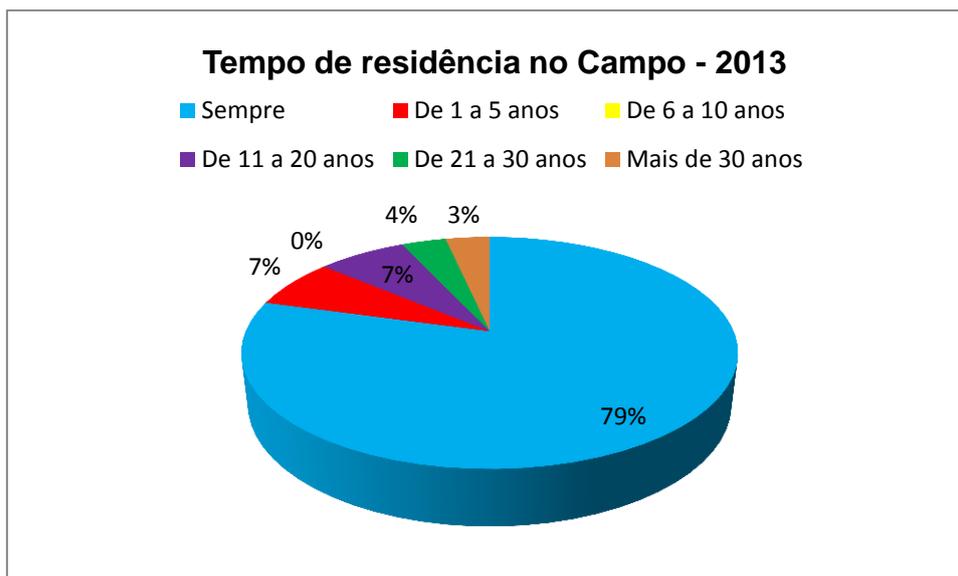
Atividades Econômicas	Nº Propriedades
Pluriatividades	15
Somente culturas temporárias	6
Somente suinocultura	0
Somente atividade leiteira	7
Somente avicultura	1
Horticultura	1

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Constata-se que a maioria dos agricultores trabalha com pluriatividades em suas propriedades, especialmente com culturas temporárias (soja, milho, mandioca, hortaliças) e com criações (gado, frango, suínos), numa forma de diversificação econômica. Em outros sete estabelecimentos se trabalha somente com a atividade leiteira, e somente em seis estabelecimentos com culturas temporárias. Houve ainda um estabelecimento que trabalhava com a avicultura e outro que trabalhava com a horticultura. Dessa forma, assim como nos dados do Censo Agropecuário, no trabalho de campo também se confirmou que as principais atividades agrícolas são soja, milho e criação de gado, de suínos e de aves, sendo as atividades mais citadas.

Com relação à condição do produtor, 24 dos entrevistados são proprietários, 3 são arrendatários e 3 são funcionários nos estabelecimentos agrícolas. Na questão da mão de obra utilizada, em 23 estabelecimentos utiliza-se somente de mão de obra familiar, em 1 estabelecimento utiliza-se mão de obra familiar e empregado temporário, em 2 estabelecimentos se utiliza mão de obra familiar e empregado permanente, e em 4 estabelecimentos utiliza-se somente mão de obra empregada.

Questionou-se ainda há quanto tempo essas pessoas residem no campo. Visava-se investigar qual era a percepção dos agricultores sobre as mudanças na agricultura entre as décadas de 1970/1980 e os dias atuais. No Gráfico 12, percebe-se que a maioria dos entrevistados sempre viveu no campo:



**GRÁFICO 12** – Região Costa Oeste do Paraná – Tempo de residência dos agricultores no campo – 2013

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

O gráfico mostra, portanto, que 23 agricultores sempre residiram no campo, 2 agricultores residem entre 1 a 5 anos, outros 2 residem entre 11 a 20 anos, 1 agricultor se encontra na categoria entre 21 a 30 anos de residência no campo e 1 agricultor reside há mais de 30 anos no campo.

Nesse sentido, questionou-se a esses agricultores sobre sua percepção sobre as mudanças que ocorreram na agricultura nos últimos quarenta anos (1970-2010). Esse período de tempo foi determinado considerando que, na região Oeste do Paraná, apesar de a modernização agrícola ter se iniciado a partir da década de 1960, foi a partir da década de 1970 que a agricultura regional começa a se inserir de modo efetivo no projeto nacional de base agroexportadora:

Deste modo, de 1971 a 1979 a agricultura regional sofreu grandes transformações resultantes da modernização na agricultura nacional, que se voltou para o atendimento à demanda externa por proteínas vegetais (tendo como principal produto fornecedor desta proteína a soja) no mercado internacional. (FERRARI, 2009, p.51).

Então, portanto, como o processo de modernização agrícola ainda estava se consolidando, principalmente entre das décadas de 1970 e 1980, procurou-se analisar quais eram as dificuldades sentidas pelos agricultores

durante aquele período, anteriormente e durante o processo da mecanização da agricultura, e quais são as dificuldades sentidas na agricultura atualmente, em que predomina o modelo voltado à exportação, com a utilização de insumos e de altas tecnologias. Assim, questionou-se aos agricultores se eles perceberam mudanças nos últimos quarenta anos, e quais foram as dificuldades sentidas durante as décadas de 1970/80 e quais são as dificuldades atuais presentes no campo.

A respeito das transformações no campo, dos 30 agricultores, 25 afirmaram que ocorreram mudanças, enquanto 5 afirmaram não ter percebido nenhuma mudança no campo. Dos agricultores que afirmaram que houve mudanças, eles destacaram tanto mudanças positivas como negativas. Dentre as mudanças positivas, foram citadas:

- mais incentivo para agricultura: auxílio do governo, acesso ao crédito, juros mais baratos, financiamentos;
- uso e evolução das tecnologias no campo, deixando-se de usar mão de obra braçal, o que facilitou o trabalho na agricultura;
- uso de agrotóxicos e de adubos nas lavouras; o que, juntamente com as tecnologias, aumentou a produtividade no campo;
- melhorias genéticas, uso de sementes transgênicas, o que reduz o uso de agrotóxicos;
- melhora nos preços dos produtos agrícolas;
- há uma maior formalização do trabalho no campo, melhoras nos direitos trabalhistas e uso de equipamentos mais adequados para o trabalho.

Dentre aqueles que avaliaram a mudança como negativa, houve as seguintes indicações:

- hoje em dia é mais difícil se manter no campo, em virtude do uso de tecnologias (maquinários e insumos caros);
- uso de mais agrotóxicos, insumos caros;
- preço do produto que nem sempre é suficiente para se manter;
- falta mão de obra para trabalhar no campo;
- jovens não se interessam mais pelo campo.

Dentre as principais mudanças apresentadas destaca-se, portanto, a introdução de novas tecnologias e de insumos no campo, como consequência da modernização agrícola. Esse processo foi destacado como positivo pela maioria dos agricultores, pois facilitou o trabalho (que deixou de ser manual), assim como aumentou a produtividade. Por outro lado, esse mesmo processo foi considerado negativo, pois a introdução da tecnologia dificultou a permanência do agricultor no campo, uma vez que nem todos tiveram condições para se adequar a essas técnicas, além de os preços dos insumos agrícolas serem muito elevados.

Dentre as mudanças positivas, também se destacou que, nos últimos anos, há um maior incentivo do governo voltado à agricultura, o que se realiza por meio de financiamentos, de acesso ao crédito, de programas e de políticas públicas. Esses incentivos servem de apoio e garantia da permanência do agricultor no campo. Também se destacou a melhoria no preço dos produtos agrícolas (principalmente soja e milho) e uma melhora nos direitos trabalhistas para as pessoas que trabalham no campo. Dentre as mudanças negativas, além do que já foi exposto, tem-se a falta da mão de obra no campo e a saída dos jovens do campo, que acabam migrando para a cidade. Mesmo já com essas indicações, para avaliar melhor essa mudança no campo, questionou-se sobre quais eram as principais dificuldades sentidas pelos agricultores entre as décadas de 1970/1980 e quais são elas atualmente, conforme o Quadro 5:

**QUADRO 5** – Principais dificuldades sentidas na agricultura

<b>Dificuldades 1970/1980</b>	<b>Dificuldades atuais (2010)</b>
Intempéries (secas, temporais, granizo...).	Pouco incentivo para a agricultura, falta de crédito.
Maior dificuldade na compra e na venda dos produtos agrícolas.	Preço baixo dos produtos.
Intoxicação por uso de agrotóxicos muito fortes.	Falta de incentivo para a horticultura.
Mão de obra braçal, devido à falta de maquinários.	Preço alto dos insumos agrícolas em comparação com o preço final do produto.
Produção reduzida em relação aos dias atuais; preços defasados, sem estabilidade.	Necessidade constante de uso de agrotóxicos para combate às pragas, o que faz mal à saúde.
Falta de transportes, distâncias eram muito “maiores”, dificuldade para chegar na cidade.	Falta de mão de obra disponível para trabalhar no campo.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Em relação às décadas de 1970 e 1980, as principais dificuldades estavam ligadas às intempéries, a maiores dificuldades na comercialização dos produtos agrícolas, a produção reduzida, a preços defasados, a uso de agrotóxicos e a falta de transportes. Em relação às dificuldades atuais, algumas são as mesmas do que há décadas passadas: baixo preço dos produtos e uso de agrotóxicos que fazem mal à saúde. Além dessas, foram citadas falta de mão de obra disponível para trabalhar no campo, também falta de incentivo para a agricultura e a horticultura e, ainda, preços dos insumos agrícolas muito altos.

Apesar das dificuldades citadas a respeito dos últimos anos, destaca-se, no entanto, que 16 dos entrevistados afirmaram não ter nenhuma dificuldade no campo atualmente. Para eles a agricultura só melhorou nas últimas décadas. Concluiu-se, portanto, que, no geral, os agricultores demonstram que houve uma mudança positiva no campo, mudança especialmente ligada a melhores condições de trabalho, a mecanismos de incentivo do governo, e a melhor adequação dos preços e da comercialização dos produtos.

Em relação ao auxílio e apoio à agricultura (pelo governo ou por outras entidades), questionou-se aos agricultores se faziam parte de alguma associação, sindicato ou cooperativa (Gráfico 13), e quais eram os benefícios de fazer parte dessas instituições.



**GRÁFICO 13** – Agricultores que fazem parte de Associações, Sindicatos ou Cooperativas – 2013

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Ressalta-se que a soma dos dados acima apresentados é superior a 30 devido ao fato de haver agricultores que fazem parte de mais de uma instituição. Assim, conforme o gráfico, 5 agricultores fazem parte de associações, sendo essas de laticínios, de pequenos produtores, de chacareiros e de moradores. Outros 13 agricultores fazem parte de cooperativas agrícolas, cooperativas como Copagrill, Iriedi, Lar e Sicredi, dentre as citadas. E, dos sindicatos rurais, 4 agricultores fazem parte, sendo 3 do Sindicato de Marechal Cândido Rondon e 1 do Sindicato Rural de Santa Helena.

Dentre os benefícios de fazer parte dessas instituições foram citados:

**QUADRO 6** – Benefícios de fazer parte de associações, sindicatos e cooperativas – 2013

Compra de insumos e depósito/venda de produtos.
Descontos nas compras de produtos para sócios, compras a prazo.
Financiamentos.
Entrega de frangos e de suínos.
Sindicatos ajudam na elaboração de documentos, declarações.
Orientação para os agricultores (palestras, cursos, para melhorar as técnicas na agricultura).
Sindicatos fornecem serviços como de dentista e de advogado.
Uso de equipamentos agrícolas em comum (associações dos pequenos produtores)
Uso para banco (caso da Sicredi).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Deduz-se, portanto, que, principalmente quanto às cooperativas agrícolas, os agricultores as utilizam para compra de insumos, venda dos produtos e entrega de frangos e suínos, tendo como vantagem descontos nos preços dos insumos, além de poder realizar compras a prazo. Nas associações de pequenos produtores/chacareiros, o principal benefício apontado é o uso de maquinários agrícolas em comum entre os associados, o que facilita o trabalho dos agricultores, uma vez que nem todos possuem condições financeiras para adquirir todos os implementos agrícolas utilizados no trabalho. Por fim, em relação ao Sindicato Rural, os benefícios apontados pelos agricultores vão em direção à orientação para os agricultores, acontecendo por meio de cursos, de palestras, de elaboração de documentos, de declarações, assim como de prestação de serviços como dentista, advogado, entre outros.

A fim de compreender um pouco mais sobre qual é a contribuição do sindicato rural para com a população do campo, realizou-se entrevista com representante do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon. Esse sindicato atua há 46 anos, atendendo por volta de 560 associados, nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Mercedes e Quatro Pontes (SINDICATO RURAL, em entrevista a CASAGRANDE, 2013). Assim questionou-se sobre quais as principais ações do Sindicato Rural na defesa da agricultura, dentre as quais se tem:

Defesa do direito a propriedade;  
Participação nas Comissões Técnicas Agrícolas e Pecuárias em nível de Estado, que norteiam o setor agrícola e pecuário do Paraná;  
Participação em nível de Estado na elaboração e implantação do Novo Código Florestal;  
Treinamentos por intermédio do SENAR, ao todo realizamos em torno de 90 cursos anuais (SINDICATO RURAL, em entrevista a CASAGRANDE, 2013).

Além disso, em relação aos programas voltados a atender a população rural, foram citados “Participação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, para em conjunto traçar estratégias de apoio à agricultura familiar” e “Oferecemos (SENAR) qualificação prática e teórica com objetivo de maximizar lucros e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais” (SINDICATO RURAL, em entrevista a CASAGRANDE, 2013).

Nesse sentido, por meio das entrevistas com os agricultores e com o representante do sindicato, observa-se que as ações do Sindicato Rural vão principalmente no sentido de orientar os agricultores, realizar cursos de treinamento, e acompanhar os projetos e programas no setor agropecuário.

Dessa forma, por meio da pesquisa de campo, foi possível confirmar os dados levantados nos Censos Agropecuários, demonstrando a realidade agrícola na região Costa Oeste do Paraná. Por meio dessas análises se constatou que, na região, prevalecem as pequenas propriedades e a agricultura familiar, e que, na maioria dos estabelecimentos agropecuários, prevalecem os proprietários de terras.

Em relação às atividades econômicas, predominam as lavouras temporárias, com cultivos de soja, milho, mandioca, trigo, entre outros, além da criação de rebanhos, com destaque para os bovinos, suínos e aves. Verificou-

se ainda que a região é marcada pelo processo de modernização agrícola, modernização essa pautada na produção intensiva e para exportação. Assim, após compreender a estrutura e a organização da agricultura na região Costa Oeste do Paraná, em seguida faz-se uma análise da relação do campo com a cidade.

### 3.2.2 A Relação Campo-Cidade nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

A fim de analisar a relação campo-cidade na região Costa Oeste do Paraná, inicialmente se discute a relação da população do campo com a cidade, evidenciando quais são as tecnologias e os serviços urbanos utilizados pelos agricultores. Em seguida, analisa-se a percepção, pela população urbana (principalmente dos estabelecimentos comerciais, da associação comercial e do sindicato rural), sobre a importância da agricultura para a região e o impacto do consumo da população rural na economia regional.

Considera-se, neste trabalho, que, em muitos municípios da região Costa Oeste, permanecem viveres e práticas oriundas do meio rural. Como já discutido anteriormente, o processo de modernização agrícola teve como consequência uma intensa migração rural-urbana, fazendo com que a população rural que chega à cidade traga suas práticas de vida:

As práticas dos moradores provenientes do meio rural, bem como as narrativas a partir delas constituídas, apontam como estes universos campo/cidade mantêm uma intensa inter-relação, [...]. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra não são de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas, tampouco mostram que caminharam para um final categórico. (PAGLIARINI, 2009, p. 63).

Dessa forma, a chegada desses trabalhadores rurais à cidade faz com que se organizem na vida social de acordo com as relações que estabelecem com os viveres, as práticas e os costumes que trazem do meio rural, numa reelaboração a partir das práticas vivenciadas na cidade. Um exemplo dessas práticas está no fato de muitos ex-agricultores dividirem o quintal de sua casa com plantio de milho, mandioca, frutas e verduras (PAGLIARINI, 2009). Assim,

principalmente nos pequenos municípios, essa relação campo-cidade é muito mais intensa do que nos grandes centros urbanos.

Esse tipo de análise tem início nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, quando surgem novas perspectivas de análise sobre a relação do campo com a cidade. Muitas transformações ocorreram no rural, em que categorias como agricultura familiar e turismo rural se efetivam no plano político, econômico e teórico. O rural passa a ser visto como possibilidade e tem seu papel redefinido na sociedade moderna. Dessa maneira, categorias como pluriatividades, ruralidades e urbanidades são tomadas como processos socioespaciais que permitem afinar o olhar sobre o campo e a cidade (MARTINS e SOUZA, 2010).

Essas ruralidades e urbanidades não ficam restritas aos seus respectivos espaços – campo e cidade –, mas passam a interagir e a estar presentes em ambas as espacialidades. Assim, ruralidades são evidenciadas na cidade e urbanidades também estão presentes no campo:

Na cidade temos a materialização da produção de bens materiais ligados ao ciclo da terra com a agricultura urbana. Além, das festas country e outras manifestações culturais. No campo, tem-se arraigado as atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e ao trabalho não propriamente agrícola. (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 39).

Desse ponto de vista, campo e cidade deixam de ser considerados como polos distintos, apesar de manterem suas especificidades (ocupação, relação com a natureza, tamanho das comunidades, densidade da população etc.). Essas novas atividades surgem e se concretizam como alternativa produtiva e como meio de manutenção das condições de vida na cidade e no campo (MARTINS e SOUZA, 2010).

Para Sposito, essa relação entre rural e urbano não significa o desaparecimento das duas realidades e das dinâmicas socioespaciais. Significa uma realidade de transição e em contato, em que as formas se confundem: “[...] as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre os dois espaços tornam se imprecisos” (SPOSITO, 2006, p. 122).

Assim, a cidade é cada vez mais entremeada por atividades do meio rural, do mesmo modo que o rural passa a designar novas funções produtivas e

algumas de origem urbana. Por meio dessas possibilidades de coexistência, “[...] habitar o rural significa imaginar e introjetar no cotidiano as percepções e criações que emanam do urbano. Enquanto habitar o urbano significa apropriar da natureza, dos devaneios e do vivido e construído no rural” (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 49).

A presença da ruralidade nos espaços urbanos é evidenciada principalmente nos pequenos municípios, em que, além de a economia do rural exercer influência na cidade, a cultura, como festas e tradições, e o lazer também estabelecem vínculos com o campo. De acordo com Silva e Ferreira:

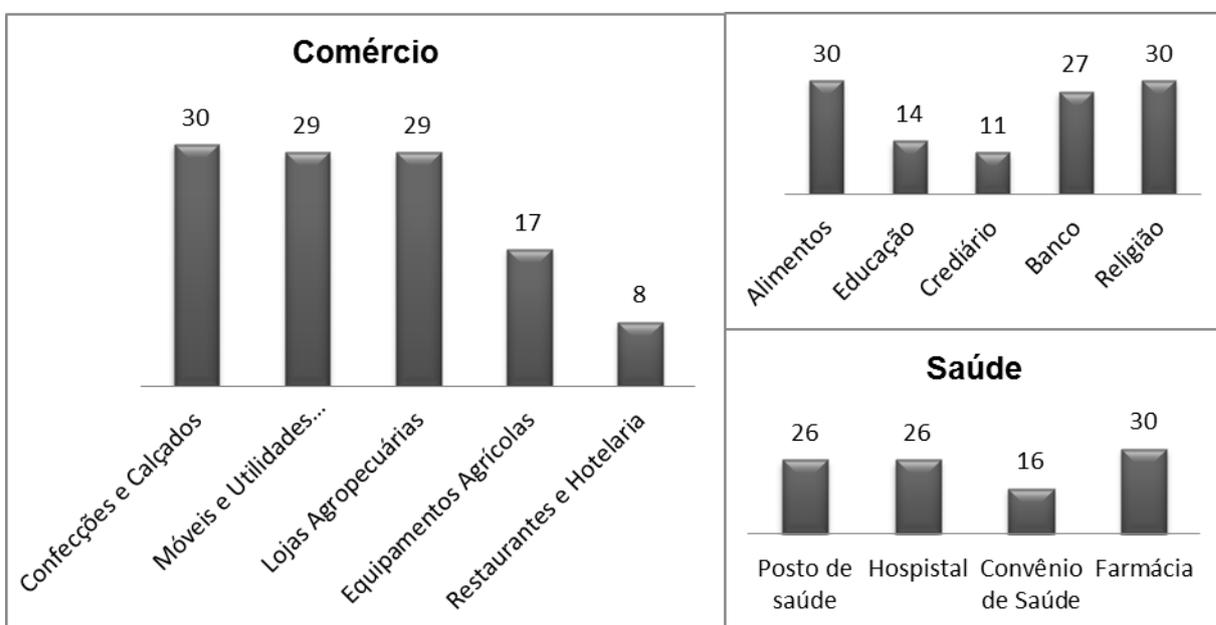
Em pequenos municípios as pessoas ainda se apegam às tradições, carregando consigo uma cultura que se faz sentir nas relações sociais dos habitantes, com suas festas, atividades culturais. Esse conjunto de elementos retrata a identidade social da localidade, que traz elementos do campo para a cidade, ou seja, as ruralidades. (SILVA e FERREIRA, 2013, p. 7).

Dessa maneira, quanto a esses pequenos municípios, deve-se considerar a influência do rural, em que, em muitos casos, as cidades podem ser consideradas rurais na medida em que “[...] ela [a cidade] fornece a presidência das atividades técnicas do mundo rural e, inclusive, uma parcela da atividade intelectual das cidades médias que depende diretamente de uma demanda rural” (Santos, 1999, apud VILLA VERDE, 2004, p. 8). Na região em estudo e em todo o Oeste do Paraná, a agroindústria, representada pelas cooperativas agropecuárias, é extremamente representativa na economia regional, participando de forma intensa nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, industrialização e comercialização de produtos agropecuários (SOUZA, CORRÊA e GARCIA, 2008), o que vem a confirmar a importância do campo para as cidades da região.

Decorre, portanto, que a importância do rural nos pequenos municípios deve ser levada em conta inclusive nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento: “Reconhecer, na prática, a expressividade do espaço rural é trazer essa dimensão para o plano operacional, incorporando-a nas análises, nos programas e nos projetos governamentais e não-governamentais” (VILLA VERDE, 2004, p. 32). Dessa forma, a seguir, realiza-se uma análise da relação campo-cidade na região Costa Oeste do Paraná.

### 3.2.2.1 Relação dos agricultores com a cidade

Com o objetivo de compreender quais são os tipos de relações que os agricultores mantêm com as cidades, foi investigado, por meio de trabalho de campo, quais são os serviços utilizados pelos agricultores. Dentre os serviços pesquisados, foram questionados aqueles referentes a saúde (posto de saúde, hospital, convênio de saúde e farmácia), a comércio (confeções e calçados, móveis e utilidades domésticas, lojas agropecuárias e restaurantes e hotelaria), além de serviços voltados a educação, a alimentos, a religião, a banco e crediário, conforme pode ser observado no Gráfico 14 abaixo:



**GRÁFICO 14** – Serviços que os agricultores utilizam na cidade.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Dentre os serviços mais utilizados pelos agricultores estão confeções e calçados, compra de alimentos (em todos os casos realizada nos supermercados), religião, móveis e utilidades domésticas, lojas agropecuárias, bancos, postos de saúde, hospitais e farmácias.

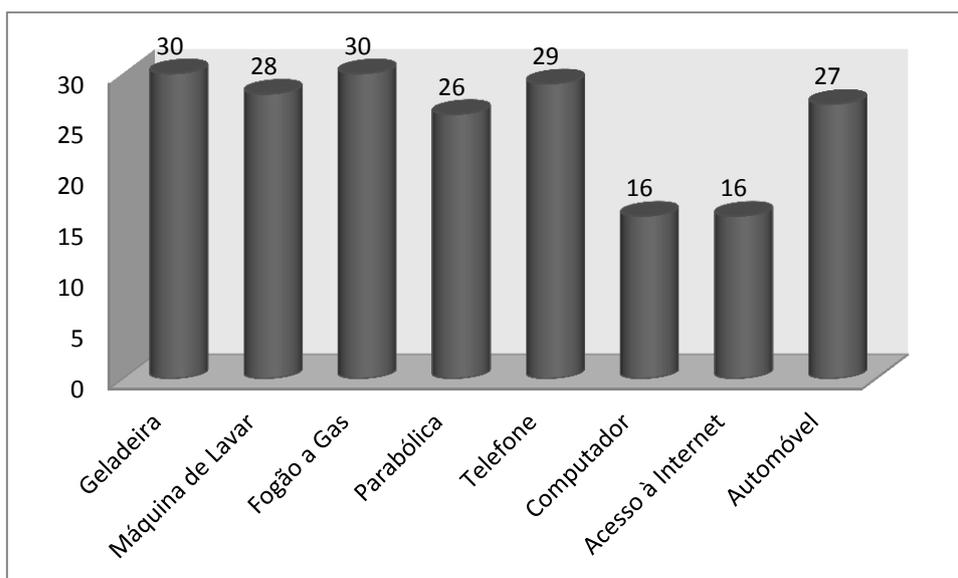
Assim, observa-se que os agricultores têm a necessidade de vir para a cidade para usufruir de seus serviços, tanto aqueles serviços ligados à economia (banco, crediário), voltados ao trabalho no campo (lojas agropecuárias, lojas de equipamentos agrícolas), assim como para atender a

suas necessidades pessoais, seja em relação a saúde, a educação, a religião, a supermercados, a utilidades para casa, a roupas e calçados e, ainda, a serviços de lazer, como restaurantes e hotéis.

Ao contrário de décadas anteriores, em que a população rural somente se dirigia para a cidade para compra e venda de produtos para agricultura, pois muitas de suas necessidades (alimentos, vestimentas) eram providas na própria propriedade, atualmente a população rural encontra-se mais dependente dos serviços considerados urbanos. Essa interação com a cidade é expressa por Ferrari:

No entanto, a ida do “homem rural” para a cidade não ocorre apenas pela necessidade econômica, ocorre também através do processo educativo, pelos meios de comunicações, entre outros, e, desta forma, os valores da sociedade urbana invadem as casas rurais e os valores da sociedade rural invadem as casas urbanas. As populações das pequenas cidades se diferenciam das populações das cidades grandes justamente pela interação entre o rural e o urbano. (FERRARI, 2009, p. 49).

Conforme os dados acima apresentados e a afirmação de Ferrari (2009), constata-se um tipo importante de relação do campo com a cidade, relação que consiste em que os agricultores buscam os serviços oferecidos pelo meio urbano, em especial as tecnologias consideradas urbanas (telefone, internet, computador, televisão) e que passam a fazer parte do cotidiano da população rural. Nesse sentido, a fim de confirmar essa informação, foi investigado quais são os tipos de tecnologia que os agricultores possuem em casa, como se observa no Gráfico 15 abaixo:



**GRÁFICO 15** – Região Costa Oeste do Paraná – Tecnologias presentes no campo – 2013.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 dez. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Verifica-se que, entre aquelas tecnologias consideradas “indispensáveis”, como geladeira, fogão a gás e máquina de lavar, quase todos os agricultores possuem essas “máquinas” em casa, com exceção da máquina de lavar, que dois agricultores não possuíam. Em relação ao automóvel, um meio de transporte muito importante, 27 (90%) dos agricultores o possuem. Quanto às tecnologias de comunicação, verifica-se que também fazem parte da realidade do campo. A grande maioria dos agricultores possui telefone (29), antena parabólica (26), computador e acesso à internet (16), realidade que pode ser observada na Figura 14:



**FIGURA 14** – Tecnologias presentes no campo – 2013

Fonte: Casagrande, A. E. Fotografia de 17 ago. 2013.

- <sup>1</sup> – Acesso à internet
- <sup>2</sup> – Antena parabólica
- <sup>3</sup> – Televisão por assinatura.

Conforme a fotografia e os números vistos acima, constata-se que cada vez mais o campo deixa de ser visto como sinônimo de “atraso”, que os grandes avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas não ficaram restritos às cidades, mas passam a fazer parte do cotidiano rural também. Assim, tem-se “[...] um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto” (RUA, 2005, p. 58).

Conforme Martins e Souza (2010), apesar de os meios de comunicação integrarem os ambientes rurais com a mesma coexistência informacional das cidades, essas características não devem ser compreendidas como o fim do rural ou a integração social, econômica, cultural do espaço rural ao urbano.

Dessa forma, constatou-se que os agricultores da região mantêm fortes relações com a cidade, principalmente por meio do uso de serviços e de tecnologias consideradas urbanas. Da mesma maneira, em seguida, faz-se uma análise da relação campo-cidade tendo como perspectiva a percepção do

comércio sobre a importância da agricultura para a economia dos municípios da região Costa Oeste do Paraná.

### 3.2.2.2A importância da população rural na economia da cidade.

Neste item busca-se analisar, a partir da visão dos estabelecimentos comerciais, qual é a importância da agricultura para a economia dos municípios da região. Para isso foram entrevistados representantes de estabelecimentos comerciais de Marechal Cândido Rondon e de Santa Helena, além de representante da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Acimacar).

Dentre os estabelecimentos comerciais entrevistados, dez pertencem a Marechal Cândido Rondon, sendo eles denominados como: Agropecuária 1, Agropecuária 2, Agropecuária 3, Comércio de Veículos, Confecções e Tecidos 1, Confecções e Tecidos 2, Farmácia, Implementos e Máquinas Agrícolas, Loja de Eletroeletrônicos e, enfim, Posto de Combustível.

Já os estabelecimentos comerciais de Santa Helena levaram a seguinte denominação: Agropecuária 4, Agropecuária 5, Comércio de Veículos 2, Confecções 3, Farmácia 2, Loja de Móveis, Loja de Eletro e Materiais de Construção, Loja de Celulares, Loja de Utilidades e Presentes e, enfim, Posto de Combustível 2. Esses nomes foram utilizados a fim de manter a privacidade dos sujeitos de pesquisa.

Com base nas entrevistas realizadas com representante da Acimacar e com representantes dos estabelecimentos comerciais, percebe-se que a agricultura tem grande importância para a economia dos municípios, sendo que o consumo dessa população rural exerce impacto no comércio da cidade. De acordo com o representante da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon:

Conforme o último Censo do IBGE (2010), Marechal Cândido Rondon possui 6.133 pessoas trabalhando diretamente na produção agropecuária. É um número representativo de pessoas que geram riquezas através da comercialização da produção rural, além de ser uma parcela importante de consumidores do comércio rondonense. Como terceira atividade que mais movimentava a economia do município, certamente a agropecuária é fundamental para Marechal C.

Rondon (ACIMACAR, em entrevista concedida a Adriana Eliane Casagrande, 2013).

Além disso, em relação ao consumo, conforme o representante da Acimacar, gera impacto no comércio da cidade, uma vez que são “[...] 6 mil pessoas trabalhando na agropecuária no município e todos precisam realizar a compra de alimentos, roupas, serviços e demais necessidades diretamente nas empresas estabelecidas na cidade” (ACIMACAR, em entrevista concedida a Adriana Eliane Casagrande, 2013). Também se questionou ao representante do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon qual era a importância da agricultura para a economia do município. Conforme o representante:

É a principal geradora de renda no município. O comércio só vai bem quando a agricultura vai bem. Devido à importância que o meio rural representa, caberia ao poder público investir mais para o bom andamento do setor. Principalmente na infraestrutura.

Dessa forma, a partir dos seus ganhos oriundos do trabalho no campo, os agricultores vêm à cidade realizar suas compras ou, ainda, realizam investimentos nas cidades, o que gera impacto na economia, principalmente nos pequenos municípios, em que a agricultura tem um peso maior.

Essa relação entre campo e cidade na região também pode ser constatada no trabalho de Ferrari (2009). Segundo o autor, a cultura da soja assume um importante papel na economia local (o seu trabalho refere-se principalmente ao município de Marechal Cândido Rondon). Se a produção for boa, a economia terá um bom desempenho, caso contrário fica estagnada por certo período. Além disso, conforme o autor, é essa dinâmica da agricultura que determina o preço da terra, seja ela agrícola ou urbana, uma vez que a maioria das negociações envolvendo essa mercadoria quase sempre têm seu preço atrelado ao preço da soja, que serve como parâmetro nas transações comerciais (FERRARI, 2009).

Em relação aos estabelecimentos comerciais, por meio das entrevistas realizadas com proprietários ou representantes para analisar a importância da agricultura para o município, obtiveram-se as seguintes afirmativas em relação à pergunta “Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura em seu município? Por quê?”:

**QUADRO 7 – Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura em seu município? Por quê?**

<b>MARECHAL CÂNDIDO RONDON</b>	
AGROPECUÁRIA 1	Sim. Porque a economia do município se baseia em mais de 70% na agricultura.
AGROPECUÁRIA 2	Sim, porque na verdade, é ela [a agricultura] que move a economia da região, bem como a vocação das pessoas que aqui residem, pois temos todos raízes na agricultura.
AGROPECUÁRIA 3	Através de produtos oriundos do meio rural, pode-se ter um aumento na economia, pois existem as feiras de produtores, mercados, mercearias, os quais necessitam de produtos produzidos no campo. Outro grande exemplo é o milho, o soja, a mandioca, que quando entregue a empresas, faz ter giro de capital
COMÉRCIO DE VEÍCULOS	A agricultura é o principal propulsor de nossa economia. Como nosso município é carente de indústrias de porte, a agricultura, juntamente com a avicultura, suinocultura e o leite, se tornaram o mais importante segmento de nossa atividade econômica e financeira.
CONFECÇÕES E TECIDOS 1	Sim, porque em grande parte do nosso município a população depende da agricultura.
CONFECÇÕES E TECIDOS 2	A principal fonte de renda de nosso município é baseada na agricultura, portanto é o que alavanca o comércio local.
FARMÁCIA	Com certeza. Os agricultores são clientes assíduos, fiéis e têm por costume pagar à vista, mantendo sempre um crédito em aberto.
IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Sim. Hoje o PIB do município vem principalmente da agricultura. Temos pouco incentivo para a indústria no nosso município.
LOJA DE ELETROELETRÔNICOS	Sim, porque, além de termos algumas indústrias no município, a agricultura ainda é o carro-chefe da economia municipal.
POSTO DE COMBUSTÍVEL	Sim. Época de safra há um consumo maior de óleo diesel, e mensalmente cheques de produção mensal (leite)

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 19 nov. 2013. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

**QUADRO 8 – Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura em seu município? Por quê?**

<b>SANTA HELENA</b>	
AGROPECUÁRIA 4	Essencial. Porque é a agricultura que toca o município. Se a agricultura vai bem, o comércio vai bem.
AGROPECUÁRIA 5	Sim, porque, no ramo que trabalhamos, a maioria dos clientes são do campo. Então, o ganho da loja gira muito em torno da agricultura.
COMÉRCIO DE VEÍCULOS 2	Sim. É muito importante. Porque é um setor econômico que influencia de forma muito significativa a cidade, gera matéria-prima para a cidade, onde o comércio vai para frente.
CONFECÇÕES 3	Com certeza. Porque é através do bom rendimento na agricultura que gera mais lucros nos comércios da cidade.
FARMÁCIA 2	Sim. A sustentabilidade do município é a agricultura.
LOJA DE MÓVEIS	A agricultura é uma das principais bases econômicas de S.H. Sim. A agricultura é um fator muito importante em nosso comércio, pois, se tudo vai bem com os agricultores, o comércio tem uma rotatividade melhor, e os agricultores são os maiores clientes em nossa loja, não só em época de safra, como o ano todo.
LOJA DE ELETRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Sim. Porque é a agricultura que movimenta o mercado, principalmente na nossa região, gerando emprego e renda.
LOJA DE CELULARES	Sim.
LOJA DE UTILIDADES E PRESENTES	Sim. Santa Helena não tem indústrias. Então dependemos da agricultura.
POSTO DE COMBUSTÍVEL 2	Sim. As atividades da agricultura são a base do desenvolvimento econômico do nosso município. A agricultura fortalece o comércio da cidade e a arrecadação de impostos para o município.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Todos os estabelecimentos comerciais afirmaram que a agricultura tem importância para a economia de seus municípios. Por meio das entrevistas com os representantes dos estabelecimentos comerciais, da Acimacar e do Sindicato Rural, a principal ideia constatada nas entrevistas é a de que “se a agricultura vai bem, a cidade vai bem”.

Além disso, muitos dos entrevistados afirmaram que é a agricultura que move a economia regional. Em ambos os municípios alguns comerciantes destacaram a falta ou a pouca presença de indústrias em seus municípios, o que torna a agricultura um importante setor na economia, fortalecendo o comércio da cidade e a arrecadação de impostos.

Um estabelecimento agropecuário ainda ressaltou o fato de que as pessoas que residem na região possuem raízes no campo, o que seria um fator preponderante para a valorização da agricultura. Houve alguns estabelecimentos, como a Loja de Móveis de Santa Helena, que destacaram que os agricultores são seus maiores clientes, presentes o ano todo. Também uma Farmácia de Marechal Cândido Rondon destacou os agricultores como sendo bons clientes, “[...] assíduos, fiéis e têm por costume pagar à vista, mantendo sempre um crédito em aberto” (Em entrevista à CASAGRANDE, 2013).

Também foi destacada, por um estabelecimento agropecuário, a importância dos produtos do campo, sendo muito requisitados em supermercados, mercearias, além da própria feira do produtor, que atrai muitas pessoas em busca de produtos frescos e do campo.

Constatou-se, portanto, por meio das entrevistas, a importância da agricultura na região, principalmente nos menores municípios. Em municípios maiores, como é o caso de Foz do Iguaçu, a agricultura não tem um peso econômico tão significativo, uma vez que o setor secundário e, principalmente, o terciário são a base da economia.

Em relação à origem dos agricultores que frequentam as cidades, constatou-se que, além de Marechal Cândido Rondon, agricultores de municípios vizinhos, como Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Terra Roxa, Guaíra, Quatro Pontes, Palotina, Nova Santa Rosa, Maripá e alguns distritos de Toledo (Novo Sarandi, Dois Irmãos), também são consumidores no comércio em Marechal Cândido Rondon. São, em sua maioria, agricultores, avicultores, suinocultores e produtores de leite.

Em Santa Helena, os agricultores vêm do interior de Santa Helena, de seus distritos e de outros municípios da região, tais como Subsede, São Clemente, Esquina Céu Azul, Moreninha, São Roque, Santa Terezinha de Itaipu, Entre Rios do Oeste e Diamante D'Oeste. Além disso, vêm alguns agricultores do Paraguai.

Outra questão levantada foi em relação ao número de consumidores oriundos do campo. Em Marechal Cândido Rondon, dentre os estabelecimentos que tinham um valor aproximado desses consumidores, tem-se: 100 consumidores (Posto de Combustível); 12.000 consumidores (Loja de Eletroeletrônicos) e 4.000 consumidores (Agropecuária 1). Em números percentuais, obteve-se: entre 50% e 60% das vendas (Comércio de Veículos); 50% (Implementos e Máquinas Agrícolas); em torno de 90% (Agropecuária 2); e em torno de 35% a 45% (Confecções e Tecidos 1).

Em Santa Helena foram apresentados os seguintes números de consumidores: 100 consumidores (Comércio de Veículos 2); 200 agricultores ativos na empresa (Loja de Móveis); e, em percentual, 90% (Agropecuária 4) e 50% (Confecções 3).

Assim, com base nos valores percentuais citados, entre 35% a 60% dos consumidores desses estabelecimentos comerciais são agricultores, estendendo-se o índice a 90% no caso das agropecuárias. Há, portanto, um peso significativo dos agricultores no comércio na região, o que gera impacto na economia desses municípios.

Procurou-se ainda investigar em qual período do mês a população rural está mais presente nos estabelecimentos comerciais. Dentre esses períodos tem-se:

**QUADRO 9** – Período de maior presença dos agricultores no comércio

Início até metade do mês	Confecções e Tecidos 1; Confecções e Tecidos 2; Posto de Combustível; Farmácia; Farmácia 2; Loja de Móveis; Lojas de Utilidades e Presentes.
A partir da segunda metade do mês	Comércio de Veículos; Agropecuária 1; Agropecuária 2; Agropecuária 3; Loja de Eletroeletrônicos; Loja de Eletro e Materiais de Construção.
Não há um período definido/todo o mês	Implementos e Máquinas Agrícolas; Acimacar; Agropecuária 4; Agropecuária 5; Comércio de Veículos 2; Confecções 3; Loja de Celulares e Posto de Combustível 2.

Fonte: Trabalhos de Campos realizados em 19 nov. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Verifica-se, portanto, que a maior parte dos estabelecimentos recebe consumidores oriundos do campo durante todo o mês. Também não há grandes disparidades entre o número dos estabelecimentos que recebem a população rural no início ou fim do mês. Em Marechal Cândido Rondon, um comerciante destacou que recebe a população rural em maior proporção a partir da segunda metade do mês: “Entre os dias 13 a 25, pois é quando ocorre o pagamento do ‘cheque do leite’” (AGROPECUÁRIA 2).

Em relação ao “cheque do leite”, informalmente, ouve-se falar que essa forma de pagamento se torna um fator para a vinda da população rural para consumir nas cidades.

O cheque do leite corresponde a um pagamento periódico, efetuado pelas indústrias de laticínio aos produtores rurais que comercializam a elas esse produto. É, portanto, por meio do cheque do leite que os produtores rurais possuem uma renda fixa mensal, ao contrário dos rendimentos oriundos de safras, que geralmente dependem do ciclo da colheita ou da entrega de animais, o que ocorre sazonalmente. Assim, por meio do cheque do leite os produtores rurais podem realizar mensalmente suas compras na cidade.

Dessa maneira, uma questão que permeou este trabalho era se o cheque do leite exercia impacto no comércio regional. No intuito de confirmar ou refutar essa afirmação, foi questionado aos comerciantes se ainda há essa influência do cheque do leite no comércio. Entre as respostas, houve estabelecimentos em que o cheque do leite ainda tem influência, enquanto em outros não se verifica mais essa relação:

**QUADRO 10** - Estabelecimentos em que não se verificou a influência do cheque do leite.

COMÉRCIO DE VEÍCULOS	“No nosso segmento, veículos, não”
AGROPECUÁRIA 1	“Já era melhor [ <i>mais perceptível</i> ], hoje o movimento está mais diluído no mês”
FARMÁCIA	“Anos atrás essa diferença era considerável. Hoje não somos mais surpreendidos, pois eles atuam no comércio igualmente ou consideravelmente igual durante o restante do mês”
LOJA DE UTILIDADES E PRESENTES	“Não”.

Fonte: Trabalhos de Campo realizados em 19 nov. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Assim, em quatro estabelecimentos comerciais não se nota a presença do cheque do leite, sendo que em dois desses estabelecimentos afirmou-se que a presença do cheque do leite era mais perceptível em alguns anos atrás.

Diferentemente, no entanto, em outros 11 estabelecimentos a presença do cheque do leite ainda é perceptível, como pode ser observado no Quadro 11:

**QUADRO 11**–Estabelecimentos que constataram a influência do cheque do leite.

CONFECÇÕES E TECIDOS 2	“Sim, a maioria vem para a cidade, vai para os mercados e acaba gastando o restante no comércio.”
CONFECÇÕES E TECIDOS 1	“Sim. Geralmente o cheque do leite é pago dia 13 a 15 de cada mês. Coincide com os consumidores que dependem dessa atividade.”
AGROPECUÁRIA 3	“Com certeza, através do cheque do leite que eles vêm para cidade para fazer as compras para o mês”
AGROPECUÁRIA 2	“Com certeza, pois o comércio da cidade, ele é praticamente dependente do cheque do leite, pois é quando o produtor realiza as compras ou faz pagamento de compras feitas.”
AGROPECUÁRIA 5	“Sim, porque os clientes compram aqui e nos pagam com o cheque do leite. A maioria deles sobrevivem com esse dinheiro.”
COMÉRCIO DE VEÍCULOS 2	“Sim.”
CONFECÇÕES 3	“Sim, isso é constante todos os meses.”
FARMÁCIA 2	“Sim.”
LOJA DE MÓVEIS	“Aqui em nossa empresa tem muitos clientes que compram com o ‘cheque do leite’.”
LOJA DE ELETRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	“Sim. É com ele que os agricultores fazem suas compras a prazo, pois o cheque do leite é uma ‘renda fixa’, é algo que eles têm garantido todo mês.”
POSTO DE COMBUSTÍVEL 2	“Sim, pois quando o agricultor recebe o pagamento do seu produto vendido, ele vem para a cidade, onde paga suas contas, fazem novos negócios e assim movimentam o comércio em si.”

Fonte: Trabalhos de Campos realizados em 19 nov. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Segue-se, portanto, que a maioria dos estabelecimentos (11) reconhece a presença do cheque do leite, que, inclusive, é aplicado em seus estabelecimentos. Outros cinco estabelecimentos não responderam a essa pergunta. Ainda sobre essa questão, o representante da Acimacar respondeu:

Certamente existe uma relação, mas não apenas com o pagamento do cheque do leite, pois a produção agropecuária de Marechal Cândido Rondon é diversificada, com diversas fontes de renda para os produtores rurais, que assim podem consumir no comércio local (ACIMACAR, em entrevista concedida a Adriana Eliane Casagrande, 2013).

Dessa forma, constata-se que o cheque do leite ainda é atuante na região, sendo investido no comércio, quando das compras realizadas pelos agricultores, sendo, como destacado por um estabelecimento, uma renda fixa e mensal desses agricultores, ao contrário do dinheiro da safra, que depende da colheita do produto. O cheque do leite, portanto, é uma forma de o agricultor movimentar a economia dos municípios, tornando-se, nesse contexto, um elemento de ligação entre o campo e a cidade, presente na cidade por meio de compras realizadas no comércio e na prestação de serviços. O cheque do leite é um elemento da ruralidade presente nos municípios da região.

Constata-se, dessa maneira, que a agricultura tem muita importância na economia da cidade, principalmente devido ao consumo da população oriunda do campo. Mesmo assim, para além do consumo, de acordo com Ferrari (2009), todos os negócios dependentes da produção rural, como os fornecedores de máquinas e equipamentos agrícolas, as empresas de armazenamento e de prestação de serviços, são responsáveis pela maior parte do PIB da região.

Após compreender a importância da população rural na economia da cidade, no item a seguir se analisa a presença da população rural na cidade por meio da Feira do Produtor Rural, uma forma de atividade agrícola presente na cidade. Considera-se a feira como um ponto de encontro entre campo e cidade.

### 3.2.2.3 Atividades agrícolas presentes na cidade

Principalmente nas pequenas cidades, ali ocorre o encontro entre campo e cidade por meio de territórios que se constituem na cidade, espaços de sociabilidades e de pertencimento que os trabalhadores rurais constroem e reelaboram a partir do contato com o urbano (PAGLIARINI, 2009). Dentre esses territórios consta a Feira do Produtor Rural (FPR), uma forma de encontro entre campo e cidade: “A feira é vista, assim, como um microcosmo que articula

experiências de trabalhadores rurais e potencializa as relações destes com outros moradores da cidade, uma vez que aquele é um lugar de consideráveis fluxos” (PAGLIARINI, 2009, p.90).

A FPR pode ser compreendida como um espaço de comércio, principalmente de produtos agropecuários, oriundos da agricultura familiar. Os produtores se beneficiam com a feira, uma vez que seus produtos se tornam de fácil acesso aos consumidores, pois a venda é realizada diretamente com o consumidor, sem a presença de intermediários, o que eleva o preço de seus produtos, aumentando sua renda. Conforme Ghizzo e Rocha:

Trata-se de uma espacialidade que funciona como canal de distribuição, onde o produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, o que possibilita obter uma maior lucratividade. Ao mesmo tempo, o preço agrada o consumidor, pois o produto é mais barato do que nos supermercados. (GHIZZO e ROCHA, 2009, p. 4).

Dessa forma, há uma troca entre cidade e campo; enquanto a população rural se beneficia do espaço urbano como uma forma de comercialização, a população urbana busca esses produtos por acreditar em sua qualidade (BONIFÁCIO e ICERI, 2010).

A FPR também pode ser compreendida, de acordo com Maldaner (2013), como uma alternativa para os agricultores permanecerem no campo. Segundo o autor, a modernização agrícola trouxe grandes impactos, principalmente para os pequenos produtores. Assim, alguns desses agricultores buscaram formas alternativas para enfrentar essas dificuldades, iniciando-se um processo de resistência para a permanência no campo, em que a feira pode ser identificada como uma dessas formas.

Os agricultores familiares são os principais responsáveis pela produção de alimentos básicos, seus produtos abastecem principalmente o mercado interno, contribuindo para o abastecimento urbano, por meio da comercialização de seus produtos na denominada feira do produtor.

Com a realização das feiras, os produtos se tornam de fácil acesso aos consumidores, sem intermediários, o que facilita esse encontro entre produtor-consumidor. Também são produtos frescos, de qualidade, e geralmente de origem orgânica. Por essas características, as feiras passam a ser valorizadas pela população urbana. Maldaner (2013) aponta que os principais motivos que levam o consumidor a frequentar a feira são: a qualidade dos produtos, o fato de ser um

produto natural/orgânico/colonial, por ser artesanal e regional, sendo um produto direto do produtor, sem passar por intermediários, além de o consumidor encontrar os produtos que procura nesse local. Conforme o autor:

Quanto à importância de consumir os produtos da feira, observou-se que os consumidores, pesquisados em uma linha geral, destacaram o fato de serem naturais, saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, não havendo perigo de consumir o mesmo, além de serem frescos e caseiros, levando em conta que valorizando os produtos dos produtores rurais, estarão ajudando os produtores na venda e estimulando-os a permanecer na atividade, e, conseqüentemente, no campo. (MALDANER, 2013, p. 46).

Em estudo desenvolvido no município de Marechal Cândido Rondon, Pagliarini (2009) compreende a FPR como mais do que um simples ponto de comercialização de produtos agrícolas. Para o autor, a FPR é compreendida como “[...] um espaço em que práticas rurais e urbanas se relacionam na vida de seus usuários/praticantes” (PAGLIARINI, 2009, p. 27). Dessa forma, a feira também torna-se um ponto de encontro, de lazer. De acordo com Maldaner (2013, p. 29):

No âmbito local, ela [a feira] é de extrema importância, não podendo ser vista apenas como um comércio mas, também, como uma área de lazer, um local agradável, onde as relações face a face são fundamentais. Neste local, além do consumidor conhecer o produto e o próprio produtor, também se criam laços de amizade entre consumidor e feirante.

Além disso, conforme o autor acima, a feira torna-se um ponto de encontro, um local onde antigos moradores de áreas rurais ou seus descendentes frequentam a feira para cultivar as lembranças do campo. Por meio das visitas feitas nas FPR nos trabalhos de campo, constatou-se que muitas pessoas, principalmente idosas, frequentam esse espaço para passar o tempo, conversar com os amigos, consumir produtos, como lanches e sucos, ali mesmo, na feira.

Dessa forma, nesta pesquisa foram estudadas três FPRs, localizadas em três dos maiores municípios da região (Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena), com população acima de 20 mil habitantes. É evidente que, nos municípios menores (com até 10 mil habitantes, categoria na qual sete municípios da região se encontram), a presença da ruralidade nas cidades é mais perceptível. Além disso, entre esses municípios maiores, acima de 20 mil habitantes, como Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, os municípios escolhidos são aqueles que

apresentam maior percentual de estabelecimentos com agricultura familiar (Guaíra com 86,62%, Marechal Cândido Rondon com 84,77% e Santa Helena com 84,50%).

Por isso, procurou-se realizar a análise da importância das FPRs nesses municípios maiores, em que, além da agricultura, o comércio e os serviços acabam tendo maior peso na economia do município. Considerou-se também a proximidade entre esses municípios. E ainda, no caso de Guaíra, a FPR abarca, além dos produtores de Guaíra, produtores de municípios vizinhos, como Terra Roxa.

A FPR de Marechal Cândido Rondon (Figura 15) surgiu desde a década de 1960, mas foi formalmente implantada em 1990, e ocupa, desde então, uma área exclusiva para a comercialização de seus produtos. Situa-se num terreno cedido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Marechal Cândido Rondon, em que os feirantes, com o apoio da Prefeitura, construíram um barracão com funcionamento nas terças e nas sextas-feiras à tarde. Essa feira tem orientação da Emater/PR, da Secretaria Municipal da Agricultura e da Vigilância Sanitária Municipal.



**FIGURA 15** – Feira do Produtor Rural de Marechal Cândido Rondon – 2013

Fonte: Casagrande, A. E. Fotografias de 18 set. e 10 dez. 2013.

A FPR de Guaíra (Figura 16) teve início ainda na década de 1950, sendo instituída formalmente por meio da Lei Municipal nº 1.974/2012, localizada na Praça Duque de Caxias, atendendo nas quartas-feiras e nos sábados, tendo também orientação da Prefeitura Municipal e da Emater/PR.



**FIGURA 16** – Feira do Produtor Rural em Guaíra – 2013.

Fonte: Casagrande, A. E. Fotografias de 14 dez. 2013.

Já a feira de Santa Helena (Figura 17) surgiu há, aproximadamente, 11 anos, de acordo com os produtores entrevistados. Atualmente são os próprios feirantes que organizam a feira.



**FIGURA 17** – Feira do Produtor Rural em Santa Helena – 2014

Fonte: Casagrande, A. E. Fotografias de 8 jan. 2014.

Assim, por meio dos trabalhos de campo, procurou-se analisar como funcionam e foram organizadas as feiras, qual a sua importância para a renda dos produtores e para a cidade, assim como sua caracterização, quais produtos são comercializados etc. Inicialmente apresenta-se um pouco do perfil dos produtores que trabalham nas feiras.

Nas FPRs de Marechal Cândido Rondon e Guaíra, num total de dez produtores entrevistados, todos eles residem no campo, em linhas e em distritos dos

municípios ao qual pertencem. Em Santa Helena, quatro dos entrevistados residem no campo e um reside na cidade, mas possui uma propriedade rural onde produz seus produtos.

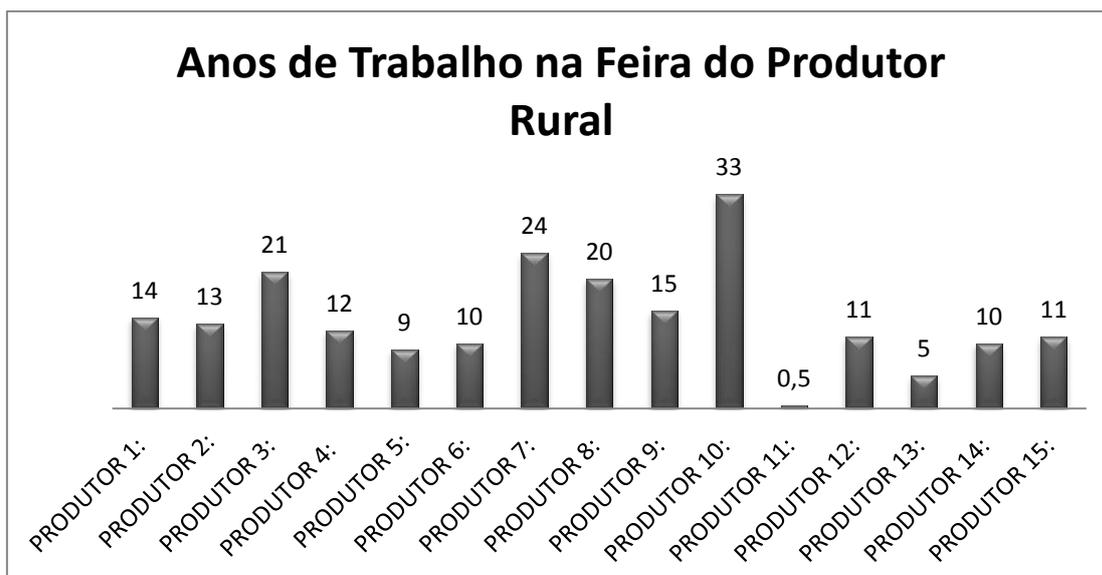
Quase todos são proprietários de suas terras, com exceção de um produtor de Santa Helena, que é arrendatário. A mão de obra empregada nessas propriedades é predominantemente familiar, com alguns casos de mão de obra de terceiros (empregados).

Dentre as principais atividades desenvolvidas nessas propriedades constam: cultivo de soja, de milho, de mandioca, de amendoim, de verduras e de hortaliças, fruticultura, cana-de açúcar, apicultura, avicultura, criação de gado de raça e leiteiro, e criação de frango. A partir dessas culturas, são comercializados nas FPRs: hortaliças, legumes, leite e seus derivados, pães, bolos, bolachas, tapioca, geleias, massas (como macarrão), mel, frutas, conservas, carnes, peixes, embutidos e defumados, espetinhos, pastéis, caldo de cana, cachaça etc. Nem todos os produtos comercializados nas feiras são oriundos do campo, pois também se vendem lanches e refrigerantes.

Dentre os entrevistados de Marechal Cândido Rondon, a maioria comercializa produtos orgânicos, com exceção de um produtor, que trabalha com embutidos e defumados. Já em Guaíra e em Santa Helena apenas um dos cinco entrevistados de cada feira comercializa produtos orgânicos. Assim, essas feiras podem ser compreendidas como “feiras mistas”, aquelas que articulam tanto produtores orgânicos, como produtores convencionais.

Nas três feiras estudadas, os produtos chegam até a feira por transporte realizado pelos próprios produtores, com exceção de um produtor de Guaíra, que afirmou que a prefeitura traz seus produtos de caminhão.

Em relação ao tempo de trabalho dos agricultores na FPR, percebe-se, com base no Gráfico 16, que dois produtores trabalham há menos de 5 anos na feira, nove produtores trabalham na feira entre 9 a 15 anos, enquanto quatro produtores trabalham há mais de 20 anos na feira do produtor rural.



**GRÁFICO 16** – Tempo de trabalho dos agricultores nas feiras – 2013/14

Fonte: Trabalhos de Campos realizados em 19 nov. e 21 dez. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Os produtores 1 a 5 são de Marechal Cândido Rondon, em que a feira tem aproximadamente 23 anos; de 6 a 10 são os produtores de Guáira, cuja feira tem, aproximadamente, 55 anos, e os produtores 11 a 15 pertencem à Santa Helena, feira que surgiu mais recentemente, há 11 anos.

Questionou-se os produtores sobre em que medida os produtos da Feira do Produtor se tornam mais atrativos que os dos supermercados, ou seja, sobre qual era a vantagem do consumidor em comprar na feira e não em outro lugar. Dentre as respostas, obtiveram-se as seguintes:

**QUADRO 12 – Vantagens de comprar na FPR**

PRODUTOR 1	“São produtos sem uso de conservantes, produtos coloniais. Assim o preço pode ser mais em conta, e são sempre produtos fresquinhos”.
PRODUTOR 2	“Mais baratos e sem muitos conservantes”.
PRODUTOR 3	“Por serem mais frescos”.
PRODUTOR 4	“Ser produto orgânico, adquirir direto do produtor, produto fresco, saber a origem do produto adquirido”.
PRODUTOR 5	“Os produtos comprados na feira do produtor são produzidos no campo, sem agrotóxicos. Gera mão de obra”.
PRODUTOR 6	“Mais frescos e mais baratos. Economia e qualidade”.
PRODUTOR 7	“1° Certeza de origem direta para o consumo; 2° Consciência de qualidade”.
PRODUTOR 8	“Se torna atrativo porque é um produto fresco que sai direto da roça para a feira. Menos veneno por ser em pequena escala e preço bom”.
PRODUTOR 9	“Mais fresco”.
PRODUTOR 10	“Por ser orgânico”.
PRODUTOR 11	“Produtos frescos, tirados na hora” [verduras e frutas].
PRODUTOR 12	“Produtos frescos, direto do produtor. O consumidor conhece o produtor etc.”.
PRODUTOR 13	“Não tem tanta química como os industrializados”.
PRODUTOR 14	“Produtos frescos, feitos no dia” [pães, cuca, bolacha].
PRODUTOR 15	“Produtos direto do produtor, com procedência”.

Fonte: Trabalhos de Campos realizados em 19 set. e 21 dez. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Dessa forma, dentre os principais benefícios de comprar na feira do produtor destacam-se: procedência do produto (uma vez que vem direto do produtor), são produtos mais naturais (sem a presença de conservantes e aditivos), produtos orgânicos ou com menor presença de agrotóxicos, produtos frescos (geralmente produzidos no dia da feira, como no caso de pães, bolachas,ucas...) e, ainda, o fator preço, que se torna mais barato devido ao fato de a comercialização ser direta entre produtor e consumidor, sem a presença de intermediários.

Questionou-se também se a venda de produtos na FPR tem grande importância na geração de renda na família. Em Marechal Cândido Rondon, dos cinco entrevistados, três responderam que a feira é a principal atividade geradora de renda da família, sendo que, no caso de um produtor, essa renda seria um fator de sua permanência no campo: “Nossa, é a nossa sobrevivência. Nós estamos ainda no sítio por causa da Feira” (PRODUTOR 2). Além disso, a feira tem importância, “[...] pois é uma renda a mais e trabalhamos em casa para produzir sem

empregados” (PRODUTOR 1), e “[...] é uma forma de melhorar a renda e fornecer produtos frescos ao consumidor” (PRODUTOR 3).

Em Guaíra todos os produtores afirmaram que a Feira tem importância na geração de renda familiar. Conforme o Produtor 6, “É o nosso trabalho”; conforme o Produtor 8, “[...] é minha base de sustentação, o serviço do meu marido é um complemento financeiro”; e “Ajuda na renda”, conforme o Produtor 9.

Em Santa Helena, a Feira também tem grande importância na renda de todos os produtores, sendo que “É da onde dá mais, entra dinheiro” (PRODUTOR 13). Uma entrevistada afirmou que, além de ser uma renda importante, faz com que não se dependa apenas da lavoura, além de ser um trabalho melhor do que na cidade, pois na feira se é “patroa de si mesma” (PRODUTOR 14). Outro produtor, que vende seus produtos, além da feira, num estabelecimento comercial próprio, afirmou que, ademais de ser fonte de renda, a feira torna-se uma espécie de comercial, propaganda de seus produtos (PRODUTOR 15).

Assim, a FPR torna-se uma importante fonte de renda para os produtores rurais, sendo, em alguns casos, a responsável pela permanência do produtor no campo. Confirma-se, portanto, a ideia de Maldaner (2013), de que a FPR é uma forma alternativa para os agricultores permanecerem no meio rural, é uma forma de resistência frente à agricultura “capitalista”, voltada exclusivamente para produtos de exportação e à qual muitos dos agricultores não conseguiram se adequar.

Além da Feira do Produtor de Marechal Cândido Rondon, os produtores comercializam seus produtos com a Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (Acempre) de Marechal Cândido Rondon, como também para mercados, mercearias, padarias e restaurantes da cidade. Já em Guaíra apenas um produtor vende seus produtos para além da feira. Em Santa Helena, ali dois produtores vendem seus produtos em outro local além da feira; um deles possui estabelecimento comercial próprio e o outro vende em lanchonetes, mercados e para as escolas, para a merenda escolar.

Para compreender a organização das feiras, questionou-se se os produtores fazem parte de alguma associação ou cooperativa. Em relação à FPR, essa possui sua própria associação dos feirantes, tanto em Marechal Cândido Rondon como em Guaíra. Em Guaíra, os produtores participam apenas da Associação dos Feirantes, e veem como benefício apenas a organização da feira. Em Marechal Cândido Rondon, individualmente, os produtores também estão ligados a algumas

cooperativas. Dentre os benefícios em fazer parte dessas instituições, os produtores destacam: “Comercialização de grãos. Banco cooperativo para investimentos” (PRODUTOR 4); “Ajuda muito a nós pequenos produtores, muito bom” (PRODUTOR 2); “Fortalece as atividades na agricultura familiar” (PRODUTOR 3).

Em Santa Helena, por meio das entrevistas, constatou-se que os produtores ainda não estão organizados em uma associação de feirantes. Dentre as associações e cooperativas citadas consta a Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Santa Helena (Ampas), à qual dois produtores são associados, e a Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná (Coofamel), à qual três produtores são associados. Dentre os benefícios obtidos, foram citados “[...] mais disponibilidade para vender os produtos, e em obter financiamentos” (PRODUTOR 14), facilitar e organizar “[...] a venda de merenda para fora do município, consegue maior cota para vender” (PRODUTOR 13) e “[...] venda para o PNAE” (PRODUTOR 11). O PNAE é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que compra produtos da agricultura familiar e suas organizações. Conforme o PNAE (2014):

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

Assim, essas cooperativas e associações têm como principal ação auxiliar os produtores na comercialização de seus produtos. Já a Associação dos Feirantes é constituída pelos próprios produtores, com a função de organizar a feira, por meio de estatuto próprio, assembleias e reuniões.

Com relação à organização das feiras em Marechal Cândido Rondon e em Guaíra, elas são organizadas pela associação dos feirantes, com apoio da respectiva Prefeitura Municipal e da Emater. Em Santa Helena, a Prefeitura serviu de apoio ao fornecer as barracas para a feira, mas sua organização fica por conta dos próprios expositores.

Sobre o surgimento das FPR em cada município, questionou-se aos presidentes/responsáveis pelas feiras como surgiu a feira em cada local. Seguem algumas das respostas:

Foi um trabalho desenvolvido pela Emater por haver dificuldade de os produtores familiares em vender seus produtos e haver o interesse de compra pelo povo da cidade (PRESIDENTE DA FEIRA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON).

Na década de 50 os colonizadores japoneses vendiam seus produtos de bicicleta, no entanto não conseguiam atender a todos. Então ficou definido que atenderiam em um único local. Assim, na década de 60 foi fundada a feira no município e, desde então, a feira vem sendo executada. (PRESIDENTE DA FEIRA DE GUAÍRA).

Já a feira de Santa Helena começou a ter início a partir da iniciativa de uma assessora da Associação Comercial do município, sendo em seguida organizada pelo Núcleo de Produtores Orgânicos. Atualmente são os próprios feirantes que organizam a feira. Ressalta-se que essa feira surgiu muito recentemente, o que explica o fato de não estar tão organizada como as feiras de Guaíra e de Marechal Cândido Rondon. Somente agora, em 2013, é que se iniciou a tarefa de cadastramento dos produtores e seus produtos a fim de organizar melhor a feira<sup>20</sup>.

Sobre os critérios para uma pessoa entrar na feira e comercializar seus produtos, em Marechal Cândido Rondon “O pretendente deve ser da agricultura familiar” (PRESIDENTE DA FEIRA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON). Assim, a decisão para a entrada de novos feirantes em Marechal Cândido Rondon é analisada nas assembleias dos feirantes e deve ser aprovada pela vigilância sanitária (REGULAMENTO INTERNO).

Em Guaíra, “[...] a entrada é através de protocolo e lista de espera e produtos a serem comercializados. Assim existe na legislação municipal o quantitativo de vagas e os itens a serem comercializados” (PRESIDENTE DA FEIRA DE GUAÍRA).

Em Santa Helena, o interessado “[...] manda uma carta pedindo a entrada, a inclusão na feira, e daí ele é apresentado ao grupo e esse grupo vai decidir o que ele pode vender [...]” (RESPONSÁVEL PELA FEIRA EM SANTA HELENA). Assim, são os próprios feirantes, por meio de assembleias, que decidem se um novo produtor pode entrar na feira, levando em consideração que não podem ser produtos que já estão presentes na feira, a fim de evitar a concorrência entre os produtores rurais.

---

<sup>20</sup> “Cadastro de feirantes de Santa Helena almeja qualidade superior de produtos”. **Rádio Grande Lago**. Disponível em: <<http://www.rgl.com.br/noticia/santa-helena/cadastro-de-feirantes-de-santa-helena-almeja-qualidade-superior-de-produtos>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

A partir dessas informações sabe-se, portanto, que tanto na feira de Marechal Cândido Rondon como na de Guaíra existe um regulamento próprio, um estatuto que normatiza e regula a FPR. Em Santa Helena ainda não há um estatuto, sendo que as decisões são tomadas a partir de reuniões.

Sobre a qualidade dos produtos comercializados nas FPRs, nos três municípios ocorre orientação e fiscalização por parte da Vigilância Sanitária, que fiscaliza não só no local das feiras, mas também nas propriedades rurais dos feirantes.

Dessa forma, procurou-se compreender como estão organizadas as FPRs nos municípios visitados e quais são suas características. Também foram realizadas entrevistas com os consumidores dessas feiras, para compreender as razões de eles frequentarem a feira, quais produtos compram e quais seriam as vantagens de comprar numa FPR. Foram entrevistadas 15 pessoas, 5 de Marechal Cândido Rondon, 5 de Guaíra e 5 de Santa Helena. Todos os entrevistados residem na respectiva cidade.

Dentre os produtos buscados na feira foram citados: pão, cuca, bolacha, mandioca, verduras, frutas, queijo, leite, ovos, salame, frango e caldo-de-cana. Em relação à frequência com que os consumidores vão à feira, 13 consumidores afirmaram que sempre compram na FPR, geralmente toda a semana, 1 deles informou que compra, mas que não vem toda semana, e outro informou que compra duas vezes por mês.

Em relação aos valores gastos na feira, 1 consumidor não soube responder, 2 pessoas gastam entre 30 a 40 reais, 7 pessoas gastam entre 20 e 30 reais, 4 pessoas gastam entre 15 e 20 reais, e 1 pessoa gasta entre 10 a 15 reais. Assim, portanto, a maioria gasta entre 15 a 30 reais por vez que vem vai à feira.

A fim de compreender qual é a importância da feira para a cidade, questionou-se aos consumidores quais eram os principais motivos e as vantagens de eles frequentarem a feira e consumirem seus produtos, como pode ser visto no Quadro 13:

**QUADRO 13 – Motivos e vantagens de frequentar a FPR.**

	<b>Quais são os principais motivos para você frequentar a feira do produtor?</b>	<b>Quais são as vantagens de comprar na feira?</b>
1	Para comprar as coisas, mandioca, pão, cuca.	Porque acho os pães e a cuca mais gostosos, as verduras, melado.
2	Produtos são muito bons, fresquinhos, e são sem agrotóxicos. Gosto muito de comprar aqui. A gente é bem atendida.	As vantagens são também que a gente encontra gente com quem conversar. Porque eu era professora, os professores também se encontram de vez em quando aqui na feira. É muito gostoso, né. E a gente compra produtos bem fresquinhos, né, em primeiro lugar, que a gente gosta.
3	É, produtos frescos, de boa qualidade, é, orgânicos, sem muito agrotóxico, e de origem confiável.	É a praticidade, tudo isso que a gente já falou, mas a praticidade, de vir aqui e achar o produto que você precisa, e isso faz toda diferença né, e a qualidade, principalmente, né.
4	É produtos coloniais e o preço mais em conta.	Por ser produtos coloniais, por estar bem mais em conta. Eu pelo menos sei a origem dos produtos, né, então, a confiabilidade é bem maior.
5	Para comprar coisas mais fresquinhas, assim.	Porque o produto é mais fresquinho, né.
6	Para fazer compras de produtos vendidos aqui.	Que são produtos frescos, do dia.
7	É porque eu gosto. O atendimento é gostoso aqui.	Aqui tem um bom atendimento. As coisas são gostosas.
8	A gente vem na feira por causa dos produtos naturais, os produtos mais fresquinhos, o preço diferenciado. Por isso.	Por ser um produto mais fresquinho, por ser produção daqui da cidade.
9	Pelo motivo dos alimentos serem muito bons, e a gente vem por uma distração, passear um pouco.	Pelos produtos não terem agrotóxico, essas coisas, né.
10	Melhor, né, mais gostoso, natural. Eu prefiro, né.	Eu acho mais barato, melhor, mais fresquinho, né.
11	A qualidade, né, e a maioria sem agrotóxico e venenos, né.	Eu acho que a qualidade, né.
12	É que são produtos, é, agrícolas, e são mais frescos, né, menos agrotóxicos. É mais natural.	É por causa que são produtos naturais, né, com menos agrotóxicos.
13	Ah! Melhor, né, que daí tu não precisa plantar, né, não vale a pena plantar.	É porque na feira, aqui não tem veneno, né. Às vezes tu pega mais fresco.
14	Pra ser sincera, eu morava no sítio. Como agora a gente está na cidade, busca na feira o que não tem. Mais adequado pegar aqui.	Eu acho uma coisa mais fresca, com menos resíduo assim de veneno que eles usam, menos industrializado.
15	Qualidade dos produtos.	Olha, um pouco a qualidade. As verduras na feira é melhor aqui. E certos produtos o preço também, mais barato que no mercado.

Fonte: Trabalhos de Campos realizados em 19 nov. e 21 dez. 2013 e 8 jan. 2014. Elaboração: Adriana E. Casagrande.

Entre as vantagens de comprar os produtos da FPR, algumas afirmações são as mesmas que aquelas citadas pelos produtores das feiras, tais como: produtos frescos, orgânicos, pela confiabilidade na origem do produto, qualidade e preço mais barato. Também se destacou o fato de os produtos coloniais serem melhores, “mais gostosos”, além da praticidade de encontrar, em um único local, todos os produtos de que se precisa. Há também a valorização devido a fato de os produtos serem originários do próprio município.

Merece destaque compreender que, em alguns casos, a feira se torna mais do que um local de compra de alimentos, pois se torna um ponto de encontro, onde as pessoas podem conversar: “[...] a gente vem por uma distração, passear um pouco” (CONSUMIDOR 9). Torna-se, assim, um local de lazer. Conforme Pagliarini:

Mais do que um simples ponto do comércio local, a FPA pode ser entendida como um lugar de interações sociais, pois as pessoas não a frequentam apenas e unicamente para comprar os produtos oferecidos à comercialização. É, também, o lugar de reencontro com amigos, de se discutir a política, o clima e os acontecimentos da cidade. (PAGLIARINI, 2009, p. 93).

Destacou-se também o bom atendimento na feira do produtor, que está relacionado aos laços de amizade que se criam entre produtor e consumidor, como discutido por Maldaner (2013).

Além disso, um consumidor entrevistado destacou o fato de que morava no campo e, agora, na cidade, busca na feira o que não pode mais produzir. Por intermédio dos trabalhos de campo constatou-se uma grande presença de idosos nessas feiras, geralmente pessoas que viviam no campo, que buscam na feira os produtos que antes produziam, assim como para rever o pessoal do campo, reaproximar-se do cotidiano rural. Conclui-se, portanto, que as feiras tornam-se efetivamente um ponto de encontro entre o urbano e o rural.

Cabe destacar, dessa forma, a importância da agricultura familiar e de seus produtos, principalmente aqueles de origem orgânica, que se tornam atrativos para a população urbana. Os agricultores familiares são os principais responsáveis, no Brasil, pela produção de alimentos e pelo abastecimento interno.

Com a FPR realiza-se uma troca entre a cidade e campo, em que a população rural complementa sua renda por meio da comercialização de seus produtos, sendo, em muitos casos, além de um complemento de renda, uma forma de resistência, pois muitos agricultores afirmaram que é por meio da feira que ainda

conseguem sobreviver no campo. No caso da população urbana, esta busca produtos com maior qualidade e melhor preço, além do fato de a feira tornar-se um ponto de encontro, de lazer e de aproximação do cotidiano rural.

Dessa forma, por meio do exemplo das FPRs e seus consumidores, das entrevistas realizadas com o comércio e entidades, constata-se que campo e cidade não são mais dicotômicos, que práticas urbanas permeiam o campo, assim como práticas rurais são vivenciadas nas cidades. Compreende-se, por meio deste estudo, que a relação campo-cidade nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu é muito forte, tanto em termos econômicos como sociais, na cotidianidade da população que habita a região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu chegar a alguns resultados de análise e a algumas considerações. Ressalta-se que não se pode falar em uma conclusão, uma vez que o estudo em questão poderia englobar inúmeras possibilidades de análise. Procurou-se, inicialmente, destacar a importância da Geografia da População e do estudo dos Censos Demográficos, pois por meio deles se torna possível avaliar os movimentos populacionais estabelecidos, assim como obter um panorama geral da população, avaliando suas potencialidades e suas demandas em escala regional e local.

Por meio dos estudos da população pode-se compreender a organização do território e suas relações socioeconômicas, o que permite a aplicação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento social e econômico. A Geografia da População tem como foco a distribuição espacial da população, assim como sua estrutura demográfica.

Com base nos Censos Demográficos obtêm-se informações sobre a população a partir de suas características demográficas, culturais, econômicas e sociais, sendo possível avaliar as mudanças que vêm ocorrendo na sua estrutura (por sexo e faixas etárias) e em sua distribuição espacial, como a oscilação da população, o êxodo rural, a migração etc., discutindo ainda os motivos para essa dinâmica. Também é possível analisar a qualidade de vida, a distribuição de renda, o acesso à educação, ao emprego, fatores esses essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Quanto ao objetivo principal da presente pesquisa, ao início ele foi elaborado da seguinte forma: *“Analisar a dinâmica populacional da região Costa Oeste do Paraná, enfocando a relação campo-cidade”*. A busca por resultados quanto a esse objetivo resultou em informações importantes no detalhamento de cada objetivo específico.

Então, sobre os objetivos específicos, foram estabelecidos três, recuperados a seguir:

1º) O primeiro objetivo específico foi: *Analisar os dados socioeconômicos fornecidos pelo IBGE e pelo Iperdes, a fim de realizar uma caracterização da população regional e, também, analisar seu crescimento, sua composição e distribuição espacial*. Com base nesse objetivo, o primeiro resultado se refere à

população regional, em que se constatou que vem aumentando ao longo dos últimos Censos Demográficos, apesar de a taxa de crescimento populacional estar em processo de redução. Outro dado importante diz respeito à transição que vem ocorrendo na estrutura etária da população. Constatou-se, pela leitura dos últimos Censos Demográficos, que a população jovem vem diminuindo, principalmente devido à queda na taxa de fecundidade. Assim, há um predomínio da população adulta e o aumento da expectativa de vida indica, no futuro, um número maior de idosos.

Essa transição se deve principalmente às mudanças na estrutura familiar, como a diminuição do número de filhos por casal e ações voltadas ao planejamento familiar. Houve também uma melhoria nas condições de vida da população, diminuindo-se os índices de mortalidade e aumentando a expectativa de vida brasileira. Como consequência desse processo verifica-se o envelhecimento da população. Ao que tudo indica, no futuro, o número de jovens será inferior ao número de idosos, isso resultando em consequências negativas para a sociedade, como a falta de mão de obra e o aumento do custo previdenciário. Assim, é importante que o Estado esteja preparado para essa transição demográfica, criando políticas e ações para prevenir esses impactos futuros.

O segundo objetivo dessa pesquisa foi: *Examinar, de modo comparativo, o desenvolvimento socioeconômico de cada município a partir dos indicadores socioeconômicos fornecidos pelo IBGE*. Esse objetivo vislumbrou a análise da qualidade de vida e da distribuição de renda nos municípios da região Costa Oeste do Paraná. Para isso, foram utilizados alguns indicadores socioeconômicos que servem como uma aproximação da realidade. Tais indicadores, muito importantes, auxiliam na criação e aplicação de políticas públicas voltadas à população.

Constatou-se, então, por meio desses indicadores, que os municípios da região Costa Oeste do Paraná apresentam bons níveis de desenvolvimento, como, por exemplo, o PIB *per capita*, que varia de R\$ 9 mil a R\$ 26 mil. Tais recursos, se aplicados corretamente, são suficientes para garantir serviços básicos para a população, tais como saúde, educação, tratamento de água e esgoto etc. A respeito do Índice de Gini, que demonstra o nível de desigualdade na distribuição de renda, constatou-se que houve uma melhora nesses índices; enquanto em 2000 a maioria dos municípios da região se encontrava no nível 0,5 de desigualdade, no Censo de 2010, oito municípios passaram para a faixa de 0,4, o que significa uma redução nas

desigualdades sociais. Os municípios da região também evoluíram no tocante à qualidade de vida, referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que evoluiu em todos os municípios.

Por meio da análise desses indicadores socioeconômicos, percebe-se que esses índices revelam uma realidade um tanto quanto adequada de qualidade de vida e sinalizam, ainda, que seria possível fazer muito mais por essa população, caso houvesse uma maior equidade social. Esta, por sua vez, pode ser obtida com investimentos em educação de qualidade, geração de emprego formal, investimentos em infraestruturas etc. Por meio dessas informações é possível analisar quais setores necessitam de maior investimento para melhorar esses índices e também a qualidade de vida da população, principalmente por meio do desenvolvimento de políticas de intervenção.

Por outro lado, faltam ações, programas e políticas integradas entre esses municípios, pois apresentaram grandes disparidades em seus indicadores socioeconômicos. Há a necessidade de trabalharem de forma conjunta, seja por uma cooperação institucionalizada entre eles, seja por uma gestão territorial com diretrizes regionais de coesão.

Em relação à análise da educação, constatou-se que os municípios da região possuem, em sua maioria, taxa de alfabetização superior a 90%, além de bons índices de aprovação no ensino fundamental (acima de 80%) e médio (de 70% a 97%). Destaca-se que municípios como Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras possuem as menores taxas de alfabetização e os maiores índices de abandono escolar, o que indica a necessidade de investimentos em educação, para melhorar a sua qualidade. Compreende-se que a educação tem grande importância no que concerne ao desenvolvimento de uma sociedade, e que o investimento de recursos e a criação de políticas públicas nessa área é de extrema relevância.

Quanto à composição étnica da população regional e à igualdade entre essas etnias, verificou-se que em todos os municípios predomina a população de cor branca, vindo em seguida a população parda e a população negra. No tocante ao acesso à educação e ao rendimento salarial verificou-se, porém, que, mesmo atualmente, a população indígena, a negra e a parda levam desvantagem em relação à população branca e a amarela. Também se verificaram iniciativas que visam diminuir essa desigualdade étnica, ocorrendo algumas ações afirmativas, como, por exemplo, o sistema de cotas no ensino superior.

E, por fim, o terceiro objetivo desta pesquisa foi: *Compreender a relação campo-cidade, assim como analisar a influência que o campo exerce nos municípios da região*. Assim, em relação à análise da população rural e urbana, observou-se que, nos últimos anos, a população urbana vem aumentando, ao passo que diminui a população rural, num panorama em que, em contrapartida, alguns municípios apresentaram elevados índices de urbanização, enquanto outros municípios não sofreram esse processo de forma tão intensa. Na região, um município apresenta população rural superior à urbana (51,75%), diferentemente de oito dos quinze municípios que apresentam grau de urbanização entre 50% a 70%, de dois que apresentam urbanização entre 80% a 90% e de três municípios que possuem urbanização acima de 90%. Há, portanto, um grau intermediário de urbanização na região.

A migração campo-cidade foi decorrente principalmente do processo de modernização agrícola, que teve impulso a partir da segunda metade do século XX. Essa modernização redefiniu os espaços rurais e diversificou os serviços urbanos, que, juntamente com avanços nos transportes e nas comunicações, permitiu uma maior interação entre essas espacialidades.

Procurou-se destacar, neste trabalho, que, apesar de campo e cidade terem sido interpretados como dicotômicos historicamente, principalmente considerando a divisão territorial do trabalho, nas últimas décadas, devido a esse novo paradigma em que nossa sociedade se insere, o da globalização, do meio técnico-científico-informacional, campo e cidade passam a interagir de uma forma mais expressiva do que no passado.

Com os avanços nos transportes e o desenvolvimento das tecnologias de informação, torna-se mais fácil a ida e a vinda do campo para a cidade e vice-versa, assim como a comunicação instantânea entre a população rural e a urbana, o que permite uma maior interação entre esses dois espaços. Dessa forma, apesar de campo e cidade manterem suas especificidades, conteúdos considerados urbanos são encontrados no campo, assim como conteúdos rurais podem ser evidenciados nas cidades, principalmente quando se trata de pequenos municípios.

Como já discutido, cidade e campo são as formas no espaço, enquanto rural e urbano são o conteúdo social dessas formas. Verifica-se, portanto, no campo atividades que fogem ao conteúdo necessariamente agrícola, como, por exemplo, o desenvolvimento das agroindústrias, sendo que a indústria tem origem na cidade,

assim como atividades turísticas, que atraem para o campo a população da cidade. Verifica-se a presença, cada vez maior, no campo, de tecnologias de comunicação, antes restritas às cidades, mas que agora passam a integrar os dois polos, servindo ainda como uma maneira de estreitar os laços entre campo e cidade. São, portanto, técnicas de origem urbana que passam a fazer parte do cotidiano rural, permitindo novas relações entre essas espacialidades.

Também na cidade são encontradas manifestações e experiências tidas como rurais, tais como tradições, festas religiosas, o costume da população em produzir alimentos em hortas, assim como a venda de produtos do campo na cidade, principalmente por meio das Feiras do Produtor Rural. Há, portanto, no Brasil, muitos exemplos de ruralidades que compõem as funções de uma cidade e de seu processo de urbanização, principalmente aquelas que têm o agronegócio como importante setor de sua economia. Considera-se que, na região em estudo, o campo exerce influência não só na economia das cidades, mas também em sua paisagem, e em suas práticas socioespaciais.

Dessa forma, para compreender a relação entre campo e cidade na região Costa Oeste do Paraná, inicialmente se realizou uma breve caracterização da região e de sua agricultura, a fim de compreender sua estrutura e determinar o tipo de agricultura predominante. Constatou-se que os minifúndios e as pequenas propriedades são predominantes na região, representados pela agricultura familiar. Ressalta-se que esse predomínio da agricultura familiar se estende a todo o Estado do Paraná, em que aproximadamente 80% dos estabelecimentos agrícolas são de agricultores familiares.

Destaca-se o complexo agroindustrial na região, com a produção e transformação de produtos como grãos de soja e de milho, produção de aves, de suínos e de bovinos (produção de leite e carne), além de serviços de armazenagem e comercialização. Constatou-se que a tecnificação e a mecanização do cultivo da soja consolidaram e aceleraram mudanças em toda a região Oeste do Paraná, reestruturando a economia regional e influenciando em todas as classes de atividades (agropecuária, indústria e serviços).

Por meio das pesquisas de campo realizadas, analisou-se empiricamente a realidade do campo e de sua importância na região em estudo. Investigou-se a influência do campo sobre os municípios. Por exemplo, as atividades consideradas

como rurais que se evidenciam na cidade (feiras do colono e o consumo da população rural na cidade).

Nesse sentido, foram muito importantes as entrevistas realizadas com os agricultores e produtores das feiras do produtor rural, o que permitiu compreender suas condições de trabalho, a organização em suas propriedades, que relação mantêm com a cidade etc. Entrevistar esses agentes foi muito importantes para a realização desta pesquisa, pois isso permitiu conhecer a realidade agrícola a partir de suas perspectivas, uma realidade apresentada pelos atores que ali vivem, o que, somado aos dados obtidos por meio dos censos, permite uma maior aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo.

Com base nas entrevistas realizadas, constatou-se que campo e cidade mantêm explícitas relações entre si, seja por meio da mobilidade dos agricultores para a cidade – fazer compras e utilizar os serviços urbanos – assim como pelas tecnologias consideradas urbanas, mas que integram a realidade da população rural também. Além disso, como destacado pelos comerciantes entrevistados nas cidades, o impacto do consumo da população rural na cidade é muito grande, sendo um propulsor da economia regional. O cheque do leite mostrou-se como um modo de os agricultores realizarem suas compras na cidade, pois se trata de um rendimento mensal, diferente das safras. Assim, portanto, com o cheque do leite os agricultores realizam suas compras e, confirmou-se por meio das entrevistas, que o cheque do leite tem influência no comércio, sendo uma forma de dinamizar a economia dos municípios. O cheque do leite é um elemento da ruralidade presente nas cidades da região, pois permite também acesso ao consumo de produtos, eminentemente urbanos, bem como de serviços localizados nas cidades (saúde especializada, cursos profissionais, educação, assessorias jurídicas etc.).

Além do consumo dos agricultores, muitos estabelecimentos comerciais presentes nas cidades são voltados às atividades do campo, tais como agropecuárias, lojas de implementos agrícolas etc. Ressalta-se que essa relação entre campo e cidade é muito mais forte nos pequenos municípios.

Também foi possível constatar que o campo não pode ser mais considerado como “atrasado”, como há algumas décadas atrás. Verifica-se, por exemplo, o caso do acesso às tecnologias de informação, antes restrito à cidade, mas que também passa a fazer parte do cotidiano rural.

Sobre a Feira do Produtor Rural, verificou-se que esse empreendimento se torna um ponto de encontro entre campo e cidade, um local de compra e de consumo de produtos oriundos do campo, mas também um local de encontro e de lazer. Constatou-se, por meio dos trabalhos de campo e entrevistas, que muitas pessoas frequentam as feiras para passar o tempo, conversar com os amigos, consumir produtos ali mesmo na feira. A população urbana frequenta a feira em busca de produtos frescos, de qualidade, orgânicos e de preços menores. Além disso, para os produtores rurais, torna-se uma estratégia de sobrevivência, que veem na feira uma forma de permanência no campo, uma forma de resistência frente à agricultura capitalista.

Assim, ocorre uma troca entre produtores e consumidores, em que o produtor se beneficia por realizar a venda de seus produtos diretamente com o consumidor, sem a presença de intermediários, o que garante melhores rendimentos, assim como os consumidores encontram produtos de fácil acesso, de qualidade e por um bom preço. As feiras são muito valorizadas pela população urbana, principalmente por nela se encontrarem produtos orgânicos e diretos do produtor.

A Feira do Produtor Rural pode ser considerada como uma territorialidade rural dentro do espaço urbano. Considera-se, portanto, a necessidade de suporte e de incentivo para a permanência das feiras. O poder público deve investir nesses espaços, chamar a atenção da comunidade para as feiras, e isso pode ser feito com a garantia de amplos espaços para os produtores comercializarem seus produtos, por meio de atividades culturais que podem se fazer presentes durante a feira, e prestação de serviços à comunidade nesses locais, o que garantiria a permanência das feiras nas cidades.

Por fim, por meio das pesquisas realizadas chega-se à conclusão de que campo e cidade estão intimamente ligados na região Costa Oeste do Paraná, sendo que o campo exerce influência na economia e nas relações socioespaciais na cidade. Ressalta-se que a relação entre rural e urbano não significa o fim das duas realidades e dinâmicas socioespaciais, mas, sim, uma realidade de transição e de contato, onde seus limites acabam se confundindo.

Constatou-se que a presença da ruralidade nos espaços urbanos é notável principalmente nos pequenos municípios, que possuem laços mais estreitos com o campo, impactando a economia, a cultura, as tradições, os modos alimentares etc.

Assim, procurou-se demonstrar a importância do campo na região e, portanto, deve-se considerar o espaço rural enquanto um elemento intrínseco ao desenvolvimento. Ao considerar a ruralidade, que abarca principalmente os pequenos municípios, é possível que se façam investimentos e políticas públicas de forma ampla, abrangendo o espaço na totalidade.

A noção de ruralidade chama atenção para as especificidades das regiões em que predominam as áreas rurais e os pequenos municípios. Esses espaços exigem um ordenamento distinto para suas demandas produtivas e sociais, necessitando de políticas públicas que repensem o papel dos municípios no contexto rural (IPARDES, 2010).

Nesse sentido, a partir deste estudo, abre-se um leque de análises que podem ser realizadas em novos trabalhos, como, por exemplo, estudos referentes ao planejamento urbano e regional, sobre os investimentos do poder público em setores necessários à população (educação, saúde, emprego, infraestruturas, políticas afirmativas para desigualdade social), em estratégias regionais para reduzir as desigualdades econômicas entre os municípios. Pode-se também expandir e aprofundar o estudo da relação campo-cidade, considerando outros elementos dessa relação, como as agroindústrias, o turismo rural, assim como também podem ser analisadas quais devem ser as políticas públicas e quais os programas voltados para a população do campo, especificamente para a agricultura familiar, visando dar apoio e incentivo a essa parcela importante da população.

Considera-se, portanto, este estudo insuficiente e inconcluso diante da imensa abordagem da Geografia da População e dos estudos da relação campo-cidade, este último um tema muito amplo e complexo, mas que serve de contribuição para novos debates a fim de compreender a dinâmica regional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. **População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?** 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1311.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ÂNGULO, J. V. De la población de hecho a la población vinculada. **Revista Cuadernos Geográficos**, n° 36, p. 79-90, 2005.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de população**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contexto. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BERNARDES, A. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **4° ENGRUP**, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BONIFÁCIO, F. A. M.; ICERI, V. K. Feira do produtor de Maringá e seu papel no desenvolvimento urbano-rural: questão alimentar e continuidade da atividade agrícola familiar. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2009.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da transição demográfica: envelhecer antes de enriquecer?**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2010.

\_\_\_\_\_. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2007.

\_\_\_\_\_. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BRITTO JÚNIOR, A. F. de; FERES JÚNIOR, N. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>>. Acesso em: 18 fev. 2014

CALEIRO, A. **Educação e desenvolvimento**: que tipo de relação existe? Disponível em: <[http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_ensino\\_investigacao\\_cooperacao\\_04.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao_04.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2013.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Revista de Geografia da UFC**, ano 03, n. 05, p. 7-13, 2004.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: **El Mundo Rural**: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade. Bogotá, out. 2003.

CARVALHEIRO, E. M.; RIBEIRO, Â. M. B.; MARTINS, J. P.; SHIKIDA, P. F. A. **Notas sobre a economia do turismo nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu (PR)**. 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O277.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CARVALHO, J. A. M. de; WONG, L. L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, p. 597-605, 2008.

CASAGRANDE, A. E. **Evolução dos censos demográficos (1991, 2000 e 2010) e indicativos socioeconômicos na região Costa Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 2011. Monografia em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B.C. de. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Revista Sociedade e Território**. Natal, v. 24, n. 1, p. 2-27, 2012.

\_\_\_\_\_. Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região Costa Oeste do Paraná. **Revista RA'EGA**. Curitiba, n° 28, p. 67-85, 2013.

CERCA de 74% dos municípios brasileiros tem Médio e Alto Desenvolvimento Humano, aponta Atlas Brasil 2013. **PNUD** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3753>> Acesso em: 2 ago. 2013.

CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. **Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.uni-camp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

CHAIMSOHN, P.; MIRANDA, G. M.; MIRANDA, M.; PASSINI, J. J. **Diagnóstico dos sistemas de produção da região dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, com vistas à busca de alternativas de renda para a agricultura familiar**. 2002. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/Ase/diagn\\_sistemas.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/diagn_sistemas.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CINTRA, A.; DELGADO, P. MOURA, R. Deslocamentos intermunicipais para trabalho e estudo – Curitiba. In: **Comunicados para o planejamento**, Ipardes, 2012, p. 1-10.

CONSELHO de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (LINDEIROS). Disponível em: <<http://www.lindeiros.org.br>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

COSTA, F. R. da. **Considerações sobre a dinâmica da população na mesorregião Centro Ocidental paranaense.** Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho\\_41.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_41.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2013.

DAMIANI, Amélia Luiza. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 1991.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/idb2010/b09.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

DIFERENÇA SALARIAL entre negros e não negros diminui. **Jornal Zero Hora** Reportagem de 19 nov. 2012. Acesso em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/11/diferenca-salarial-entre-negros-e-nao-negros-diminui-3956376.html>> Acesso em: 26 abr. 2013.

EMATER. **Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

EMIGRAÇÃO é considerada baixa nos municípios da região. **Jornal O Presente.** Marechal Cândido Rondon. 17 nov. 2011.

FERRARI, W. J. **A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR: a produção da cidade a partir do campo.** Dourados, 2009. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal da grande Dourados.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. de C. I. de. O comportamento da desigualdade de renda no Paraná de 2001 a 2005: uma análise do rendimento domiciliar *per capita*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n° 112, p. 31-45, jan./jun. 2007.

FIGUEIREDO, R. L. **Ações afirmativas:** uma política de inclusão no ensino superior. Ouro Preto, 2012. Monografia em Educação. Universidade Federal de Ouro Preto.

FOZ DO IGUAÇU perde quase 3% da população em dez anos. **Jornal Gazeta do Povo.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1064700>> Acesso em: 28 nov. 2013 .

GEORGE, P. **Geografia da população.** São Paulo: Difel, 1981.

GIRARDI, E. P. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <[http://www.geo.uel.br/didatico/omar/modulo\\_b/a12.pdf](http://www.geo.uel.br/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2013.

GHIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. Comércio e lazer: espaços de consumo e consumo do espaço na Feira do Produtor de Toledo-PR-Brasil. In: **Encontro de Geógrafos de América Latina** – EGAL. Montevideo, 2009.

GRAFF, V. D. **O fenômeno urbano como condição para a dinamização socioespacial dos municípios paranaenses da região do Lago de Itaipu.** Marechal Cândido Rondon, 2013. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial.** Migrações no Oeste do Paraná. (1940-1970). Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

GUIA TRABALHISTA. Disponível em: <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm)>. Acesso em: 26 mar. 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 6. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Região: trajetos e perspectivas. In: **Primeira Jornada de Economia Regional Comparada**, FEE-RS, Porto Alegre, 2005.

IBASE. **Relatório Pronaf.** Resultados da etapa Paraná. 2006. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/pub\\_pronaf\\_final4.pdf](http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2013.

IBGE. **Por que fazer o censo de 2010?** Diretorias de Pesquisas, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> . Acesso em: 28 maio 2013-a.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário. Conceituação das características divulgadas.** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 maio 2013-b.

\_\_\_\_\_. **IBGE divulga indicadores demográficos e de saúde.** Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1445>>. Acesso em: 24 jun. 2013-c.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos e definições da PNAD.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>. Acesso em: 5 jun. 2013-d.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas & Séries Históricas**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 maio 2013-e.

\_\_\_\_\_. **Contas regionais do Brasil 2005-2009**. N° 35. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011-a.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011-b.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_sociosaude/2009/com\\_din.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_din.pdf)>. 2009. Acesso em: 24 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Características étnico-raciais da população**. Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/PCERP2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Dimensão social – Trabalho e Rendimento**. Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Classificação nacional de atividades econômicas**. Notas explicativas. 2006. Disponível em: <<http://www.fazenda.pbh.gov.br/iss/CNAE/Notas.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens nos últimos três anos**. 2012. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2096>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

IBRE. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro**. 2010. Disponível em: <[http://www.tratabrasil.org.br/novo\\_site/cms/files/trata\\_fgv.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2014.

IPARDES. **Índice IparDES de Desempenho Municipal em 2010: comentários**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento: nota técnica**. Curitiba: IPARDES, 2010. 45 p.

\_\_\_\_\_. **Oeste Paranaense: o 3º Espaço relevante: especificidades de diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.

IPEA. **O que é – Índice de Gini**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* nos municípios brasileiros.** N° 120, Governo Federal, 2011.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties.** Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 28 out. 2013.

JACINTO, M. J.; MENDES, C. M.; PEREHOUSKEI, N. A. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percorso** – NEMO. Maringá, v. 4, n° 2, p. 173-191, 2012.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Alínea, 2001.

JARDIM, A. de P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KARSCH, U. M. **Idosos dependentes:** famílias e cuidadores. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15890.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

KRELING, N. H. **O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas.** 2010. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_9/abep2010\\_2070.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_9/abep2010_2070.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2011.

LIMA, J. F. de.; PIACENTINI, C. A.; PIFFER, M.; ALVES, L. R. **O perfil da produção agropecuária da região dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu.** Disponível em: <<http://files.luciralves.com/200000052-f10f4f18cb/O%20perfil%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agropecu%C3%A1ria%20da%20regi%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20limieiros%20ao%20lago%20de%20Itaipu.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2013.

LIMONAD, E. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Revista Cidades**, vol. 5, n. 8, p. 243-261, 2008.

LISBOA, S. S. **Da migração à não-migração:** o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata mineira. Belo Horizonte, 2008. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

MALDANER, T. D. **Modernização da agricultura e formação da feira do pequeno produtor rural** – limites, possibilidades e resistência em Marechal Cândido Rondon – PR – 1990-2012. Marechal Cândido Rondon, 2013. Monografia em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: **Dinâmica dos Municípios.** Brasília: Ipea 2007.

MARANDOLA JÚNIOR, E. M.; ARRUDA, Z. A. Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. **Boletim de Geografia**, vol. 23, n. 1, p. 21-38, 2005.

MARQUES, I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, G. I.; SOUZA, A. F. G de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re)definições. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 37-51, dez. 2010.

MELO, S. C. de. Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 99-114, 2008.

MENDONÇA, T. **Introdução a geografia da população**. Disponível em: <<http://www.tiberiogeogeo.com.br/texto/GeografiaPopulacaoUva.pdf>>. Acesso em: 1º abr. 2013.

MENEZES, S. O. Notas sobre a relação campo-cidade: a geografia da divisão territorial do trabalho. **Revista GeoNordeste**, ano XX, nº 1, 2009.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MICHELLON, E.; COSTA, T. R.; RITTER, S.; MOLINA, S. C.; PRADO, D. M.; PAULI, D. A. **Políticas públicas e a dinamização das feiras da agricultura familiar na região noroeste do Paraná**. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/155.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela Geografia: uma análise crítica**. Niterói, 2005. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fundo de Participação dos Municípios**. 2012 Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/download/CartilhaFPM.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/CartilhaFPM.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

MONTE-MÓR. R. L de M. **O que é urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MORAIS, I. R. D. **Dinâmica demográfica e desenvolvimento no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/File/42/33>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

MOREIRA, R. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. In: **Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização** (Simpósio). São Paulo, 2005.

MORMUL, N. M.; ROCHA, M. M. Reflexões sobre população à luz do pensamento geográfico. **Revista Percursos – Nemo**. Maringá, v. 4, nº 1, p. 135-150, 2012.

MOURA, R.; SILVA, S. T. da; BARION, M. I. de O.; CARDOSO, N. A.; LIBARDI, D. Os “vários Paranás” e o planejamento do estado. **Cadernos Metr pole**, n  20, p. 141-163, 2008.

NEGROS e pardos recebem metade de salários e brancos, diz IBGE. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112452.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

NÚMERO apresentado pelo Censo 2010 derruba Foz para 7  posi o. In: **Fronteira Zero**. Disponível em: <<http://fronteira-zero.blogspot.com.br/2010/12/fechamento-da-semana.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O’NEILL, M. M. V. C. Migra es internas: o panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADS e censos demográficos. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, L. C. de. **Economia, institui es e os royalties**: o caso dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu Binacional no oeste paranaense. Toledo, 2008. Disserta o de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PAGLIARINI, R. **O “colono” na cidade**: memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). Marechal Cândido Rondon, 2009. Disserta o de Mestrado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PARA cada morador do campo há cinco na cidade. **Jornal O Presente**. Marechal Cândido Rondon. 19 fev. 2011.

PEIXOTO, U. S.; CAVALCANTI, P. A. Educa o e mercado de trabalho: os programas de expansão do ensino superior técnico no Brasil no contexto do neoliberalismo. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**,  guas de Lindóia/SP, 2012.

PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica. In: **Texto para discussão, IPEA**. Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, W. **Demografia do subdesenvolvimento**. Forma o de recursos humanos em países subdesenvolvidos. 1  ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

PÉREZ, C. M. Geografía de lapoblaci n: cuantitativos versus teóricos. **Revista Cuadernos de Geografía**, n 19, 2010.

PNAE. **Programa Nacional de Alimenta o Escolar**. Disponível em: <<http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php/politica-agricola/pnae>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2002.

PNUD muda metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. **Observatório do Recife**. Disponível em: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/?p=8892>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

PORTAL ODM. **Acompanhamento municipal dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/index.php>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 164-185.

REPASSE DA RECEITA. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/repassereceita/informacoes/fpm.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repassereceita/informacoes/fpm.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

RIBEIRO, Â. M. B. **Planejamento turístico regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná**. Toledo, 2005. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

RICHART, M.; SCHLLOSER, M. T. S. **Da modernização à agroindustrialização: Copagril – Marechal Cândido Rondon, PR**. Disponível em: <<http://observatorio.geograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/28.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

RIQUE, L. R. da. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, M. M. A relação cidade/campo no contexto de uma sociedade global: alguns limites e horizontes. In: **Dossiê Relações Campo-Cidade**, n°16, p. 52-64, 2009.

RODRIGUES, A. L.; CINTRA, A.; MAGALHÃES, M. V.; MOURA, R. O Estado do Paraná no Censo 2010. In: **Observatório das Metrôpoles**. Disponível em: <[http://observatoriodasmetrolopes.net/download/PR\\_Censo2011.pdf](http://observatoriodasmetrolopes.net/download/PR_Censo2011.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2013.

RUA, J. **A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2/resignificacao.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2012.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Organizadoras). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis, SC: Insular, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 no.16 (jun.2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, A. de P.; FERREIRA, D. A. de O. A ruralidade em pequenos municípios do interior paulista – Cristais Paulista (SP) como estudo de caso. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 6, n. 2, jan./jun. 2013.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIVIERO, P. C. L.; CABRAL, F. da S.; MACHADO, C. J. **Taxas de mortalidade entre os idosos de Belo Horizonte, 1996 e 2006: uma breve análise por sexo e principais causas de morte**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2009.

SOUZA, E. B. C de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Ipdardes, n. 115, p. 125-147, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A industrialização como vetor de desenvolvimento: a produção do espaço na Microrregião de Marechal Cândido Rondon. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91-108, jan./jun. 2012.

SOUZA, M. A. P.; CORRÊA, W. K.; GARCIA, L. A. F. Urbanidades e ruralidades: uma nota sobre o município de Cascavel no Paraná. In: **VII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Cascavel, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIseminario/economia/artigo37.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STERCHILE S. P. W.; SOUZA, E. B. C. de. Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 3-22, maio/ago. 2008.

TORRES, H. da G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Nº 17, p. 80-90, 2003.

VALENTEI, D. **Teoria da população**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

VALERO, J. **Geografía de la población**. Disponível em: <[http://www.alu.ua.es/j/jmsd3/segundo/geografia\\_tema\\_1.pdf](http://www.alu.ua.es/j/jmsd3/segundo/geografia_tema_1.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2013.

VEIGA, J. E. da. Nem tudo é urbano. 2004. In: **Ciência e Cultura**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. **Crescimento da população idosa no Brasil: Transformações e consequências na sociedade**. 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v21n3/07.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012>.

VILLA VERDE, V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Iparde, 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorios.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

ZAKIA, M. J. B.; OLIVEIRA, A. L. **Conceito de pequena, média e grande propriedade no ordenamento jurídico brasileiro**: contribuições para o aperfeiçoamento do Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.bellagua.com.br/cprural/images/publicacao/pdf/19/Conceito%20de%20pequena,%20m%C3%A9dia%20e%20grande%20propriedade.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.195 p.

# ANEXOS

## ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MOBILIDADE DEMOGRÁFICA DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ: DO CAMPO PARA A CIDADE

**Pesquisador:** Edson Belo Clemente de Souza

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 22397113.0.0000.0107

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 558.436

**Data da Relatoria:** 06/03/2014

**Apresentação do Projeto:**

Em conformidade com o solicitado

**Objetivo da Pesquisa:**

Presente e de acordo

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Presente

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Importante para a área

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Suficientes

**Recomendações:**

Sem novas recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem novas pendências

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**UF:** PR

**Município:** CASCAVEL

**CEP:** 85.819-110

**Telefone:** (45)3220-3272

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 558.436

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As solicitações feitas foram atendidas pelo pesquisador

CASCADEL, 16 de Março de 2014

---

**Assinador por:**

**João Fernando Christofoletti  
(Coordenador)**

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**CEP:** 85.819-110

**UF:** PR

**Município:** CASCADEL

**Telefone:** (45)3220-3272

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

## ANEXO II - ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

### QUESTÕES:

#### 1. Identificação

Nome:

Naturalidade:

Município em que reside atualmente:

Endereço:

Idade:

Grau de escolaridade:

#### 2. Situação de trabalho.

Qual a sua condição de produtor?

Proprietário  Arrendatário  Parceiro  Assentado  Outra

Que atividades econômicas você desenvolve em sua propriedade?

Que tipo de mão de obra você utiliza em sua propriedade?

Somente mão de obra familiar  Mão de obra familiar e empregado temporário  
 Mão de obra familiar e empregado permanente  Mão de obra familiar e serviço de empreitada  Outras modalidades. Quais?

Em que você e os demais membros da família trabalham?

NOME	IDADE	PROFISSÃO

A família depende exclusivamente da renda da agricultura?

Sim  Não Que outras atividades fazem parte da renda familiar?

Você faz parte de alguma Associação, Sindicato ou Cooperativa? Em caso afirmativo, quais são os benefícios de fazer parte de alguma dessas instituições?

#### 3. Situação de moradia.

Você reside no  Campo ou na  Cidade?

Há quanto tempo reside no campo?

Há quanto tempo reside nesse município?

Se você reside há mais de 40 anos no campo, você percebeu mudanças em relação à agricultura, aos meios de trabalho, à sua comercialização, enfim, houve mudanças no campo ao longo dos anos?

( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, explique o que mudou:

Quais eram as principais dificuldades no campo entre as décadas de 1970 e 1980?

E, atualmente, quais são as principais dificuldades de trabalhar e viver no campo?

Assinale o que você possui em casa e a quantidade:

- |                                 |                        |
|---------------------------------|------------------------|
| ( ) Geladeira_____              | ( ) Telefone_____      |
| ( ) Fogão a gás_____            | ( ) Computador_____    |
| ( ) Máquina de lavar roupa_____ | ( ) Acesso à internet. |
| ( ) Televisão_____              | ( ) Automóvel_____     |
| ( ) Antena parabólica_____      | ( ) Trator_____        |

( ) Equipamentos agrícolas. Quais?

Que tipo de relação que você mantém com a cidade, quais dos serviços abaixo você utiliza e em que município?

**Saúde:** ( ) Posto de Saúde ( ) Hospital ( ) Convênio de Saúde ( ) Farmácia ( ) Outros. Quais?

**Comércio:** ( ) Confecções e calçados ( ) Móveis e utilidades domésticas ( ) Lojas agropecuárias ( ) Equipamentos agrícolas ( ) Restaurantes e Hotelaria ( ) Outros

**Alimentos:**\_\_\_\_\_

**Educação:**\_\_\_\_\_

**Crediário:**\_\_\_\_\_

**Banco:**\_\_\_\_\_

**Religião:**\_\_\_\_\_

**OUTROS:**\_\_\_\_\_

## ANEXO III - ENTREVISTA COM OS PRODUTORES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL

### QUESTÕES:

#### 1. Identificação

Nome:

Naturalidade:

Município em que reside atualmente:

Endereço:

#### 2. Situação de trabalho e moradia.

Você reside no ( ) Campo ou na ( ) Cidade?

Há quanto tempo reside no campo?

Qual a sua condição de produtor?

( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( ) Assentado ( ) Outra.

Que atividades econômicas você desenvolve em sua propriedade?

Que tipo de mão de obra você utiliza em sua propriedade?

( ) Somente mão de obra familiar ( ) Mão de obra familiar e empregado temporário  
 ( ) Mão de obra familiar e empregado permanente ( ) Mão de obra familiar e serviço de empreitada ( ) Outras modalidades. Quais?

Em que você e os demais membros da família trabalham?

NOME	PROFISSÃO

A família depende exclusivamente da renda da agricultura?

( ) Sim ( ) Não Que outras atividades fazem parte da renda familiar?

#### 3. Trabalho na Feira do Produtor

Desde quando a feira do produtor atua em seu município?

Há quanto tempo você comercializa seus produtos na feira do produtor?

Quais são os produtos que você comercializa?

Como os produtos chegam até a feira?

Você comercializa produtos orgânicos?  Sim  Não.

Em sua opinião, em que medida os produtos da feira do produtor tornam-se mais atrativos que os dos supermercados? Quais são as vantagens de comprar na feira do produtor?

Além dos consumidores que frequentam as feiras, você comercializa seus produtos com outros estabelecimentos (mercados, lojas, restaurantes)?  Não  Sim. Quais?

A venda de produtos na feira do produtor tem grande importância na geração de renda da família?

Sim  Não. Por quê?

Quem organiza a feira do produtor rural em seu município? Há entidades parceiras nessa organização?

Você e os demais produtores da feira fazem parte de alguma Associação ou Cooperativa? Em caso afirmativo, quais são os benefícios de fazer parte de alguma dessas instituições?

## **ANEXO IV - ENTREVISTA COM PRESIDENTE DAS FEIRAS DO PRODUTOR RURAL**

### **QUESTÕES:**

Nome:

- 1– Como que surgiu/se organizou a Feira do Produtor Rural no município?
- 2 – No geral, quais produtos são comercializados? Todos são orgânicos?
- 4 – Todos os produtos são oriundos do campo?
- 3 – São quantos produtores que comercializam seus produtos na feira?
- 4- Qual o procedimento para uma pessoa entrar na feira? Como são selecionadas essas pessoas?
- 5 – Em relação aos produtos, qual a condição para participar da feira?
- 6 - Há algum princípio (normatização) que regula a feira e o feirante? Quais são as obrigações do feirante?
- 7 – Como é assegurada a qualidade dos produtos vendidos na feira? Há um conselho que fiscaliza os produtos, produtos orgânicos? Se algum produto estiver contaminado, com quem fica a responsabilidade?
- 8 – Há um número aproximado do número de consumidores que frequentam a Feira?
- 9 – Qual a importância da feira do produtor para a cidade? Qual o benefício para a população?

## **ANEXO V - ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL**

### **QUESTÕES:**

Nome:

Município em que reside atualmente:

1 - Você reside no campo ou na cidade?

2 - Quais os principais motivos para você frequentar a feira do produtor?

3 - Quais produtos você compra na feira?

4 - Você sempre compra na feira do produtor?

5 - Em geral, quanto você gasta na feira do produtor?

6 - Quais as vantagens de comprar na feira?

## ANEXO VI - ENTREVISTA COM O SINDICATO RURAL

### QUESTÕES

Município:

Sindicato:

Endereço:

Telefone:

1. Há quanto tempo o sindicato atua junto ao município?
2. Além de Marechal Cândido Rondon, agricultores de outros municípios também são representados? ( )Sim ( )Não.  
Em caso afirmativo, quais municípios? Em média quantos agricultores fazem parte do sindicato?
3. Quais são as principais ações do sindicato para a defesa da agricultura no município?
4. Qual o tamanho médio das propriedades do município? Há o predomínio da agricultura familiar ou do agronegócio?
5. Quais são os projetos/programas voltados para atender à população rural do município? Existem políticas voltadas exclusivamente para a economia dos pequenos produtores?
6. Qual a importância da agricultura para a economia do município?

## ANEXO VII - ENTREVISTA COM OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

### QUESTÕES

1. Como comerciante, você considera importante a presença da agricultura para o seu município? Por quê?
2. No seu estabelecimento comercial, há presença de consumidores oriundos do campo?  
( ) Sim ( ) Não.
3. Qual a origem (municípios, distritos) desses consumidores?
4. Há algum registro que indique a quantidade de consumidores de áreas rurais? Em caso afirmativo, há um número aproximado desses consumidores?  
( ) Sim ( ) Não.
5. Em qual período do mês (início, metade ou final do mês) essa população rural está mais presente como consumidor em seu estabelecimento?
6. No município, informalmente, muito se ouve falar sobre o “cheque do leite”. Você constatou a relação entre o cheque do leite e a vinda dos agricultores para consumir na cidade?

## **ANEXO VIII - ENTREVISTA COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - ACIMACAR**

### **QUESTÕES**

1. Qual a importância da agricultura para a economia do município?
2. Em relação ao consumo na cidade, pela população oriunda do campo, há impacto para o comércio do município?
3. Há algum registro que indique a quantidade de consumidores de áreas rurais? Em caso afirmativo, há um valor aproximado desses consumidores?  
( ) Sim ( ) Não.
4. Há registro de em qual período do mês (início, metade ou final do mês) a população rural está mais presente como consumidor na cidade?
5. No município, informalmente, muito se ouve falar sobre o “cheque do leite”. É possível estabelecer relação entre o cheque do leite e a vinda dos agricultores para o consumo na cidade?